



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

20/11/1
08/11/1
01.22.3

SUZY MARIA LACAZZI RODRIGUES
PROC. Nº 1412/86

O DESAFIO DE DIZER NÃO
SUZY LAGAZZI



Pontes

Coleção: Linguagem/Crítica

Direção: Charlotte Galves

Eni Pulcinelli Orlandi

Conselho Editorial: Charlotte Galves

Eni Pulcinelli Orlandi (presidente)

Marilda Cavalcanti

Paulo Otoni

SUZY LAGAZZI

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

L169d Lagazzi, Suzy.
O desafio de dizer não / Suzy Lagazzi. — Campinas,
SP : Pontes, 1988.
(Linguagem/crítica)

Bibliografia.
ISBN 85-7113-010-8

1. Análise do discurso 2. Poder (Ciências sociais)
3. Sociolinguística I. Título. II. Série.

CDD-410
-306
-401.9

88-1190

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Linguística 410
2. Linguagem e poder : Sociologia 306
3. Poder e linguagem : Sociologia 306
4. Sociolinguística 401.9

O Desafio de Dizer Não

1988

ÍNDICE

Apresentação	9
PARTE I — QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	
Capítulo I — Do Político para o Jurídico: O Fim do 'Primitivo'	13
Capítulo II — A Emergência do "Sujeito-de-Direito"	19
Capítulo III — A Dualidade da Linguagem: Lugar de Poder, mas Possibilidade de Transformação	23
Capítulo IV — O Senso Comum: Uma Tentativa de Calar o Desejo	29
Capítulo V — Direitos e Deveres: Um Engodo Legítimo, Instituído	37
Capítulo VI — Do Jurídico para o Juridismo: A Passagem para o Implícito	45
PARTE II — MÉTODO E ANÁLISE	
Capítulo VII — Algumas Considerações sobre o Método Discursivo	51
Capítulo VIII — O "Corpus" Discursivo	59
Capítulo IX — As análises	63
Capítulo X — Algumas Considerações sobre as Análises ..	89
PARTE III — CONCLUSÃO	
Capítulo XI — O Desafio de Dizer Não	95
Bibliografia	99

APRESENTAÇÃO

Na reflexão sobre a linguagem, o enfoque da tensão nas relações interpessoais já não instaura uma polêmica tão acirrada, o que não significa, no entanto, que ele não encontre resistências, que não deixe ainda muito a ser colocado.

A Análise do Discurso mostra que a tensão, o conflito, são aspectos constitutivos da linguagem, que não pode ser pensada em termos de uma "interação comunicativa". Faz-se necessário, contudo, explicitar essa tensão, mostrar que ela é *historicamente determinada*. Falo da tensão enquanto *coerção*, falo do sujeito do discurso, inserido no cotidiano das relações interpessoais marcadas pelo 'juridismo'.

A questão do poder coloca-se de modo central neste trabalho, onde é discutida na sua relação com o sujeito e a linguagem.

Agradeço à Eni Orlandi o incentivo e apoio, a dedicação com que participou deste trabalho, sem o que ele não teria se constituído.

Campinas, 1988

SUZY LAGAZZI

Parte I
Quadro Teórico de Referência

Capítulo I

DO POLÍTICO PARA O JURÍDICO: O FIM DO 'PRIMITIVO'

A desigualdade entre os homens, característica fundamental das sociedades históricas, é um tema amplamente explorado por filósofos, sociólogos e por todos os que têm como objeto de estudo os homens em suas relações sociais.

Enfocar essa questão é trazer à tona a problemática do 'poder'.

Clastres (1978) afirma que "não existe sociedade sem poder, (...) que o poder é imanente ao social. (...) trata-se", diz o autor, "do poder político, (...) aludimos ao espaço do político, em cujo centro o poder coloca a sua questão. (...) mesmo nas sociedades onde a instituição política está ausente (...), mesmo aí o político está presente, mesmo aí se coloca a questão do poder. (...) se o poder político não é uma necessidade inerente à natureza humana (...), em troca ele é uma necessidade inerente à vida social. (...) não podemos pensar o social sem o político (...)" e, conseqüentemente, sem o poder.

Segundo Clastres (1978), não é a existência do poder que se deve questionar, mas sim a concepção que se tem do mesmo: "nossa cultura, desde as suas origens, pensa o poder em termos de relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência". Não devemos, no entanto, tomar essa idéia de poder como constitutiva de toda organização social. Retomando o trabalho de Lapierre sobre sociedades 'primitivas'¹, Clastres mostra como nessas sociedades o poder político encontra-se totalmente desvinculado da coerção. Mas aceitar essa possibilidade requer um rompimento com a "idéia que a civilização

1. Clastres faz uma reflexão sobre o sentido pejorativo de que está imbuída esta palavra. 'Primitivo' é sempre tomado como incompleto, aquilo que um dia se desenvolverá. É necessário "renunciar à concepção *exótica* do mundo arcaico (...), levar enfim a sério o homem das sociedades primitivas em todos os seus aspectos e em todas as suas dimensões, respeitar a sua cultura sem tomar a nossa como parâmetro."

Nas sociedades de Estado, as relações entre as pessoas colocam-se enquanto relações de poder, fundadas em responsabilidades, direitos e deveres.

A reflexão sobre o sujeito do discurso é apresentada neste livro, através da afirmação de que o sujeito só pode se constituir como uma 'forma-sujeito'

historicamente determinada.

Desse modo, a autora traz a noção de sujeito-de-direito para o cotidiano das relações interpessoais mostrando que o embate entre direitos e deveres, cobranças e

justificativas, caracteriza um juridismo que, permeando a linguagem, lugar de poder e tensão, permeia as relações entre as pessoas que se valem de alguns processos que a própria linguagem oferece, procurando deslocar e redistribuir esta tensão.

LINGUAGEM CRÍTICA

Nas sociedades de Estado, as relações entre as pessoas colocam-se enquanto relações de poder, fundadas em responsabilidades, direitos e deveres.

A reflexão sobre o sujeito do discurso é apresentada neste livro, através da afirmação de que o sujeito só pode se constituir como uma 'forma-sujeito'

historicamente determinada. Desse modo, a autora traz a noção de sujeito-de-direito para o cotidiano das relações interpessoais mostrando que o embate entre direitos e deveres, cobranças e justificativas, caracteriza um juridismo que, permeando a linguagem, lugar de poder e tensão, permeia as relações entre as pessoas que se valem de alguns processos que a própria linguagem oferece, procurando deslocar e redistribuir esta tensão.



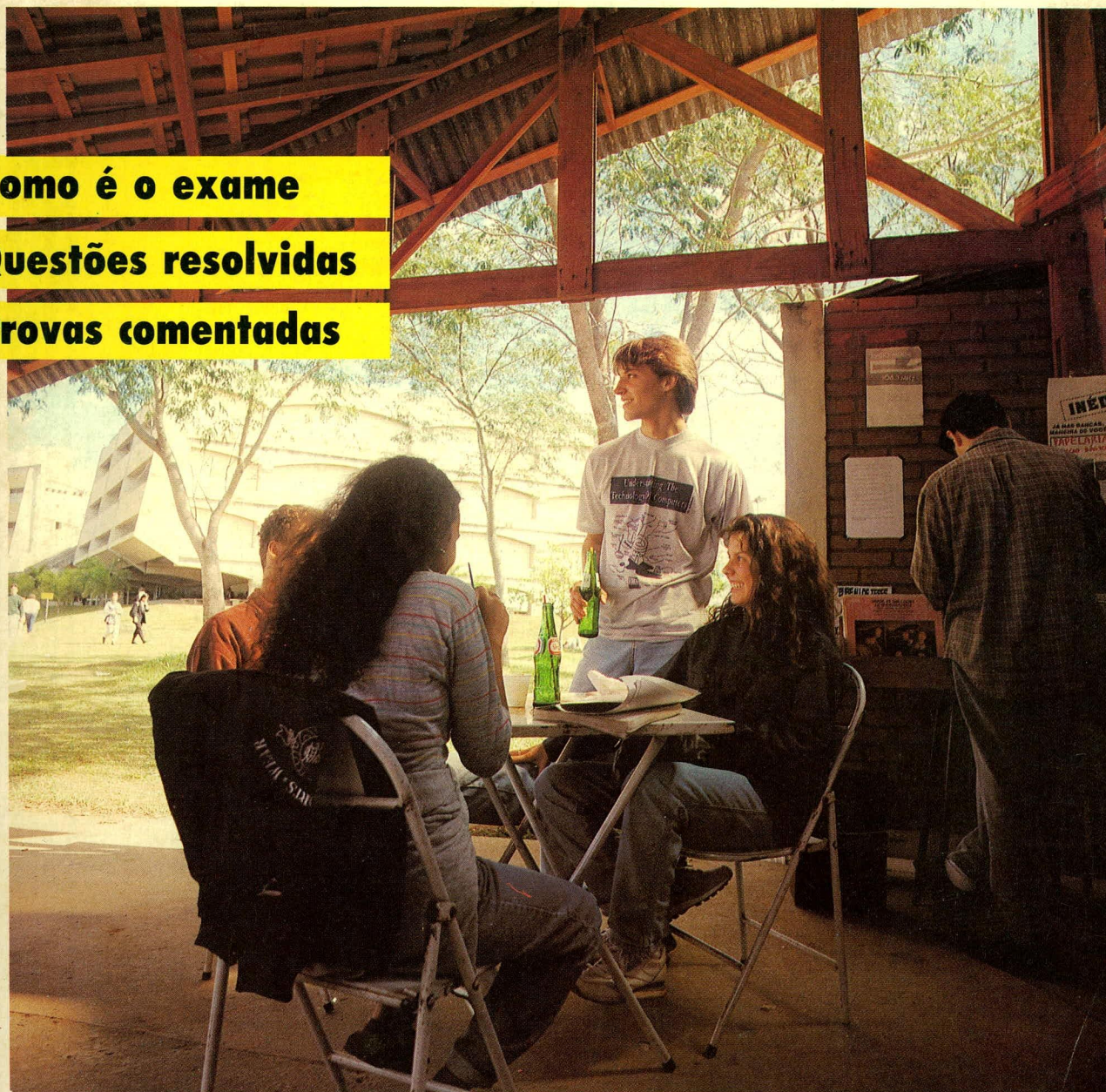
VESTIBULAR UNICAMP

INGLÊS FRANCÊS

Como é o exame

Questões resolvidas

Provas comentadas



EDITORA
GLOBO

Título da obra: Vestibular Unicamp
Inglês/Francês
Autores: Lúcia Kopschitz X. Bastos, Suzy Lagazzi Rodrigues,
Lúcia Peixoto Cherem, Rosa Maria Nery

© 1993 by Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Direitos de edição em língua portuguesa para o Brasil adquiridos por Editora Globo S/A

Todos os direitos reservados em língua portuguesa. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida — em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem a expressa autorização da editora.

Editora Globo S/A
Rua do Curtume, 665 — CEP 05065-001, São Paulo
SP, Brasil.

Distribuidor exclusivo para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. — Rua Teodoro da Silva, 907 — CEP 20563-032, Rio de Janeiro, RJ.

ISBN 85-250-1166-5 (obra completa)
ISBN 85-250-1176-2 (este volume)

Impressão: Cochrane S.A.; A. Escobar Williams 590,
Santiago, Chile.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Roberto Irineu Marinho (presidente)
João Roberto Marinho (vice-presidente)
Roberto Irineu Marinho, José Roberto Marinho, Luiz Eduardo Velho da Silva Vasconcelos, Antonio Carlos Yazeji Cardoso, Miguel Coelho Netto Pires Gonçalves (conselheiros)

DIRETORIA
Ricardo A. Fischer (diretor geral)
Fernando A. Costa, Flávio Barros Pinto, Orlando Marques, Carlos Alberto R. Loureiro (diretores)

DIVISÃO DE FASCÍCULOS E LIVROS
Diretor
Flávio Barros Pinto

Editorial: Sandra R.F. Espilotro (editora executiva)
Aníbal dos Santos Monteiro (editor de arte), Edenir da Silva (assistente de redação)
Marketing: Heitor de Souza Paixão (diretor)
Eliane Soares (assistente de marketing), Elisabete Garcia Blanco (supervisora de produto), Zita Stelizer R. Arias (coordenadora de produção)
Circulação: Wanderlei Américo Medeiros (diretor)
Marketing Direto e Serviços ao Cliente: Wilson Paschoal Jr. (diretor)
Assinaturas: Ubirajara Romero (diretor)
Comunicação: Mauro Costa Santos (diretor)
Serviço de Apoio Editorial: Antonio Carlos Marques (gerente)

Sumário

Apresentação	5
INGLÊS	
I. Por que leitura?	6
II. Falando um pouco sobre leitura	7
III. A prova	9
IV. Os textos	13
V. A correção	22
VI. Questões	27
1. <i>Recuperação de referências</i>	
2. <i>Localização de respostas bem delimitadas no texto em contraposição à necessidade de estabelecer relações</i>	
3. <i>A questão do vocabulário “difícil” ou “não adequado” para o segundo grau</i>	
4. <i>O que acontece quando se parte para uma tradução literal</i>	
5. <i>Compreensão da argumentação através da compreensão dos elementos que a marcam, como conjunções, advérbios, etc.</i>	
6. <i>A linguagem não-verbal</i>	

Apresentação

Quando decidi reformular seu vestibular, a Unicamp tinha, entre seus objetivos, o de privilegiar a capacidade de reflexão dos candidatos, o que não acontecia nos testes de múltipla escolha realizados até então. Procurando selecionar candidatos capazes de organizar idéias, estabelecer relações, interpretar dados e elaborar hipóteses explicativas nas diversas áreas do saber, a Unicamp deixa claro o que não quer de seu futuro aluno: mera reprodução de informações, decorrente de uma relação passiva com o conhecimento, em que o aluno não se preocupa em se posicionar diante do que aprende. São essas exigências de capacidade de reflexão e crítica que orientam, desde 1987, todo o processo do exame vestibular, incluídas aí a elaboração e a correção das provas.

No nosso caso específico, a mudança fundamental consistiu em abandonar a maneira tradicional de avaliação de língua estrangeira em vestibulares que, em geral, procurava medir o conhecimento explícito da gramática da língua em questão ou ainda a capacidade de produção por parte do candidato nessa língua. Foi adotada, então, uma prova de leitura em língua estrangeira.

O objetivo deste livro é explicitar a concepção de leitura que fundamenta a elaboração e a correção da prova de Língua Estrangeira. Na primeira parte será apresentada e discutida a prova de Inglês, e na segunda, a de Francês.

Inglês

Por que leitura?

Por que essa opção pela leitura? — você poderia estar se perguntando. Há algumas razões que sustentam essa opção.

Em primeiro lugar, tendo em vista que a leitura é um requisito essencial no percurso universitário e que parte da bibliografia com que os alunos vão trabalhar encontra-se em língua estrangeira, é inegável a necessidade de um desempenho razoável na leitura de textos nessa língua.

Além disso, uma prova de leitura é um instrumento adequado à seleção de candidatos capazes de estabelecer relações, elaborar hipóteses, enfim, com o perfil desejado pela Unicamp.

Estamos conscientes da situação predominante no ensino de língua estrangeira no segundo grau, daí, entre todas as outras, a única proposta de prova possível ou, talvez, acessível para quem não teve oportunidade de aprimorar seus conhecimentos de língua estrangeira: uma prova de leitura. Se, por um lado, sabemos das dificuldades enfrentadas por professores e alunos no segundo grau no que concerne ao ensino de uma língua estrangeira, e sabemos que o conhecimento com que os candidatos chegam ao exame é bastante diversificado — em muitos casos mínimo — por outro lado, é correto supor sempre *algum* conhecimento por parte de qualquer candidato. Esta é a terceira razão para a opção pela prova de leitura. É, com certeza, grande a chance de um candidato com competência em uma língua estrangeira realizar uma boa prova de leitura em língua estrangeira. Mas, é também nessa prova que um candidato menos proficiente poderá ter um bom desempenho, uma vez que a leitura de um texto envolve vários fatores, além do conhecimento da língua em que está escrito. É sobre isso que estaremos falando neste livro.

Falando um pouco sobre leitura

Você verá, ao longo deste livro, que capacidade de leitura e competência em língua estrangeira se diferenciam. Nossa maneira de entender a leitura parte do princípio de que o fundamental, na relação com a linguagem, é estabelecer sentidos. Portanto, acreditamos que não só os candidatos com grande conhecimento de inglês, mas todos os candidatos com algum conhecimento de inglês, podem, pelo menos, iniciar um processo de leitura nessa língua. Assim, o objetivo da prova de inglês é avaliar seu desempenho em leitura em língua inglesa, permitindo que você demonstre que consegue estabelecer relações de sentido com os textos selecionados.

A leitura em uma língua estrangeira (ou em sua própria língua) é um processo gradual, um percurso que pode levar o leitor a diferentes graus de compreensão. E, sem dúvida, nesse percurso o conhecimento da língua é um fator determinante, mas não é o único, ou a leitura se restringiria a uma decodificação da língua. A história de vida e de leitura do leitor também são determinantes no processo de compreensão que é a leitura e é por isso que insistimos em dizer que todos os candidatos com *algum conhecimento* de inglês podem estabelecer uma relação de leitura com um texto em inglês.

Como os sentidos são constituídos na relação do leitor com o texto, no mundo, a história de leitura de cada um, seu conhecimento, sua inserção histórico-social podem transformar um pequeno conhecimento de língua inglesa numa possibilidade bastante considerável de leitura em inglês, principalmente se esse leitor usar sua capacidade de crítica e considerar que sua participação no processo de leitura é muito maior que a de alguém que deve simplesmente encontrar a resposta certa para determinada pergunta. O leitor, como parte fundamental do processo de leitura, não pode se colocar na posição de um decodificador de informações. É um leitor atento e sensível que tentamos privilegiar na prova de inglês.

É lógico que você não pode dar qualquer resposta às perguntas feitas na prova de inglês. Quando afirmamos que você deve estabelecer relações de sentido com o texto, não queremos dizer que você pode compreender o que bem quiser de um texto. *As relações de sentido e, conseqüentemente, a leitura são reguladas pelas possibilidades de compreensão que a linguagem nos oferece.*

Com que pode contar, então, o leitor-candidato para enfrentar essa prova de leitura em língua estrangeira? Com o que aprendeu de inglês até o vestibular, mesmo que seja pouco. Com tudo o mais que aprendeu, na escola ou não, em toda e qualquer área do conhecimento e, principalmente, *com o próprio texto* que tem a sua frente para ler, com tudo o que o constitui. É importante a concentração nas palavras e expressões da maneira como ocorrem, da maneira como se comportam,

da maneira como funcionam no texto determinado que se está lendo, sem perder de vista o funcionamento dessas mesmas palavras e expressões em outros textos que já se conhece. Tudo isso ajuda na leitura, na atribuição de sentidos.

Por fim, é sempre bom lembrar que essa prova está inserida num processo de seleção que busca candidatos capazes de exprimir-se com clareza, de organizar suas idéias, estabelecer relações, elaborar hipóteses, interpretar dados e fatos.

A prova

Uma vez colocadas as características do candidato que a Universidade quer selecionar, podemos passar a discutir a prova propriamente dita, seus objetivos, elaboração e correção. *Não se trata, aqui, de um curso de leitura em língua estrangeira.* Reafirmamos que, pelo contrário, estaremos discutindo uma proposta de avaliação de leitura em língua estrangeira. É claro que, para tal, estaremos também discutindo passos que podem levar o candidato a — entendendo melhor a prova — enfrentá-la com mais tranquilidade.

A prova compõe-se de um conjunto variado de textos escritos em língua inglesa sobre os quais são elaboradas questões em português. Essas questões deverão ser respondidas também em português. Não estamos avaliando sua capacidade de produção escrita (tampouco oral) em inglês, nem sua capacidade de dar razões gramaticais para determinados aspectos e/ou usos da língua inglesa. Por outro lado, há exigências mínimas quanto à língua materna. Afinal de contas, as respostas serão redigidas em português; trata-se, como nas provas das outras disciplinas, de uma prova dissertativa.

Na realidade, não se pode pensar nessa prova a não ser como um conjunto composto por textos, perguntas, respostas e correção. O nível de exigência da prova deve ser relativizado na observação desse conjunto. Essa idéia ficará mais clara e será retomada mais adiante, depois de discutirmos a correção da prova. Particularmente, não se pode pensar o objetivo de cada questão isoladamente, sem a consideração da prova como um todo. O objetivo geral da prova é construído questão por questão, texto por texto.

No entanto, como já são oito os vestibulares da Unicamp, desde 1987, por uma questão de espaço apenas, não reproduziremos aqui todas as questões relativas aos textos que estaremos discutindo e, tampouco, todas as provas. Se, por um lado, perdemos a visão do conjunto, por outro, podemos nos aprofundar nas questões selecionadas para nossa discussão.

Voltando à questão de serem as perguntas redigidas em português, gostaríamos de chamar sua atenção para o fato de que essas perguntas já trazem, em si, de maneira explícita ou implícita, informações a respeito do texto. Em outras palavras, já indicam uma certa leitura para o texto. E o que temos observado, em geral, é uma certa dificuldade, por parte dos candidatos, em recuperar e aproveitar informações indicadas nas questões. Essa idéia ficará mais clara se você observar o texto seguinte (vestibular de 1992) e as quatro questões que dizem respeito a ele.

The other Rembrandts

In 1975, the catalogue of the Gemaldegalerie in Berlin listed 25 works by Rembrandt in its collection. Today there are only 17. It is the same story in galleries and museums all over the world as Rembrandt collections are shrinking, eroded by reattributions. Many paintings known to the world as Rembrandts were not, it seems, painted by Rembrandt at all.

A splendid exhibition, Rembrandt - the Master and his Workshop, opens in Berlin next Thursday, September 12, presenting the artist in the light of recent research and confronting some of the issues raised by the reshaping of Rembrandt's

oeuvre. Organised jointly by the Staatlichen Museen in Berlin, the Rijksmuseum in Amsterdam and the National Gallery in London, the exhibition will travel to Amsterdam and London after Berlin. Most of the reattributions of recent years have been prompted by the work of the Rembrandt Research Project, set up in 1967 by five art historians in Amsterdam. They travelled all over the world, examining more than 600 paintings in an effort to establish once and for all just what Rembrandt painted.

The work of the Rembrandt Research Project has not been universally welcomed, however, and although many

other painters have been subjected to similar scrutiny, few reattributions have met as much public resistance as those of Rembrandt.

Dr Christopher Browne, chief curator at the National Gallery in London and one of the exhibition's organisers, believes that this is because Rembrandt is an artist who evokes an especially intense emotional response in the public. His treatment of human and Biblical subjects, and his treatment of the relationship between man and wife in particular, speak of a set of human values which strike a universal chord.

17. Explique por que o número de obras de Rembrandt está diminuindo.
18. Qual é o objetivo do Rembrandt Research Project?
19. Como tem sido a reação do público ao trabalho feito pelo Rembrandt Research Project?
20. Qual a explicação dada para essa reação?

A questão 17 afirma que o número de obras de Rembrandt está diminuindo. Até aí, o candidato trabalha com uma informação dada. Pede-se, então, uma explicação para esse fato. Em primeiro lugar, era preciso, no mínimo, saber de quem se trata quando se fala em Rembrandt. Isso eliminaria respostas como "Porque ele não pinta mais como antes" ou "Porque Rembrandt tem dedicado maior parte de seu tempo ao Rembrandt Research Project". Localizar a resposta para essa questão era fácil: o início do primeiro parágrafo traz duas sentenças que não deveriam apresentar dificuldades para os egressos do 2º grau e que correspondem à informação dada na questão. A resposta localizava-se no final desse parágrafo. Percebemos, durante a correção, que as palavras "shrinking", "eroded" e mesmo "reattributions", assim como a expressão "at all" e a oração "it seems", intercalada na negativa "were not painted by Rembrandt at all" confundiram muitos candidatos, comprometendo o entendimento do argumento central do texto. Isso resultou num número significativo de notas zero (32,7%) e em um número de respostas em branco (11,7%) expressivo, quando comparado às outras questões do mesmo texto.

O que as demais questões sobre esse texto nos dizem? No mínimo, que há um projeto ("project" é muito parecido com português) com um determinado objetivo, que o público tem reagido ao trabalho desse projeto e que existe uma explicação para essa reação. Quatro parágrafos, quatro perguntas. As perguntas organizavam, por assim dizer, a leitura. O desempenho dos candidatos na questão 18 foi bem semelhante ao da questão 17, dado que eram questões interrelacionadas: 30,6% de zeros e 8,4% de respostas em branco. Já a questão 19 poderia ser respondida mesmo sem a compreensão do argumento central do texto, ou seja, bastava ao candidato entender que a reação tem sido negativa, ainda que ele não soubesse a que se referia a reação. A resposta dessa questão iniciava o terceiro parágrafo, ou seja, sua localização era bastante fácil: "The work of the Rembrandt Research Project has not been universally welcomed". Era possível também chegar à resposta através da expressão "public resistance", localizada no final do parágrafo. As porcentagens de zeros e brancos não foram expressivas: 14,2% e 6,3%, respectivamente.

A questão 20 pedia uma explicação que podia ser localizada no último parágrafo, em duas seqüências distintas:

a. "...this is because Rembrandt is an artist who evokes an especially intense emotional response in the public" — "because" constituía-se numa pista para a localização da resposta. Saber a que esse pronome "this" se referia poderia ser difícil se você não tivesse a pergunta ("Qual a explicação dada para essa reação?") para ajudá-lo;

b. a segunda seqüência — "His treatment of human and Biblical subjects, and his treatment of the relationship between man and wife in particular, speak of a set of human values which strike a universal chord." — é uma explicação, uma expansão do argumento localizado na primeira seqüência.

Era possível responder à questão 20 fazendo referência ao argumento (1ª seqüência) ou à explicação desse argumento (2ª seqüência). Quem optou por responder através da segunda seqüência encontrou uma construção mais elaborada, em que primeiro se introduziam dois tópicos diferentes e longos (1. "His treatment of human and Biblical subjects" e 2. "and his treatment of the relationship between man and wife in particular") para, depois, se fazer a afirmação sobre esses tópicos ("...speak of a set of human values which strike a universal chord"). "Set" e "strike" dificultavam a compreensão. A questão apresentou 16,5% de notas zero e apenas 9,3% das respostas foram deixadas em branco.

Compare, agora, as porcentagens de notas cinco, notas zero e respostas deixadas em branco referentes ao grupo de questões sobre o texto "The other Rembrandts" e tente tirar algumas conclusões como, por exemplo:

- a. em que questão os candidatos tiveram melhor desempenho?
- b. em que questão esse desempenho foi pior?
- c. por que a questão 17, que incidia sobre o argumento central do texto, teve um número maior de zeros e brancos dentre as quatro questões?

Tente encontrar razões para suas conclusões com base no texto (estruturação, vocabulário, etc.).

QUESTÃO	NOTA 5	NOTA ZERO	BRANCOS
17	37,7%	32,7%	11,7%
18	53,1%	30,6%	8,4%
19	60,3%	14,2%	6,3%
20	42,4%	16,5%	9,3%

No entanto, nem todas as questões são como essas quatro, *organizadas* dessa maneira para também *organizar* sua leitura e nem todas carregam tantas informações. Observe, por exemplo, a questão 23 da prova do vestibular de 1993: "Identifique, no 2º parágrafo, o processo a que o texto faz referência."

Seria bom lembrar que não pretendemos esgotar aqui nem o tipo de questões feitas nos exames desde 1987, nem o tipo de questões que poderiam ser feitas a propósito dos textos. Seleccionando alguns textos e algumas questões, estaremos mostrando, entre outras coisas, que:

- para ler um texto em língua estrangeira não é preciso conhecer todas as palavras ali reunidas; não é preciso dominar um vocabulário extenso e diversificado;
- é possível atribuir significados a palavras ou expressões que vemos pela primeira vez, usando, para isso, o próprio texto ou ainda outros conhecimentos a respeito do assunto em questão;
- é possível, às vezes, *dependendo de seus propósitos de leitura*, contentar-se com significados mais gerais e não tão específicos ou determinados para certas palavras, expressões e mesmo trechos inteiros de um texto. Nesse sentido podemos falar em respostas mais adequadas e menos adequadas. Caso considerássemos que uma resposta ou é certa ou é errada, as notas só poderiam ser ou cinco (nota máxima para cada questão) ou zero.

Os textos

A seleção dos textos tem um papel fundamental na composição da prova, já que é o texto que permite, ou não, determinada pergunta.

Como você já deve ter notado, procura-se sempre incluir na prova exemplares variados do discurso escrito. Assim, você vem encontrando textos inteiros, ou, por vezes, trechos de textos — extraídos de revistas, jornais, livros, embalagens, etc... O tema de que trata o texto e o tipo de abordagem que adota também pesam na seleção, bem como seu tamanho (não se pode deixar de lado o tempo em que você deverá realizar sua tarefa).

Consultando o Programa do Manual do Candidato, ou as provas dos anos anteriores, você verá que existe uma preocupação com a variedade, para não privilegiarmos uma determinada área do conhecimento e também para possibilitarmos a manifestação de seu conhecimento e sua desenvoltura em um ou outro domínio.

Quanto ao tamanho dos textos, esse é um problema que deve ser relativizado. Cabe lembrar que, se freqüentemente o texto longo é considerado difícil, isso nem sempre é verdade. O texto longo pode permitir questões fáceis, já que o tamanho do texto não é o único fator que contribui para a dificuldade das questões. Veja, por exemplo, um trecho selecionado para a prova de 1992, *curto e nada fácil*.

The story of Coleridge's life has been told many times, in outline and at length - too often to an accompaniment of wrung hands, wry faces, shrugged shoulders, set frowns, and worse. It is very well documented; many parts of it can be told in great detail. Its hero offers a rarely equaled series of invitations to moralizing judgment: opportunities he himself is only too ready to exploit. But such comments really tell us less about Coleridge than about their authors. Our business is with him and still more with his work, not with some lesser man's opinions about his character and behavior. (...)

Já os dois textos seguintes, mais longos, permitiram questões como as que reproduzimos logo em seguida, de fácil solução, cujas respostas exigiam pouco tempo para serem redigidas. São questões bem distintas que incidem a primeira (Q.22, Vestibular Unicamp/92) sobre todo o texto e a segunda (Q.24, Vestibular Unicamp/90), sobre um trecho mais específico:

Left-handers don't die young after all

**Dan Charles
Washington DC**

A study claiming to show that left-handed people die nine years earlier than right-handed people relied on faulty statistical methods, according to scientists who have reviewed the research. The study was published in the *New England Journal of Medicine* two weeks ago, and received wide press coverage.

Stanley Coren of the University of British Columbia and Diane Halpern of the California State University in San Bernardino relied on death records for their study. They obtained records of 987 people who died in two counties of southern California. Family members told Coren and Halpern whether the deceased people were right or left-handed.

Coren and Halpern then calculated the average age at which the right and left-handers died. Right-handers, it turned out, died at the ripe old average age of 75. Those who preferred their left hand died at an average of 66.

But Coren and Halpern never found out how many left and right-handers there were in those two counties of California to start with, much less how old they were. As a result, their results "mean absolutely nothing", says Tricia Hartge, an epidemiologist at the National Institutes of Health.

The American Academy of Actuaries also issued a statement calling Coren and Halpern's methods "faulty". Richard Labombarde, an actuary with the private firm of Milliman and Robertson in Washington, says that Coren and Halpern's research reminded him of methods used by actuaries 200 or 300 years ago.

Coren and Halpern's result, says Hartge, may simply reflect a well-known fact: the average left-handed person in the US is significantly younger than the average right-handed person. This may have nothing to do with the life expectancy of left-handed people. It is probably due to the practice, common until recent decades, of forcing left-handed

people to write with their right hands in school. Because the population of left-handers is younger, the left-handed people who die will, on average, be younger than right-handed people who die, says Hartge.

Coren denies that historical practices of forcing left-handers to change could have produced his data. He says that it is very difficult to persuade people to switch hands, and even then, the people may write with the right hand and do most other things as they did before.

But both Hartge and the Academy of Actuaries dismissed the significance of Coren's historical studies, saying that only a valid study of life expectancy could resolve the question. This would require taking two matched groups, one of left-handed people and the other of right-handed people, and keeping track of how many die as they get older. Apparently, no such study has been done.

22. Transcreva o quadro abaixo no seu caderno de respostas e preencha-o com os nomes das seguintes pessoas ou instituições de acordo com a opinião de cada uma delas a respeito do estudo de Coren e Halpern:

- Tricia Hartge
- The American Academy of Actuaries
- Richard Labombarde
- Dan Charles (autor do artigo)

CONTRA	A FAVOR

(...)

Why did so many people buy it? It is difficult for me to be sure that I'm objective, so I thought I would go by what other people said. I found most of the reviews, although favorable, rather unilluminating. They tended to follow the formula: Stephen Hawking has Lou Gehrig's disease (in American reviews), or Motor Neuron disease (in British reviews). He is confined to a wheelchair, cannot speak, and can only move "x" number of fingers (where "x" seems to vary from one to three, according to which inaccurate article the reviewer read about me). Yet he has written this book about the biggest question of all: Where did we come from, and where are we going to? The answer that Hawking proposes is that the universe is neither created nor destroyed: It just is. In order to formulate this idea, Hawking introduces the concept of imaginary time, which I (the reviewer) find a little hard to follow. Still, if Hawking is right and we do find a complete unified theory, we shall really know the mind of God. (In the proof stage I nearly cut the last sentence in the book, which was that we would know the mind of God. Had I done so, the sales might have been halved.)

Rather more perceptive (I felt) was an article in *The Independent* (a London newspaper) that said that even a serious scientific book, like *A Brief History of Time*, could become a cult book. My wife was horrified, but I was rather flattered to have my book compared to *Zen and the Art of Motorcycle Maintenance*. I hope, like *Zen*, that it gives people the feeling that they need not be cut off from the great intellectual and philosophical questions.

Undoubtedly, the human-interest story of how I have managed to be a theoretical physicist despite my disability has helped. But those who bought



the book from the human-interest angle may have been disappointed because it contains only a couple of references to my condition. The book was intended as a history of the universe, not of me. This has not prevented accusations that Bantam shamefully exploited my illness and that I cooperated with this by allowing my picture to appear on the cover. In fact, under my contract I had no control over the cover. I did, however, manage to persuade Bantam to use a better photograph on the British edition than the miserable and out-of-date photo used on the American edition. Bantam will not change the American cover, however, because it says that the American public now identifies that with the book.

It has also been suggested that people buy the book because they have read reviews of it or because it is on the best-seller list. But they don't read it: They just have it in the bookcase or on the coffee table, thereby getting the credit for having it without taking the effort of having to understand it. I am sure this happens, but I don't know that it is any more so than for most other serious books, including the Bible and Shakespeare. On the other hand, I know that some people at least must have read it because each day I get a pile of letters about my book, many asking questions or making detailed comments that indicate that they have read the book, even if they don't understand all of it. I also get stopped by strangers in the street who tell me how much they enjoyed it. Of course, I am more easily identified and more distinctive, if not distinguished, than most authors. But the frequency with which I receive such public congratulations (to the great embarrassment of my nine-year-old son) seems to indicate that at least a proportion of those who buy the book actually do read it. (...)

24. De acordo com Stephen Hawking, suas condições físicas contribuíram para que o livro se tornasse um "best-seller"?

O candidato só deveria responder *sim* ou *não*, sem que fosse necessário apresentar sequer uma justificativa.

O tamanho do texto é considerado junto com sua complexidade temática, lexical, estrutural e, ainda, em relação ao tamanho e complexidade dos outros textos que comporão a prova e ao tamanho das respostas exigidas, ou seja, em relação ao tempo calculado para leitura dos textos e redação das respostas. Em poucas palavras, a inclusão de um texto na prova não se dá *apenas* por ser ele longo ou não.

Examine, agora, a prova de 1993, reproduzida aqui por inteiro, para que você perceba sua dimensão e, portanto, a dimensão do trabalho que teria pela frente. Examine-a e observe:

- a. o tamanho da prova;
- b. o conjunto de textos;
- c. o conjunto de questões que diz respeito a cada um dos textos;
- d. se, em cada texto:
 - há indicações sobre sua origem, autor, data;
 - há ilustrações ou trechos em destaque;
 - o título pode lhe dizer alguma coisa;

À primeira vista, quais textos e/ou questões você consideraria fáceis? Quais você consideraria difíceis? Por quê? Não se esqueça de que o que pode parecer difícil de início nem sempre o é.



UNICAMP
INSTITUTO DE INSTRUÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

INGLÊS

Responda a todas as perguntas EM PORTUGUÊS.

Leia o trecho abaixo, extraído de uma estória de Lewis Carroll, e responda à questão 17.

And now I must record an experience so strange, that I think only fair, before beginning to relate it, to release my much-enduring reader from any obligation he may feel to believe this part of my story. I would not have believed it, I freely confess, if I had not seen it with my own eyes: then why should I expect it of my reader, who, quite possibly, has never seen anything of the sort?

17. Por que o autor não espera que o leitor acredite na estória que vai contar?

Leia o texto abaixo e responda às questões 18, 19, 20, 21 e 22.

The Wonders of Natural Biodiversity

Nature's processes do not spring from a totalitarian system, nor do they encourage conformity. They embrace an interacting unity, and the direction of their movement is toward biodiversity.

Fossil records show that plants first appeared on the planet as two distinct species: reeds and grasses. Seen in cross-section, grasses developed round stems and reeds triangular ones. From such modest beginnings an infinite variety of plants, shrubs, trees, and vines evolved and diversified, each adapting to quirks of climate and geography.

In modern times humans accelerate the process by experimenting with mutations and genetic tinkering. Not long ago, the Royal Winter Fair showed a collection of roses. When the exhibitor was asked how many types exist, he replied, "I don't know about all roses, but in this category known as tea roses there are 250 varieties." Proliferation of diversity has continued as 'development' laid its heavy hand

on the planet.

Fortunately - and not a minute too soon - "biodiversity" has become an important concept in contemporary awareness; but it needs to enter our thinking about human beings as well. People are an integral part of nature. If biodiversity represents the way things are in nature, why do we fail to apply it to our own species. By celebrating biodiversity among humans we can go a long way toward diffusing racism. Yet human beings have an almost fanatic - and unnatural - desire to inflict conformity on others.

Totalitarianism imposes one type of conformity, and is evident in political ideologies, religious fanaticism, and many cultures, even driving to extremes in matters of dress. China's Mao suit is perhaps the most outstanding example, but military uniforms also serve conformity. Conformity fosters the lowest common denominator to defuse conflict, but it does not work. Instead, it destroys individuality, innovation,

creativity, and diversity. In nature, it would be as if someone said every flower must be a tulip. Monoculture applied to crops and trees is a form of racism.

Seen from this perspective it is disturbing that portions of the human race are only comfortable when everyone lives and supports and admires a rigid and limited set of 'givens'. The unity of the planet and of life, as expressed in the symbol of the circle, and in countless philosophical systems, is a universal law.

Nothing is excluded from that unity. Until we learn to honour and respect biodiversity of people as well as plants and the creatures of land, air, and water, we will continue to experience racism, and Earth's environment will go on deteriorating as every-increasing numbers of species become extinct.

(Common Ground, Autumn '92)



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

18. A natureza caminha em direção à biodiversidade. De que maneira o estudo dos fósseis confirmaria essa afirmação?

19. De que maneira o homem tem contribuído para o aumento da biodiversidade?

20. A tentativa de eliminar as diferenças deveria levar à diminuição dos conflitos entre os homens. Por que a conformidade não funciona?

21. Dê um exemplo de racismo na natureza.

22. O conceito de biodiversidade tem sido aplicado à espécie humana? Cite uma consequência disso.

Leia o texto que segue, extraído de uma página do catálogo do Bata Shoe Museum em Toronto, Canadá, e responda às questões 23 e 24.



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES



The fashion of Western footwear has evolved as a reflection of the period in which it was worn. Culture and social structure influenced the fashion of footwear just as they impacted the arts and architecture.

Throughout the world, people use the appearance of clothing and accessories to communicate social status, age, affiliation, and special occasion. For Western society, change in appearance is the critical factor in this process. We call this change in style, fashion.

From the elongated, pointed toe of the Gothic knight, through to elegant silk booties of the Victorian period, to the practical 20th century walking shoes, footwear is imbued with social significance. We obtain a glimpse of history by looking at what people wore on their feet.

In 14th century England, laws proclaimed the permitted length of the pointed toe, depending upon social status.

Heels, after their introduction, soon indicated the status of the wearer by their height. In fact, the term "well-heeled" originated from the wealthy wearing high-heeled footwear.

Originally, if you were called a "square", it referred to the fact that you wore square-toed shoes well after they were out of fashion.

The "foot" measurement was developed in 1320 in England by Edward II, whose foot measured 36 barley corns. Each barley corn was one third of an inch, which added up to 12 inches, or one foot.

23. Identifique, no 2º parágrafo, o processo a que o texto faz referência.

24. Explique:

- a) Por que as pessoas consideradas "fora de moda" passaram a ser chamadas de "quadradas".
- b) A origem do "pé" como medida.

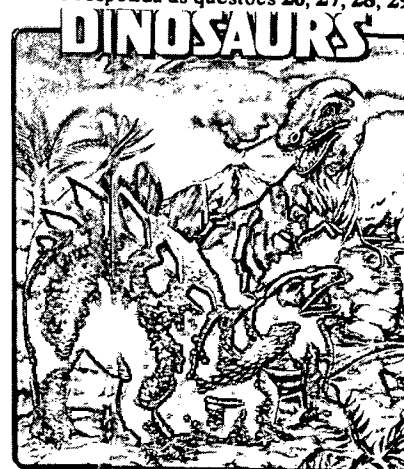
25. Esse pequeno poema de Emily Dickinson (1830-1886) apresenta duas maneiras de se encarar as palavras. Explícite-as, indicando qual é a da autora.

A word is dead
when it is said,
Some say.
I say it just
Begins to live
That day.



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

Leia o texto abaixo e responda às questões 26, 27, 28, 29, 30 e 31.



What's wrong with this picture? Tyrannosaurus rex became extinct some 60 million years before stegosaurus existed. Such factual errors are typical of most dinosaur games, books, and toys.

The Truth About Dinosaurs

You've heard of Save the Whales, Save the Trees, and Save the Oceans, but Save the Dinosaurs? Though it sounds like they're some 65 million years too late, a worldwide coalition of scientists, artists, authors, and educators has banded together to do just that.

They've formed the Dinosaur Society, a nonprofit group dedicated to setting the record straight about everybody's favorite fossils. The problem isn't that dinosaurs have faded from memory. Indeed, they're everywhere these days - on sheets and shower curtains, at the movies and on TV, in books and games. But most of the information we get about dinosaurs is just plain wrong, says Don Lessem, president and founder of the group, based in Newton Lower Falls, Mass.

The media usually portray dinosaurs as pea-brained, ponderous creatures, whose big, heavy tails dragged through the swamps they inhabited. In fact, most dinosaurs were energetic, muscular, and held their tails off the ground. Yes, they lived in swamps, but they lived in woodlands, on deserts, and even in the arctic, too,

says Lessem, a journalist and author of *Kings of Creation*, a new book about recent dinosaur excavations.

Dinosaurs weren't so dumb, either. "Dinosaurs had enough gray matter to do anything they needed to do," says dinosaur paleontologist David Weishampel, professor of anatomy at John Hopkins Medical School and vice-president of the Dinosaur Society. They had brains comparable to those of birds or reptiles, which enabled them to form structured herds and hunt in packs.

Take the arms of the tyrannosaurus rex, one of the most popular dinosaurs among children. "They've always been thought of as useless vestiges," says Lessem. But when its actual forearms were discovered two years ago, researchers found that they were as short as human arms but three times as wide and ten times more powerful. Instead of having wimpy biceps, tyrannosaurus rex was really the Arnold Schwarzenegger of dinosaurs, with the strength to have curled 440 pounds.

Unfortunately, little of this new information filters down to today's budding scientists. "Kids learn about the same dinosaurs we heard about 100 years ago," says Lessem. They also miss out on the notion of science as a work in progress; to them, it seems like

dinosaurs are a done deal, he says.

The reason behind all of the inaccuracy about dinosaurs is that the media haven't kept up with research, Lessem says. In fact, most of the knowledge we have about dinosaurs has been garnered only over the last 20 years. Even today, a new genus of dinosaur is discovered every seven weeks.

It's understandable, then, that authors and toy makers perpetuate misinformation about dinosaurs. "They could go to the public library, but they would be using books that themselves are out-of-date," says Weishampel. The most current findings are available only in obscure scientific journals.

Dinosaurs are more than just a hook to get kids to pay attention in science class, says Lessem. "They are increasingly being seen as a mechanism for understanding evolution in general." Even though people sometimes treat them like dragons, unicorns, or other fantasy animals, what makes dinosaurs different is that they were real, he says. "That's why it's so important to get them right." - DEBRA ROSENBERG

(Technology Review, August/September 1992)



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

26. Por que o slogan "Save the Dinosaurs" causa estranheza?

27. Aponte as duas características da imagem dos dinossauros freqüentemente divulgada pelos meios de comunicação.

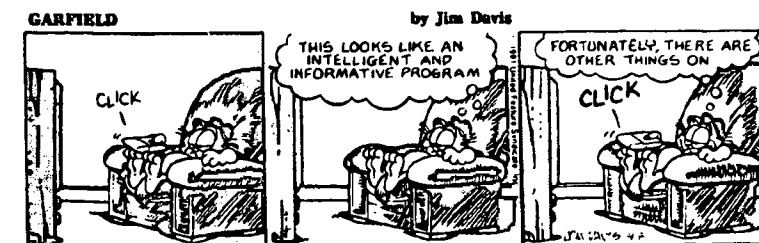
28. Que sentido pode ser atribuído a "wimpy biceps" (5º parágrafo, 10ª linha)?

29. Os jovens de hoje têm acesso limitado às novas informações sobre os dinossauros. A que concepção de ciência essa limitação pode levar?

30. Por que "é compreensível que autores e fabricantes de brinquedos continuem divulgando informações errôneas sobre os dinossauros"?

31. O que está errado na figura que ilustra o texto?

32. Na tira abaixo, qual parece ser a opinião de Garfield sobre programas de TV inteligentes e informativos? O que levou você a essa conclusão?



A correção

Como foi dito, um ponto que importa sobremaneira é a correção da prova. Portanto, dediquemos algum tempo ao entendimento do processo de correção, ou seja, como são atribuídos pontos às respostas dos candidatos a cada questão.

No momento em que elabora a prova, a banca elabora também uma grade de respostas. Desta grade constam as respostas, ou a resposta, a que seriam atribuídos cinco pontos, ou seja, as respostas possíveis consideradas mais adequadas.

Essa grade de respostas proposta pela banca elaboradora é a indicação do que a banca pretendia ao elaborar aquelas determinadas perguntas a propósito dos textos escolhidos.

Constam ainda da grade os pontos a serem atribuídos a questões que podem, digamos, ser divididas, como foi o caso da questão 24 do Vestibular Unicamp/93, ou ainda da questão 23 do Vestibular Unicamp/89. O item *b* dessa mesma questão (23/1989) permite ainda uma divisão, como é o caso também da questão 32, do mesmo vestibular:

The Kite

IKNOW this is an odd story. I don't understand it myself and if I set it down in black and white it is only with a faint hope that when I have written it I may get a clearer view of it, or rather with the hope that some reader, better acquainted with the complications of human nature than I am, may offer me an explanation that will make it comprehensible to me. Of course the first thing that occurs to me is that there is something Freudian about it. Now, I have read a good deal of Freud, and some books by his followers, and intending to write this story I have recently flipped through again the volume published by the Modern Library which contains his basic writings. It was something of a task, for he is a dull and verbose writer, and the acrimony with which he claims to have originated such and such a theory shows a vanity and a jealousy of others working in the same field which somewhat ill become the man of science. I believe, however, that he was a kindly and benign old party. As we know, there is often a great difference between the man and the writer. The writer may be bitter, harsh and brutal, while the man may be so meek and mild that he wouldn't say boo to a goose. But that is neither here nor there. I found nothing in my re-reading of Freud's works that cast any light on the subject I had in mind. I can only relate the facts and leave it at that. (...)

23. a. Porque ele [o autor] voltou a se interessar por Freud?
b. Foi fácil fazê-lo? Qual a frase do texto que indica isso? Cite-a em inglês mesmo.



Hal's Pals dolls: for children who are not masters of their own universe

CHILDREN

Toys for troubled tots

THE TOY industry has come in for some bad press lately. The Masters of the Universe range of dolls, for example, was particularly singled out in the run-up to Christmas for encouraging violence among children: the frightening war-weapons and the amoral attitudes expressed in the packaging were deemed by some to be harmful to a child's mental

development. It is a complaint which has also been levelled at several other types of "action men" over the years. But in an atmosphere of such hostility it is easy to overlook other dolls which are socially useful.

Hal's Pals are a remarkable idea just introduced into this country from America. They are dolls designed specifically with disabled

children in mind and come complete not with tanks and ray-guns but with wheelchairs, white sticks and hearing aids. They represent a toy with which the handicapped can identify—a pal who has the same disabilities as themselves. Marking as they do a new sensitivity to this previously ignored market among toy manufacturers, creator Susan Anderson has this to say: "They are important psychological tools in the growing campaign against exclusion, discrimination and prejudice against the disabled." Already a great success in the US, the Pals look set to make a similar impact here.

But this is not the only idea in health care that is recognizing the psychological worth of cuddly companions. In several London hospitals, for instance, dolls and teddy bears are often used to explain to a child what a particular illness or operation involves. Although there have been problems (at Great Ormond Street an experiment using a doll which came apart to show internal organs was abandoned for being too horrific), a growing number of doctors now believe that treating the child's favourite toy in just the same way as the child him-

self can have a comforting effect.

If a child is having an operation, the teddy will be taken into the theatre and stitched up and bandaged in the same way as the patient—the dressing to be removed simultaneously with the child's when the time comes. In this way anxiety is allayed and the child goes through the often traumatic experience of surgery with a "friend". The psychology is in many ways the same as for Hal's Pals—the infant has someone to identify with.

It has taken a long time for the decision-makers of the toy industry to realize that some children are not masters of their universe. Inventive surgeons have been more sensitive and are achieving much with a simple and more pragmatic view of a child's relationship with its toys. Indeed, as any child knows, a doll is not just a bundle of fluff, plastic and grown-up preconceptions, but is real—a friend and confidante. And just like a real person why shouldn't it be disabled or get ill sometimes? ○

—ROGER SABIN

Hal's Pals retail information from Nottingham Rehab (0602 234251)

January 1988

32. A indústria de brinquedos já se deu conta de que nem todas as crianças são "Masters of the Universe"? Cite, em inglês mesmo, a frase do texto que confirma sua resposta.

De posse da grade, a banca de correção da prova trabalha, inicialmente, com uma amostra real das provas e a completa. Completar a grade de respostas significa incluir, a partir das respostas dadas pelos candidatos, outras não previstas pela banca elaboradora, e que são também consideradas adequadas, além de determinar, sempre a partir das respostas dos candidatos, que respostas receberão um, dois, três, quatro e/ou cinco pontos. Só aí parte-se para a correção propriamente dita. Nossa concepção de leitura permite dizer que a elaboração da grade de respostas só termina quando termina a correção da última prova. Assim, o caminho entre a grade de respostas proposta pela banca elaboradora e a grade definitiva, composta pela banca corretora, é longo e há inúmeras decisões que precisam ir sendo tomadas. Não se trata, de maneira alguma, de decisões *ad hoc*: há vários critérios pré-estabelecidos que norteiam o trabalho dos corretores. Por exemplo, a inclusão de informações contraditórias na resposta ou a inclusão de

Muitos zeros e brancos para um poema tão fácil, ou para uma questão tão fácil!! Houve até casos de provas excelentes com a questão 25 em branco. O que teria causado isso? Com certeza não teria sido o vocabulário do poema. Talvez o fato de ser o texto em questão um poema...

Em outras palavras, não é o vocabulário do texto, apenas, que torna sua leitura difícil. E não é o vocabulário do texto que torna difíceis as questões sobre ele.

Voltando ao fato de os gabaritos publicados na imprensa apresentarem apenas uma resposta, lembramos que existem sempre *várias* possibilidades de respostas, além de *formas e formas* diferentes de respostas. As respostas apresentadas como sendo as únicas corretas dão a impressão de que nenhuma outra seria possível, quando, na verdade, praticamente toda resposta torna-se plausível, desde que coerente com o texto e com o que se pede na questão.

Questões

Agora que você conhece melhor a maneira como a Unicamp vem avaliando seus candidatos, em se tratando de língua estrangeira — inglês, falemos sobre as questões propriamente ditas.

As perguntas dizem respeito tanto ao que se chama comumente de conteúdo dos textos quanto a seus aspectos formais. Em outras palavras, para respondê-las, você deverá estar atento também à maneira como está apresentada e organizada a linguagem no texto. E é aí que pesa bastante o seu conhecimento de língua inglesa. É claro que se você reconhece um verbo na negativa, ou uma estrutura de comparativo, por exemplo, você já tem meio caminho andado para a leitura de um texto.

Você poderá perceber, com as questões que estaremos discutindo aqui, que, nessa prova, espera-se que o candidato não só leia e compreenda os textos em língua estrangeira, mas que, também, demonstre capacidade de análise, como em todas as demais provas que compõem o exame Vestibular da Unicamp. Seleccionamos para a discussão questões que se tornaram interessantes por diversas razões. Muitas vezes o que chamou a atenção foi um desempenho dos candidatos diferente do esperado. Outras vezes é a própria questão que propicia a discussão de um passo fundamental para a leitura... Enfim, estaremos falando sobre:

1. Recuperação de referências.
2. Localização de trechos bem delimitados no texto em contraposição à necessidade de estabelecer relações.
3. O vocabulário "difícil" ou "não adequado" para o segundo grau.
4. O que acontece quando se parte para uma tradução literal.
5. Compreensão da argumentação através da compreensão dos elementos que a marcam, como conjunções, advérbios, etc.
6. A linguagem não-verbal.

1. Recuperação de referências

Iniciemos a discussão observando um passo fundamental para a leitura de um texto, seja em sua própria língua, seja em uma língua estrangeira.

Num texto escrito, assim como na linguagem oral, existem certos elementos que têm a função de retomar outros elementos do próprio texto. Essas retomadas são feitas através de pronominalizações, definitizações ou substituições lexicais. Compreender essas retomadas é imprescindível para a leitura.

Examinemos, portanto, algumas questões que incidiam sobre a explicitação desses processos.

A questão 28, de 1992, transcrita abaixo, pedia que você dissesse a quem o autor do trecho se referia ao usar a palavra "hero".

Leia o trecho abaixo, retirado de uma obra sobre o poeta inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834).

The story of Coleridge's life has been told many times, in outline and at length - too often to an accompaniment of wrung hands, wry faces, shrugged shoulders, set frowns, and worse. It is very well documented; many parts of it can be told in great detail. Its hero offers a rarely equaled series of invitations to moralizing judgment: opportunities he himself is only too ready to exploit. But such comments really tell us less about Coleridge than about their authors. Our business is with him and still more with his work, not with some lesser man's opinions about his character and behavior. (...)

28. Na terceira linha deste trecho lê-se "Its hero offers...". A quem o autor está se referindo ao usar a palavra "hero"?

Para tal, era preciso que você, primeiro, tivesse clara a relação entre "its" e "hero" e que entendesse que "its" se referia a "The story of Coleridge's life", para, então, relacionar "hero" a Coleridge.

As notas mais frequentes se localizaram nos extremos: notas 5 - 47,7%

O restante das notas ficou distribuído entre: notas zero - 31,2%

- respostas que mostraram uma certa hesitação na identificação de "hero", que receberam 4 pontos. (Por exemplo: O autor se refere, ao usar a palavra hero, ao herói das biografias de Coleridge);
- respostas que apresentaram Coleridge e mais outro referente, que receberam nota 3. (Por exemplo: O autor ao usar a palavra hero se referia a Coleridge e aos seus personagens);
- respostas que permitem deduzir que o candidato teria reconhecido Coleridge como o referente de "hero", mas não o explicitou, que receberam nota 1. (Por exemplo:
 - A pessoa a que se refere a biografia.
 - O personagem retratado na biografia de Coleridge.
 - Refere-se à vida de Samuel Taylor Coleridge.)

Observe, agora, a questão 21, também de 1992:

Left-handers don't die young after all

**Dan Charles
Washington DC**

A study claiming to show that left-handed people die nine years earlier than right-handed people relied on faulty statistical methods, according to scientists who have reviewed the research. The study was published in the *New England Journal of Medicine* two weeks ago, and received wide press coverage.

Stanley Coren of the University of British Columbia and Diane Halpern of the California State University in San Bernardino relied on death records for their study. They obtained records of 987 people who died in two counties of southern California. Family members told Coren and Halpern whether the deceased people were right or left-handed.

Coren and Halpern then calculated the average age at which the right and left-handers died. Right-handers, it turned out, died at the ripe old average age of 75. Those who preferred their left hand died at an average of 66.

But Coren and Halpern never found out how many left and right-handers there were in those two counties of California to start with, much less how old they were. As a result, their results "mean absolutely nothing", says Tricia Hartge, an epidemiologist at the National Institutes of Health.

The American Academy of Actuaries also issued a statement calling Coren and Halpern's methods "faulty". Richard Labombarde, an actuary with the private firm of Milliman and Robertson in Washington, says that Coren and Halpern's research reminded him of methods used by actuaries 200 or 300 years ago.

Coren and Halpern's result, says Hartge, may simply reflect a well-known fact: the average left-handed person in the US is significantly younger than the average right-handed person. This may have nothing to do with the life expectancy of left-handed people. It is probably due to the practice, common until recent decades, of forcing left-handed

people to write with their right hands in school. Because the population of left-handers is younger, the left-handed people who die will, on average, be younger than right-handed people who die, says Hartge.

Coren denies that historical practices of forcing left-handers to change could have produced his data. He says that it is very difficult to persuade people to switch hands, and even then, the people may write with the right hand and do most other things as they did before.

But both Hartge and the Academy of Actuaries dismissed the significance of Coren's historical studies, saying that only a valid study of life expectancy could resolve the question. This would require taking two matched groups, one of left-handed people and the other of right-handed people, and keeping track of how many die as they get older. Apparently, no such study has been done.

21. Qual a conclusão do estudo publicado no *New England Journal of Medicine*?

Para respondê-la, você tinha que identificar, no texto, o estudo publicado no *New England Journal of Medicine*. O texto começa falando de *um* estudo ("A study...") para depois dizer que o estudo foi publicado no *New England Journal of Medicine*. Você tinha que relacionar "The study" com "a study":

Mas a questão não se resumia em uma recuperação de referências. Além de identificar que estudo era esse, você deveria diferenciar *a conclusão do estudo* ("left-handed people die nine years earlier than right-handed people") *da afirmação dos cientistas que reviram a pesquisa* ("...relied on faulty statistical methods"). Assim, ganharam 5 pontos respostas como as seguintes:

O estudo concluiu que os canhotos morrem 9 anos mais cedo que os destros. A conclusão do estudo, (ao que parece baseada em estatísticas incorretas), é a de que os canhotos morrem em média nove anos antes dos destros. Este estudo conclui que, canhotos morrem nove anos mais cedo que destros. Estudiosos reviram a pesquisa e mostraram que esse estudo baseava-se em dados estatísticos incorretos. (Essa segunda parte não era necessária mas seu acréscimo não acarretou desconto de pontos)

Veja casos de respostas em que se percebe que o candidato não conseguiu relacionar "The study" e "a study":

A conclusão do estudo publicado no New Journal of Medicine foi de o estudo que dizia que as pessoas canhotas morriam nove anos mais cedo que os destros é falso. A conclusão foi que o estudo feito para mostrar que pessoas canhotas morrem nove anos mais cedo que uma pessoa destra fora realizado sobre métodos estatísticos falhos.

Há outro problema aí: essas respostas não diferenciam *a conclusão do estudo da opinião dos cientistas*. Mesmo assim ainda foram melhores que a resposta abaixo, em que o candidato não conseguiu nem diferenciar o estudo publicado no **New England Journal of Medicine** do artigo "Left-handers don't die young after all", da autoria de Dan Charles e, por isso, recebeu apenas 1 ponto. As anteriores que receberam 3 pontos continham, conforme sublinhamos em cada uma delas, a idéia de que os canhotos morrem nove anos mais cedo que os destros. Veja:

O estudo publicado no New England Journal of Medicine chegou a conclusão que os canhotos não morrem mais cedo que os destros, como havia sido publicado em uma pesquisa.

Você diria que essa resposta deveria receber nota zero? Compare-a com outras que receberam nota zero:

A conclusão do estudo foi a de que a mão esquerda das pessoas até os nove anos é mais ágil do que a mão direita. Que pessoas após nove anos de sua morte sentem a mão. Que as pessoas devem andar sempre à direita; em ruas, avenidas para que não corram o risco de morrer cedo demais.



The fashion of Western footwear has evolved as a reflection of the period in which it was worn. Culture and social structure influenced the fashion of footwear just as they impacted the arts and architecture.

Throughout the world, people use the appearance of clothing and accessories to communicate social status, age, affiliation, and special occasion. For Western society, change in appearance is the critical factor in this process. We call this change in style, fashion.

From the elongated, pointed toe of the Gothic knight, through to elegant silk booties of the Victorian period, to the practical 20th century walking shoes, footwear is imbued with social significance. We obtain a glimpse of history by looking at what people wore on their feet.

In 14th century England, laws proclaimed the permitted length of the pointed toe, depending upon social status.

Heels, after their introduction, soon indicated the status of the wearer by their height. In fact, the term "well-heeled" originated from the wealthy wearing high-heeled footwear.

Originally, if you were called a "square", it referred to the fact that you wore square-toed shoes well after they were out of fashion.

The "foot" measurement was developed in 1320 in England by Edward II, whose foot measured 36 barley corns. Each barley corn was one third of an inch, which added up to 12 inches, or one foot.

23. Identifique, no 2º parágrafo, o processo a que o texto faz referência.

O trecho envolvido aqui não apresentava grandes dificuldades em matéria de vocabulário. No entanto, buscar a que se referem as expressões usadas, neste caso, saber a que se refere "this process" nem sempre é fácil. Em outras palavras, a dificuldade na leitura nem sempre é uma questão de vocabulário.

Apenas 33,7% dos candidatos obtiveram 5 pontos nessa questão (quase a mesma porcentagem de zeros: 32,8%), apresentando respostas como as seguintes:

O processo a que o texto se refere é o processo da moda.
Moda.

O processo é o uso de roupas e acessórios para comunicar status social (classe, posição social), idade, filiação e ocasiões especiais.

Mudança de aparência, estilo, moda.

Processo de moda indicando status.

A questão 30, do 1º Vestibular Unicamp/88, também envolvia uma busca de referente. A que partes do mundo o narrador se refere quando fala em "those parts"? Como chegar a essa conclusão? O referente, ou seja, aquilo a que o texto faz referência, está explícito no texto? Tente agora, você, resolver a questão.

TWELVE of our men were dead owing to too much work and bad food; the rest were in a very weak condition. On the 5th of November, which was the beginning of summer in those parts, the seamen saw a rock not far from the ship; but the wind was so strong that we were driven directly upon it, and it tore a hole in the ship. Six of the men, of whom I was one, let down the boat into the sea, and managed to get clear of the ship and the rock. We rowed, I should think, about nine miles, till we were able to do so no longer, being already tired with hard work while we were in the ship. We therefore trusted ourselves to the mercy of the waves; and in about half an hour the boat was overturned by a sudden wind from the north.

30. Quando o narrador fala em "those parts", a que partes do mundo ele pode estar se referindo?

2. Localização de respostas bem delimitadas no texto em contraposição à necessidade de estabelecer relações

Temos notado, ao longo dos vestibulares, que os candidatos têm mostrado um desempenho muito bom em determinado tipo de questão. Um exemplo foi a questão 21 do Vestibular Unicamp/91.

Leia o texto abaixo, originalmente impresso na capa de um caderno feito com papel reciclado.

PAPER AND THE ECOLOGY

1. In temperate climates a forest only grows on average up to one tonne of wood per annum per acre and less than half to a third of that in the colder Northern Forests of Scandinavia and Canada.
2. Worldwide consumption is now over 170 million tonnes per annum. The developed Western Countries consume 74% almost 126 million tonnes of which the USA alone uses half.
3. World consumption per minute is now equal to all the trees being cut down in over 25,000 square metres of 60 year old forest and that goes on every minute 24 hours per day, every day.
4. Every tonne of recycled paper saves over 17 trees.
5. Every tonne of recycled paper saves over 5,000 kilowatt hours of electricity.
6. The recycled paper manufacturing process creates more jobs.

HELP SAVE A TREE — BUY RECYCLED PRODUCTS.

21. Cite duas vantagens do uso do papel reciclado.

Você pode notar que o texto, constituído por itens separados e numerados, não exige uma leitura seqüenciada, o que permitiu aos candidatos deterem-se nos itens que consideraram mais fáceis, certamente os de número 4, 5 e 6, assim como nas últimas duas frases, que estão em letra maiúscula e têm uma estrutura bastante simples, de fácil entendimento. Essas duas últimas frases trazem a afirmação de que os produtos reciclados preservam as árvores, ou seja, o candidato já tinha aí uma vantagem do uso do papel reciclado: preservar as árvores. Para obter a nota 5, o candidato não precisou explicitar que "cada tonelada de papel reciclado preserva 17 árvores", tal como mostra o item 4, bastando ter mencionado como uma vantagem a "preservação das árvores". Os itens 5 e 6 trazem as duas outras vantagens mencionadas no texto, que não precisaram ser detalhadas: "economia de energia elétrica" e "criação de mais empregos".

Apresentando duas, dentre essas três vantagens, o candidato obteve a nota máxima e com apenas uma vantagem recebeu 3 pontos. A porcentagem de nota 5 foi de 80%, a de nota 4 foi de 7% e a de nota 3 de 8%, o que mostra que a grande maioria dos candidatos conseguiu apontar duas vantagens do uso do papel reciclado. Note que as vantagens estão explícitas no texto e não envolvem nem vocabulário nem estruturas difíceis, além de focar um assunto bastante divulgado.

Uma outra questão similar a essa, em que os candidatos também obtiveram bom desempenho, foi a questão 30, ainda do Vestibular Unicamp/91.

Lightning

Derek Elsom

LIGHTNING KILLS because it is a high voltage electric current. It lasts for only a short time, but it can shock, burn and otherwise damage a human body. Yet although lightning has not changed, you are now far less likely to be killed by it than ever before. Official statistics for England and Wales indicate that the number of people killed by direct lightning strikes each year has fallen dramatically. Since 1960, lightning has killed an average of only five people each year, compared with 20 people per year in the late 1800s. In the US, lightning strikes now kill about 95 people each year, down from around 300 deaths per year in the 1890s.

Why is lightning now less of a killer? Thunderstorms are not less frequent: there are between about 1500 and 2000 thunderstorms throughout the world at any moment, with lightning strikes about 6000 times every minute. The change in people's occupations in Britain and the US helps to explain the decline in casualties. Because lightning usually seeks out the highest object, tall or isolated trees, telegraph poles and exposed hill tops are dangerous places to be in a thunderstorm. There are now far fewer people who work outdoors, especially in farming: farm labourers were once the prime target for lightning. In towns and cities people are protected by tall buildings and structures that conduct electricity more readily than the human body. Today, people enjoying themselves out-of-doors such as fell-walkers and golfers seem to face the greatest risk. Water sports are especially dangerous.

Men are at higher risk than women. Since 1852, when the authorities began to collect data systematically, nearly 1800 people have been killed by lightning in England and Wales. Of these, only 15 per cent were women. So, because more men have outdoor jobs and play outdoor sports, they are six times more likely to be killed by lightning in Britain as women. In some developing countries, where a higher proportion of women work outdoors, this figure may be reversed.

Lightning kills people directly or by striking nearby trees or the ground.

The hazards are greater around trees, especially if they stand alone.

When lightning strikes a tree or the ground, it creates large voltage gradients on the ground surface as the current propagates outward. If you are standing nearby, this can cause a momentary difference of several thousand volts between your feet, which may induce a fatal surge of current through your body. The wider apart your feet, the greater and more dangerous the current. Four-legged animals, whose legs span a greater distance, experience a greater voltage gradient. Many die because of this effect. So, in a thunderstorm, you should avoid lying flat on the ground as this increases the difference in voltage along your body if lightning strikes nearby. Keeping your feet together and crouching as low as possible with your hands on your knees is the best advice.

(...)

New Scientist 24 June 1989

30. Cite duas situações de risco de morte provocada por raios.

Ao contrário do texto sobre papel reciclado, este é um texto que exige uma leitura bem mais cuidadosa. São muitas as situações de risco durante uma tempestade, mencionadas no texto (ficar sob árvores altas ou isoladas, ficar sob postes telegráficos, ficar em topos de morros expostos, trabalhar ao ar livre, trabalhar no campo/em fazendas, jogar golfe, praticar esportes aquáticos, praticar "fell-walking", manter-se com os pés muito afastados, apoiar as mãos e os pés no chão — ficar "de quatro" —, deitar no chão), mas elas estão inseridas no meio do segundo e do último parágrafos, o que dificulta encontrá-las. Você pode constatar, portanto, que embora as questões 21 e 30 sejam similares, os textos a que se referem são muito diferentes, tanto quanto à estruturação como a nível de vocabulário. Essa diferença, no entanto, não foi relevante para o desempenho dos candidatos, já que ambas mostraram-se questões fáceis.

Na questão 30 a porcentagem de notas 5 foi de 53% (candidatos que citaram corretamente duas situações), a porcentagem de notas 4 foi de 19% (candidatos que explicaram mal uma das situações) e a porcentagem de notas 3 foi de 14% (candidatos que citaram corretamente uma situação de risco).

Temos que considerar a possibilidade de o candidato ter respondido à questão sem ler o texto, por conhecer situações de risco de morte por raios, mas as respostas e as situações citadas indicaram-nos que a maioria dos candidatos leu o texto para responder à questão.

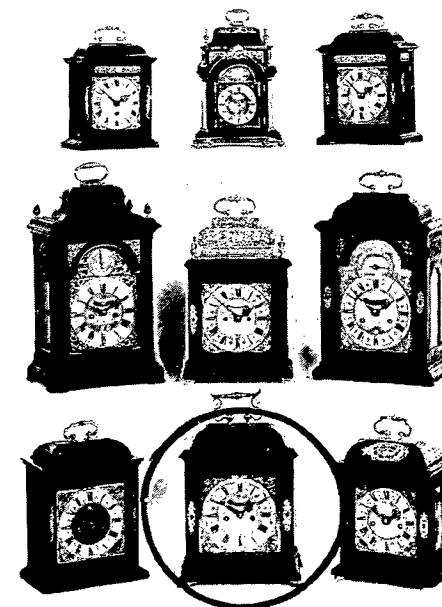
Quando comparada às outras questões relativas a esse mesmo texto¹, a questão 30 diferencia-se por ter apresentado uma porcentagem de acertos bem mais alta (com exceção da questão 26). Este dado parece endossar nossa percepção de que esse tipo de questão leva o candidato a um bom desempenho. No que se refere à questão 21 você poderia argumentar que o elemento facilitador é o próprio texto, o que não é o caso do texto "Lightning", que trouxe maiores dificuldades para os candidatos. Assim, é significativo o fato de, na questão 30, os candidatos terem mostrado um desempenho bem acima do demonstrado nas questões 27, 28, 29 e 31, também relativas ao texto "Lightning".

Observemos, agora, a questão 28 do Vestibular Unicamp/90:

¹ As outras questões foram as seguintes:

- Questão 26: Qual a tendência geral apontada pelas estatísticas com relação ao número de mortes causadas por raios?
 Questão 27: Que dados estatísticos justificam sua resposta à pergunta anterior?
 Questão 28: Qual a explicação apresentada no texto para as estatísticas?
 Questão 29: Qual a relação entre a frequência das tempestades e o número de mortes causadas por raios atualmente?
 Questão 31: Para escapar aos raios, é mais vantajoso ser quadrúpede ou bípede? Por quê?

Leia o texto abaixo, retirado de um catálogo de uma casa de leilões.



Clocks, Watches and Wristwatches

30 June, South Kensington

'The jeweller of kings and the king of jewellers' said Edward VIII of Louis Cartier, who expanded the Cartier company to London in 1902 and New York in 1908.

The Cartier company started as a small workshop run by Louis-Francois Cartier, and reached its peak by the end of the 19th century as jewellers under French Royal patronage and supplying the elite of Parisian society. The name Cartier was, and still is, synonymous with the magical aura their exclusive products create. One thinks of Cartier, firstly as jewellers, which they predominantly were, but connoisseurs for decades have been avidly collecting their superb table clocks and watches of jade, rock crystal and gem stones.

Cartier's first wristwatch was designed for the Brazilian aviator Alberto Santos Dumont. He required such an item, as checking a pocket watch was too cumbersome an operation for a pilot. It is no surprise that with the popularisation of the wristwatch in the 1920s and 30s, Cartier should turn its attention to producing this new form of personal jewellery. Today, with the ever-increasing interest in wristwatches, the serious collector is prepared to pay large sums of money for the rare Cartier pieces of the 30s and 40s. Timeless styling and superb watch-making will ensure that watches from this period will always hold pride of place in any collection.

Top, left to right:
 Jos. Knibb, London: Charles II bracket timepiece, 11 1/2 in. (29 cm.) high. Estimate: £20,000 to £25,000.
 Markwick Markham: George III tortoiseshell and ormolu musical bracket clock, 13 in. (33 cm.) high. Estimate: £15,000 to £20,000.
 Tho. Tompion, London: Charles II bracket timepiece, no. 116, 12 1/4 in. (31 cm.) high. Estimate: £50,000 to £60,000.
 Centre, left to right:
 W. Turnbull, Darlington: George III mahogany striking bracket clock, 19 in. (48 cm.) high. Estimate: £2,500 to £3,000.
 Daniel Quare, London: Late Stuart kingwood striking bracket clock, 16 in. (41 cm.) high. Estimate: £10,000 to £15,000.
 Tho. Windmills, London: George II month going striking bracket clock, 18 1/2 in. (47 cm.) high. Estimate: £8,000 to £10,000.
 Bottom, left to right:
 Joseph Knibb, London: Charles II striking bracket clock, 12 1/2 in. (32 cm.) high. Estimate: £22,000 to £26,000.
 Dan Quare, London: William III striking bracket clock, 14 1/2 in. (37 cm.) high. Estimate: £6,000 to £8,000.
 Edward Stanton, London: Charles II striking bracket clock, 12 1/2 in. (32 cm.) high. Estimate: £8,000 to £10,000.

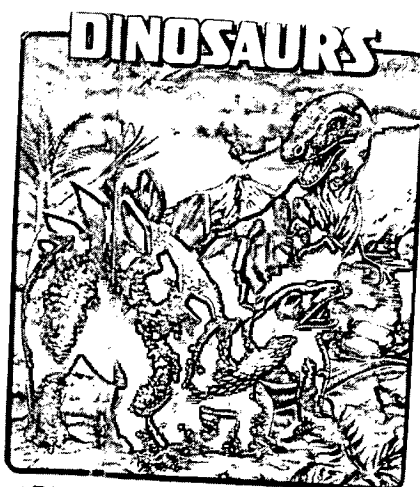
28. Dê duas razões pelas quais os relógios Cartier têm um valor alto entre os colecionadores.

Também esta questão mostrou um bom desempenho por parte dos candidatos. A resposta encontra-se no final do último parágrafo e a última palavra do texto — "collection" — é uma indicação clara de que aquele trecho relaciona-se com os colecionadores mencionados na pergunta.

A compreensão depende basicamente de conhecimento do vocabulário veiculado pelas expressões "rare Cartier pieces", "timeless styling and superb watch-making", que trazem adjetivos que permitem uma correlação com o português: "rare" = raro, "superb" = soberbo, maravilhoso. A expressão "timeless styling", que pode ser entendida por clássico, sempre em moda, é menos comum, mas na medida em que a pergunta pede apenas duas razões do alto valor dos relógios Cartier para os colecionadores, essa expressão pode ser deixada de lado.

A resposta não exige, portanto, nenhuma elaboração complexa e, para conseguir a pontuação máxima, o candidato precisou apenas localizar os dois adjetivos acima mencionados ("rare" e "superb").

O Vestibular Unicamp/93 também apresentou uma questão similar a essas que vimos discutindo:



What's wrong with this picture? *Tyrannosaurus rex* became extinct some 60 million years before *stegosaurus* existed. Such factual errors are typical of most dinosaur games, books, and toys.

The Truth About Dinosaurs

You've heard of Save the Whales, Save the Trees, and Save the Oceans, but Save the Dinosaurs? Though it sounds like they're some 65 million years too late, a worldwide coalition of scientists, artists, authors, and educators has banded together to do just that.

They've formed the Dinosaur Society, a nonprofit group dedicated to setting the record straight about everybody's favorite fossils. The problem isn't that dinosaurs have faded from memory. Indeed, they're everywhere these days - on sheets and shower curtains, at the movies and on TV, in books and games. But most of the information we get about dinosaurs is just plain wrong, says Don Lessem, president and founder of the group, based in Newton Lower Falls, Mass.

The media usually portray dinosaurs as pea-brained, ponderous creatures, whose big, heavy tails dragged through the swamps they inhabited. In fact, most dinosaurs were energetic, muscular, and held their tails off the ground. Yes, they lived in swamps, but they lived in woodlands, on deserts, and even in the arctic, too,

says Lessem, a journalist and author of *Kings of Creation*, a new book about recent dinosaur excavations.

Dinosaurs weren't so dumb, either. "Dinosaurs had enough gray matter to do anything they needed to do," says dinosaur paleontologist David Weishampel, professor of anatomy at John Hopkins Medical School and vice-president of the Dinosaur Society. They had brains comparable to those of birds or reptiles, which enabled them to form structured herds and hunt in packs.

Take the arms of the tyrannosaurus rex, one of the most popular dinosaurs among children. "They've always been thought of as useless vestiges," says Lessem. But when its actual forearms were discovered two years ago, researchers found that they were as short as human arms but three times as wide and ten times more powerful. Instead of having wimpy biceps, tyrannosaurus rex was really the Arnold Schwarzenegger of dinosaurs, with the strength to have curled 440 pounds.

Unfortunately, little of this new information filters down to today's budding scientists. "Kids learn about the same dinosaurs we heard about 100 years ago," says Lessem. They also miss out on the notion of science as a work in progress; to them, it seems like

dinosaurs are a done deal, he says.

The reason behind all of the inaccuracy about dinosaurs is that the media haven't kept up with research, Lessem says. In fact, most of the knowledge we have about dinosaurs has been garnered only over the last 20 years. Even today, a new genus of dinosaur is discovered every seven weeks.

It's understandable, then, that authors and toy makers perpetuate misinformation about dinosaurs. "They could go to the public library, but they would be using books that themselves are out-of-date," says Weishampel. The most current findings are available only in obscure scientific journals.

Dinosaurs are more than just a hook to get kids to pay attention in science class, says Lessem. "They are increasingly being seen as a mechanism for understanding evolution in general." Even though people sometimes treat them like dragons, unicorns, or other fantasy animals, what makes dinosaurs different is that they were real, he says. "That's why it's so important to get them right." - DEBRA ROSENBERG

(Technology Review, August/September 1992)

27. Aponte as duas características da imagem dos dinossauros frequentemente divulgada pelos meios de comunicação.

A resposta a essa questão encontra-se no terceiro parágrafo do texto. Sua localização é facilitada pela palavra "media", que corresponde a "meios de comunicação", expressão citada na pergunta. As três características apontadas no texto seguem "as", que caracteriza um tipo de construção comparativa normalmente conhecida pelos candidatos. Assim, mesmo que o candidato não conseguisse entender a expressão "pea-brained", ele saberia que os dinossauros são normalmente taxados como "ponderous creatures, whose big, heavy tails dragged through the swamps they inhabited", além de serem chamados de "pea-brained".

A correção foi bastante flexível, aceitando respostas não tão apropriadas, tais como "fortes", "muito grandes", "poderosos", "criaturas com caudas pesadas", "enormes". Vemos, pois, que embora o vocabulário apresente dificuldades, a correção amenizou esse fator, valorizando a localização das características, mais que seu perfeito entendimento.

34% dos candidatos obteve nota 5, sendo que a nota 3 foi conseguida por 41% dos candidatos, o que mostra que grande parte chegou a apontar pelo menos uma das características frequentemente divulgadas pelos meios de comunicação, é um terço dos candidatos chegou a apontar as duas características, mesmo tratando-se de um texto longo e difícil.

As questões 28, 29 e 30, que também se referiam a esse texto, tiveram porcentagens muito altas de nota zero (51%, 40% e 36%, respectivamente), o que indica o grau de dificuldade apresentado pelos candidatos com relação ao texto, e torna o desempenho dos candidatos na questão 27 ainda mais significativo.

Queremos concluir estas análises ressaltando que todas as questões analisadas pedem aos candidatos para citar, apontar ou dar vantagens, situações, razões ou características de determinado assunto, ou seja, pedem a localização de itens restritos a trechos específicos do texto, o que leva os candidatos, em sua maioria, a apresentarem um bom desempenho. Temos constatado que todas as questões que incidem sobre trechos bem delimitados dos textos acabam gerando um bom desempenho.

Em contraposição a essas questões que levam à localização de itens delimitados nos textos, temos as que exigem uma maior reflexão, como, por exemplo, aquelas que pedem ao candidato para estabelecer determinada relação com o assunto enfocado no texto. Normalmente são questões consideradas difíceis, com baixo (des)empenho por parte dos candidatos.

A questão 30, do Vestibular Unicamp/92, é um dos melhores exemplos que temos de questões que exigem do candidato capacidade de reflexão:

Os trechos apresentados nas colunas A e B foram extraídos de um guia curricular para o ensino de História no primeiro e no segundo graus.

A

History is part of the process through which a society shares a common memory of the past of the country in which all pupils live.

History is a crucial part of the personal development of its students, first, because our knowledge of what we are as individuals and members of groups, and our ability to anticipate and aspire to what we might become, depends on the knowledge and understanding of what we have been.

B

Oh no! Not in Castleford! Maybe if I lived down South. (A schoolboy, being asked if the events in which he might be involved could ever be recorded for the future.)

30. A fala do aluno, citada na coluna B, revela o seu ponto de vista com relação ao que vem a ser um **fato histórico** digno de registro. Esse ponto de vista corresponde ou não à concepção de História expressa no trecho A? Explique por quê.

Os segmentos que compõem a coluna A trazem afirmações sobre o que seja História, enquanto que a fala do aluno citada no trecho da coluna B requer que o leitor explicita a concepção de História que permeia essa fala.

Para responder à questão 30, então, você precisaria partir da fala do aluno. Na questão está dito que "a fala do aluno revela o seu ponto de vista com relação ao que vem a ser um **fato histórico** digno de registro", o que lhe permite compreender que, para o aluno, em "Castleford" não se tem fatos históricos dignos de registro: "Oh no! Not in Castleford!" Bem, se não se tem fatos históricos dignos de registro em "Castleford", é porque para o aluno nem todos os lugares, nem tudo o que acontece pode fazer parte da História, ou seja, a História é limitada.

Tendo chegado a essa conclusão, ou a alguma conclusão similar, você tem, agora, que relacioná-la à concepção de História expressa no trecho A. Outra certeza que a questão 30 lhe dá é que os dois segmentos da coluna A levam a uma mesma concepção de História, sendo possível, portanto, depreender essa concepção a partir dos dois, ou de apenas um dos segmentos de A.

No primeiro, há duas expressões importantes: "common memory of the past", em que o adjetivo "common" mostra que a memória é comum a todos, diz respeito a todos; e "in which all pupils live", que mostra que ninguém é excluído da História.

No segundo segmento, a História, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, também não pode ser considerada limitada a alguns estudantes, a alguns lugares.

Portanto, a concepção de história do aluno em B não corresponde à concepção de História expressa na coluna A.

A porcentagem de acertos da questão ficou em torno de 24%. A nota mais freqüente foi 1 (47%): quase a metade dos candidatos respondeu apenas "não", sem explicar o porquê. Isso nos permite pensar que esses candidatos devem ter feito uma escolha arbitrária (em outras palavras, devem ter "chutado" a resposta, levados pela negativa existente na resposta do aluno em B ("Oh no!"), sem

compreender os trechos apresentados. A porcentagem de zeros foi de 17% e a de respostas em branco foi de 12%. Esses resultados mostram o grau de dificuldade dos candidatos com relação a essa questão.

O trecho abaixo foi retirado do livro *Winnie-the-Pooh*, de A.A. Milne.



The Piglet was sitting on the ground at the door of his house blowing happily at a dandelion, and wondering whether it would be this year, next year, sometime, or never. He had just discovered that it would be never, and was trying to remember what "it" was, and hoping it wasn't anything nice, when Pooh came up.

32. Em que Piglet estava pensando?

A questão não exige que você estabeleça relações, como a que acabamos de comentar, mas o fato de o texto a que ela se refere não fornecer a resposta esperada, que seria a informação precisa, bem delimitada, sobre o que Piglet estava pensando, parece ter sido um problema para os candidatos. A tradição escolar normalmente exige de seus estudantes respostas ditas "objetivas", a esse tipo de pergunta, e portanto, iria contra as expectativas dos candidatos reconhecer que o próprio Piglet não sabia em que ele estava pensando.

Essa questão teve uma porcentagem de zeros de 50% e de respostas em branco de 24%, ou seja, foi uma questão que resultou em um desempenho ruim por parte dos candidatos.

Tanto ela, quanto a questão 30 (1992) exigem reflexão e capacidade de crítica e, por isso, representam um problema para os candidatos em geral. Lembre-se que os candidatos que conseguem um bom desempenho na prova de Inglês são os que conseguem fazer da leitura um processo que vai muito além do "resgate de informações".

3. A questão do vocabulário "difícil" ou "não adequado" para o segundo grau

Já falamos algumas vezes que não é o vocabulário de um texto que o torna difícil ou não. Falamos também que é possível, muitas vezes, dependendo de seus propósitos de leitura (neste caso, dependendo da questão que tem pela frente), contentar-se com um significado mais geral, menos específico para determinadas palavras ou expressões do texto que você está lendo.

A questão 18, de 1993, envolvia um trecho do texto "The Wonders of Natural Biodiversity" com diversas palavras que, sem dúvida, não fazem parte do conhecimento dos candidatos egressos do 2º grau: "reeds", "grasses", "shrubs" e "quirks", por exemplo. Como superar esses obstáculos?

18. A natureza caminha em direção à biodiversidade. De que maneira o estudo dos fósseis confirmaria essa afirmação?

Fossil records show that plants first appeared on the planet as two distinct species: reeds and grasses. Seen in cross-section, grasses developed round stems and reeds triangular ones. From such modest beginnings an infinite variety of plants, shrubs, trees, and vines evolved and diversified, each adapting to quirks of climate and geography.

"Reeds and grasses" só podem ser as duas espécies distintas de plantas que apareceram no planeta. A chave para essa conclusão eram os dois pontos. "Shrubs", assim como "vines", vinham numa sequência: "an infinite variety of plants, shrubs, trees and vines...". Pode-se concluir, a partir daí, que "shrubs" e "vines" devem ter a mesma natureza que "plants" e "trees", o que era suficiente para a resposta. Todos esses vegetais ("plants", "shrubs", "trees" e "vines") se diversificaram ("evolved" poderia ser um problema, mas "diversified" provavelmente não era obstáculo à compreensão do trecho), "each adapting to quirks of climate and geography". Se o problema está em "quirks", tente pensar no mesmo trecho sem essa palavra:

cada um se adaptando a _____ (de) clima e geografia,
ou tente atribuir um significado para a palavra que você não conhece:
cada um se adaptando a _____ de clima e geografia.

Examinemos algumas respostas à questão 18 (texto reproduzido à página 17) para observar como os candidatos trataram esses itens lexicais difíceis, desconhecidos:

Pelos fósseis, podemos observar que a aparição de plantas no planeta se deu por duas distintas espécies. A partir dessas duas espécies, surgiram infinitas variedades de plantas, muito diversificadas, se adaptando ao clima e à geografia. Os fósseis mostram que no começo só existiam 2 espécies de plantas e elas foram se desenvolvendo, desenvolvendo até a imensa variedade que temos hoje. A natureza caminha em direção da biodiversidade pois, segundo o estudo dos fósseis, no início existiam já duas espécies distintas de plantas que originaram a grande variedade de espécies vegetais existentes atualmente. Os fósseis mostram que as primeiras plantas a aparecerem no planeta eram de duas distintas espécies e hoje a natureza apresenta variedades de plantas, árvores, que implica na biodiversidade da mesma.

Pois o estudo afirma que primeiro apareceram 2 espécies distintas de plantas ("reeds and grasses") e do cruzamento entre estas surgiu uma infinita variedade de plantas.

O estudo dos fósseis mostra que as plantas, no início apareceram no planeta em duas espécies distintas. Dessas dois simples tipos, outros surgiram se adaptando com os tipos de clima e posição geográfica; são infinitos tipos de plantas, árvores, enfim, uma diversidade grande de vegetais.

O estudo dos fósseis confirmaria essa afirmação a partir do momento em que mostra que as primeiras plantas que apareceram no planeta são duas espécies distintas. A partir dessas espécies começaram a surgir uma infinita variedade de plantas, árvores e outras, cada uma adaptando-se ao clima e geografia.

O estudo dos fósseis mostra que as plantas surgiram como duas espécies diferentes e foram, com o passar do tempo, se diversificando e se adaptando às diferentes condições ambientais.

Durante a correção, pudemos observar que, para a grande maioria dos candidatos, mesmo para os que não receberam nota 5, o vocabulário, aí, não constituiu um problema.

Observe a questão 29, também do Vestibular Unicamp/93 (texto reproduzido à página 20).

29. Os jovens de hoje têm acesso limitado às novas informações sobre os dinossauros. A que concepção de ciência essa limitação pode levar?

A questão incidia sobre um verbo que, muito provavelmente, era desconhecido para a maioria dos candidatos: "to miss out on". Ela podia ser respondida de duas maneiras:

- pela compreensão do argumento do texto como um todo;
- pela compreensão do sexto parágrafo:

"Unfortunately, little of this new information filters down to today's budding scientists. 'Kids learn about the same dinosaurs we heard about 100 years ago', says Lessem. They also **miss out on** the notion of science as a work in progress; to them, it seems like dinosaurs are a done deal", he says."

Para responder pela compreensão do sexto parágrafo era preciso um trabalho para a compreensão de "miss out on". A resposta não poderia ser "The notion of science as a work in progress": o parágrafo começa com "unfortunately" e, além disso, a noção de ciência como um trabalho *que não é estático*, que progride ("a work in progress"), não pode advir de um *acesso limitado* a novas informações (trecho da questão 29). Portanto, "miss out on" só pode ter um sentido, digamos, negativo:

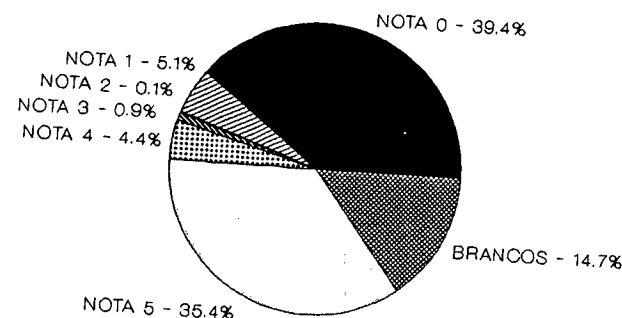
"They also _____ the notion of science as a work in progress."

Tente um sentido para o verbo, acima, e, depois, observe o desempenho dos candidatos nessa questão:

Os jovens podem perder a noção de que a ciência é um trabalho em progresso, podem achar que a ciência é um 'dinossauro'.

De que a ciência seria considerada estável, que nunca progride nas informações. À não concepção de ciência como um trabalho em progresso. O que os jovens escutam hoje sobre os dinossauros é o mesmo que os cientistas escutavam a 100 anos atrás, assim parece que a noção de ciência não é como um trabalho em progresso. Essa limitação pode levar os jovens a compreenderem a ciência como sendo algo sem progresso, perdendo a noção de ciência como trabalho em progresso. De que ciência é algo imutável e não ter idéia de que ela vai se aperfeiçoando, progredindo. Pode levar a uma concepção da ciência como uma atividade estática e completa, como se não houvesse mais nada a ser descoberto.

O número de brancos nessa questão não foi alto e, se por um lado, houve um número considerável de zeros, por outro, a porcentagem de notas 5 e 4 também o foi.



Na discussão do vocabulário "difícil" ou "não adequado" para o segundo grau também deve ser considerada a relação texto/pergunta/resposta/correção. Um bom exemplo é a questão 29, do segundo Vestibular Unicamp/88.

Esse trecho foi retirado de um conto da escritora inglesa Virginia Woolf (1882-1941).

Virginia Woolf

KEW GARDENS

From the oval-shaped flower-bed there rose perhaps a hundred stalks spreading into heart-shaped or tongue-shaped leaves half-way up and unfurling at the tip red or blue or yellow petals marked with spots of colour raised upon the surface; and from the red, blue or yellow gloom of the throat emerged a straight bar, rough with gold dust and slightly clubbed at the end. The petals were voluminous enough to be stirred by the summer breeze, and when they moved, the red, blue and yellow lights passed one over the other, staining an inch of the brown earth beneath with a spot of the moist intricate colour. The light fell either upon the smooth, grey back of a pebble, or the shell of a snail with its brown, circular veins, or, falling into a raindrop, it expanded with such intensity of red, blue and yellow the thin walls of water that one expected them to burst and disappear.

Instead, the drop was left in a second silver grey once more, and the light now settled upon the flesh of a leaf, revealing the branching thread of fibre beneath the surface, and again it moved on and spread its illumination in the vast green spaces beneath the dome of the heart-shaped and tongue-shaped leaves. Then the breeze stirred rather more briskly overhead and the colour was flashed into the air above, into the eyes of the men and women who walk there in July.

29. Complete a seguinte sentença com apenas uma palavra:

O texto acima descreve um/a _____.

Considerado isoladamente, este é, sem dúvida, um trecho com um vocabulário incomum para o aluno do 2º grau. No entanto, a questão, juntamente com a grade de respostas utilizada, permitiu um bom desempenho por parte dos candidatos.

A questão pedia que se resumisse, com uma palavra, o que o trecho descreve (a questão, portanto, já diz que se trata de uma descrição). Se, por um lado, predomina o vocabulário "difícil", por outro, há inúmeras palavras bem conhecidas:

"flower (-bed)"
"leaf/leaves"
"red or blue or yellow petals"
"The petals were voluminous..."
"summer breeze"
"red, blue and yellow lights"

"brown earth"
"water"
"(vast) green spaces"

E outras, não tão conhecidas, mas que talvez pudessem ajudar, como "snail" e "raindrop".

Além disso, pelo final do trecho, conclui-se que é um lugar onde se pode andar.

A partir daí, é fácil chegar a JARDIM como resposta. Foram aceitas também outras respostas, como, por exemplo, SONHO. É nesse sentido que a correção tem, em questões como essas, um papel fundamental, conforme colocamos anteriormente.

4. O que acontece quando se parte para uma tradução literal

O caminho mais árduo, mais tortuoso (que provavelmente não levará a lugar nenhum) para a leitura de um texto em língua estrangeira é tentar traduzi-lo, palavra por palavra. Em geral, as respostas que partem para a tradução de trechos do texto ou não se completam, ou resultam numa inadequação total. Traduzir um texto em língua estrangeira não se resume a encontrar correspondentes na sua língua para todas as palavras que estão lá. A tradução é um trabalho muito mais complexo que envolve, assim como a leitura, produção de sentido. O fenômeno a

que nos referimos aqui nem deveria ser chamado de tradução. São tentativas de respostas que ficam presas à forma do texto.
Vejam novamente a questão 32, de 1990:

O trecho abaixo foi retirado do livro *Winnie-the-Pooh*, de A.A.Milne.



The Piglet was sitting on the ground at the door of his house blowing happily at a dandelion, and wondering whether it would be this year, next year, sometime, or never. He had just discovered that it would be never, and was trying to remember what "it" was, and hoping it wasn't anything nice, when Pooh came up.

32. Em que Piglet estava pensando?

Não foi uma questão tranqüila para os candidatos daquele ano, como vimos. Muitas das respostas que não obtiveram sucesso foram respostas em que os candidatos se mantiveram presos à forma do texto, como nos exemplos seguintes. Observe:

Piglet estava pensando no tempo, como ele seria este ano, o ano que vem. E estava tentando lembrar como ele foi, e achou que não foi nada bom, quando Pooh voltou. Ele tinha acabado de descobrir que isso seria nunca, e foi tentando lembrar o que foi isso, e não foi qualquer coisa boa, quando Pooh chegou. Piglet estava pensando se "wondering whether" seria este ano, próximo ano ou nunca. *não sei traduzir.

O Piglet estava pensando na _____ da sua casa e abrí-la felizmente num _____, e maravilhosamente _____ que seria este ano, no próximo ano, alguma vez ou nunca.

Agora, observe as duas respostas abaixo que conseguem sintetizar bem o que Piglet estava pensando, sem estarem presas ao texto. Para chegar a essas respostas você não precisava necessariamente ter entendido palavra por palavra.

Em alguma coisa, que nem ele mesmo sabia o que era.
Piglet estava pensando em alguma coisa que ele mesmo esqueceu, enquanto olhava para o "dandelion".

A questão 28, do primeiro vestibular de 1988 também nos permitiu observar a mesma coisa:

Leia o trecho abaixo retirado do livro *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift (1667-1745).

TWELVE of our men were dead owing to too much work and bad food; the rest were in a very weak condition. On the 5th of November, which was the beginning of summer in those parts, the seamen saw a rock not far from the ship; but the wind was so strong that we were driven directly upon it, and it tore a hole in the ship. Six of the men, of whom I was one, let down the boat into the sea, and managed to get clear of the ship and the rock. We rowed, I should think, about nine miles, till we were able to do so no longer, being already tired with hard work while we were in the ship. We therefore trusted ourselves to the mercy of the waves; and in about half an hour the boat was overturned by a sudden wind from the north.

28. Qual o acontecimento descrito no texto?

Observe a resposta abaixo:

Relata que vinte dos homens que acompanharam teriam morrido de fome. Diz também que no dia 5 de novembro com o começo do verão eles partiram em direção ao norte

O candidato tenta uma tradução desde o início do texto. Provavelmente, como se depara com muitas dificuldades que não consegue resolver, passa direto para o final.

Na resposta abaixo, o procedimento é o mesmo, só que o candidato traduziu várias partes do trecho:

Doze homens haviam morrido por muito trabalho e comida ruim, sendo que o resto de sua tripulação estava em fracas condições. Em pleno verão, numa viagem marítima, com fortes ventos dificultava a direção de seu barco. Até que o barco virou. Ficaram a mercê das ondas e com muito trabalho desviraram o barco.

Nenhuma das duas respostas foi bem sucedida.

Volte, agora, à questão 17, de 1993, e ao texto a que se refere (reproduzidos à página 17) e procure descobrir o que teria levado um candidato a dar a seguinte resposta:

Porque ele já bateu muitos recordes com esta experiência no estrangeiro.

Faça o mesmo em relação à questão 18, também de 1993: volte à questão e ao texto (reproduzidos à página 17/18) e procure determinar uma possível origem para a resposta seguinte:

O estudo dos fósseis apresentou a primeira planta encontrada no planeta como duas espécies distintas: vermelhas e cinzas.

Você certamente observou a total inadequação dessas respostas ocasionada por uma tentativa de tradução mal sucedida.

5. Compreensão da argumentação através da compreensão dos elementos que a marcam, como conjunções, advérbios, etc.

As questões de que trataremos agora incidiam sobre o movimento de argumentação do texto. Vejamos como você poderia resolvê-las com o auxílio de seus conhecimentos sobre os elementos que marcam esses movimentos do texto, como, por exemplo, as conjunções, os advérbios e as locuções adverbiais. Veremos que, como observamos anteriormente, seu conhecimento da língua inglesa não é tudo na leitura de um texto em inglês, mas pode ser significativo.

O trecho abaixo é a primeira parte de um artigo sobre ilhas. Foi usado no segundo vestibular de 1988, com as perguntas que o seguem:

Worlds apart

by François Doumenge

ISLANDS are "worlds apart", so distinctive are their physical and biological characteristics, as well as their economic and demographic situation. Surrounded by the sea, they are by definition relatively isolated, a condition which has effects on their plant and animal populations as well as on their social and economic equilibrium.

Degrees of insularity are difficult to measure. Islands with more than a certain surface area are continental islands. Small island countries usually have a surface area of less than 20,000 km² and a population of less than a million persons.

Excluding islands in Arctic and extreme southern latitudes and in the Mediterranean, most small island countries are found in the intertropical zone. In terms of

climate they enjoy definite assets, and consequently they conjure up images of lush vegetation, agreeable weather conditions and varied landscapes that are idyllic to many a mainland. Oceanic influences ensure that there is a high degree of continuity in the life cycle of plants, a high level of insolation encourages natural productivity, and the trade winds exert a beneficial influence on the environment. Nevertheless, there are constraints: a central belt of heavy rainfall corresponding to the intertropical front is bordered by two dry belts, with the result that within a single archipelago groups of very humid islands are sometimes found next to quite arid ones. Moreover, the alternation of wet and dry seasons is marked by violent disturbances such as cyclones, typhoons and serious droughts.

Finally, as a result of their geological formation and geographical situation, these islands are subject to earthquakes and volcanic eruptions.

More serious than the susceptibility of islands to natural disasters are the biological constraints of endemism.⁽¹⁾ These are particularly onerous since fewer plant and animal species are found on islands, because of their physical isolation, than on continents. These natural populations are fragile, since their regenerative capacity and their power of resistance are weak when faced with overexploitation or harsh competition from outside species introduced accidentally or for economic reasons. The proliferation of such species and their retinue of parasites and pathogenic organisms may cause real ecological catastrophes. On the other hand, by virtue of their isolation, islands may constitute veritable biological sanctuaries for the preservation of species which might have been eliminated in evolutionary competition among continental communities.

1. Defined by the *Dictionnaire encyclopédique Quillet* as "the quality of being endemic or having a limited and clearly demarcated distribution", the French term "endémisme" possesses not only biological or ecological but also cultural connotations.

25. Em que pontos do globo encontram-se países que são pequenas ilhas?
26. Quais os aspectos negativos das condições climáticas e geográficas das ilhas da zona intertropical?
27. De acordo com o último parágrafo, o que pode causar desastres ecológicos nas ilhas?
28. O último parágrafo apresenta uma vantagem proporcionada pelo fator isolamento das ilhas. Que vantagem é essa?

O trecho sobre o qual incidia a questão 26 podia ser facilmente localizado:

"In terms of climate..."
 "agreeable weather conditions"
 "varied landscapes that are idyllic..."
 "high degree of continuity in the life cycle of plants..."
 "beneficial influence"

E tudo isso, como você pode perceber, indica aspectos positivos. Conhecendo NEVERTHELESS, ou melhor, conhecendo o funcionamento dessa conjunção em um texto, você saberia que ela introduz uma argumentação contrária ao que vinha sendo exposto, ou seja, neste caso, aspectos *negativos*. Para completar a resposta, você deveria incluir o que vinha introduzido por MOREOVER e por FINALLY:

ASPECTOS
POSITIVOS

Nevertheless,

ASPECTOS
NEGATIVOS

Moreover,

MAIS
ASPECTOS
NEGATIVOS

Finally,

MAIS
ASPECTOS
NEGATIVOS

Aí você tem, localizados, os argumentos em blocos, tal como aparecem no texto. A questão pressupunha justamente que, pela compreensão de NEVERTHELESS, MOREOVER e FINALLY, você incluísse, em sua resposta, argumentos constantes destes três blocos.

A questão seguinte (27) envolvia, na verdade, a recuperação de uma referência:

"The proliferation of 'SUCH SPECIES' and their retinue of parasites and pathogenic organisms may cause real ecological catastrophes."

Mais uma vez, na questão 28, estava envolvida uma expressão que, num texto, serve para marcar a argumentação: "ON THE OTHER HAND". Por outro lado, o trecho anterior a esse POR OUTRO LADO (sobre o qual incidia a questão 27) fala em catástrofes ecológicas. "ON THE OTHER HAND" e "BY VIRTUE OF THEIR ISOLATION" permitem que se localize o trecho do último parágrafo a que a questão faz referência. A partir daí, o único problema para se chegar a uma resposta satisfatória era saber como lidar com "might have been eliminated."

Observe duas questões em que "ALTHOUGH" estava envolvido:

New Scientist 23 October 1986

A quiet move into space

David Whitehouse

THIS HAS undoubtedly been a calamitous year for spaceflight. After three types of American rocket—including the space shuttle Challenger—failed on take-off, the Europeans lost an Ariane rocket. According to many of the press reports earlier this year, it seemed that only the Soviet Union was able to launch anything into space. But this is far from the case.

Independently of the US, the USSR and Europe, there are flourishing space programmes in three countries of the Far East: Japan, China and India. All three have national space programmes that overshadow the efforts of many Western countries. Their rockets, satellites and work on space stations will compete with those of Europe by the end of the century.

Although all three countries are developing rockets, their space programmes have rather different emphases. Japan is investing in much basic research, while China is concentrating on rocketry and India on satellites.

In the future, space will no longer be the preserve of the US, the USSR and Europe. As the three new space nations from the Far East display their different capabilities and ambitions, they will provide space programmes that form a refreshing contrast to the programmes of the superpowers. □

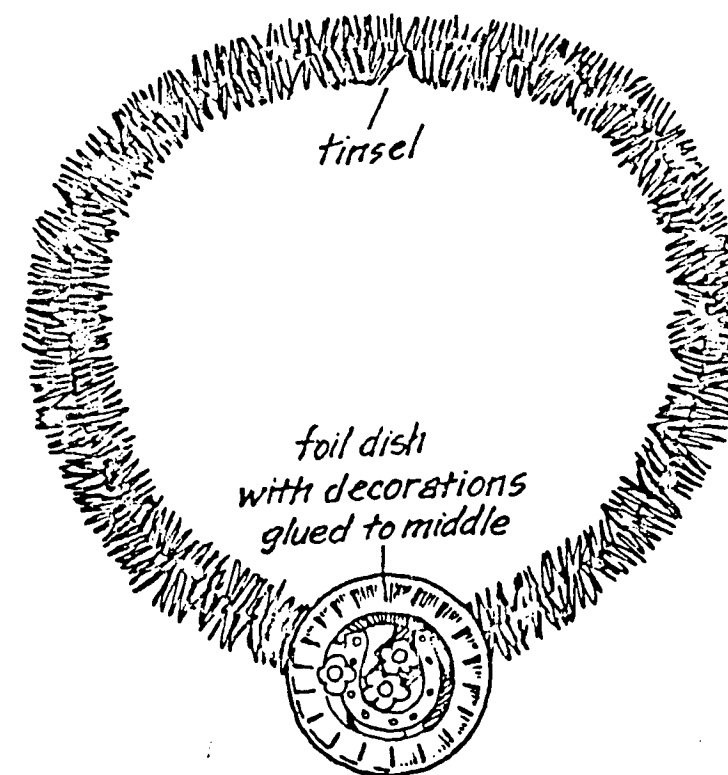
12. O que os programas espaciais desses três países têm em comum e o que têm de diferente?

GARLANDS

The giving and receiving of garlands plays an important part in some cultures. It is the Indian custom to welcome guests with a garland of flowers, and some Hindu ceremonies involve wearing garlands and draping long garlands around the temple or house. A garland of flowers is taken to the temple when visiting, and offered to the deity during puja. In return, the supplicant is given bindi, the red cosmetic mark on the forehead.

These garlands usually consist of orange or yellow flowers, although red, pink and white are often used, too. Elaborate garlands of tinsel with decorative pendants can be bought for a bride and groom to exchange during their wedding ceremony.

Garlands of flowers, called leis, are used in Hawaii and other South Pacific islands to welcome guests. The guests are given another lei on their departure, which must be cast on to the sea as they leave to ensure their return to the islands.



22. De que cores podem ser as guirlandas usadas em algumas cerimônias hindus?

Já na questão 24, do primeiro vestibular de 1988, você deveria explicitar o significado do advérbio em questão.

Guarding Against Lead

For young children throughout the world, lead poisoning is a serious problem. In the United States alone, an estimated 4 million preschool children have lead toxicity, due primarily to their consumption of peeling paint. The problem is also widespread in Europe and countries where lead and zinc are mined extensively. Lead poisoning impairs the production of hemoglobin and vitamin D in the blood, which in turn inhibits the development of the central nervous system and results in learning disabilities. Heretofore, the principal way to test for lead poisoning has been to administer a diagnostic test that involves a full day of urine collection and a dose of a drug called calcium disodium EDTA. It's a long and uncomfortable process that's impractical for the widespread lead screening of children.

Recently, a new low-energy X-ray machine that detects and measures lead in the body was developed by physicist Lucian

Wielopolski, under the aegis of Brookhaven National Laboratory in New York. The first of its type in the world, the ma-

chine measures the amount of lead on the surface of bones (where the metal generally settles) and indicates the degree of exposure over time. "In terms of lead, it's a major breakthrough," says Dr. John F. Rosen, professor of pediatrics at

the Albert Einstein College of Medicine in New York, who has used the device clinically. "It's the only instrument that could be used with children, because the X-ray exposure is virtually zero and the sensitivity of the device is so great."

X-ray exposure: The X-ray machine can screen a child in about 15 minutes, painlessly and with virtually the same accuracy as the EDTA test. Because the X-ray exposure level is so low (less than a single dental X-ray), the procedure can be used more than once, so that those with very low levels of lead can be monitored over time. Wielopolski thinks he can make the machine work even better. "There are ways to improve the system," he says, chiefly by reducing the amount of time it takes to perform the X-ray to five or 10 minutes. That would enable large populations of children under the age of six and pregnant women, the two most vulnerable groups, to be screened and protected from the hazards of lead.

RICHARD ERNSBERGER JR.

A quick way to detect a heavy metal: Wielopolski with his machine
COURTESY BROOKHAVEN NATIONAL LABORATORY



NEWSWEEK/OCTOBER 26, 1987

24. Na linha 18, lê-se: "Heretofore, the principal way to test for lead poisoning has been to administer a diagnostic test that involves a full day of urine collection (...)." Volte ao texto e dê um significado para esse advérbio.

Chegar a uma resposta exigia:

- perceber uma marcação de TEMPO no texto, relacionando a função que "HERETOFORE" tem no texto com a função que tem "RECENTLY" e
- perceber o contraponto entre dois processos:
 - um que é "long and uncomfortable" e "impractical" ("for the widespread lead screening of children");
 - outro que é "a major breakthrough", "The only instrument that could be used with children", "painlessly", etc.

A questão 30, de 1993, também pode ser incluída aqui. A pergunta era: "Por que é compreensível que autores e fabricantes de brinquedos continuem divulgando informações errôneas sobre os dinossauros?"

Se você voltar ao texto (reproduzido à página 20) verá que a questão retoma o início do oitavo parágrafo:

"It's understandable, then that authors and toy makers perpetuate misinformation about dinosaurs."

Esse THEN, conclusivo (É compreensível, ENTÃO, que ...), é que permitiu a questão (Por que é compreensível que...?).

Receberam 5 pontos respostas em que o candidato mencionava que há novas descobertas sendo feitas e que não há acesso a tais descobertas (elas só são divulgadas em periódicos científicos de difícil acesso).

Receberam 3 pontos respostas em que o candidato não explicitava a relação entre as novas descobertas e a falta de divulgação.

Observe algumas respostas a essa questão que receberam 5 pontos:

É compreensível que autores e fabricantes de brinquedos continuem divulgando informações erradas sobre os dinossauros porque a imprensa não tem acompanhado as pesquisas e novas descobertas sobre os dinossauros, divulgando com muito atraso.

É compreensível o fato de que autores e fabricantes de brinquedos continuem divulgando informações errôneas sobre os dinossauros porque o acesso às coisas novas está restrito à certas revistas científicas. A maioria da sociedade e livros de biblioteca trazem informações arcaicas sobre o assunto.

É compreensível porque a maioria das descobertas recentes só está disponível em obscuros jornais científicos.

Observe, agora, uma resposta que recebeu 3 pontos:

Porque eles usavam livros ultrapassados.

A porcentagem de notas zero nessa questão superou a porcentagem de notas 5: 36,1% de zeros e 32,3 % de notas 5.

Um grande número dessas notas zero deveu-se a respostas como:

Porque para estes autores e fabricantes de brinquedos é vantajoso que as crianças ainda acreditem na superstição dos dinossauros. Enquanto eles gostarem de ler sobre "guerras entre os dinossauros", dinossauros invadem New York, eles estarão ganhando muito dinheiro. A imagem errônea sobre os dinossauros reflete e gera lucros!!

É compreensível que autores e fabricantes de brinquedos continuem divulgando informações errôneas sobre os dinossauros porque as crianças já estão acostumadas com a imagem mostrada, e caso começasse a produzir dinossauros com a sua forma certa mesmo, os fabricantes poderiam ter prejuízos.

Porque eles querem vender os brinquedos que produzem.

Por que passando esta imagem errônea fará que vendam mais, e conseqüentemente lucrará com tais brinquedos.

6. A linguagem não-verbal

Na prova de inglês você provavelmente irá encontrar textos que apresentam, além da linguagem verbal (palavras), também ilustrações, fotos, gráficos, ou qualquer outro tipo de linguagem não-verbal, que estarão gerando expectativas e lhe permitindo suposições a respeito do que está exposto na sequência verbal. Na verdade, essas ilustrações, fotos e gráficos, são um ponto de partida para a leitura e um contraponto que lhe possibilitará confirmar ou não suas suposições, dialogando com o que vem escrito. Principalmente no caso de textos em língua estrangeira, a linguagem não-verbal é um ponto de referência que pode auxiliar no entendimento. Faz bastante diferença você iniciar o processo de leitura já com suposições a respeito do que está escrito.

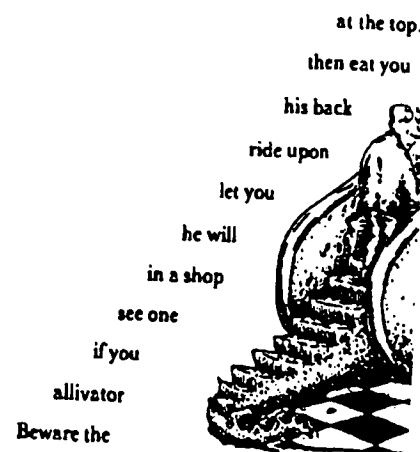
É preciso que você explore esse contínuo de significação formado pela sequência verbal e pelas manifestações não-verbais que fazem parte do texto. Dependendo do tipo de texto e da(s) pergunta(s) elaborada(s) para o mesmo, a linguagem não-verbal pode ter um papel determinante na compreensão.

Houve casos, em provas anteriores de inglês, em que a ilustração em um texto foi fundamental para permitir uma resposta correta (questão 25 do Vestibular Unicamp/92) e outros em que somente a ilustração já era suficiente para que o candidato elaborasse uma resposta possível (questão 17, Vestibular Unicamp/89).

Mesmo quando não permitem um nível de interpretação tão amplo, as ilustrações, fotos, símbolos, gráficos, fornecem subsídios importantes que você não deve ignorar.

Estaremos agora discutindo algumas questões em que a linguagem não-verbal teve um papel importante, e começaremos pela questão 25 do Vestibular Unicamp/92, acima referida.

25. Leia o poema abaixo e responda às questões que se seguem:



(Allivator, written by Roger McGough, illustrated by Tony Blundell, Viking Kestrel.)

a) De que maneira o poema deve ser lido?

b) O que levou você a concluir que esse poema deve ser lido assim?

Para responder às questões *a* e *b*, a relação visual com o texto era fundamental.

Chama a atenção o fato de que a disposição da sequência verbal é a de uma escada (que começa por um rabo), da mesma forma que a ilustração nos mostra um homem de costas, *subindo* uma escada, ou seja, é muito próxima a relação entre a ilustração e a sequência verbal. Se para subir uma escada uma pessoa sempre toma a direção *de baixo para cima*, transferindo essa observação para a sequência verbal você teria as duas respostas:

a) De que maneira o poema deve ser lido?

Deve ser lido de baixo para cima.

OU

Deve ser lido como se você estivesse subindo uma escada.

b) O que levou você a concluir que esse poema deve ser lido assim?

A figura indica que a pessoa está subindo a escada.

É importante dizer que a conclusão apresentada em *b* não se constitui na única possibilidade de resposta. Outras possibilidades seriam:

"Allivator" pode ser a junção de "escalator" com "alligator", ou seja, um "crocodilo-rolante" que tal como a escada rolante, ameaça nos engolir no topo.
É uma das maneiras de as escadas rolantes funcionarem.
É a maneira como ele adquire sentido.
A letra maiúscula da palavra BEWARE está embaixo.
O ponto final está em cima.

Note que entre essas outras possibilidades, a primeira é uma interpretação da sequência verbal, relacionada à ilustração, mas as duas últimas decorrem apenas da observação visual da sequência verbal do texto, sem que fosse preciso lê-la.

Assim, você vê que poderia responder à questão 25, tanto *a* quanto *b*, sem compreender uma única palavra do texto, apenas fazendo uma leitura visual do mesmo, estabelecendo uma correlação entre a sequência verbal e a ilustração do poema.

Observe, agora, a questão 17 do Vestibular Unicamp/89:

17. As fotografias abaixo e respectivas legendas acompanhavam um texto em uma revista. Qual seria o assunto desse texto?



The Rossetti Ross twins, aged 10, were born in a detention centre in Argentina and forcibly separated from their mother. Their father has since located them in Paraguay and is fighting a long legal battle to get them back



Joseph, aged 12, was beaten by South African police and detained for three months. In April, 1987, 1,424 children were arrested under the emergency regulations



Boris Yuncacallo, a Peruvian schoolboy aged 14, was arrested by an army patrol in October, 1983 while out buying sugar. All attempts to locate him have failed

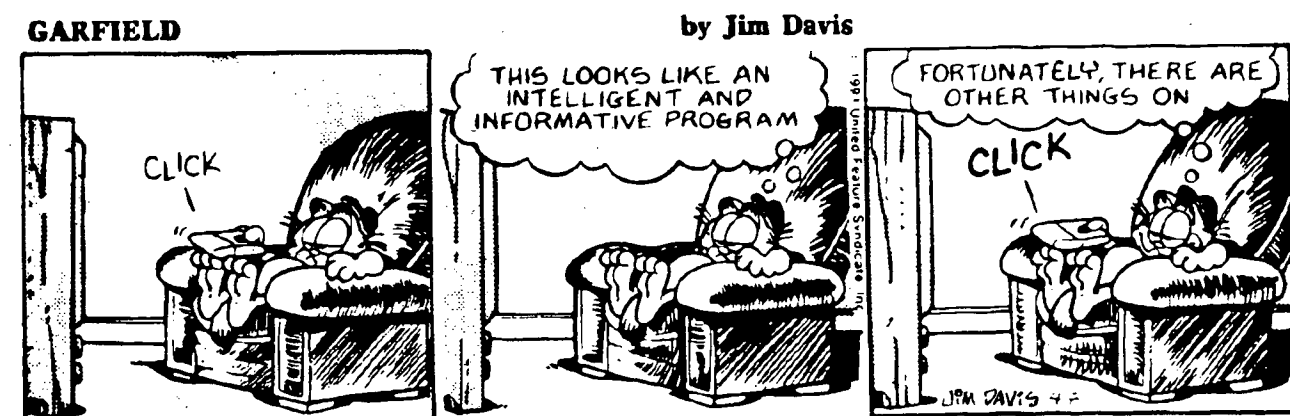


Gnanguru Aravinthan, aged 13, is one of several Tamil children to have gone missing in the past three years. He was last seen cycling past an army camp in September, 1985

A observação das fotos nos mostra que, com certeza, trata-se de crianças. Embora esta não fosse uma resposta para 5 pontos (a pontuação máxima), era uma resposta possível e que seria aceita, apenas com uma pontuação menor. Assim, caso você tivesse um conhecimento muito pequeno de inglês, teria mais chance de se sair bem nessa questão apenas pela observação das fotos do que se tentasse "adivinhar" as legendas das mesmas.

Outra questão que envolveu a linguagem não-verbal foi a questão 32 do Vestibular Unicamp/93:

32. Na tira abaixo, qual parece ser a opinião de Garfield sobre programas de TV inteligentes e informativos? O que levou você a essa conclusão?



Mesmo que você não conseguisse entender o que Garfield está pensando, ou ainda que confundisse o verbo TO LOOK LIKE com o verbo TO LIKE, o "CLICK" permitia entender que ele ou mudou de canal ou desligou a TV e, portanto, não gosta de programas de TV inteligentes e informativos. "Fortunately" e "other things on", além da expressão de Garfield, mostram que ele se sente aliviado por poder assistir a outros programas.

Por fim, examinemos a questão 30 do Vestibular Unicamp/90:

Francês

Conversa com o leitor

A Unicamp decidiu em 1987 reformular seu vestibular com o objetivo de adequar o exame ao perfil do candidato desejado pela Universidade. Abandonou, assim, os testes de múltipla escolha; a partir de então, cada prova se constitui de um conjunto de dezesseis questões dissertativas.

E a prova de Língua Estrangeira do vestibular Unicamp, que transformações sofreu com essa mudança? Como você deve ter lido no programa que aparece no *Manual do Candidato*, a prova de Língua Estrangeira avaliará sua *competência em leitura* através de questões formuladas a partir de textos na língua estrangeira de opção do candidato (Francês ou Inglês). Essas questões são elaboradas em Português e devem ser respondidas também em Português. Talvez você se pergunte por que a Unicamp optou por esse tipo de prova.

Na verdade, saber ler em uma língua estrangeira é muito importante para o estudante universitário. Em primeiro lugar, a leitura em língua estrangeira contribui muito para a sua formação enquanto cidadão: o acesso, por exemplo, à imprensa internacional possibilita uma melhor compreensão do mundo e, portanto, de sua própria realidade. Em segundo lugar, esse conhecimento é importante para a sua formação acadêmica: através dele o estudante pode ter acesso ao que se produz, em diferentes países, em sua área de estudos.

Por outro lado, a avaliação da competência em leitura permite selecionar candidatos adequados ao perfil do aluno desejado pela Unicamp. Ou seja, através do desempenho do candidato na prova de leitura pode-se avaliar sua capacidade de organizar idéias, estabelecer relações, interpretar dados e fatos, elaborar hipóteses (Veja, no *Manual do Candidato*, a portaria do Reitor que regulamenta o Vestibular Unicamp.).

Se você conhecer melhor a concepção de linguagem e de leitura que orienta a elaboração da prova de Língua Estrangeira — que é a mesma da prova de Língua Portuguesa — você entenderá por que essa prova pode atingir os objetivos gerais do Vestibular Unicamp.

Como já explicitamos no *Manual do Candidato*, a prova de Língua Estrangeira do Vestibular Unicamp se diferencia dos exames tradicionais de língua, que geralmente se organizam a partir do conhecimento explícito da gramática, avaliando, portanto, um conhecimento abstrato sobre a língua. Nosso objetivo, ao contrário, é avaliar a *prática efetiva de leitura do candidato*.

Gostaríamos de chamar sua atenção para um fato visível na correção das provas de Francês: a concepção de leitura que fundamenta a experiência escolar que os candidatos tiveram com o texto escrito nem sempre coincide com a que adotamos. Pode-se perceber que muitas vezes o caminho percorrido pelo candidato em sua leitura segue o texto passo a passo, tomando-o em sua linearidade, como

FRANCÊS

I. Conversa com o leitor	59
II. Elaboração da prova	61
1. <i>Leitura: construção de sentidos</i>	
2. <i>Critérios de escolha dos textos e tipos de questão</i>	
3. <i>Critérios de correção</i>	
III. Análise das questões e do desempenho dos candidatos	79
1. <i>Questões do tipo reconstituição da informação, do tipo apreensão de julgamento de valor, do tipo ordenação e relevância e do tipo segmento</i>	
2. <i>Questões do tipo reconhecimento do quadro enunciativo e do tipo reconstrução da argumentação</i>	
3. <i>Questões do tipo estabelecimento de relações</i>	
IV. Apêndices	95
1. <i>Provas de Língua Estrangeira – Francês do Vestibular Unicamp</i>	

se este fosse uma soma de frases isoladas, e não um *todo que se articula*. Assim, em algumas respostas dos candidatos, vê-se que estes são capazes de traduzir partes de um texto sem contudo entendê-lo. Ora, saber ler em língua estrangeira não se confunde com uma decodificação linear do texto; não é, portanto, ir traduzindo o texto parte por parte nem o texto em toda a sua extensão.

O que seria, para nós, saber ler? Para responder a essa pergunta, recuperamos o que já dissemos a respeito no *Manual do Candidato*:

A leitura não é uma tarefa passiva de simples decodificação de sentido. Trata-se de uma compreensão ativa que resulta na produção de um texto novo pelo leitor (assim é que diferentes leitores podem produzir leituras diferentes de um mesmo texto, o que não significa, em outro extremo, que qualquer leitura possa ser feita). A leitura pode ser definida como o resultado de uma operação de atribuição de sentido que atua sobre o texto em sua globalidade, recuperando seu funcionamento.

Elaboração da prova

1. Leitura: construção de sentidos

1.1. Exemplificando: um texto, percursos de leitura

Como você pode não estar familiarizado com a concepção de leitura discutida no capítulo anterior, apresentaremos a seguir exemplos de percursos de leitura. Esses exemplos serão dados a partir da abordagem de três textos. O primeiro deles, na realidade, um excerto, será trabalhado detalhadamente; os outros dois serão tomados como exemplos gerais de possíveis percursos de leitura.

POUR UN JUSTE CALCUL DES RESPONSABILITÉS

ANIL AGARWAL



UNE ACTION EFFICACE CONTRE LA SURPRODUCTION DE GAZ À EFFET DE SERRE IMPLIQUE QU'UN ACCORD INTERNATIONAL SURVIENNE POUR DÉTERMINER LES RESPONSABILITÉS RESPECTIVES DES NATIONS. TOUT LE PROBLÈME EST DE S'ACCORDER SUR LA MÉTHODE EMPLOYÉE. OR CERTAINS CHERCHEURS AMÉRICAINS N'HÉSITENT PAS À METTRE SUR LE MÊME PLAN LA POLLUTION URBAINE DE LOS ANGELES, TOKYO OU PARIS ET LES ÉMANATIONS DE MÉTHANE DES RIZIÈRES D'ASIE. LES RESPONSABILITÉS DES PAYS DU SUD ET DU NORD SÉRAIENT EN QUELQUE SORTE ÉGALES ET INDÉPENDANTES DE LA NATURE DES ACTIVITÉS POLLUANTES. ANIL AGARWAL EXPLIQUE POURQUOI CETTE VISION EST UNE SIMPLIFICATION NON FONDÉE SUR LE PLAN ÉTHIQUE ET SCIENTIFIQUE, QUI NE PEUT QUI FAIRE BARRAGE À UN CONSENSUS ENTRE LES NATIONS PROCHAINEMENT RÉUNIES À RIO.

LA RECHERCHE DES NATIONS UNIES

Le risque de réchauffement climatique est un sujet capital, à la fois scientifique et politique. Tout effort pour le maîtriser doit être précédé par une évaluation scientifique et politique des contributions respectives des pays au phénomène d'effet de serre. Un certain niveau d'émissions de gaz à effet de serre (gaz carbonique, méthane, etc.) est inévitable pour la survie et le développement de l'humanité. Personne ne s'est encore essayé à soutenir qu'il est nécessaire de stopper tous les rejets. Autrement dit, il existe un volume global de gaz que l'homme peut rejeter dans l'atmosphère sans provoquer de bouleversement climatique, quantité que les scientifiques sont chargés d'évaluer. La question est de savoir comment ce quota doit être partagé.

Escolhemos como primeiro exemplo um excerto curto por questões práticas: trabalhando-o de forma bastante detalhada, poderemos exemplificar, com um só texto, vários aspectos importantes para o processo de leitura. Você não deve, de modo algum, imaginar que numa prova de Francês do Vestibular Unicamp será exigida de você uma análise exaustiva de todo um texto.

Diagramação e composição gráfica

Ao olharmos a página, podemos ver os seguintes elementos de sua *diagramação e composição gráfica*:

Em destaque, um título (*Pour un juste calcul des responsabilités*) e duas fotos.

Abaixo deles, dois blocos de material escrito; o da esquerda destaca-se em relação ao da direita por aparecer todo em caixa alta e em negrito, formando um conjunto visual marcado pela distribuição harmônica das palavras num espaço de página. O da direita, ao contrário, compõe uma coluna típica de texto impresso, aparecendo em caracteres comuns, destacando-se apenas a primeira letra em negrito e caixa alta. Ao contrário do outro, não tem final marcado por pontuação. Além desses elementos salientes, podemos ver também um nome próprio (*Anil Agarwal*) abaixo do título e, ao pé da página, um conjunto visual composto por um nome próprio (*La Recherche*) seguido de um número (243), uma indicação de data (*mai 1992*) e outras duas indicações (*volume 23; page 610*).

A partir de nossas práticas sociais de leitura, que informações podemos extrair desses elementos? Em primeiro lugar, podemos dizer que esse tipo de diagramação e composição gráfica é próprio da *imprensa escrita*. O tamanho da página — aqui reduzido — nos revela que se trata de uma *revista* e não de um jornal. Que revista? Na imprensa, a fonte costuma ser dada ao pé da página, o que nos remete ao nome próprio *La Recherche*, certamente o *nome da revista*, a qual, como todo periódico, é marcada por *número* (243) e *data de publicação* (*mai 1992*). Como o dia do mês não é indicado, podemos deduzir que a revista é de publicação *mensal*. Além disso, aparece o *número da página* (*page 610*). Pelo número de páginas (muitas para um periódico) e pela indicação de *volume* (*volume 23*), podemos deduzir que essa revista pode ir compondo, ao longo de sua publicação, uma *coleção*.

Condições de produção do texto

A partir desses dados, vemos que se trata da primeira página de um *artigo* de revista, escrito por Anil Agarwal: nesse tipo de texto, um nome próprio situado abaixo do título ou ao final da matéria indica o seu autor.

Hipóteses sobre o objeto e a natureza do texto

Sobre o que seria o artigo? Num primeiro momento, podemos procurar a resposta a essa pergunta no título do artigo, pois, em geral, a função do título é

orientar a leitura, resumindo e chamando a atenção do leitor para a temática tratada.

O título contém três palavras principais próximas ao português: *juste*, *calcul* e *responsabilités*. Ora, ao se falar de cálculo, subentende-se que há um problema a ser resolvido no qual devem ser considerados diferentes elementos. Cálculo do quê? De responsabilidades (mais de uma). Trata-se, portanto, de algo de natureza ética, implicando valores, o que é reforçado pelo adjetivo *juste*. Mas, responsabilidades em relação a quê? O título não fornece essa informação revelando apenas a natureza do texto (de opinião: polêmico, marcado por julgamentos de valor).

• Fotos

A leitura das fotos pode nos levar a hipóteses. Nelas se contrapõem dois universos distintos: "progresso" x "atraso", riqueza x pobreza, presença maciça de veículos x presença humana. Relacionando as informações do título com as das imagens, podemos pensar que os elementos envolvidos no problema estão ligados aos binômios ricos x pobres, desenvolvimento x subdesenvolvimento, colocando-se a questão da responsabilidade de cada uma dessas partes. As imagens já nos revelam a localização de um desses pólos: a presença de placas em língua inglesa com nomes de localidades nos indica que a foto da esquerda é de uma cidade norte-americana.

Já sabemos que o artigo aborda um problema ligado à relação entre universos opostos, ou seja, ricos x pobres. Mas que problema? Distribuição das riquezas, fome, colonização, progresso tecnológico?

• Corpo do artigo

Passemos à leitura do artigo em si. Como leitores habituais de imprensa escrita, sabemos que o bloco da direita é o corpo do artigo: o primeiro parágrafo do texto, que deve continuar na(s) página(s) seguinte(s). Por outro lado, a apresentação visual do bloco da esquerda nos indica que se trata de uma abertura, cuja função é apresentar, de maneira resumida, as informações contidas no artigo. É, portanto, nesse bloco que o sentido do título vai se completar.

Na verdade, estamos procurando duas informações: problema relacionado a quê, com relação a esse problema, quais são as partes cuja responsabilidade está em jogo?

• Abertura do artigo

Se passarmos os olhos por toda a abertura em busca de elementos que respondam à primeira pergunta, encontraremos:

action efficace contre la superproduction de gaz à effet de serre
pollution urbaine
activités polluantes

Vemos, então, que o problema relaciona-se à *poluição do meio ambiente*, ou melhor, à busca de uma *ação eficaz* para resolver o problema da poluição.

Passemos agora a nossa segunda pergunta: na procura de soluções para a poluição ambiental, quais são as partes cuja responsabilidade está em jogo?

Repetindo o procedimento de leitura anterior, encontraremos na abertura os seguintes elementos:

accord international
déterminer les responsabilités respectives des nations
Los Angeles, Tokyo ou Paris (...) Asie
responsabilités des pays du sud et du nord

Fica claro, assim, que a solução implica um acordo *internacional*, envolvendo, portanto, diferentes países, que se dividem em dois blocos: *norte x sul*, ou seja, *países ricos x países pobres*.

Ao encontrarmos a resposta para a nossa segunda pergunta, deparamo-nos com outra informação veiculada na abertura, relacionada à questão ética anunciada no título do artigo através de *juste* e de *responsabilités*. Na verdade, o que é discutido no texto é o fato de que uma ação contra a poluição *implica* um acordo para *determinar responsabilidades* (frase que abre o bloco).

Ao relermos a abertura, vemos que, no que se refere à determinação de responsabilidades, existem duas posições: a dos *chercheurs américains* e a de *Anil Agarwal*. Os pesquisadores americanos acreditam que os países pobres e os países ricos têm as mesmas responsabilidades (*les responsabilités des pays du sud et du nord seraient...égales*). Anil Agarwal é contra essa posição, porque a considera uma simplificação que acarreta um problema ético e científico (*cette vision est une simplification non fondée sur le plan éthique et scientifique*).

Podemos perceber ainda um detalhe que aparece no final do bloco: faz-se menção ao Rio de Janeiro — *les nations prochainement réunies à Rio*. Esse detalhe é revelador das *condições de produção* do texto: através de nosso conhecimento de mundo, o fato de ter havido, no Rio de Janeiro em 1992, uma reunião de nações com a finalidade de discutir problemas de meio ambiente remete-nos à ECO 92. Podemos compreender, assim, por que o fato em questão tornou-se notícia na imprensa ganhando um grande espaço.

Cena enunciativa e argumentação

As sucessivas leituras que fizemos até aqui constituem, na realidade, um recorte que excluiu do texto sua *cena enunciativa*, o que acabou por reduzir a complexidade do que nele é de natureza *argumentativa*. Por uma questão de

clareza, privilegiamos o informativo, mas, na verdade, essa separação é artificial: na leitura de um texto, não se pode dissociar o informativo do enunciativo e do argumentativo. Esses são níveis constituintes de qualquer texto, relacionando-se sempre entre si; o que pode haver em determinados textos é a predominância de material que se apresenta como informativo sobre aquele que se apresenta como argumentativo ou vice-versa.

O texto *Pour un juste calcul des responsabilités* é predominantemente polêmico, ou seja, nele aparecem opiniões divergentes a respeito de uma mesma questão: determinação das responsabilidades no que diz respeito a uma ação contra a poluição do meio ambiente. Como já vimos anteriormente, há duas opiniões que se confrontam: a dos pesquisadores americanos e a de Anil Agarwal.

Com relação a essa polêmica, o leitor deve estar atento para o fato de que ela não se realiza discursivamente da mesma forma em todo o artigo: na verdade, o bloco da esquerda é uma apresentação da polêmica e o bloco da direita — e a sua continuação — é a polêmica em si. Estamos, então, diante de cenas enunciativas distintas: na primeira, há três vozes que circulam; na segunda, duas. Através de que indícios podemos chegar a essa conclusão?

Pela diagramação geral do artigo, já nos havia sido informado que Anil Agarwal é o seu autor (nome abaixo do título). Ora, na abertura ele é citado, o que evidencia que ele, aí, não é quem enuncia. O enunciador desse bloco — que não aparece explicitamente na configuração lingüística do texto — é uma voz anônima que, pelas regras do jogo do discurso da imprensa escrita, é associada à revista *La Recherche*.

Como se organizam, então, essas duas cenas enunciativas? No artigo propriamente dito, há duas vozes que se confrontam, sustentando duas opiniões diferentes: a do enunciador do texto, Anil Agarwal, e a dos pesquisadores norte-americanos. Na abertura, aparecem três vozes: a dos pesquisadores norte-americanos, a de Anil Agarwal e a de quem enuncia o texto (*La Recherche*). Esse enunciador, ao apresentar o artigo e, portanto, a polêmica, poderia fazê-lo de duas maneiras: com distanciamento, sem manifestar sua opinião ou, ao contrário, tomando posição com relação à polêmica. Ele opta pela segunda possibilidade. Temos, assim, três vozes veiculando duas opiniões: os pesquisadores americanos, favoráveis a uma distribuição igual de responsabilidades entre países ricos e pobres; a de Anil Agarwal, contrária a essa posição; e a do enunciador do texto, que adere à opinião de Anil Agarwal.

A opinião do enunciador que apresenta o artigo não se revela explicitamente. Podemos apreendê-la através de alguns indícios. O mais evidente deles é a oposição gerada pela escolha dos modos verbais para reportar as diferentes opiniões: *seraient* (*Les responsabilités des pays du sud et du nord seraient ...*) para a dos pesquisadores americanos e *est* para a de Anil Agarwal (*cette vision est ...*). O Condicional carrega o valor de incerteza, enquanto que o Indicativo Presente coloca a ação no plano do real.

Há ainda outros indícios mais difíceis de serem apreendidos por leitores que não são falantes nativos do francês, pois sua compreensão depende de uma vivência

com essa cultura estrangeira: a oposição gerada pela escolha léxico-sintática que qualifica, veiculando um julgamento de valor, a atitude dos pesquisadores e a de Anil Agarwal: *n'hésitent pas à mettre sur le même plan x explique pourquoi*; a primeira deprecia, enquanto que a segunda qualifica positivamente.

Questões fundamentais num processo de leitura

O caminho que percorremos até aqui para a leitura dessa página da imprensa aponta para algumas questões fundamentais que devem ser consideradas no processo de leitura:

1. Um mesmo texto pode se prestar a entradas diferentes, ou seja, a *projetos de leitura* distintos. Ao ler o texto *Pour un juste calcul des responsabilités*, o leitor poderia estar interessado apenas nas informações factuais relativas ao que se iria discutir na ECO 92. Para este leitor bastaria apreender as seguintes informações: o problema gerado pela superprodução de gases que provocam o efeito estufa exige uma ação eficaz a partir de um acordó internacional para se determinar as responsabilidades respectivas das nações. Com relação a isso, existem opiniões divergentes: aqueles que acreditam na igualdade de responsabilidades e aqueles que criticam essa posição.

Por outro lado, o leitor interessado em se inteirar da posição da revista *La Recherche* com relação a essa polêmica terá que ficar mais atento à organização enunciativa e argumentativa do texto.

2. Os trajetos de leitura descritos são alguns dos possíveis, não sendo, portanto, únicos. Além disso, não devem ser tomados como modelo uma vez que *cada texto e cada projeto de leitura vão determinar trajetos diferentes que dependem também da história de leitura de cada leitor*.

3. Um conhecimento teórico sobre a língua não é necessário para a prática de leitura de textos; o leitor deve ter um conhecimento do *uso da língua em sua modalidade escrita*, ou seja, deve saber reconhecer recursos lingüísticos fundamentais para o texto escrito (Veja *Manual do Candidato*). Vejamos alguns exemplos a partir da abertura do texto *Pour un juste calcul des responsabilités*.

a) Para que o leitor entenda que Anil Agarwal se refere à posição dos pesquisadores norte-americanos (...*cette vision est une simplification*), é preciso que reconheça o uso anafórico de *cette*, ou seja, que saiba que *cette vision* remete à posição daqueles pesquisadores explicitada anteriormente no texto.

b) Para que o leitor apreenda o valor argumentativo da oposição *seraient / est*, não basta conhecer formal e abstratamente as conjugações verbais; é preciso conhecer o valor de uso dos modos e tempos verbais.

c) Para que o leitor situe cronologicamente os fatos abordados e para que apreenda as condições de produção do texto, é preciso que reconheça *prochaine-*

ment como um marcador de tempo que indica um futuro próximo, tomando-se como ponto de referência o presente da enunciação do texto (explicitado pela data de publicação da revista: maio de 1992) e não o presente do leitor. Assim, o que no texto é futuro (ECO 92), para nós leitores, hoje, é passado.

d) Se o leitor conhecer o valor de uso do conector *or* (marca um momento particular de um raciocínio, servindo para introduzir um argumento ou uma objeção a uma tese), poderá prever que há posições contrárias com relação a um acordo sobre as medidas a serem tomadas contra a poluição. Através de *or*, o enunciador faz uma objeção à idéia de acordo.

4. O leitor deve estar atento para o fato de que *não se pode dissociar língua de história / cultura*. Às vezes, o leitor de um texto em língua estrangeira pode não compartilhar um determinado saber próprio dessa cultura. O texto poderá apresentar, assim, uma certa opacidade para este leitor.

Na abertura do artigo de *La Recherche*, a oposição *n'hésitent pas à mettre sur le même plan x explique pourquoi* implica um julgamento de valor pelo qual a segunda atitude é avaliada positivamente em detrimento da primeira. Essa oposição é decorrente de uma visão de mundo que privilegia aquilo que se chama de pensamento lógico, a reflexão, o complexo em oposição à intuição, à não-reflexão, ao simples, o que se confirma pela asserção *une simplification non fondée*. (O texto *Le triomphe du sang-froid sur le sang qui bout*, objeto da pergunta 21 da prova do Vestibular Unicamp/90, ilustra bem essa questão cultural.)

5. O leitor de um texto em língua estrangeira deve saber dispor das *transparências*, isto é, palavras da língua estrangeira que se assemelham a palavras que ele conhece em sua língua materna (por exemplo: *juste, calcul, responsabilités*). No entanto, o desconhecimento de um determinado elemento lexical nem sempre impede a compreensão. Como exemplo, podemos citar a palavra *chercheur* que aparece na abertura do artigo. Se o leitor for capaz de apreender o funcionamento global do texto, mesmo ignorando o significado dessa palavra, será capaz de compreender sua função e até mesmo o campo semântico em que se insere. Assim, se o leitor tomar *chercheur* como *pensador, professor, dirigente político* — e não como *pesquisador* — não estará comprometendo necessariamente a sua leitura.

Para a leitura em língua estrangeira, há que se considerar, portanto, que *ler não é traduzir*: o desconhecimento de parte do léxico ou até mesmo da sintaxe pode ser suprido pelo recurso a outros elementos do texto (conhecimento prévio do assunto, diagramação, contexto lingüístico no qual o elemento desconhecido se insere, rede semântica, rede argumentativa, etc.).

1.2. Outros textos, outros percursos de leitura

Como vimos na conclusão do estudo do texto *Pour un juste calcul des responsabilités*, o trajeto de leitura depende, além da experiência de cada leitor, do

texto em si — porque cada texto tem uma organização própria — e do projeto de leitura.

Para os dois textos a seguir, apresentaremos, de maneira resumida, percursos de leitura possíveis. Nosso projeto de leitura será *apreender a estruturação global de cada texto*.

Chamamos a sua atenção aqui para um fato: optamos por esse projeto de leitura — apreensão da estruturação global do texto — porque, a partir da correção das provas do Vestibular Unicamp, percebemos que grande parte das dificuldades e erros dos candidatos poderia ser evitada se estes tivessem apreendido a organização global de cada texto antes da resolução de cada conjunto de questões.

■ Le goût n'est pas ce qu'on croit. Ou du moins ce qu'on croyait. Les travaux d'Annick Faurion, membre de l'équipe du Pr Mac Leod, remettent fondamentalement en question notre théorie de la connaissance dans ce domaine. Dans un numéro spécial consacré au goût (juin 1992), la revue *l'Amateur de bordeaux* fait état de cette révolution qui constitue une véritable rupture épistémologique. Ces travaux peuvent se résumer en trois points.

Premier point: le sucré, le salé, l'amer et l'acide, qui composaient les quatre saveurs alimentaires, sont parfaitement arbitraires. Les japonais utilisent par exemple un cinquième descripteur, «umami», qui correspond au glutamate de sodium. On retrouve cette saveur dans une grande partie de leur alimentation, comme la soupe. La réglisse peut être un sixième descripteur. «*Les quatre saveurs, c'est croire que la Terre est plate*», explique Patrick Mac Leod, directeur du laboratoire de neurobiologie sensorielle à l'Ecole pratique des hautes études. Quelles sont ces autres saveurs? «*Il y a au moins huit facteurs indépendants qui déterminent la saveur des choses. Le seul goût sucré comporte déjà six dimensions!*»

Deuxième point: nous ne sentons ni ne goûtons la même chose. Le goût dépend autant des personnes que des produits. D'où la difficulté et, pour l'heure, la quasi-impossibilité de communiquer à autrui nos impressions gustatives. Certaines substances comme le méthylalpha mannopyranoside sont

Einstein n'y avait pas pensé

Les goûts ont des dimensions
et même des formes.
De plus, et c'est maintenant
prouvé scientifiquement,
tous ne ressentent pas
les mêmes choses.

amères pour certains et sucrées pour d'autres. «*Le morceau de sucre nous sert à qualifier la perception du goût que nous nommons sucré, mais la sensation que chacun ressent en le goûtant est incommunicable*», explique Annick Faurion.

Troisième point: un goût est une forme. Se souvenir d'un goût, c'est une reconnaissance de forme. Chacun d'entre nous cherche à re-

trouver dans un plat ses propres formes, qui sont ses préférences. Ces préférences sont acquises et peuvent se modifier pendant la durée de la vie. On a pu établir qu'elles étaient remises en question tous les dix ans. Le goût pour le sucré semble inné à tous les hommes. Il est probable que ce goût sucré soit appris in utero, puisque le liquide amniotique contient des sels minéraux et du glucose.

Les travaux de l'équipe du Pr Mac Leod ont une importance capitale. Ils démontrent notamment que l'espace gustatif est le plus riche et plus complexe qu'on ne l'imaginait. Mais ces potentialités restent dans l'ombre, car on ne dispose pas actuellement de vocabulaire approprié. Dans le domaine de la dégustation, le problème de la description est fondamental. Les études de l'équipe du Pr Mac Leod montrent notamment la vanité et l'insuffisance du vocabulaire en matière de dégustation du vin. A la différence de la vision ou de l'audition, où l'on peut approcher une description objective des choses, il n'y a pas d'observateur standard dans le domaine de la dégustation. «*Quand on détaille le discours d'un œnologue, on y trouve au maximum cinq descripteurs, alors que nous savons très bien en laboratoire qu'ils sont peut-être vingt. Finalement, en termes de richesse de description, l'œnologue est assez pauvre*». Les recherches du Pr Mac Leod doivent inciter les spécialistes du vin à mettre un peu moins d'emphase dans le discours et beaucoup plus d'audace dans l'introspection.

Jean COTTERAU

11 AU 17 JUIN 1992 — L'ÉVÉNEMENT DU JEUDI 137

Nº 397

O título do texto (*Einstein n'y avait pas pensé*) pode levar o leitor a pensar que se trata de um artigo sobre o trabalho científico de Einstein ou mesmo sobre alguma lacuna em sua teoria. Entretanto, o subtítulo revela, já de imediato, a temática a ser tratada: o paladar (*Les goûts ont des dimensions et même des formes*). Como se

explicaria, então, a referência a Einstein? Ainda no subtítulo, a questão do paladar aparece sob o ponto de vista da ciência (*prouvé scientifiquement*), afirmando-se que as pessoas não experimentam da mesma forma as sensações (*tous ne ressentent pas les mêmes choses*). Faz-se aí alusão à teoria da relatividade de Einstein: o paladar é relativo.

Se o leitor passar os olhos sobre o corpo do artigo, poderá perceber que este se compõe de cinco parágrafos. Lendo apenas a primeira frase de cada um deles (cuja função é, em geral, introduzir o tópico desenvolvido no parágrafo):

- *Le goût n'est pas ce qu'on croit.*
- *Premier point: le sucré, le salé, l'amer et l'acide, qui composaient les quatre saveurs alimentaires, sont parfaitement arbitraires.*
- *Deuxième point: nous ne sentons ni ne goûtons la même chose.*
- *Troisième point: un goût est une forme.*
- *Les travaux de l'équipe du Pr Mac Leod ont une importance capitale.*

pode-se perceber de imediato a simetria entre o segundo, o terceiro e o quarto parágrafos: pontos a serem explicados (*Premier point: / Deuxième point: / Troisième point:*). Esses pontos referem-se a quê?

A última frase do primeiro parágrafo os apresenta: *Ces travaux peuvent se résumer en trois points*. Trata-se, portanto, de um resumo de um trabalho. Que trabalho seria esse? *Ces travaux* remete a *Les travaux d'Annick Faurion, membre de l'équipe du Pr Mac Leod* (início da segunda frase do primeiro parágrafo): trata-se, portanto, de um trabalho científico desenvolvido pela equipe do Prof. Mac Leod, trabalho esse retomado na primeira frase do último parágrafo: *Les travaux de l'équipe du Pr Mac Leod ont une importance capitale*. Percebe-se aí que o autor do artigo, em seu último parágrafo, faz uma avaliação do referido trabalho científico (*une importance capitale*).

Se seguirmos lendo esse parágrafo, podemos perceber que o sintagma *Les travaux de l'équipe du Pr Mac Leod* se repete através de sinônimos: *Les études de l'équipe du Pr Mac Leod* e *Les recherches du Pr Mac Leod*. As frases nas quais esse sintagma se insere revelam também uma avaliação do autor. Na primeira (*Les études de l'équipe du Pr Mac Leod montrent notamment la vanité et l'insuffisance du vocabulaire en matière de dégustation du vin*), relaciona-se o trabalho do cientista à problemática da degustação do vinho, prática social importante na cultura francesa. Na segunda, que encerra o texto (*Les recherches du Pr Mac Leod doivent inciter les spécialistes du vin à mettre un peu moins d'emphase dans le discours et beaucoup plus d'audace dans l'introspection*), essa relação entre as pesquisas científicas e a atividade dos degustadores de vinho é reforçada, evidenciando o ponto de vista do jornalista a respeito dessa atividade.

Através dessa primeira leitura rápida pode-se apreender a estrutura geral do texto. Percebe-se que ele se organiza em três momentos, apresentando marcas explícitas de sua estruturação: introdução (1º parágrafo), desenvolvimento (2º, 3º e 4º parágrafos), conclusão (5º parágrafo). Na introdução apresenta-se a questão

do paladar e o trabalho da equipe do Prof. Mac Leod a esse respeito; em seguida, apresenta-se um resumo desse trabalho; na conclusão, é dado um julgamento de valor a respeito desse mesmo trabalho e de sua implicação na atividade dos degustadores de vinho.

PREMIÈRE PARTIE

LE MONDE DE LA PRESSE

CHAPITRE PREMIER

NATURE ET FONCTIONS

Chacun sait d'expérience ce qu'est un journal, un magazine, une revue, un bulletin, et a conscience, par-delà leurs différences de forme ou de contenu, de leur appartenance à un ensemble commun : la presse périodique. Cette conception empirique ne peut suffire à les définir : la notion de publication imprimée à périodicité régulière sous un titre permanent est loin de permettre de délimiter exactement le domaine de la presse écrite. Elle est trop générale et son imprécision conduit à confondre, dans un ensemble sans nuances, une masse de périodiques qui est bien plus caractérisée par la diversité de ses catégories et de ses organes, voire par la divergence de leurs intérêts, que par l'unité formelle que leur donne leur commun emballage de papier et d'encre.

En fait, la spécificité de la presse écrite tient surtout à l'ambiguïté de sa nature : elle est à la

fois production industrielle et création intellectuelle. Elle ne trouve la véritable justification de son unité que par la définition des fonctions sociales qu'elle assume, à des degrés divers, chacune de ses publications.

I. — Les limites du domaine de la presse écrite

1. L'autonomie de la presse. — Le secteur d'activité de la presse écrite est apparemment facile à délimiter car ses structures sont, dans une très large mesure, autonomes. Au point de vue juridique (1) d'abord, dans la plupart des pays les entreprises de presse, les publications, les journalistes qui les rédigent et les responsables qui les dirigent, ont un statut en grande partie spécifique ; pour sa rédaction et sa fabrication, la presse utilise des techniques et des matériels qui lui sont propres ; ses circuits de distribution sont aussi autonomes et ne se confondent que rarement, et toujours partiellement, avec ceux d'autres secteurs commerciaux ; la matière première qu'elle utilise, le papier journal, est dans la majorité des cas fabriquée ou traitée pour son propre usage. Aux différents niveaux de son organisation corporative, des organismes patronaux ou syndicaux maintiennent, par-delà les oppositions d'intérêts, l'unité et la solidarité de la profession. Enfin, le monde de la presse a hérité, de trois siècles d'histoire, des traditions qui, dans tous les secteurs

ALBERT, Pierre. *La Presse "Que sais-je?"* 414, Paris, PUF 1968 (7 éd. 1985, p. 5 - 6)

Este texto, na verdade um excerto, foi retirado de um livro sobre a imprensa (*La Presse*) que integra uma coleção (*Que sais-je?*) destinada à iniciação científica. Trata-se, portanto, de discutir um assunto do ponto de vista científico porém de forma acessível ao público não-especializado.

O excerto em questão integra o primeiro capítulo da primeira parte do livro. Pelo título do capítulo (*Nature et fonctions*), pode-se deduzir que a natureza e as funções da imprensa serão aí definidas.

Vamos nos ater aqui apenas à introdução do texto. Passando-se os olhos sobre essa parte do excerto vemos que ela é composta por dois parágrafos. O primeiro

parágrafo inicia-se por *Chacun sait d'expérience ce qu'est un journal, un magazine, une revue (...) et a conscience (...) de leur appartenance à un ensemble commun: la presse périodique*. A introdução começa, assim, pela definição da natureza da imprensa escrita (*ce qu'est...*) não do ponto de vista científico, mas sim do ponto de vista do senso comum (*Chacun sait d'expérience*), desautorizando-o a seguir: *Cette conception empirique ne peut suffire à les définir*.

A expressão *En fait* que inicia o segundo parágrafo evidencia uma oposição em relação ao parágrafo anterior. Pode-se presumir que é nesse segundo parágrafo que a imprensa escrita será abordada do ponto de vista científico. Lembrando-se de que o título do capítulo é *Nature et Fonctions*, vamos facilmente localizar a definição da natureza da imprensa escrita (*ambiguïté de sa nature: elle est à la fois production industrielle et création intellectuelle*), relacionada às suas funções sociais (*Elle ne trouve la véritable justification de son unité que par la définition des fonctions sociales qu'elle assume...chacune de ses publications*).

A partir dessa primeira leitura do excerto percebe-se sua estruturação global: o autor começa pela discussão da concepção de imprensa do ponto de vista do senso comum para apresentar, a seguir, a definição da natureza e funções da imprensa escrita a partir do ponto de vista científico, num percurso próprio de um livro destinado à iniciação científica.

Essa apreensão da estruturação global do texto permitiria a um leitor eficaz direcionar a sua leitura a partir de seu projeto: se esse leitor estiver interessado apenas na definição científica da natureza e funções da imprensa escrita, poderá concentrar sua leitura somente no segundo parágrafo do texto.

Lembramos você de que há textos de natureza diferente dos acima trabalhados, os quais podem se estruturar de forma muito distinta.

1.3. Resumindo: 13 pontos de referência

Depois de termos realizado vários percursos de leitura em diferentes textos, vamos recapitular, de forma resumida, alguns pontos fundamentais que devem ser considerados para uma leitura bem-sucedida.

1. Conhecimento prévio

A leitura é uma prática social: todo texto pressupõe um saber compartilhado entre quem escreve e quem lê. Esse conhecimento diz respeito tanto a um conhecimento de mundo quanto a um saber discursivo.

Por outro lado, a leitura é um processo dinâmico: esse conhecimento prévio é sempre investido e reinvestido em cada leitura. Para se tornar um leitor bem-sucedido é preciso, portanto, ler.

2. Condições de produção do texto

Um texto não é um objeto fechado em si mesmo, mas uma produção que se insere num contexto histórico-cultural: alguém o escreveu, para um determinado

público, num determinado espaço e momento históricos, por alguma razão; esse texto é veiculado num determinado suporte. Esses componentes extra-lingüísticos são também constituintes de sentido.

3. Referências culturais

As informações e opiniões veiculadas num texto são sempre filtradas pela cultura na qual ele se insere. Como em geral os textos são escritos para os falantes nativos de uma determinada língua e cultura, o leitor de um texto em língua estrangeira que não tiver convivência com a cultura dessa língua pode encontrar dificuldades por não compartilhar um determinado saber.

4. A imagem do texto

O texto é também uma imagem: a diagramação e a composição gráfica são partes integrantes do texto, carregando significados, fazendo, portanto, sentido.

5. Materialidade lingüística

O texto é também materialidade lingüística: as escolhas lexicais e sintáticas são portadoras de sentido.

6. Não-linearidade

O texto não é uma soma de frases, mas um todo que se articula, tendo um funcionamento específico. Dessa forma, ler um texto não é perfazer um caminho linear, seguindo palavra por palavra; ler é antes de mais nada estabelecer relações entre elementos de natureza diversa: conhecimento de mundo, conhecimento das práticas sociais de leitura, condições de produção do texto, diagramação e composição gráfica, redes enunciativa, narrativa e argumentativa, etc.

7. Um texto: diferentes leituras

Um mesmo texto se presta a trajetos de leitura diferentes. Esses trajetos dependem da história do leitor, de sua história de leitura e de seu projeto de leitura. Assim é que diferentes leitores podem produzir leituras diferentes de um mesmo texto; da mesma forma, um mesmo leitor, em momentos diferentes, pode produzir diferentes leituras de um mesmo texto.

8. Uma leitura: sucessivas leituras

Um percurso não-linear pressupõe sucessivas leituras de um mesmo leitor diante de um mesmo texto num mesmo ato de leitura. Essas sucessivas leituras na leitura de um texto vão ser determinadas pelo projeto de leitura estabelecido.

9. Ler nem sempre é esgotar o texto

Dependendo do projeto de leitura que se tem, pode-se percorrer o todo de um texto à procura de um determinado tipo de informação. Nesse percurso, pode-se deixar de lado partes do texto não-pertinentes aos objetivos propostos.

10. Ler não é traduzir

Ler um texto em língua estrangeira não significa traduzi-lo palavra por palavra. Por um lado, conhecer todo o vocabulário e as estruturas morfosintáticas de um texto não garante a sua compreensão: o reconhecimento desses elementos isoladamente não leva a uma apreensão do funcionamento discursivo do texto.

Por outro lado, a presença de elementos desconhecidos nem sempre constitui problema: às vezes trata-se apenas de detalhes que não comprometem a compreensão do texto; outras vezes, mesmo sendo essenciais, esses elementos podem ser esclarecidos por outros já apreendidos pelo leitor.

11. Conhecimento da língua

Uma prática efetiva de leitura exige do leitor um (re)conhecimento do uso da língua em sua modalidade escrita e não da teoria gramatical.

12. Transparências

O recurso a palavras que se assemelham àquelas da língua materna do leitor pode auxiliá-lo na compreensão de um texto escrito em língua estrangeira.

13. Dimensão x complexidade

Não se pode estabelecer nenhuma relação entre a dimensão de um texto e o grau de complexidade de sua leitura. Texto longo não é sinônimo de texto difícil; tampouco texto curto significa texto de fácil leitura.

2. Critérios de escolha dos textos e tipos de questão

A escolha dos textos da prova de Francês do Vestibular Unicamp é orientada por cinco preocupações:

1. textos que possam fazer parte do universo de leitura de um estudante universitário nos semestres iniciais de seu curso;
2. textos atuais;
3. textos cuja leitura requeira diferentes tipos de experiência discursiva;
4. textos que, entre si, apresentem diferentes graus de dificuldade de leitura;
5. textos que não favoreçam um domínio específico do conhecimento.

A partir desses critérios, você vai encontrar na prova de Francês textos que podem se agrupar em torno de quatro tipos: "utilitários", de imprensa de informação diária ou semanal, de divulgação científica, acadêmicos. Exemplificando, você poderá encontrar textos de catálogos, de manuais de instruções, artigos de jornais e revistas da imprensa de informação sobre temas da atualidade, artigos de divulgação científica, trechos de um livro, verbetes de enciclopédia, resenhas de livros, etc.

Em geral, preocupamo-nos em escolher textos atuais, escritos portanto no francês padrão de hoje. Dentre esses textos, escolhemos aqueles que pressupomos fazer parte do universo cultural dos candidatos. Nessa escolha, procuramos também não favorecer uma área de conhecimento: os textos, numa mesma prova, ou vão ser de interesse geral, ou, quando de interesse mais específico, vão se distribuir em diferentes domínios: Artes, Ciências Humanas, Exatas e Biológicas.

Procuramos manter esse equilíbrio também em relação ao grau de complexidade de leitura dos textos. Numa mesma prova você encontrará, em geral, um texto que pressupomos ser de leitura bastante fácil (na maioria das vezes textos com predominância informativa), outro que pressupomos ser de leitura complexa (na maioria das vezes textos com predominância argumentativa), e outros de dificuldade média.

Gostaríamos de esclarecer, finalmente, dois outros pontos importantes:

1. Você encontrará, na prova de Francês, textos "autênticos", ou seja, textos que circulam na sociedade, não-fabricados em função da prova. Dessa forma, procuramos, na medida do possível, fazer com que os originais sejam fielmente reproduzidos. Por outro lado, quando utilizamos excertos, temos a preocupação de, se necessário, inserir preâmbulos explicativos para minimizar dificuldades que poderiam surgir da necessidade de inferências de ordem textual (veja, como exemplo, *IV-Apêndices*, prova 1993).

2. Os textos para a compreensão dos quais é preciso um conhecimento prévio relativo a uma cultura estrangeira serão precedidos de preâmbulos explicativos. Nossa preocupação é minimizar dificuldades que possam surgir da necessidade de inferências de natureza sócio-cultural (veja, como exemplo, *IV-Apêndices*, prova 1992, texto *L'Arbre à livres*). Isto porque nosso objetivo não é avaliar conhecimentos específicos relativos a culturas de língua francesa.

Para que você tenha uma idéia dos *tipos de questão* que constituem a prova de Francês do Vestibular Unicamp, recuperamos abaixo o que já dissemos a respeito no *Manual do Candidato*. Esses tipos serão explicados e comentados no terceiro capítulo (veja *III-Análise das questões e do desempenho dos candidatos*).

Voltando às questões, estas partem da concepção colocada acima e buscam mobilizar diferentes aspectos de sua competência de leitura e diferentes procedimentos frente ao texto. Para responder a essas questões, você estará trabalhando ora com informações vinculadas no texto, ora com a argumentação que o constitui. Assim, poderemos pedir a você, por exemplo, para:

- identificar e extrair informações tais como aparecem no texto;

- ordenar informações que se articulam no texto, discernindo as relevantes das não relevantes;
- apreender a relação existente entre dois ou mais elementos do texto;
- localizar trechos do texto que justifiquem uma resposta;
- reconstruir a linha de argumentação que articula a informação;
- apreender segmentos do texto que veiculam um julgamento de valor sobre informações

- fornecer informações que se articulam no texto;
- reconhecer elementos de natureza discursiva como, por exemplo, aqueles que dizem respeito ao quadro enunciativo: como o sujeito que enuncia e como o sujeito a quem se enuncia se constituem na configuração discursiva e a que estratégias discursivas eles se prestam;
- mostrar que consegue apreender o significado de uma determinada palavra ou expressão num determinado contexto;

- determinar as conseqüências do emprego de palavras ou expressões no texto, conforme as escolhas de seu autor;
- recuperar parte da materialidade lingüística do texto, transcrevendo segmentos que explicitam um determinado aspecto do texto;
- reconhecer relações ou contradições entre textos.

Cabe lembrar, ainda, que:

1. Não se trata de questões que se organizam de maneira linear, pois o texto não é uma soma de frases, mas um todo que se articula.

2. Uma questão pode se referir não apenas a um aspecto particular do texto, mas sim ao texto em sua *globalidade* (por exemplo, quando se solicita que você reconstitua informações difusas em todo o texto ou reconstrua sua cadeia argumentativa).

3. Não se trata de tradução de partes do texto ou do texto todo e, sim, de leitura, o que quer dizer que, muitas vezes, é possível contentar-se com um significado mais geral e menos

preciso para um determinado termo do texto ou mesmo de trechos dele. Você pode saber, por exemplo, que determinado trecho de um texto apresenta um argumento contrário ao exposto no parágrafo anterior e pode ser que baste, para seus propósitos de leitura (ou, naquele momento, para resolver determinada questão da prova), saber que aquele argumento vai na direção contrária à dos anteriores, sem que seja preciso determiná-lo.

4. Como dissemos anteriormente, a prova de língua estrangeira não se preocupa em avaliar um conhecimento abstrato sobre a língua. Por isso, você não encontrará questões sobre pontos gramaticais isolados, como, por exemplo, conjugação verbal, uso de preposições, etc. Como o que nos interessa é a prática efetiva de leitura, você deverá ter um conhecimento do uso da língua em sua modalidade escrita, não para se expressar, mas para poder ler. Você deverá, portanto, saber reconhecer recursos lingüísticos fundamentais para o texto escrito, como por

exemplo: marcadores da enunciação (*je, nous, on, il est important de.../I, we, it is important to...*), articuladores retóricos (*d'abord, ensuite, enfin.../ first, finally, on the other hand*), articuladores lógicos (*pourtant, parce que, donc.../ however, because, so...*) anafóricos (*celui, y, en, celui, leur.../ this, that, it...*).

Resta falar ainda de outros elementos que integram o funcionamento do texto e podem, portanto, por um lado, ajudá-lo na busca de um significado para um texto e, por outro lado, ser objeto de questões na prova de língua estrangeira. Trata-se de dados como:

- o autor do texto e o público a que se destina;
- o contexto sócio-histórico em que foi escrito;
- sua finalidade;
- o veículo em que foi publicado;
- sua configuração gráfica: fotos, ilustrações, gráficos, títulos e sub-títulos, tipos de letra utilizados, etc.

Os critérios de correção adotados na prova de Francês do Vestibular Unicamp decorrem da concepção de leitura que orienta a elaboração dessa prova, concepção esta já amplamente discutida neste livro. Além dessa concepção geral, o que vai determinar os critérios de correção é o tipo de questão que se está corrigindo. Por exemplo, tratando-se de uma questão que exige para a sua resposta a identificação e a reprodução de informações do texto, é o desempenho do candidato com relação a essa competência que vai ser avaliado em sua resposta (quanto aos tipos de questão, ver *cap. II.2* e *cap. III*).

Como já esclarecemos várias vezes, na correção das provas não se vai avaliar a competência do candidato em traduzir palavras ou trechos dos textos, tampouco seus conhecimentos relativos às culturas estrangeiras de língua francesa.

Quanto ao gabarito, é preciso salientar que ele é elaborado em dois momentos distintos. Na fase de elaboração da prova, a banca elaboradora propõe um gabarito para cada questão (*grade proposta*).¹

¹ É preciso esclarecer que essas grades são elaboradas com uma preocupação de fidelidade aos textos para que elas possam se constituir como referência para os corretores: a partir delas, eles poderão ou não aceitar diferentes maneiras de se responder a uma mesma questão. Muitas vezes essas grades recuperam fielmente partes do texto, traduzindo-as. Isto não significa de modo algum que se espera tradução nas respostas dos candidatos. Temos observado, na correção das provas, um fato recorrente: respostas construídas via tradução que revelam uma compreensão equivocada do texto; respostas que fogem à tradução literal e que demonstram uma compreensão efetiva do que foi lido. (Veja a seguir os exemplos de notas referentes à questão 29 da prova de 1993.)

No início do processo de correção, a partir da leitura de uma amostragem de provas (10% sobre o total de comparecimentos), a banca corretora procede a ajustes na grade proposta pela banca elaboradora, de acordo com as respostas efetivas dos candidatos, estabelecendo, assim, se necessário, um novo gabarito, que incorpora respostas ou elementos de respostas não previstos, mas que ocorreram com grande frequência (*grade utilizada*). Esse novo gabarito é submetido à banca elaboradora. Uma vez feitos esses ajustes, a banca corretora, em comum acordo com a banca elaboradora, estabelece uma distribuição de pontos (de 0 a 5) para cada questão. É importante ressaltar que, quando a resposta do candidato não atinge claramente os objetivos da questão, a banca corretora procede a uma leitura do conjunto das respostas relativas a um mesmo texto. A título de exemplo, apresentaremos a você a questão 29 da prova de Francês de 1993.

Les Brésiliens ont apporté la preuve qu'ils avaient acquis, face aux turpitudes d'une certaine classe politique, des réflexes sains. La rue a certes exercé une pression. Mais le dernier mot, après des mois d'incertitude et même d'angoisse collectives, est revenu à la représentation nationale. Selon une formule souvent entendue pendant ces heures cruciales, le Brésil est « devenu adulte ». Cette évolution n'allait pas de soi. Le pays continue de connaître les affres d'une dette mal maîtrisée, et une immense partie de ses habitants vit dans la misère. Le Brésil reste un géant fragile.

Sélection hebdomadaire du journal « le Monde »

Du jeudi 1^{er} au mercredi 7 octobre 1992

DENIS HAUTIN-GUIRAUT
(Jeudi 1^{er} octobre.)

29. No excerto de hoje é caracterizado por duas imagens (metáforas). Uma delas é de autoria do jornalista, a outra não.

- Cite em francês o segmento do texto onde aparece a imagem criada pelo jornalista.
- Explique o que ela quer dizer.

GRADE PROPOSTA:

- Le Brésil reste un géant fragile.*
- O Brasil, apesar de gigante, continua frágil porque continua atormentado por uma dívida mal administrada e porque uma imensa parte de sua população vive na miséria.

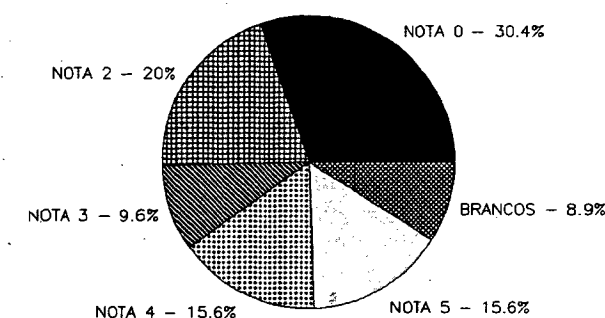
GRADE UTILIZADA:

Grade proposta, mas, com relação ao item *a*, aceitaram-se também respostas contendo a citação de todo um trecho do texto, ao invés da citação apenas da imagem nele contida (por exemplo, de *Le pays continue de... un géant fragile*).

DISTRIBUIÇÃO DAS NOTAS:

- item *a* = 2 pontos
- item *b* = 3 pontos, se integralmente correto: indica-se como razão da fragilidade do Brasil tanto a questão da dívida quanto a questão da miséria da população; 2 pontos, se parcialmente correto: indica-se apenas uma das duas razões; 1 ponto, correto, mas na explicação da imagem não se faz referência nem à questão da dívida nem à da miséria; 0 ponto, se, ao indicar as razões, utilizam-se apenas elementos estranhos ao texto.

EXEMPLOS DE NOTAS:



NOTA ZERO

- ... le Brésil est "devenu adulte"
- Quer dizer que em um momento onde a situação está insustentável, o país é obrigado a "acordar", tomar consciência do que está acontecendo e tomar uma providência, como um adulto, e foi isso que o Brasil fez.

NOTA 1

não houve

NOTA 2

- "Le Brésil reste un géant fragile."
- Quer dizer que apesar do enorme potencial do país, tornando-o comparável a um gigante, ele é um país frágil, já que não explora este potencial em seu próprio benefício.

NOTA 3

- Cette évolution n'allait pas de soi. Le pays continue de connaître les affres d'une dette mal maîtrisée, et une immense partie de ses habitants vit dans la misère. **Le Brésil reste un géant fragile**

- b) na metáfora do jornalista (Le Brésil reste un géant fragile) ele quis expressar que o país é grande e de potencial, porém ainda possui efeitos que ainda o tornam fraco (frágil).

NOTA 4

- a) "Le Brésil reste un géant fragile"
b) Mesmo após todo o processo político que o Brasil passou, as pessoas continuam ainda mais na miséria. É um país de grande território, gigante, porém frágil.

NOTA 5

- a) "Le Brésil reste un géant fragile."
b) O jornalista pretende ressaltar, com a construção dessa imagem, que o Brasil — apesar de ter demonstrado amadurecimento no que diz respeito à política — ainda enfrenta sérios problemas, como a dívida (externa, supõe-se) e uma imensa parcela de sua população que vive na miséria. O "gigante frágil" revela a intenção do jornalista em mostrar que o país apresenta sérios problemas ainda, tornando-se frágil. "Gigante" refere-se à extensão do território.

É importante comentar aqui o exemplo de nota zero acima citado, uma vez que esse tipo de resposta apareceu com grande frequência: o candidato inverteu as respostas relativas às questões 29 e 30 (30. a) Cite em francês o segmento do texto onde aparece a outra imagem. b) Como é possível saber, **através do texto**, que essa outra imagem não é de autoria do jornalista?). É muito provável que esse erro se explique pelo fato de o candidato ter tido um procedimento *linear* diante do texto e das questões, pois colocou como resposta à questão 29 a primeira imagem que aparece no texto.

Análise das questões e do desempenho dos candidatos

Selecionamos nas provas de Francês do Vestibular Unicamp de 1992 e 1993 as questões que nos pareceram mais significativas para exemplificar tanto os diferentes tipos de questão¹ que podem constituir a prova de Francês como as dificuldades mais frequentes dos candidatos, dificuldades essas reveladas pela análise de seu desempenho.

Apesar de não comentarmos todas as questões referentes a um mesmo texto, elas serão aqui reproduzidas porque o seu conjunto revela o projeto de leitura estabelecido pela banca elaboradora com relação a esse texto. É esse projeto que deverá ser seguido pelo candidato. Ao ler o conjunto de questões, antes mesmo de tentar resolvê-las, o candidato poderá se dar conta, portanto, do que a banca pretende com a leitura do texto apresentado, o que certamente facilitará o seu desempenho. A análise das respostas dos candidatos tem mostrado que esta não é em geral a atitude dos alunos diante da prova de Francês; percebemos que, muitas vezes, os candidatos tendem a responder isoladamente às questões, sem relacioná-las umas com as outras.

1. Questões do tipo reconstituição da informação, do tipo apreensão de julgamento de valor, do tipo ordenação e relevância e do tipo segmento

TEXTO A (1992)

ROMANS

Nbre de sem. : 6, Classe, précl. : 1

ONTSHA

par Jean-Marie Le Clezio, Gallimard
L'éducation africaine d'un petit garçon européen sur les bords du fleuve Niger. En grande partie autobiographique, l'un des meilleurs romans du conteur des civilisations perdues, écrit sur les ruines de la société coloniale et des légendes qu'elle a détruites.

(Le Nouvel Observateur, n° 1385, 23-29/mal/1991, p. 62)

¹ Essa tipologia de questões foi elaborada pela Banca de Francês e faz parte do relatório anual que analisa a prova de Francês de 1992, relatório esse de autoria de Cláudia T.G. de Lemos, Lúcia P. Cherem e Rosa M. Nery.

CERVEAU

LA DYNAMIQUE DU CERVEAU

Philippe Boulu

Documents Payot, 186 p., 120 F.

Le cerveau, siège de la pensée et récepteur des sensations, occupe bien des chercheurs, qui tentent de mieux comprendre son fonctionnement, de retarder son vieillissement. Philippe Boulu, neurologue à Paris et consultant à l'hôpital Beaujon, s'intéresse particulièrement à cette lutte contre le vieillissement cérébral. Après un chapitre sur la structure et les fonctions de cet organe extraordinairement complexe, l'auteur traite de sa sénescence. Dès l'âge de vingt-cinq ans, nous perdons chaque jour entre 50 000 et 100 000 neurones. Pourquoi le cerveau vieillit-il, et comment? A quoi peuvent être dues les pertes de mémoire et les autres troubles rencontrés

chez les personnes âgées? Où se situent les limites entre le vieillissement cérébral normal et la maladie? Comment déceler, et traiter quand cela est possible, les dysfonctionnements et lésions du cerveau? Autant de questions auxquelles la recherche apporte des réponses de plus en plus précises, explicitées dans cet ouvrage. Enfin, la dernière partie regorge de conseils pour protéger son cerveau et améliorer ses performances. Avoir un environnement stimulant, adopter une bonne hygiène de vie sont quelques-uns des éléments qui permettent de mieux vieillir, ou moins vite.

Une bibliographie pour « en savoir plus », et des annexes pour tester et stimuler ses capacités intellectuelles complètent ce livre sérieux.

Isabelle Delalen

(Sciences et Avenir, n° 534, août/1991, p. 94-95)

Adolphe Nicolas
Les montagnes sous la mer
Ed. BRGM, 188 p., 150 F.

Les éditions du Bureau de recherches géologiques et minières (B.R.G.M.) se lancent dans la publication d'ouvrages scientifiques compréhensibles du grand public. Ce livre en atteste la réussite.

A partir d'une description du relief sous-marin et des fragments de croûte océanique que sont les massifs rocheux échoués sur terre, l'auteur explique le phénomène de tectonique des plaques (déformation des roches), et tout le fonctionnement de la "machine" Terre: le glissement des plaques, les points chauds (risques de secousses telluriques), les racines des volcans, les pulsations qui secouent la planète depuis son origine.

D'analyses comparées des terrains en observations géologiques, d'observations microscopiques en analyses géochimiques, les données se mettent en place, et apparaît alors toute la complexité du globe.

Les illustrations en couleurs sont belles et explicatives. Plusieurs niveaux de lecture de cet ouvrage, balisés par des couleurs: des feux verts et des feux oranges signalent une "lecture pour tous", alors que le feu rouge traduit la difficulté du contenu et adresse le sujet à un public plus averti.

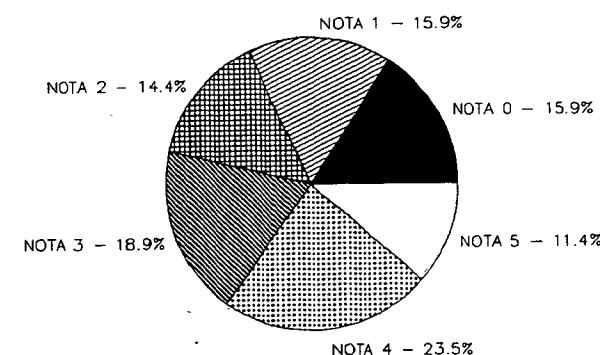
Gérard Moris

(Science & Vie, n° 885, juin/1991, p. 153)

17. Para cada um dos livros apresentados nas resenhas, forneça as seguintes informações:
- a) título da obra e dados sobre o autor (quando houver);
 - b) tema central da obra;
 - c) opinião do crítico sobre a obra: favorável ou desfavorável. Transcreva as palavras do crítico que revelam sua opinião.
18. A resenha do livro *Les montagnes sous la mer* faz alusão aos leitores a que se destina, mencionando, a respeito disso, uma particularidade da apresentação gráfica do livro.
- a) Que leitores são esses?
 - b) Que particularidade é essa? Explique.
19. Pode-se concluir, a partir da resenha, que o livro *La Dynamique du Cerveau* é composto de três partes principais e de outras duas seções complementares. Apresente, na ordem, a estrutura geral do livro, resumindo o conteúdo desses cinco momentos da obra.

Questão 17

17. Esses dois artigos extraídos de duas revistas semanais francesas noticiam o mesmo fato, ocorrido em setembro de 1989. No entanto, as revistas tratam o acontecimento de maneira diferente. Explique essa diferença.



OBJETIVOS DA QUESTÃO

A questão 17 visa a avaliar três diferentes aspectos da competência de leitura:

1) Os itens *a* e *b* exigem apenas que o leitor-candidato identifique as informações solicitadas tais como elas aparecem no texto (questão do tipo *reconstituição da informação*):

- a) *Onitsha*; autor: Jean-Marie Le Clezio, um romancista que escreve sobre civilizações perdidas. *Les Montagnes sous la mer*; autor: Adolphe Nicolas. *La dynamique du cerveau*; autor: Philippe Boulu, neurologista de Paris e clínico do Hospital Beaujon, que se interessa particularmente pela luta contra o envelhecimento cerebral.
- b) *Onitsha*: educação de um menino europeu às margens do rio Níger, tratando das ruínas da sociedade colonial e das lendas que ela destruiu; *Les montagnes sous la mer*: tectônica das placas (deformação das rochas); *La dynamique du cerveau*: senilidade ou envelhecimento cerebral.

2) A primeira parte do item *c* (*opinião do crítico sobre a obra: favorável ou desfavorável*) exige que o leitor-candidato apreenda segmentos do texto que veiculam um julgamento de valor — que se apresenta enquanto tal — sobre informações fornecidas no texto (questão do tipo *apreensão de julgamento de valor*):

Onitsha: favorável; *Les montagnes sous la mer*: favorável; *La dynamique du cerveau*: favorável.

3) A segunda parte do item c (*Transcreva as palavras do crítico que revelam sua opinião.*) exige que o leitor-candidato aponte no texto os segmentos a que se referem as orientações dadas na formulação da questão, as quais explicitam um determinado aspecto do texto; trata-se da recuperação da materialidade lingüística do texto (questão do tipo *segmento*):

Onitsha: l'un des meilleurs romans du conteur des civilisations perdues
Les montagnes sous la mer: Ce livre en atteste la réussite.
La dynamique du cerveau: ce livre sérieux.

ANALISANDO AS REPOSTAS

Em geral, os candidatos não encontram dificuldades em resolver questões do tipo reconstituição da informação. No entanto, o resultado da questão 17 surpreendeu sobremaneira a banca. Formulada com a expectativa de que seria a questão mais fácil da prova, esperava-se uma média bastante alta, o que não ocorreu: ela foi de 2,5.

A partir da correção, pôde-se detectar, para dois dos três itens da questão, os seguintes problemas:

Item a (título da obra e dados sobre o autor):

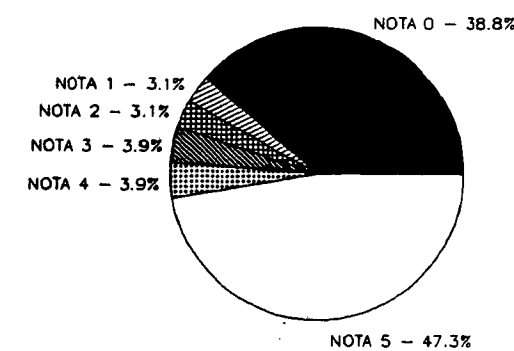
Houve casos em que o candidato deixou este item em branco, e até mesmo assinalou com um traço, mostrando que não conseguiu localizar nem os títulos das obras nem o nome dos autores, dados evidenciados pela diagramação e por características tipográficas. Houve outros em que, ao invés de citar os nomes dos autores das obras resenhadas, citou os nomes das revistas onde foram publicadas as resenhas. Esses dois fatos revelam a falta de experiência de leitura dos candidatos, mesmo em língua materna, pois demonstram não ter familiaridade com o código tipográfico e que não conseguem perceber que um título seguido de numeração, data e indicação de página refere-se a uma revista.

Item b:

Outra ocorrência freqüente de erro relacionou-se com a localização do tema central de cada obra. Vários candidatos se perderam nos detalhes referentes ao conteúdo da obra, não conseguindo isolar seu tema central. Salientou-se o caso específico do tema referente ao texto *Les montagnes sous la mer*. Houve, aí, uma grande incidência do mesmo erro (tema indicado: descrição do relevo submarino), devido, provavelmente, a uma dificuldade de ordem sintática. O tema encontra-se num período bastante longo que se inicia por um complemento circunstancial assinalando a maneira como o autor tratou o tema (*Apartir d'une description du relief sousmarin et des fragments de croûte océanique que sont les massifs rocheux échoués sur terre*), para somente depois referir-se a ele: *l'auteur explique le phénomène de tectonique des plaques (déformation des roches), et tout le fonctionnement de la "machine" Terre*. Os candidatos tomaram a circunstância pelo tema, ou seja, uma informação secundária por uma essencial, problema intimamente ligado ao hábito da leitura linear: os candidatos contentam-se com o primeiro indício de resposta encontrado no texto.

Questão 18

18. No texto "Peau de Chagrin", o jornalista situa o acontecimento para o leitor através das expressões em setembro e Le 23. No outro texto, há uma expressão que também tem essa função. Qual é ela?



OBJETIVOS DA QUESTÃO

A questão 18 visa a avaliar a capacidade de o leitor-candidato reconstituir informações. A resposta esperada seria então:

- Em princípio o livro se destina ao grande público. Está, porém, organizado de modo a poder ser lido tanto pelo grande público quanto por um público mais a par do assunto.
- Sinais verdes e de cor alaranjada indicam que o texto assinalado é "leitura para todos", enquanto um sinal vermelho indica conteúdo mais difícil e que o texto se destina, portanto, a um público mais informado sobre o tema.

ANALISANDO AS RESPOSTAS

Apesar de a média obtida na questão 18 não ser baixa (2,65), ela ficou abaixo do esperado: em geral, as questões do tipo reconstituição da informação apresentam uma média em torno de 3,5. Isto pode-se explicar pelo fato de a questão 18 ser fortemente não-linear: parte de sua resposta está contida no final do primeiro parágrafo do texto (*grand public*), mas ela se completa com a leitura do último parágrafo (*lecture pour tous [...] + public plus averti*), que, além de conter a resposta à parte b desta questão, contém, também — e sozinha — a resposta à parte a.

Com relação aos erros cometidos, percebeu-se que eles foram, em geral, de duas naturezas:

1º - Alunos que localizaram *grand public* (1º parágrafo) e que aí se detiveram, deixando de lado o resto do texto para resolver a parte a, anulando, portanto, esta parte.

Exemplo:

- a) O grande público.
- b) As ilustrações em cores, presente no livro, são belas e explicativas.

2º - Alunos que localizaram tanto as informações contidas no primeiro quanto no último parágrafos, mas que foram incapazes de articulá-las entre si. Limitaram-se a utilizar a informação do primeiro parágrafo para responder à *a* e a do último parágrafo para responder à *b*. Portanto, acertaram *b* (que continha a resposta correta para *a*!) e erram *a*, contradizendo-se. Entre as notas medianas, este foi o erro mais freqüente.

Exemplo:

- a) Os leitores leigos sobre o assunto, o grande público.
- b) Os níveis de dificuldade da leitura são demarcados por cores. As cores verde e laranja assinalam uma leitura para todos. A cor vermelha assinala uma leitura mais difícil, destinada a um público mais específico.

Este segundo caso ilustra fortemente a dificuldade que o aluno tem de romper com a linearidade do texto, dificuldade esta herdada, provavelmente, de sua experiência escolar, anterior ao vestibular. Trata-se de um vício nas práticas escolares de leitura. Em geral, os professores, ao trabalharem os textos propõem roteiros de leitura que, quase sempre, seguem passo a passo o desenrolar do texto. Uma vez respondida uma questão referente a uma parte do texto, não se volta mais a ela, não se estabelecendo relações com as outras partes, deixando-se de lado, assim, seu funcionamento efetivo.

Por outro lado, o exame do gráfico chama a atenção para uma particularidade na distribuição das notas da questão 18: 47,3% de nota 5 e 38,8% de nota zero. Como entender este fato?

Examinando-se provas que obtiveram nota zero nessa questão, pôde-se perceber que, nesse caso, os candidatos-leitores não foram capazes de localizar no texto as informações solicitadas.

Exemplo 1:

- a) São os leitores públicos, ou seja, as pessoas que se interessam por livros de natureza, botânica e rochas (geologia).
- b) Esta particularidade é referente à descrição dos assuntos; colocando aos leitores como propaganda que neste, além de falar sobre a estrutura, evolução; fala ainda que neste contém inúmeros fatos, um pequeno vocabulário e uma ficha dando-lhe endereço, para o leitor no caso de interesse, dúvida ou publicação.

Exemplo 2:

- a) Leitores inteligentes.
- b) O livro é difícil de ser entendido.

Como justificar esse fato?

A hipótese que se apresenta para a banca seria a própria natureza da prova como um todo: apesar de haver questões pontuais lineares (ou seja, que incidem somente sobre um aspecto particular do texto, aspecto esse que se localiza num ponto específico desse texto), em princípio, de fácil resolução, para cada texto, a ordem das questões na prova não corresponde à linearidade do texto. Para resolvê-las, o leitor-candidato precisa primeiramente compreender globalmente o texto, para depois localizar as respostas das questões.

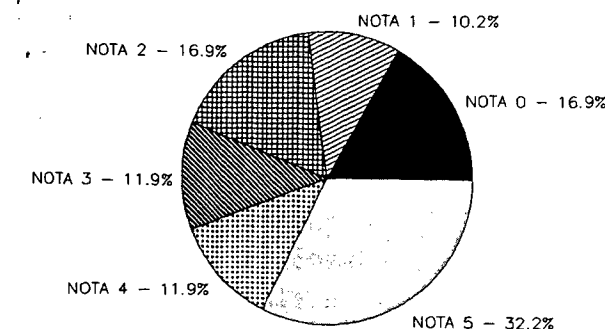
Esse tipo de abordagem de texto evita o "chute": quem não tem um conhecimento mínimo da língua e uma certa experiência de leitura é incapaz de chegar a uma apreensão global do texto, não conseguindo, portanto, nem mesmo localizar as partes do texto onde se encontram as informações solicitadas.

É importante salientar que este tipo de prova não se deve a uma preocupação em "pegar" o aluno, mas sim a uma concepção de leitura, para a qual o importante não é "dar conta" de todos os detalhes do texto, mas focalizar as informações essenciais, as quais não aparecem necessariamente em ordem linear. Por isso, romper com a linearidade tem sido uma das principais preocupações da banca quando da elaboração da prova.

Questão 19

19. Determine o significado de repartir no texto "Ozone: le trou noir", a partir das definições que adaptamos do dicionário Le Petit Robert (Paris, 1981). Você deve analisar o verbete e copiar na folha de resposta o significado que lhe parecer mais adequado (lembrando que, no dicionário, as palavras nunca vêm flexionadas).

- Repartir 1º V. Répliquer, répondre.
2º V. Partir de nouveau (après un temps d'arrêt)
3º V. Partir pour l'endroit d'où l'on vient.



OBJETIVOS DA QUESTÃO

A questão 19 incide sobre informações que se articulam no texto. Assim, a tarefa que se impõe ao leitor-candidato é reconstituir sua ordenação, a partir, inclusive, do grau de relevância das informações (questão do tipo *ordenação e relevância*).

ANALISANDO AS RESPOSTAS

O desempenho geral dos candidatos na questão 19 (média das notas: 2,56) revelou que esta questão é de dificuldade média. Um terço dos candidatos (32,2%) obteve a nota máxima (5,0), como no exemplo abaixo:

- 1ª parte trata da estrutura e funcionamento do cérebro.
 2ª parte trata do envelhecimento do cérebro, suas razões e suas doenças
 3ª parte Conselhos para proteger o cérebro e melhorar sua performance.
- 2 seções complementares
 1ª —> bibliografia para consulta
 2ª —> Testes para estimular a capacidade intelectual.

É interessante observar que as respostas que não obtiveram grau máximo confirmam o problema de quebra de linearidade. Em muitas delas apresentaram-se dois detalhes da segunda parte como sendo a terceira e quarta partes do livro. Exemplo:

Uma explicação sobre o cérebro, uma estrutura complexa
 Fala do seu envelhecimento
 Conta sobre a perda de neurônios
 Responde a perguntas sobre o assunto
 Dá conselhos de como proteger seu cérebro.

Como se pode perceber, este candidato procedeu a uma leitura linear do texto, perdendo assim a sua estrutura geral, e portanto, a do livro nele apresentado.

2. Questões do tipo reconhecimento do quadro enunciativo e do tipo reconstrução da argumentação

TEXTO B (1992)

Environnement

L'IMPÔT MONDIAL SUR LE CO₂

Les pays riches ont mis la planète au pillage. Les déchets de leurs industries polluent la terre, l'eau, l'air de tous... Ils souhaiteraient, bien sûr, que les pauvres n'en fassent pas autant. A Tunis, les pays francophones ont cherché un accord, avant la conférence mondiale de Rio qui va tenter d'édicter une législation internationale.

PAR DIDIER DUBRANA

Les ministres de l'Environnement de 37 pays francophones (*) se sont réunis à Tunis à la fin du mois d'avril pour définir une stratégie commune en vue du plus grand sommet de tous les temps, qui se tiendra à Rio de Janeiro en juin 1992 (**). Les chefs d'Etat du monde entier viendront y parler de la planète Terre. Il s'agira d'établir « des règles politiques et économiques favorisant le développement des pays tout en préservant l'environnement. » Dit autrement, et plus cyniquement, peut-on permettre aux pays en voie de développement de suivre le mauvais exemple des pays développés ? Pourront-ils, comme nous, déboiser, construire des villes tenta-

104

culaires, faire fumer des usines, se lancer dans le nucléaire, rejeter leurs déchets dans des décharges sauvages, polluer les nappes phréatiques, consommer inconsidérément l'oxygène de l'atmosphère ? Bref, pourront-ils contribuer au pillage de la Planète, que nous avons si bien commencée ?

L'une des mesures précises qui devraient être proposées à Rio est l'impôt mondial sur la pollution atmosphérique par le gaz carbonique, accusé d'être responsable de l'effet de serre (*voir dessin p. 106*).

Comme on pouvait s'y attendre, la conférence de Tunis a préfiguré celle de Rio, en ce sens que les problèmes environnementaux se sont assez vite transformés en un dialogue Nord-Sud opposant pays riches et pays pauvres.

105

(1) Les pays participants à cette conférence organisée sous l'égide de l'Agence de coopération culturelle et technique (ACCT) sont la Belgique, le Bénin, le Burkina Faso, le Burundi, le Canada, la République Centrafricaine, les Comores, le Congo, la Côte d'Ivoire, Djibouti, la Dominique, la France, le Gabon, la Guinée, la Guinée-Bissau, la Guinée équatoriale, Haïti, le Laos, le Liban, le Luxembourg, Madagascar, le Mali, le Maroc, l'île Maurice, la Mauritanie, Monaco, le Niger, le Rwanda, Sainte-Lucie, le Sénégal, les Seychelles, la Suisse, le Tchad, le Togo, la Tunisie, le Vietnam, le Zaïre.
 (2) Conférence des Nations-Unies sur l'environnement et le développement (CNUED).

20. Em sua reportagem, Didier Dubrana aborda a questão do meio ambiente contrapondo países ricos a países pobres. Indique tudo o que no texto acima, extraído da reportagem, relaciona países ricos a países pobres, especificando em que consistem essas relações.

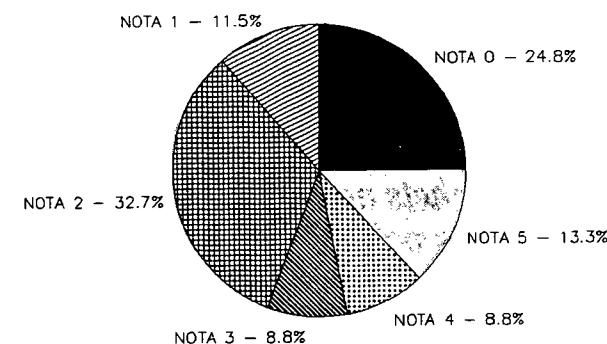
21. Em sua reportagem, o jornalista se coloca em um dos pólos da oposição países ricos versus países pobres. Em que pólo ele se coloca e que posição assume face à situação dos países desse pólo, relativamente à preservação do meio ambiente? Justifique sua resposta, citando elementos do texto que a comprovem.

22. Essa reportagem nasceu de um encontro de países de língua francesa na cidade de Túnis (Tunísia) em abril de 1991. Qual é a relação desse encontro com a ECO 92, a ser realizada no Brasil?

23. De acordo com o texto, como é definida a ECO 92, qual é a sua finalidade e que relação existe entre ela e o título da reportagem?

Questão 21

21. Em sua reportagem, o jornalista se coloca em um dos pólos da oposição países ricos versus países pobres. Em que pólo ele se coloca e que posição assume face à situação dos países desse pólo, relativamente à preservação do meio ambiente? Justifique sua resposta, citando elementos do texto que a comprovem.



OBJETIVOS DA QUESTÃO

A questão 21 permite avaliar diferentes aspectos da competência de leitura:

1) A primeira parte da questão (*Em sua reportagem, o jornalista se coloca em um dos pólos da oposição países ricos x países pobres. Em que pólo ele se coloca...?*) exige que o leitor-candidato, por um lado, reconstitua informações, por outro lado, que reconheça os componentes da cena enunciativa (ou seja, como o sujeito que enuncia e como o sujeito a quem enuncia se constituem na configuração discursiva) e que compreenda as estratégias discursivas a que eles se prestam (*reconhecimento do quadro enunciativo*). Assim, o leitor-candidato deveria, nesse caso, compreender que o jornalista se coloca como um cidadão de um país rico, já que ele usa a expressão *comme nous* para se referir à maneira como os países ricos procederam em relação ao meio ambiente, mencionando a depredação do Planeta pelos países ricos como o que *nous avons si bien commencé*.

2) A segunda parte da questão (*... que posição assume face à situação dos países desse pólo, relativamente à preservação do meio ambiente?*) exige que o leitor-candidato reconstrua a linha de argumentação que filtra e articula a informação (*reconstrução da argumentação*). O leitor-candidato deveria, então, perceber a organização argumentativa do texto. A partir do segundo parágrafo do texto, o jornalista, para apresentar o objetivo da Eco-92, faz uma citação: *Il s'agira*

d'établir "des règles politiques et économiques favorisant le développement des pays tout en préservant l'environnement". A seguir, o jornalista retoma a citação (o que é marcado por *Dit autrement, et plus cyniquement*), colocando o seu ponto de vista — crítico com relação à atuação dos países ricos — através de perguntas retóricas, resumidas por uma só pergunta, introduzida por *bref*: *Bref, pourront-ils contribuer au pillage de la Planète que nous avouss si bien commencé?* Essa posição do jornalista já havia sido anunciada pelo uso de *cyniquement*.

3) A questão exigia também que o leitor-candidato citasse elementos do texto para justificar a sua resposta. Sendo assim, os segmentos acima apontados deveriam estar nela contidos.

Segue abaixo um exemplo de uma resposta que cumpriu com os objetivos da questão, obtendo, portanto, nota máxima:

Embora apoie os países pobres, o autor se posiciona dentro do grupo de países ricos ("Pourront-ils, comme nous, ...). Ele explicita a situação "confortável" destes países que, após poluírem e devastarem o mundo, querem guiar os países pobres por vias que não devastem tanto ("Dit (...) plus cyniquement, peut-on permettre aux pays (...) de suivre le mauvais exemple des pays développés?")

ANALISANDO AS RESPOSTAS

A questão 21 figura entre as médias mais baixas da prova de 1992: 1,74, terceira menor média. Esse alto grau de dificuldade pode-se explicar pelos seguintes fatores:

- o que é informativo nessa questão não é linear;
- a reconstituição da informação depende de um reconhecimento do quadro enunciativo de natureza argumentativa;
- o que é argumentativo nessa questão é de natureza global: a resposta à questão obriga a um movimento de reconstrução da cadeia argumentativa do texto em sua globalidade;
- na formulação da pergunta não há nenhuma orientação sobre a rede argumentativa a ser reconstruída.

É interessante observar os tipos de erro freqüentes nessa questão. Alguns alunos compreenderam corretamente a posição do jornalista, errando, no entanto, o pólo onde ele se situa, o que indica que tomam a primeira parte da questão, que é de ordem enunciativa, como informativa. Por exemplo:

Ele se coloca contra os ricos. Pois acha que quem poluiu a atmosfera foram estes, e agora eles temem que os países pobres façam o mesmo.

Outros percebem o pólo onde o jornalista se situa, mas se equivocam quanto à posição por ele assumida, o que demonstra que não perceberam a ironia do texto.

Exemplo:

No pólo dos países ricos.
Diz que os países pobres também poluem, desmatam, não controlam a fumaça das usinas, etc..

Pela análise do desempenho dos candidatos nas provas de Francês do Vestibular Unicamp dos últimos anos, percebe-se que as dificuldades acima mencionadas são uma constante. Ou seja, os candidatos têm problemas para resolver questões que implicam um ou mais dos seguintes aspectos:

- quebra da linearidade do texto;
- compreensão global do texto (exemplos: reconstituir informações difusas em todo o texto, reconstruir a rede argumentativa do texto);
- reconstrução da argumentação quando não há nenhuma orientação a respeito na formulação da questão;
- distinção entre o que é de cunho informativo, ou seja, as informações veiculadas no texto, e o que diz respeito ao funcionamento do texto (por exemplo: reconhecer elementos de seu quadro enunciativo, isto é, quem enuncia, para quem enuncia, de que forma enuncia, etc.).

3. Questões do tipo estabelecimento de relações

TEXTO C (1993)

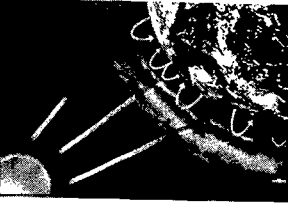
Você encontrará abaixo dois excertos. O primeiro foi extraído de um capítulo de um livro sobre a história do planeta Terra. O segundo é a apresentação de um longo artigo da revista La Recherche.

LA PLANÈTE 2000 **Déjà l'effet de serre**

La suite des événements a été reconstituée avec plus de certitude par les scientifiques. La température du soleil continuait à baisser, la vapeur devenait de l'eau liquide. A ce moment, la surface occupée par les océans est encore plus importante qu'aujourd'hui. L'atmosphère qui entoure la planète va entrer en réaction avec cette masse d'eau. Le dioxyde de carbone (CO₂), alors très abondant, va commencer à se dissoudre dans l'eau. Mais ce gaz joue un double rôle très important. D'une part, il empêche la chaleur de la Terre de s'échapper dans l'espace. Mais en même temps, il laisse passer les rayons du soleil qui réchauffent la planète. C'est ce qu'on appelle l'effet de serre : plus il est important, plus il fait chaud sur la planète.

A cette époque, c'est-à-dire il y a environ 3 à 4 milliards d'années, la situation est identique sur les trois planètes sœurs que sont Mars, la Terre et Vénus. Toutes les trois ont des océans, leur atmosphère est riche en CO₂ et l'effet de serre y est important. Mais c'est aussi, à cette époque que se situe un moment de son évolution où il devient moins brillant. C'est ainsi que la température sur la Terre devient plus basse d'environ 20°C en moyenne. Autrement dit, sans l'important effet de serre qui règne à ce moment, les océans auraient gelé sur la Terre et la vie n'aurait sans doute été impossible.

Certains gaz de l'atmosphère, comme le CO₂, laissent passer les rayons du soleil, tout en empêchant la chaleur de la Terre de s'échapper dans l'espace. C'est le principe de base de l'effet de serre.



DUPUIS, Pierre. "L'océan préhistorique" in Les Océans ("Océans vers l'avenir"), Paris, Éditions Robert Laffont, 1992, p. 12.

OÙ VA LE GAZ CARBONIQUE ?

LA CROISSANCE DU TAUX DE GAZ CARBONIQUE DEPUIS LE DÉBUT DE LA RÉVOLUTION INDUSTRIELLE EST AUJOURD'HUI RECONNUE DE TOUS. MAIS LES CONSÉQUENCES CLIMATIQUES D'UNE TELLE AUGMENTATION RESTENT INCERTAINES. EN PARTICULIER, IL EST URGENT DE CONNAÎTRE LE DESTIN DE L'EXCÉDENT DE CO₂. COMMENT S'INTÈGRE-T-IL DANS LE CYCLE NATUREL DU CARBONE ? LES DEUX GRANDS RÉSERVOIRS NATURELS QUE SONT LES OcéANS ET LA BIOMASSE TERRESTRE VONT-ILS CONSERVER LEUR RÔLE RÉGULATEUR INDÉFINIMENT ? POURRONT-ILS CONTINUER À ABSORBER LE FLUX ANTHROPOGÉNIQUE DE GAZ CARBONIQUE ET NEUTRALISER AINSI L'EFFET DE SERRE ADDITIONNEL ? AUTANT DE QUESTIONS PRIMORDIALES POUR PRÉVOIR L'ÉVOLUTION DU CLIMAT.

LA RECHERCHE 243 MAI 1992 VOLUME 23
PAGE 592

24. A partir da leitura dos textos acima, defina o que é "l'effet de serre".

25. Ambos os textos abordam a questão do "effet de serre", mas o fazem sob ângulos diferentes. No primeiro texto, faz-se referência a "l'important effet de serre". A partir dessa expressão, explique sob que ângulo o "effet de serre" é abordado nesse primeiro texto.

26. No segundo texto, faz-se referência a "l'effet de serre additionnel". A partir dessa expressão, explique sob que ângulo o "effet de serre" é abordado nesse texto.

27. A palavra **important** tem, pelo menos, dois significados, como se vê no verbete abaixo, extraído do dicionário **Petit Robert**:

1. Qui importe; qui est de conséquence, de grand intérêt. V. *Considérable, grand, V. Capital, essentiel, vital, V. Principal.*
2. (Dans l'ordre quantitatif) Qui est grand; dont la mesure est grande. V. *Elevé.*

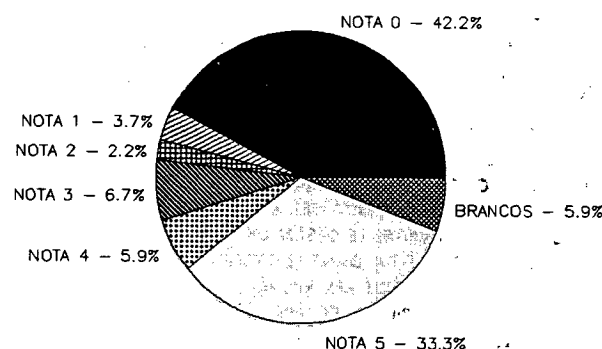
No primeiro texto, essa palavra aparece cinco vezes. Indique, NA ORDEM DE SUA OCORRÊNCIA NO TEXTO, qual desses dois significados aparece EM CADA UMA DAS QUATRO PRIMEIRAS OCORRÊNCIAS.

- a) Primeira ocorrência:
- b) Segunda ocorrência:
- c) Terceira ocorrência:
- d) Quarta ocorrência:

28. A abordagem do "effet de serre" do segundo texto complementa ou contraria a do primeiro texto? Por quê?

Questão 28

28. A abordagem do "effet de serre" do segundo texto complementa ou contraria a do primeiro texto? Por quê?



OBJETIVOS DA QUESTÃO

A questão 28 exige que o leitor-candidato apreenda a relação existente entre dois textos (questão do tipo *estabelecimento de relações*).

Para responder a essa questão, o candidato deveria compreender cada um dos textos em sua totalidade para poder compará-los. Com relação ao primeiro texto (*Déjà l'effet de serre*), o candidato deveria entender que se trata de um texto de cunho histórico, o qual recupera as condições climáticas da Terra há 3,8 milhões de anos, definindo e ressaltando a importância do papel do efeito estufa nessa época, apresentado, assim, como um fenômeno natural. Com relação à *Où va le gaz carbonique?*, o candidato deveria compreender que este texto aborda o mesmo tema que o anterior, mas da perspectiva do presente e do futuro do Planeta. Ao fazê-lo, o texto reconhece a importância do efeito estufa em seu papel regulador (*Les deux grands réservoirs naturels que sont les océans et la biomasse terrestre vont-ils conserver leur rôle régulateur indéfiniment?*), o que é explicado no texto anterior, mas aponta para as possíveis consequências climáticas do efeito estufa adicional (*l'effet de serre aditionnel*), provocado pelo excedente de CO₂, cuja taxa vem aumentando desde a Revolução Industrial.

Segue abaixo um exemplo de uma resposta que cumpriu com os objetivos da questão, obtendo, portanto, nota máxima:

Complementa, porque fala da taxa de CO₂ adicional, produzida pelo homem. O primeiro texto explica a importância do "effet de serre" para o princípio da vida na Terra, o segundo texto aborda as consequências que seu excesso pode vir a causar no planeta.

ANALISANDO AS RESPOSTAS

No desempenho geral dos candidatos nessa questão, o que ressalta é a bipolarização das notas entre zero (42,2%) e 5,0 (33,3%). Pela análise das respostas, percebe-se que aquelas que foram anuladas apresentam um mesmo

problema: dificuldade apenas em relação ao texto *Déjà l'effet de serre*, o que comprometeu, no entanto, toda a resposta. Nesse caso, o leitor-candidato compreende os fatos relatados, mas os situa equivocadamente no tempo: toma fatos relativos à história do planeta Terra — portanto, passados — como se fossem fatos presentes ou projeções futuras. Exemplo:

Contraria, já que enquanto o 1º texto vê o efeito estufa como algo positivo para o futuro, o 2º texto vê o efeito estufa como algo negativo para o futuro, podendo oferecer riscos já no presente, opinião contrária à do 1º texto, que afirma ser o presente habitável porque há o efeito estufa.

Como entender esse equívoco na leitura dos candidatos? Esses candidatos não reconheceram o valor de uso do Presente e do Futuro do Indicativo, tampouco os marcadores temporais do texto. No texto aparecem apenas quatro verbos no passado (*a été reconstituée; devait; auraient gelé; aurait été*); os outros fatos são relatados através de verbos no presente e no futuro, todos com valor de passado, uso este típico de narrativas. Esse valor de passado é reforçado pela presença de marcadores temporais, como *Déjà, à ce moment, alors*. Além disso, o texto explicita claramente a época em que se situam os fatos narrados: *A cette époque, c'est-à-dire il y a environ 3,8 milliards d'années*. A convicção de que se estava diante de um relato de fatos presentes talvez tenha feito com que os leitores-candidatos não prestassem atenção nesses marcadores temporais.

Outro fator que poderia ter induzido ao erro seria o conhecimento prévio dos candidatos com relação ao efeito estufa: em geral, o discurso de divulgação científica apresenta-o como um fenômeno atual, nocivo ao Planeta. Este fato — o conhecimento prévio, ao invés de auxiliar na construção do sentido, desvia o leitor do texto — ocorreu em outras questões da prova de 1993. Segue abaixo uma resposta à questão 24 (*A partir da leitura dos textos acima, defina o que é "l'effet de serre"*), como exemplo:

"l'effet de serre" é o chamado efeito estufa. Os raios solares chegam mais violentos na superfície terrestre devido a destruição da camada de ozônio que recobre a terra. Estes raios prejudicam constantemente a produção humana e aquecerão o planeta que terá um aumento significativo de temperatura.

Lembramos aqui a você que é importante saber se valer do conhecimento prévio para a leitura em língua estrangeira, mas é preciso se ater ao texto. Aproveitamos esse exemplo para lembrar também a você que esse é o tipo de conhecimento da gramática da língua importante para a leitura: no caso acima, não basta reconhecer os tempos verbais; é preciso reconhecer seus valores de uso.

Finalmente, é preciso ressaltar que existem questões que envolvem estabelecimento de relações de natureza diferente da questão 28 da prova de 1993: relação entre elementos de um mesmo texto (questões 20, 22 e 23 de 1992), entre o léxico e o texto (questões 22 e 27 de 1993), entre uma metáfora e o texto (questão 29 de 1993).

Citamos esses exemplos porque a análise do desempenho dos candidatos nas provas de Francês do Vestibular Unicamp dos últimos anos tem mostrado que esse tipo de questão constitui uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos leitores-candidatos. Provavelmente isto se deva ao fato de esse tipo de questão envolver necessariamente uma leitura não-linear, prática nem sempre habitual no ensino de línguas.

Apêndices

1. Provas de Língua Estrangeira-Francês do Vestibular Unicamp

Apresentamos agora a você as *provas de Francês do Vestibular Unicamp* dos últimos anos. Para você se exercitar, tente resolver as questões dessas provas.

PROVA DE 1993



UNICAMP
COMISSÃO PERMANENTE
DE VESTIBULARES

FRANÇAIS

Responda a todas as perguntas EM PORTUGUÊS, exceto quando o enunciado da questão solicitar respostas em francês.

Leia o texto que segue e responda às questões 17, 18 e 19.

Você encontrará abaixo parte da primeira página de um catálogo do Centre Interinstitutionnel pour la Diffusion de Publications en Sciences Humaines.

CONDITIONS DE VENTE

Adresser toute commande à

CiD

Centre Interinstitutionnel pour la Diffusion
de publications en sciences humaines
131 boulevard Saint-Michel, F-75005 Paris
Tél. (1) 43 34 47 15

Modes de règlement

- chèque bancaire ou postal, à l'ordre du CID
- virement bancaire (Crédit Industriel et Commercial, succ. D, 2 bd Raspail, F-75007 Paris, compte D 16 213 76)
- virement postal (CCP Paris 6 798 17 M)
- mandat
- carte de crédit : Carte Bleue ou Visa

Les prix sont susceptibles de modifications sans préavis. Ils sont donnés en francs français et s'entendent toutes taxes comprises. Pour obtenir les prix à l'exportation, il y a lieu de diviser les prix indiqués par 1,07. Les frais d'expédition viennent en sus (compter un minimum de 20,00 F et ajouter 8,00 F pour chacun des volumes suivants). De préférence, les particuliers joignent leur titre de règlement à leur commande.



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

As páginas seguintes trazem uma lista de obras publicadas. As três primeiras obras dessa lista são:

	Prix
→ ABDALLAH-PRETCEILLE, M. Vers une pédagogie interculturelle. PBS. 1986. 238 p. ISBN 2 85944 119 0	100,00
ABRY, C. (ed.) Labialité et phonétique. Données fondamentales et études expérimentales sur la géométrie et la motricité labiales. ELLUG. 1980. 304 p. ISBN 2 902709 13 7	72,00
ACHARD, P., GRUENAI, M.-P. et JAULIN, D. (ed.) Histoire et linguistique. Actes de la Table ronde "Langage et société", Ecole normale supérieure, Paris, 28-30 avril 1983. MSH. 1984. xiv + 294 p. ISBN 2 7351 0091 X	95,00

Imagine agora que você, estando no Brasil, decidiu comprar *Vers une pédagogie interculturelle*.

17. O que você deve fazer para encomendar o livro, de acordo com as informações desse catálogo?

18. Quantos francos você vai pagar no total?

19.

a) Como você vai pagar?

b) Em que momento você vai pagar?



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

Leia o texto abaixo e responda às questões 20, 21, 22 e 23.

O excerto abaixo foi extraído de um artigo publicado na revista *L'Histoire*. Nesse artigo, Jacques Le Goff, um importante historiador contemporâneo, aborda aspectos históricos do riso.

JÉSUS A-T-IL RI?

*Jésus a-t-il ri ?
Le rire n'est-il pas
l'œuvre du diable ?
Doit-on le permettre
à l'homme ? Ces questions
occupaient les théologiens
du Moyen Âge.
Jacques Le Goff,
qui étudie le sujet depuis
plusieurs années,
rappelle ici que le rire
aussi a une histoire*.*

Le rire, cette expression apparemment si naturelle à l'homme, est d'abord un phénomène culturel : il diffère selon les civilisations et évolue selon les époques. Au Moyen Âge, il fut un enjeu idéologique d'importance. C'est ce qu'illustre excellemment le roman d'Umberto Eco, *Le Nom de la rose*, qui met en scène un moine ultra-rigoriste, Jorge de Burgos, grand ennemi du rire. Pour éclaircir un peu les rapports complexes que l'Eglise médiévale entretient avec le rire, il faut, une fois encore, remonter à la Bible. On trouve, dans l'Ancien Testament, deux mots bien distincts pour désigner le rire : *sâhaq* qualifie un rire « joyeux, positif » (c'est le nom d'Isaac, cet enfant d'un couple de vieillards salué par le rire dans un passage de la *Genèse*, qui est à lui seul une petite comédie pleine d'humour), et *laag*, un rire moqueur, souvent méchant. Le grec utilisait également deux termes différents, mais de même racine : *gelân*, « rire », et *kaiagelân*, « se moquer de ». Le pauvre latin n'a plus qu'un mot, *risus*, et un verbe, *ridere*, pour rire, pour sourire un verbe, *adridere*, mais pas de substantif, *subrisus* signifiant un rire « à la dérobée », « sous cape ».

Le Moyen Âge latin, quant à lui, emploiera toute une gamme de mots

autour de deux pôles : *risus* (le rire), et *derisio* (la moquerie). Il précisera la nature du rire par des adjectifs ou des expressions : le *risus cum cacchinis*, le gros rire, accompagné de tremblements, en étant la pire forme, particulièrement condamnée parce qu'elle déforme ce corps humain déjà si méprisé par le christianisme du début du Moyen Âge.

A l'époque médiévale, en effet, le rire faisait l'objet de deux définitions contradictoires. La première, héritée des Pères de l'Eglise grecque et largement diffusée dans l'Occident latin, condamne le rire. La seconde, qu'on trouve d'abord chez le philosophe grec - païen - Aristote, reprise par le Latin Quintilien, puis relayée par toute une lignée de grands auteurs chrétiens du Moyen Âge, affirme, à l'inverse, que le rire est le propre de l'homme : elle emploie l'expression *Homo risibilis*, qui ne veut pas dire homme risible, ridicule, mais homme dont la caractéristique est le rire.

Ces deux opinions opposées ont abouti à une controverse entre théologiens qu'illustre à merveille un sujet traditionnel de débat à l'université de Paris au XIII^e siècle : Jésus a-t-il ri une seule fois dans sa vie ? Car les Evangiles ne montrent jamais Jésus riant.

Jacques Le Goff
(© « Storia e Dossier »)

* Jacques Le Goff dirige actuellement, à l'Ecole des hautes études en sciences sociales de Paris, un séminaire sur le rire au Moyen Âge.



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

20. O historiador nos fala de uma controvérsia que marcou a Idade Média. Que controvérsia é essa?

21. Por que surge na Idade Média essa controvérsia?

22. No segundo e no terceiro parágrafos do texto, o autor faz referência a pares de palavras que se opõem, designados pelas expressões "deux mots bien distincts", "deux termes différents", "deux pôles". Qual a relação desses pares com a concepção de riso na Idade Média? Para facilitar sua leitura, seguem abaixo verbetes do dicionário Petit Robert:

méchant(e): cruel, dur, malfaisant, malintentionné;

se moquer de: blaguer, ridiculiser.

23. Qual o interesse de Le Goff, como historiador, em apresentar esses pares de palavras?

Leia os textos que seguem e responda às questões 24, 25, 26, 27 e 28.

Você encontrará abaixo dois excertos. O primeiro foi extraído de um capítulo de um livro sobre a história do planeta Terra. O segundo é a apresentação de um longo artigo da revista *La Recherche*.



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

LA PLANÈTE MIER

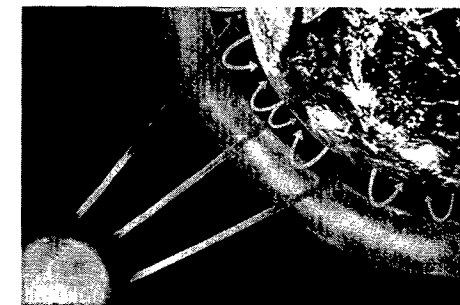


Déjà l'effet de serre

La suite des événements a été reconstituée avec plus de certitude par les scientifiques. La température du soleil continuant à baisser, la vapeur devient de l'eau liquide. A ce moment, la surface occupée par les océans est encore plus importante qu'aujourd'hui.

L'atmosphère qui entoure la planète va entrer en réaction avec cette masse d'eau. Le dioxyde de carbone (CO_2), alors très abondant, va commencer à se dissoudre dans l'eau. Mais ce gaz joue un double rôle très important. D'une part, il empêche la chaleur de la Terre de s'échapper dans l'espace. Mais en même temps, il laisse passer les rayons du soleil qui réchauffent la planète. C'est ce qu'on appelle l'effet de serre : plus il est important, plus il fait chaud sur la planète.

A cette époque, c'est-à-dire il y a environ 3,8 milliards d'années, la situation est identique sur les trois planètes sœurs que sont Mars, la Terre et Venus. Toutes les trois ont des océans, leur atmosphère est riche en CO_2 et l'effet de serre y est important. Mais c'est aussi à cette époque que le soleil arrive à un moment de son évolution où il devient moins brillant. C'est ainsi que la température sur la Terre devait être plus basse d'environ 20°C en moyenne. Autrement dit, sans l'important effet de serre qui règne à ce moment, les océans auraient gelé sur la Terre et la vie y aurait sans doute été impossible.



Certains gaz de l'atmosphère, comme le CO_2 , laissent passer les rayons du soleil tout en empêchant la chaleur de la Terre de s'échapper dans l'espace. C'est le principe de base de l'effet de serre.

DUPUIS, Henri. "L'océan indispensable" in: *Les Océans* ("Planète verte-écosystèmes"), Paris, Editeur Hatier-Ragot, 1992, p. 15.

OÙ VA LE GAZ CARBONIQUE ?

LA CROISSANCE DU TAUX DE GAZ CARBONIQUE DEPUIS LE DÉBUT DE LA RÉVOLUTION INDUSTRIELLE EST AUJOURD'HUI RECONNUE DE TOUS. MAIS LES CONSÉQUENCES CLIMATIQUES D'UNE TELLE AUGMENTATION RESTENT INCERTAINES. EN PARTICULIER, IL EST URGENT DE CONNAÎTRE LE DESTIN DE L'EXCÉDENT DE CO_2 , COMMENT S'INTÈGRE-T-IL DANS LE CYCLE NATUREL DU CARBONE ? LES DEUX GRANDS RÉSERVOIRS NATURELS QUE SONT LES Océans ET LA BIOMASSE TERRESTRE VONT-ILS CONSERVER LEUR RÔLE RÉGULATEUR INDEFINIMENT ? POURRONT-ILS CONTINUER À ABSORBER LE FLUX ANTHROPOGÉNIQUE DE GAZ CARBONIQUE ET NEUTRALISER AINSI L'EFFET DE SERRE ADDITIONNEL ? AUTANT DE QUESTIONS PRIMORDIALES POUR PRÉVOIR L'ÉVOLUTION DU CLIMAT.

LA RECHERCHE 243 MAI 1992 VOLUME 23
PAGE 892



24. A partir da leitura dos textos acima, defina o que é "l'effet de serre".

25. Ambos os textos abordam a questão do "effet de serre", mas o fazem sob ângulos diferentes. No primeiro texto, faz-se referência a "l'important effet de serre". A partir dessa expressão, explique sob que ângulo o "effet de serre" é abordado nesse primeiro texto.

26. No segundo texto, faz-se referência a "l'effet de serre additionnel". A partir dessa expressão, explique sob que ângulo o "effet de serre" é abordado nesse texto.

27. A palavra **important** tem, pelo menos, dois significados, como se vê no verbete abaixo, extraído do dicionário **Petit Robert**:

1. Qui importe; qui est de conséquence, de grand intérêt. V. *Considérable, grand*. V. *Capital, essentiel, vital*. V. *Principal*.

2. (Dans l'ordre quantitatif) Qui est grand; dont la mesure est grande. V. *Elevé*.

No primeiro texto, essa palavra aparece cinco vezes. Indique, NA ORDEM DE SUA OCORRÊNCIA NO TEXTO, qual desses dois significados aparece EM CADA UMA DAS QUATRO PRIMEIRAS OCORRÊNCIAS.

a) Primeira ocorrência:

b) Segunda ocorrência:

c) Terceira ocorrência:

d) Quarta ocorrência:

28. A abordagem do "effet de serre" do segundo texto complementa ou contraria a do primeiro texto? Por quê?

Leia o texto que segue e responda às questões 29, 30, 31 e 32.

O excerto abaixo é um parágrafo extraído do editorial do jornal **Le Monde** de 7 de outubro de 1992, publicado, portanto, após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional o pedido de "impeachment" do presidente Collor. Depois de relatar os fatos ocorridos, o jornalista francês faz uma análise da atual situação brasileira.



Les Brésiliens ont apporté la preuve qu'ils avaient acquie, face aux turpitudes d'une certaine classe politique, des réflexes sains. La rue a certes exercé une pression. Mais le dernier mot, après des mois d'incertitude et même d'angoisse collectives, est revenu à la représentation nationale. Selon une formule souvent entendue pendant ces heures cruciales, le Brésil est « devenu adulte ». Cette évolution n'allait pas de soi. Le pays continue de connaître les affres d'une dette mal maîtrisée, et une immense partie de ses habitants vit dans la misère. Le Brésil reste un géant fragile.

DENIS HAUTIN-GUIRAUT
(Jeudi 1^{er} octobre.)

Sélection hebdomadaire du journal « le Monde »

Du jeudi 1^{er} au mercredi 7 octobre 1992

29. No excerto, o Brasil de hoje é caracterizado por duas imagens (metáforas). Uma delas é de autoria do jornalista, a outra não.

a) Cite em francês o segmento do texto onde aparece a imagem criada pelo jornalista.

b) Explique o que ela quer dizer.

30.

a) Cite em francês o segmento do texto onde aparece a outra imagem.

b) Como é possível saber, através do texto, que essa outra imagem não é de autoria do jornalista?

31. Cite em francês as palavras que, no texto, revelam que o jornalista opõe as duas imagens.

32. Para o jornalista, qual teria sido o fator decisivo para a aprovação do pedido de "impeachment" do presidente Collor?

PROVA DE 1992



FRANCÊS

Responda em português, a menos que haja alguma instrução diferente.

Leia os textos que seguem e responda às questões 17, 18 e 19.

ROMANS

Nova de rom... (Classe, período...)

ONITSHA

par Jean-Marie Le Clezio, Gallimard
L'éducation africaine d'un petit garçon euro-
péen sur les bords du fleuve Niger. En grande
partie autobiographique, l'un des meilleurs
romans du conteur des civilisations perdues,
écrit sur les ruines de la société coloniale et des
légendes qu'elle a détruites.

(Le Nouvel Observateur, n° 1385, 23-29/mai/1991, p. 62)

Adolphe Nicolas
Les montagnes sous la mer
Ed. BSGM, 188 p., 150 F.

Les éditions du Bureau de re-
cherches géologiques et minières
(B.R.G.M.) se lancent dans la publi-
cation d'ouvrages scientifiques
compréhensibles du grand public.
Ce livre en atteste la réussite.

A partir d'une description du re-
lief sous-marin et des fragments de
croûte océanique que sont les mas-
sifs rocheux échoués sur terre,
l'auteur explique le phénomène de
tectonique des plaques (déforma-
tion des roches), et tout le fonc-
tionnement de la "machine" Terre:
le glissement des plaques, les
points chauds (risques de secous-
ses telluriques), les racines des vol-
cans, les pulsations qui secouent la
planète depuis son origine.

D'analyses comparées des ter-
rains en observations géologiques,
d'observations microscopiques en
analyses géochimiques, les données
se mettent en place, et apparaît
alors toute la complexité du globe.

Les illustrations en couleurs
sont belles et explicatives. Plus-
sieurs niveaux de lecture de cet
ouvrage, balisés par des couleurs:
des feux verts et des feux oranges
signalent une "lecture pour tous",
alors que le feu rouge traduit la
difficulté du contenu et adresse le
sujet à un public plus averti.

Gérard Morice

(Science & Vie, n° 885, juin/1991, p. 153)



PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

10



CERVEAU

**LA DYNAMIQUE DU
CERVEAU**

Philippe Boulu

Documents Payot, 186 p., 120 F.

Le cerveau, siège de la pensée
et récepteur des sensations,
occupe bien des chercheurs, qui
tentent de mieux comprendre
son fonctionnement, de retar-
der son vieillissement. Philippe
Boulu, neurologue à Paris et
consultant à l'hôpital Beaujon,
s'intéresse particulièrement à
cette lutte contre le vieillisse-
ment cérébral. Après un chapi-
tre sur la structure et les fonc-
tions de cet organe extraordi-
nairement complexe, l'auteur
traite de sa sénescence. Dès
l'âge de vingt-cinq ans, nous
perdons chaque jour entre
50 000 et 100 000 neurones.
Pourquoi le cerveau vieillit-il, et
comment? A quoi peuvent être
dues les pertes de mémoire et
les autres troubles rencontrés

chez les personnes âgées? Où
se situent les limites entre le
vieillessement cérébral normal
et la maladie? Comment déce-
ler, et traiter quand cela est
possible, les dysfonctionne-
ments et lésions du cerveau?
Autant de questions auxquelles
la recherche apporte des ré-
ponses de plus en plus précises,
explicitées dans cet ouvrage.
Enfin, la dernière partie re-
gorge de conseils pour protéger
son cerveau et améliorer ses
performances. Avoir un envi-
ronnement stimulant, adopter
une bonne hygiène de vie sont
quelques-uns des éléments qui
permettent de mieux vieillir, ou
moins vite.

Une bibliographie pour « en
savoir plus », et des annexes
pour tester et stimuler ses ca-
pacités intellectuelles complè-
tent ce livre sérieux.

Isabelle Delaleu

(Sciences et Avenir, n° 534, août/1991, p. 94-95)

17. Para cada um dos livros apresentados nas resenhas, forneça as seguintes informações:

- a) título da obra e dados sobre o autor (quando houver);
- b) tema central da obra;
- c) opinião do crítico sobre a obra: favorável ou desfavorável. Transcreva as palavras do crítico que revelam sua opinião.

18. A resenha do livro *Les montagnes sous la mer* faz alusão aos leitores a que se destina, mencionando, a respeito disso, uma particularidade da apresentação gráfica do livro.

- a) Que leitores são esses?
- b) Que particularidade é essa? Explique.

19. Pode-se concluir, a partir da resenha, que o livro *La Dynamique du Cerveau* é composto de três partes principais e de outras duas seções complementares. Apresente, na ordem, a estrutura geral do livro, resumindo o conteúdo desses cinco momentos da obra.



PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

11



Leia o texto abaixo e responda às questões 20, 21, 22 e 23.

Environnement

L'IMPÔT MONDIAL SUR LE CO₂

Les pays riches ont mis la planète au pillage. Les déchets de leurs industries polluent la terre, l'eau, l'air de tous... Ils souhaiteraient, bien sûr, que les pauvres n'en fassent pas autant. A Tunis, les pays francophones ont cherché un accord, avant la conférence mondiale de Rio qui va tenter d'édicter une législation internationale.

PAR DIDIER DUBRANA

Les ministres de l'Environnement de 37 pays francophones (*) se sont réunis à Tunis à la fin du mois d'avril pour définir une stratégie commune en vue du plus grand sommet de tous les temps, qui se tiendra à Rio de Janeiro en juin 1992 (**). Les chefs d'Etat du monde entier viendront y parler de la planète Terre. Il s'agira d'établir « des règles politiques et économiques favorisant le développement des pays tout en préservant l'environnement ». Dit autrement, et plus cyniquement, peut-on permettre aux pays en voie de développement de suivre le mauvais exemple des pays développés ? Pourront-ils, comme nous, déboiser, construire des villes tenta-

104

culaires, faire fumer des usines, se lancer dans le nucléaire, rejeter leurs déchets dans des décharges sauvages, polluer les nappes phréatiques, consommer inconsidérément l'oxygène de l'atmosphère ? Bref, pourront-ils contribuer au pillage de la Planète, que nous avons si bien commencé ?

L'une des mesures précises qui devraient être proposées à Rio est l'impôt mondial sur la pollution atmosphérique par le gaz carbonique, accusé d'être responsable de l'effet de serre (voir dessin p. 106).

Comme on pouvait s'y attendre, la conférence de Tunis a préfiguré celle de Rio, en ce sens que les problèmes environnementaux se sont assez vite transformés en un dialogue Nord-Sud opposant pays riches et pays pauvres.

105

(1) Les pays participant à cette conférence organisée sous l'égide de l'Agence de coopération culturelle et technique (AOCT) sont la Belgique, le Bénin, le Burkina Faso, le Burundi, le Canada, la République Centrafricaine, les Comores, le Congo, la Côte-d'Ivoire, Djibouti, la Dominique, la France, le Gabon, la Guinée, la Guinée-Bissau, la Guinée équatoriale, Haïti, le Laos, le Liban, le Luxembourg, Madagascar, le Mali, le Maroc, l'Ile Maurice, la Mauritanie, Monaco, le Niger, le Rwanda, Sainte-Lucie, le Sénégal, les Seychelles, la Suisse, le Tchad, le Togo, la Tunisie, le Vietnam, le Zaïre.

(2) Conférence des Nations-Unies sur l'environnement et le développement (CNUED).



PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

12



20. Em sua reportagem, Didier Dubrana aborda a questão do meio ambiente contrapondo países ricos a países pobres. Indique tudo o que no texto acima, extraído da reportagem, relaciona países ricos a países pobres, especificando em que consistem essas relações.

21. Em sua reportagem, o jornalista se coloca em um dos pólos da oposição países ricos versus países pobres. Em que pólo ele se coloca e que posição assume face à situação dos países desse pólo, relativamente à preservação do meio ambiente? Justifique sua resposta, citando elementos do texto que a comprovem.

22. Essa reportagem nasceu de um encontro de países de língua francesa na cidade de Tunis (Tunísia) em abril de 1991. Qual é a relação desse encontro com a ECO 92, a ser realizada no Brasil?

23. De acordo com o texto, como é definida a ECO 92, qual é a sua finalidade e que relação existe entre ela e o título da reportagem?



PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

13



Leia o texto abaixo e responda às questões 24, 25, 26, 27 e 28.



« L'Obs » mène le débat sur la légalisation

Les pour et les contre

Le Nouvel Observateur. — Anne Coppel, dans le livre que vous publiez avec Christian Bachmann, « le Dragon domestique », vous prenez position pour la légalisation de la drogue. Vous ne craignez pas de passer pour des suppôts de Satan ?

Anne Coppel. — Plutôt que de légalisation, nous préférons parler de domestication, car cela suppose une stratégie progressive ; ce n'est pas une politique que l'on peut mettre en oeuvre du jour au lendemain. Elle ne supprimera pas le problème de la drogue. Mais c'est une solution plus rationnelle, qui éliminera les mafias, réduira la délinquance, réduira aussi tous les fantasmes qui alimentent la drogue elle-même et font partie de son marketing.

(Le Nouvel Observateur, n° 1301, octobre/1989)

Francis Curtet. — Vous parlez de domestication... Un domestique est au service de quelqu'un. La drogue n'est jamais au service de l'individu. C'est l'individu qui en est esclave. C'est une illusion totale de penser qu'un jour on pourrait domestiquer la drogue. Vous dites que cela supprimera la mafia et la délinquance. Cela supprimera peut-être, en effet, une partie du trafic. Admettons... Mais poussons votre raisonnement jusqu'au bout : pourquoi ne distribuerait-on pas de l'argent une fois par mois aux braqueurs de banques pour éviter les hold-up ? Ce raisonnement nous fait dériver dans l'utopie. Troisièmement, si on légalise la drogue, cela veut dire qu'il faut tout légaliser, sans exclusive. Il y a dans la démarche du toxicomane quelque chose qui l'incite à prendre un produit justement parce qu'il est interdit. Vous légalisez le cannabis, bien. Puis la cocaïne, puis l'opium, puis l'héroïne... Et pour le crack, qu'allez vous faire ? Il vous faudra bien le légaliser aussi. Et ensuite l'ice, et puis de nouveaux produits, toutes les saloperies que l'homme est capable de créer. Il faudra les légaliser au fur et à mesure, sinon les marchés parallèles s'organiseront sur les produits qui resteront interdits.

O texto acima é parte de uma matéria jornalística que contém um debate sobre a legalização das drogas. Nele se contrapõem as posições de Anne Coppel e Francis Curtet, o qual retoma pontos da fala da primeira para rebatê-los.

24. Qual é o primeiro ponto retomado por Francis Curtet? Especifique a posição de cada um dos entrevistados e seus argumentos.

25. Qual é o segundo ponto retomado por Francis Curtet? Especifique a posição de cada um dos entrevistados e seus argumentos.



UNICAMP
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES



26. Francis Curtet, reforçando sua contra-argumentação a um dos pontos retomados, acrescenta um outro elemento ao debate. Qual é esse elemento? Justifique.

27. Na fala de Francis Curtet aparecem duas frases que indicam a retomada da fala de Anne Coppel. Transcreva essas frases.

28. Ainda na fala de Francis Curtet, aparece uma palavra que indica que ele vai fornecer mais um elemento para a sua contra-argumentação. Que palavra é essa?

Leia o texto abaixo e responda às questões 29, 30, 31 e 32.

L'Arbre à livres

Au 76 du boulevard Saint-Michel, une librairie unique à Paris et sans doute en France est ouverte depuis deux ans : l'Arbre à livres.

En éditions bilingues ou monolingues elle propose aux enfants un choix de livres tout à fait exceptionnel. Ici, on peut lire en italien, en espagnol, en allemand, en anglais, en portugais, en turc, en arabe, en kanak, en chinois, en vietnamien, en quelques langues africaines et, bien sûr, en français. Les titres en sont soigneusement sélectionnés par Suzanne Bukiet, fondatrice et directrice de la librairie, aidée de Noémi Tanaka. A elles deux elles peuvent lire en huit ou neuf langues. L'idée qui anime Suzanne Bukiet : à travers la lecture de contes, de récits, par les images ou le jeu, faire connaître aux enfants d'autres cultures du monde et lutter ainsi contre l'intolérance, le racisme, la violence. Et aussi donner aux enfants de double culture une reconnaissance de leur propre langue et de leurs propres valeurs.

Une centaine de bibliothèques en France se fournissent ici, des écoles, des associations, et des lecteurs de passage.

Les éditeurs sont français pour les éditions bilingues : Folio Junior, l'Harmonie, Syros qui vient de lancer une nouvelle collection bilingue que dirige Suzanne Bukiet sous le nom de... l'Arbre à livres, et étrangers pour les éditions monolingues.

Des auteurs africains regroupés en coopérative publient, en français, des contes de l'Afrique de l'Ouest (Ed. Nubia).

Un projet : une antenne mobile qui permettrait d'aller dans les écoles, les comités d'entreprise où la demande est forte.

La librairie participe régulièrement à toutes sortes de manifestations, salons et expositions interculturels aux côtés par exemple du Collectif d'éducation à la paix, d'Amnesty International, etc.

En juin 1984, Suzanne Bukiet a fondé l'association Les Amis de l'Arbre à livres ou Vive les différences. Objet : « Recherche dans le domaine de la

pédagogie des différences et des échanges interculturels au niveau des enfants. Elle [l'association] s'attache à donner leur place aux enfants étrangers par la reconnaissance des valeurs de leur langue et de leur culture d'origine. Elle souhaite en même temps, et ce n'est pas contradictoire, faciliter leur adaptation à l'école et dans la société française. Elle espère faire connaître aux enfants français les richesses des autres cultures. »

Quatre groupes de travail fonctionnent au sein de l'association sur la mise au point de livres bilingues, les problèmes de choix de textes, de traduction, sur la pédagogie particulière des classes pluriculturelles et sur l'échec scolaire dans les milieux de l'émigration.

Participent à ces groupes de travail des enseignants, des responsables de ZEP, des éducateurs, bibliothécaires, etc.

L'Arbre à livres : tél. : 43-26-59-93.

(Culture au quotidien, "Cultures périphériques". Paris, Editions du Centre Georges Pompidou, 1985, p. 62)



UNICAMP
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES



Diferentemente do que ocorre no Brasil, a nacionalidade francesa é adquirida por "direito sanguíneo", isto é, é francês o indivíduo cujo pai e/ou mãe são franceses e não aquele que nasce em território francês. Essa questão do direito à nacionalidade francesa tem criado problemas aos filhos de imigrantes. Mesmo tendo nascido na França, eles não são franceses e, em geral, sofrem o choque cultural resultante do confronto entre os valores de suas famílias e os valores da sociedade em que vivem.

29. A livraria "L'arbre à livres" e a associação "Les amis de l'Arbre à livres", a ela ligada, têm os mesmos objetivos no sentido de enfrentar os problemas advindos desse choque cultural. Que objetivos são esses:

- a) com relação às crianças francesas?
- b) com relação às crianças estrangeiras que vivem na França?

30. O autor do texto considera "L'arbre à livres" uma livraria "unique à Paris et sans doute en France" com base nos livros que nela são vendidos. Por quê?

31. A partir do texto, dê as seguintes informações sobre a livraria:

- a) clientela atendida;
- b) participação em atividades sócio-culturais.

32. Quais as atividades da associação "Les amis de l'arbre à livres"?



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

PROVA DE 1991

FRANÇA

INSTRUÇÕES:

RESPONDA A TODAS AS PERGUNTAS EM PORTUGUÊS.

Leia o texto abaixo e responda às questões 17, 18, 19, 20 e 21.

Cerveau audio, cerveau visuel?

Notre compréhension du langage écrit et celle du langage parlé font-elles appel aux mêmes parties de notre cerveau? Grâce à l'informatique, des chercheurs de l'école de médecine de l'université de Washington, aux Etats-Unis, viennent de répondre à cette question par la négative. Ils portent ainsi le coup de grâce à une importante hypothèse de neurobiologie, vieille de plus de cent ans (S. F. Pedersen et al., *Nature*, 331, 585, 1988).

A la fin du XIX^e siècle, les neurologues pensaient que, pour analyser l'écrit, le cerveau fait appel à ses capacités d'analyse auditive du langage. Ils étaient confortés dans leur conviction par le fait que tous les malades présentant une incapacité à lire et à écrire souffraient de lésions situées autour des centres cérébraux connus pour leur importance dans l'analyse et la compréhension auditives de la parole. Puis, au milieu des années 1970, cette belle certitude fut ébranlée: les neurologues découvrirent des malades souffrant de ce même type de lésions qui pouvaient quand même lire!

Petersen et ses collègues ont signé le dernier épisode de cette longue histoire en utilisant une technique d'im-

agerie médicale, la tomographie d'émission positronique. Grâce à des produits radioactifs injectés dans l'organisme et à un traitement informatique des résultats, cette technique permet de mesurer et de visualiser la circulation sanguine cérébrale à un instant donné. Or il est connu que l'afflux de sang vers une région du cerveau varie avec l'activité chimique de cette région.

Les chercheurs ont appliqué la technique à des volontaires sans tout en leur faisant accomplir des tâches linguistiques à partir de mots présentés visuellement. Ils ont ainsi pu repérer avec précision les centres cérébraux impliqués. Et effectivement, ils n'ont constaté aucune activation des régions servant à la compréhension auditive du langage! Cela signifie qu'il existe, dans le cerveau, une voie parallèle à la voie auditive, reliant directement les stimuli linguistiques visuels à leur signification, sans passer par une quelconque représentation phonétique. Ce mariage fertile de l'ordinateur et de la neurophysiologie du langage laisse présager de nouvelles découvertes sur une aptitude dont seule l'espèce humaine détient le secret.

626 VOLUME 19

LA RECHERCHE N° 199 MAI 1988

17. No primeiro parágrafo desse texto já estão enunciados:

- a) o problema que será discutido no texto;
 - b) a conclusão a que os cientistas chegaram a respeito dele.
- Que problema é esse? A que conclusão se chegou?

18. O terceiro parágrafo do texto faz referência a uma "longue histoire", apresentando em três etapas. Qual é a primeira etapa?

19. Qual é a segunda etapa e o que ela representa em relação à primeira?

20. Ainda no terceiro parágrafo, fala-se sobre a utilização de uma técnica. Que técnica é essa e que papel ela desempenhou nessa longa história?

21. Como os pesquisadores aplicaram essa técnica e quais os resultados alcançados?

Leia o poema abaixo e responda às questões 22, 23, 24 e 25.

JE SUIS COMME JE SUIS

Je suis comme je suis
Je suis faite comme ça
Quand j'ai envie de rire
Oui je ris aux éclats
J'aime celui qui m'aime
Est-ce ma faute à moi
Si ce n'est pas le même
Que j'aime chaque fois
Je suis comme je suis
Je suis faite comme ça
Que voulez-vous de plus
Que voulez-vous de moi

Je suis faite pour plaire
Et n'y puis rien changer
Mes talons sont trop hauts
Ma taille trop cambrée
Mes seins beaucoup trop durs
Et mes yeux trop cernés
Et puis après
Qu'est-ce que ça peut vous faire
Je suis comme je suis
Je plais à qui je plais
Qu'est-ce que ça peut vous faire

Ce qui m'est arrivé
Oui j'ai aimé quelqu'un
Oui quelqu'un m'a aimée
Comme les enfants qui s'aiment
Simplement savent aimer
aimer aimer...

Pourquoi me questionner
Je suis là pour vous plaire
Et n'y puis rien changer

(Jacques Prévert, *Paroles*. Paris, Éditions Gallimard, 1972)

22. Copie do texto dois dos versos em que está indicado o sexo do personagem que fala no poema, sublinhando apenas a palavra ou expressão que contém marcas dessa indicação.
23. O personagem do poema afirma, mais de uma vez, "Je suis comme je suis". Que versos no texto revelam o que ele quer dizer com isso?
24. O personagem que fala no poema se dirige a alguém. Em que versos se podem identificar marcas da presença desse interlocutor?
25. As palavras do personagem do poema revelam algo sobre a atitude desse interlocutor em relação ao próprio personagem. O que elas revelam?

Leia o edital abaixo e responda às questões 26, 27 e 28.



PETROBRAS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

**AVIS DE PRÉQUALIFICATION
PROJET ET CONSTRUCTION DE L'INSTALLATION
DE GAZ DE PETROLE LIQUÉFIÉ
A RIO GRANDE - RS BRESIL**

Le bureau d'études de la PETROBRAS (Service de Engenharia/SEGEN) rend public un avis international de préqualification des entreprises pour la réalisation du projet, construction, montage et fourniture du matériel et des équipements de l'installation de gaz de pétrole liquéfié à Rio-Grande, sur le littoral de l'Etat de Rio-Grande-do-Sul, Brésil.

Le présent avis vise à habiliter des entreprises aptes à exécuter les services par la présentation d'un schéma de financement viable.

Les entreprises intéressées doivent solliciter les documents pour la préqualification jusqu'au 5 octobre 1990 par télex qui sera envoyé à :

PETROBRAS/SEGEN
Télex : (21) 40491 PETR BR

Réf : *Prequalificação para a Contratação da Construção do Parque de GLP do Rio Grande.*

Le télex doit contenir l'adresse complète de l'entreprise pour l'envoi des documents de la part de PETROBRAS.

La PETROBRAS précise que la participation à la préqualification ne garantit pas une invitation à prendre part à la demande de prix.

34 Le Monde • Vendredi 21 septembre 1990 •

26. Neste edital, que tipo de serviços a Petrobrás solicita a empresas estrangeiras?
27. Que passos deveriam ser seguidos pelas empresas interessadas em participar da pré-qualificação?
28. A empresa que cumpriu com o solicitado pela Petrobrás participou automaticamente da concorrência? Justifique a sua resposta.

Leia o texto abaixo e responda às questões 29, 30, 31 e 32.

PASCAL (Blaise)

L'œuvre scientifique de Pascal n'a pas été terminée. Mais l'astronomie et l'optique n'ont pas été abandonnées. Les deux seuls mais importants domaines dont il s'est occupé, la mécanique et la mathématique. Pascal n'a traité qu'un nombre limité de sujets, surtout en mécanique. Mais ces derniers étaient de nature à le mener à la physique. Les résultats dont il les a enrichis, mais aussi par l'esprit dans lequel il les a envisagés. Il ne faut pas cependant majorer l'originalité de Pascal. Une histoire des sciences encore assez commune lui attribue une grande part dans la découverte de l'hydraulique, toujours très honnêtement reconnu. Toutefois, les apports originaux qu'on lui doit sont assez nombreux et d'une suffisante qualité pour qu'on puisse le ranger parmi les plus grandes figures de la science d'hier. C'est une véritable originalité, il a, par sa rigueur, sa clarté, son sens de l'essentiel, donné aux problèmes qu'il abordait une présentation qui en a beaucoup mieux fait saisir l'importance. La science d'hier était d'ailleurs l'œuvre de la pensée. Pascal s'occupait et il a grandement bénéficié de ses contacts directs ou indirects, en particulier par l'intermédiaire de Mersenne, avec les principaux savants de son temps, notamment Descartes, Fermat, Roberval et Cassini. Si, dans ses ouvrages, on trouve l'originalité, Pascal a fait preuve d'une exceptionnelle pénétration d'esprit, d'une finesse et d'une logique dans l'analyse tant des questions spéculatives que des faits, qu'on se rencontrerait pas à un degré aussi élevé même chez de grands esprits tels que Galilée ou Descartes, cependant, à certains égards, il manque parfois de « profondeur ». C'est la suite de la notion de son savoir de ne rien accepter sans examen, de ne rien accepter sans l'appuyer sur une base solide, de ne rien accepter sans l'appuyer sur une base solide. C'est ainsi qu'il n'a pas été sensible aux premières démarches de la mécanique qui, notamment avec Galilée et Descartes, passaient bien que de façon superficielle à la physique moderne. Il n'a pas non plus reconnu la portée de l'algèbre et de la géométrie analytique que créaient alors Viète, Descartes et Fermat. Quant à son attitude à l'égard de la science, elle a donné lieu à des interprétations diverses. Elle n'a pas eu pour elle l'enthousiasme de Descartes, et il semble qu'après le grand discours de la « nuit de feu », en 1654, sa seconde conversion, son intérêt pour la science ait quelque peu fléchi. Toutefois, contrairement à ce qu'on lui a parfois reproché, il n'a jamais renoncé à sa vocation. La science, pour lui, n'était pas une fin en soi, mais un moyen de servir Dieu. Il n'a pas non plus renoncé à sa vocation. La science, pour lui, n'était pas une fin en soi, mais un moyen de servir Dieu. Il n'a pas non plus renoncé à sa vocation. La science, pour lui, n'était pas une fin en soi, mais un moyen de servir Dieu.

FRANÇOIS RUSSO

[Encyclopædia Universalis, Paris, 1985, v. 13, p. 1188.]

29. Como, no primeiro parágrafo, François Russo caracteriza a obra científica de Pascal? Segundo ele, qual é a importância dessa obra?
30. François Russo afirma que não se deve valorizar demais a originalidade da obra científica de Pascal. Contudo, ele não a nega. Em que residiria, então, essa originalidade?
31. Em seu texto, o autor aponta uma falha na obra científica de Pascal. Que falha é essa? Qual é, segundo o autor, a origem dessa falha?
32. Na opinião do autor, em que a atitude de Pascal em relação à ciência o distingue de seus contemporâneos?

Nous rappelons que la revue **Mots** est favorable à la simplification et à l'harmonisation de l'orthographe.

Les refus dans le discours électoral brésilien

[1] « Personne ne peut augmenter abusivement les prix et causer ainsi un préjudice à des milliers de personnes /.../ Il n'est pas possible de faire de l'agiotage sur la vente des aliments ».

[2] « Il est absurde qu'une personne comme Pedro Dotto possède des latifundia comme ceux qu'il détient dans l'état d'Acre, alors que la majorité de la population n'a pas sept pieds de terre pour être enterré ».

[3] « On ne peut pas jouer avec le cœur du peuple brésilien ».

Ces énoncés, empruntés au discours du candidat Lula à l'élection présidentielle de 1994¹, constituent un usage marquant de l'argumentation politique au Brésil. Nous examinerons ici le fonctionnement discursif de ce fait de langage.

Conflits, tensions, disputes sont, lors des élections, les éléments constitutifs des relations politiques dans un régime démocratique. Dans un travail antérieur², nous avons montré que le sujet social, en régime représentatif, ne peut véritablement produire du sens que dans sa position de citoyen. Cette position comprend une détermination politico-juridique apparaissant dans l'imaginaire de la citoyenneté sous la forme du droit de vote, du droit de choisir ses représentants. Dans ce processus de décision du citoyen qui choisit pour qui voter, intervient la crédibilité du représentant pour celui

^o Université de Campinas, São Paulo, Brésil.

1. Les séquences discursives où apparaissent ces énoncés seront analysées en détail plus bas. Le texte original brésilien est donné en annexe.

2. S. Lagazzi-Rodrigues et al., « A Cidadania no Jornalismo do Brasil Novo », présenté à la 9e Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu-MG, 12-16 juin 1994. Voir aussi S. Lagazzi-Rodrigues, *O Desafio de dizer não*, Campinas, Pontes, 1988, 101 p.

qu'il représente¹. Croire que son candidat est le meilleur mandataire possible est un facteur déterminant de la réalisation effective du choix. Cela permet à la représentation d'être légitimée, de concrétiser la position de citoyen et de garantir le soutien du régime démocratique représentatif.

Le choix caractéristique du processus électoral se fonde sur une sorte de relation de pouvoir entre celui qui détient le droit de vote et le pouvoir d'élire, et celui qui lui demande son suffrage et a besoin d'être crédible pour être légitimé. Les facteurs qui construisent la crédibilité du candidat sont nombreux, ils fonctionnent comme des contraintes s'appuyant sur des valeurs éthiques, politico-idéologiques, religieuses, ainsi que sur la relation candidat/électeur, engendrée dans un jeu symbolique-imaginaire constitué par des contraintes explicites qui configurent et organisent le discours électoral.

Les usages linguistiques de la négation s'inscrivent dans ces contraintes thématiques et discursives. Ils permettent tantôt d'exprimer explicitement un jugement négatif, un refus référentiel, tantôt d'affirmer le rejet de tel ou tel point politico-idéologique. Ces oppositions explicites, énoncées comme telles, peuvent constituer des éléments fondateurs « positifs » dans les programmes politiques. Dans d'autres cas, les fonctionnements négatifs permettent au candidat de ne pas énoncer explicitement une position, mais plutôt de déplacer implicitement le thème du débat en modifiant ses cadres et ses références.

Nous étudions ces fonctionnements discursifs de la négation lors de l'élection à la présidence de la République du Brésil, en 1994. Dix candidats se sont disputé les suffrages des électeurs. La campagne s'est en fait concentrée autour de deux d'entre eux, Luís Inácio Lula da Silva (dit Lula), représentant du *Partido dos Trabalhadores* (désormais PT), parti de gauche populaire, et Fernando Henrique Cardoso (FHC), du *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), parti de centre gauche, lié au PFL, parti de droite le plus représentatif².

1. Legendre montre que la représentation soutient la légitimisation, qui à son tour soutient la croyance. C. Haroche, *Faire dire, vouloir dire*, Presses universitaires de Lyon, 1984.

2. Avant sa candidature, F. H. Cardoso a eu une influence considérable dans le gouvernement, en tant que ministre de l'Economie, responsable du Plano Real. Ce plan de stabilisation économique, lancé en juillet 1994, a été approuvé par une grande partie de la population. Il fut décisif dans la victoire du candidat, puisqu'il a réussi à maintenir l'inflation à un niveau très bas en comparaison avec les

Dans le matériel d'analyse constitué par les discours de ces deux candidats, durant la campagne électorale de juin à septembre 1994, et plus particulièrement dans ceux de Lula, nous avons choisi d'étudier, en détail, dans leurs contextes discursifs, les énoncés négatifs cités initialement, tels qu'ils ont été recueillis et diffusés par les deux principaux journaux brésiliens *Folha de São Paulo* (FSP) et *O Estado de São Paulo* (OESP). Nous examinerons donc successivement les trois séquences qui contiennent ces énoncés.

L'impossibilité comme indignation

Première séquence discursive

« Pour Luz Inácio Lula da Silva, la démocratie passe par le contrôle des prix dans n'importe quel pays du monde. "Les prix doivent être vraiment contrôlés", a affirmé hier le candidat du PT, à São Paulo. Lula a dit qu'il faut "enlever la connotation idéologique" de la discussion. Dans son éventuel gouvernement, le contrôle des prix, "mais non le blocage", sera appliqué.

[1] "*Personne ne peut augmenter abusivement les prix et causer ainsi un préjudice à des milliers de personnes*". C'est une logique propre à n'importe quel pays démocratique du monde, pense le candidat du PT. Pour combattre le Plano Real, Lula critique avec insistance le chômage et le manque de perspective qu'il voit dans les mesures du gouvernement contre la faim. "*Il n'est pas possible de faire de l'agiotage sur la vente des aliments*", a déclaré encore Lula. Le candidat du PT avait ainsi défendu une fiscalisation renforcée dans les grands réseaux de supermarché pour éviter qu'il y ait une explosion des prix dans les jours qui ont précédé le lancement du Plano Real » (FSP, 3 juin 1994, p. 1-8).

Le contexte politique brésilien actuel est encore fortement marqué par la préoccupation de garantir la démocratie, la première élection directe à la présidence n'ayant eu lieu qu'en 1990¹, après plus de

précédents présidents brésiliens. Il a construit pour Cardoso une forte image de compétence. Quand celui-ci a déclaré officiellement sa candidature, au début de juin, Lula regroupait approximativement 40 % des intentions de vote, contre environ 20 % pour Cardoso. A la fin juillet, les sondages révélaient des pourcentages égaux pour les deux candidats. Cardoso a finalement gagné l'élection avec plus de 40 % des voix.

1. Le président Fernando Collor de Mello, élu en 1990, a été démis de ses fonctions. Son vice-président, Itamar Franco, lui a succédé. Il a gouverné jusqu'à l'entrée en fonction de Cardoso, le 31 décembre 1994.

vingt ans de dictature militaire. Le lien établi entre la démocratie et le contrôle des prix est ainsi une manière d'affirmer que ce contrôle est une mesure essentielle pour un gouvernement qui prétend préserver la démocratie et assurer par là l'existence même de la citoyenneté. Le contrôle des prix ne doit donc pas être compris comme une ingérence de l'Etat, mais comme la « sauvegarde » des citoyens. On note, cependant, que la démocratie n'a pas de relation directe avec les questions économiques, laissant, par exemple, ouverte la question de la liberté du marché, qui peut signifier absence de contrôle des prix de la part du gouvernement. En ce sens, le lien établi par le candidat entre démocratie et contrôle des prix est un indice de ses conceptions de l'Etat et de la démocratie. Pour lui, la démocratie est le droit pour des millions de personnes, le peuple, de ne pas être économiquement mis sous pression par l'augmentation abusive des prix. L'Etat démocratique est celui qui contrôle les prix — ce qui ne signifie pas qu'il les gèle — pour garantir le droit des citoyens à ne pas « subir un préjudice ». Augmenter les prix de manière abusive revient, dans cette conception, à mettre à mal les préceptes démocratiques : « [1] Personne ne peut augmenter abusivement les prix et causer un préjudice à des milliers de personnes ».

Si la négation portait seulement sur l'augmentation des prix, « personne ne peut augmenter les prix », elle aurait le sens d'une interdiction absolue, il n'est permis à personne d'augmenter les prix. Mais une modalisation de cette augmentation, « de manière abusive », restreint l'interdiction. Il est permis d'augmenter les prix, mais pas de manière abusive. On garantit ainsi le refus du gel des prix affirmé par le candidat. Cependant, dans la mesure où l'expression « de manière abusive » contient un jugement de valeur implicite, le caractère *abusif* peut toujours être discuté, on ouvre un espace où quelqu'un doit juger et décider quelle augmentation des prix est possible. Or le candidat a admis que, s'il était élu, le contrôle des prix serait appliqué, ce qui signifie que ce serait le gouvernement qui appliquerait le contrôle des prix. Ainsi, en affirmant que « personne ne peut augmenter les prix de manière abusive », le candidat assure à l'Etat le pouvoir de décision quant à la fixation des prix.

De plus, le lien établi par la coordination, l'augmentation abusive des prix et le fait de causer un préjudice à des millions de personnes, étend la portée de « personne ne peut » à ce dernier fait. Dans l'affirmation « personne ne peut causer un préjudice à des millions de personnes », le sens d'interdiction disparaît, mais la

possibilité du fait reste attestée ; il y a beaucoup de manières possibles de causer un préjudice à des millions de personnes dans notre société. Toutefois, elle est niée, rejetée. La question en fait n'est pas de « ne pas pouvoir » mais de « ne pas devoir causer préjudice à des milliers de personnes ». La réplique phraséologique « pouvoir, on le peut, mais on ne le doit pas » explicite bien qu'à la possibilité s'oppose une restriction et, dans ce cas, une restriction d'ordre purement moral, renvoyant à une éthique prêchant l'amour du prochain : « Personne n'a le droit de causer un préjudice à des millions de personnes ». Et plus que d'une restriction morale, il s'agit là d'une obligation morale, traduite en termes de droits et de devoirs entre les personnes. « Personne ne peut causer un préjudice », est dans ce cas un refus fondé sur des valeurs bien ancrées historiquement et considérées comme évidentes. L'affirmation « personne ne peut causer un préjudice à des millions de personnes » assume ainsi la force d'une dénonciation sociale, d'une dénonciation où résonne une tonalité d'indignation.

Le lien étroit entre « augmenter les prix de manière abusive » et « causer un préjudice à des millions de personnes » fait de la justification un tout que le candidat défend comme une logique démocratique. Cet effet d'indignation et sa force de dénonciation sociale mettent en arrière-plan le contrôle des prix. En effet, au moment où l'objectif le plus important est de rassembler des suffrages, il n'est pas intéressant pour le candidat d'insister sur cette question, objet de vives polémiques dans le contexte économique brésilien.

Dans cette séquence discursive, le candidat du PT insiste sur les positions qui le différencient de celles du gouvernement actuel en critiquant les mesures économiques adoptées¹. Le PT avait affirmé, en effet, que l'augmentation abusive des prix anticipait le lancement du Plano Real et, affirmant que cette augmentation abusive s'opposait aux principes démocratiques, il pouvait caractériser le Plano Real et les mesures économiques du gouvernement comme un ensemble antidémocratique portant préjudice aux citoyens brésiliens. En particulier, l'augmentation abusive des prix alimentaires est une mesure aggravant la faim dans le pays, principalement pour la population défavorisée ; ce qui, une fois de plus, blesse les principes démocratiques défendus par le PT : « Il n'est pas possible de faire de l'agiotage sur la vente des aliments ».

1. Il est important de rappeler que ces mesures économiques ont été prises par son concurrent, alors ministre chargé de l'Economie.

Comme dans l'énoncé antérieur, ce n'est pas la possibilité du fait qui est niée. Les expressions « il n'est pas possible », « faire de l'agiotage » renvoient ici à quelque chose qui est absolument en dehors des normes, qui n'est pas concevable dans des valeurs courantes. Etre agioteur est condamné socialement, l'agioteur extorquant de l'argent à des gens défavorisés. On peut spéculer sur la vente alimentaire, obliger la population à payer les aliments au-dessus de leur prix, mais cela ne devrait jamais arriver, surtout dans un pays où le nombre de personnes souffrant de la faim est considérable. Ceci est aussi une question morale, et de morale chrétienne : « Du pain pour qui a faim ». Le discours de l'indignation et de la dénonciation sociale est évident, comme dans l'énoncé précédent. Affirmer que l'agiotage alimentaire n'est même pas concevable, c'est renforcer indirectement le principe du contrôle des prix, donc de l'intervention de l'Etat, sans avoir pour autant à se référer explicitement à ces notions.

Deuxième séquence discursive

« Lula a souligné à maintes reprises qu'il ferait des réformes agraires : "[2] Il est absurde qu'une personne comme Pedro Dotto possède des latifundia, comme ceux qu'il détient dans l'état d'Acre, alors que la majorité de la population n'a pas sept pieds de terre pour être enterré ". Selon les relevés de l'INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Dotto est propriétaire de 2,1 millions d'hectares dans l'Etat de l'Acre, surface correspondant à un pays comme El Salvador » (FSP, 8 juin 1994, p. 1-8).

Le Brésil est, comme on sait, un pays où la distribution des terres est extrêmement inégale, avec notamment d'immenses territoires aux mains de quelques propriétaires. La réforme agraire est depuis longtemps l'un des thèmes de lutte du PT, particulièrement redouté par les grands propriétaires. Défendre la réforme agraire, c'est donc afficher son soutien à la population défavorisée.

Comparant les deux pôles extrêmes de la population, les *latifundiários* comme Pedro Dotto, et les personnes démunies de tout, Lula souligne, par un contraste hyperbolique, la grande inégalité sociale du pays. Le gouffre économique entre ces deux couches sociales est proprement inconcevable dans une société qui affiche des préoccupations sociales, comme c'est le cas des gouvernements brésiliens. L'inégalité sociale suppose un recours normal au gouvernement de la part de la société, recours qui se justifie pour des

raisons éthiques, où l'on retrouve la morale chrétienne condamnant la faim et prêchant « l'aide au prochain ». Même si l'inégalité sociale est criante et qu'aucune mesure effective n'est prise pour la diminuer, les gouvernants réaffirment en permanence leurs préoccupations sociales, alimentant ainsi l'espoir de la population défavorisée et maintenant la tension sociale à un niveau acceptable. Aucun gouvernement ne pourrait d'ailleurs assumer de ne pas être préoccupé par les problèmes sociaux. En attirant l'attention sur ce problème par l'expression « il est absurde », le candidat dénonce l'injustice sociale comme irrationnelle et inacceptable, condamnant ainsi implicitement l'incohérence des gouvernements. Par là, il légitime indirectement, sans les mentionner, mais en invoquant les fondements d'une rationalité morale, les propositions de réforme agraire, point essentiel de son programme.

Troisième séquence discursive

Mis en présence par les journalistes après le débat de la CNBB, FHC et Lula ont débattu pendant plus de 15 minutes. Voici les principaux passages de leur conversation :

FHC — « Nous avons fait un effort pour l'amélioration et nous allons en faire d'autres. Nous aurions donné plus si ce plan n'avait pas été entravé. Et il le fut énormément. Cela ne vaut pas la peine de comparer sans arrêt avec le passé, sous prétexte que le passé est mauvais. A cause de cela, nous avons le Plano Real. Et le peuple a senti que c'est bien. Parce que sans combattre l'inflation, il n'y a aucune possibilité de faire ce qui est nécessaire pour le Brésil ».

Lula — « Je pense que posséder une monnaie forte, c'est important. Ce qui est grave, c'est que vous en arrivez à frustrer ce peuple. [3] " *On ne peut pas jouer avec le cœur du peuple brésilien* " » (FSP, 30 juillet 1994, p. 1-8).

Le point crucial de cet échange est le Plano Real. La question fondamentale pour le candidat du PT est l'inégalité salariale que le plan renforce, au détriment du pouvoir d'achat des travailleurs. Pour le candidat du PSDB, défenseur du Plano Real, le plus important est que le pays ait une forte monnaie puisque cela augmente le pouvoir d'achat de la population. Cela n'est possible qu'avec la baisse de l'inflation.

Ce débat eut lieu un mois après le lancement du plan. Les nouvelles mesures économiques et la stabilité des prix avaient encore un effet euphorisant. Les perspectives paraissaient toutes favorables, notamment en ce qui concernait la monnaie forte que

toute la population souhaitait vivement. Le PT avait toujours critiqué le Plano Real, en arguant qu'à moyen et long terme il serait préjudiciable au pays. Néanmoins, son candidat ne pouvait alors qu'affirmer son accord avec l'objectif d'une monnaie forte.

En commençant sa réponse, le candidat du PT admet donc l'argument de son adversaire : « Je pense qu'avoir une monnaie forte, c'est important ». Il se place de la sorte aux côtés du peuple brésilien. Toutefois, dans la suite de la séquence, le candidat du PT va opposer l'importance de la monnaie forte à la gravité de ses conséquences pour le peuple : « Ce qui est grave, c'est que vous en arrivez à frustrer ce peuple ».

La frustration découle, par définition, d'une attente non satisfaite. Dans un moment antérieur du débat, le candidat du PT dit que la monnaie forte est synonyme d'un bon pouvoir d'achat, à condition d'avoir un bon salaire, donc une augmentation du salaire minimum. « En arriver à frustrer ce peuple » signifie en fait « ne pas réussir à maintenir une monnaie forte », ce qui, en accord cette fois avec la conception du PT, signifie enlever à la population un pouvoir d'achat considéré comme bon pour pratiquer des prix élevés et de petits salaires.

Le démonstratif « ce » (*este*), est utilisé pour désigner quelque chose d'immédiatement proche du sujet énonciateur. En se référant au peuple comme ce peuple, le candidat du PT réaffirme sa relation de proximité : « C'est de mon peuple qu'il s'agit ».

Dans une séquence antérieure non citée, le candidat du PT se référerait aussi à *cesta básica de alimentos*, cet ensemble de produits alimentaires de base considérés comme essentiels pour la classe défavorisée et servant d'indice pour mesurer le pouvoir d'achat, à partir de la question de la faim. En d'autres termes, « frustrer le peuple brésilien » signifie « refuser des salaires qui permettraient d'échapper à la faim ». Il est certain que la faim est, parmi les problèmes sociaux, celui qui engendre le plus de tension. Laisser quelqu'un avoir faim est toujours considéré comme le comble de l'inhumain et comme une attitude immorale et non chrétienne.

Dès lors, « [3] On ne peut pas s'amuser avec le cœur du peuple brésilien ». Donner de l'espoir au peuple et ne pas agir en conséquence, c'est se jouer des sentiments de la population, ce que le candidat du PSDB n'a pas le droit de faire. L'obligation morale s'exprime ici dans toute sa force et avec le pathos nécessaire.

Argumentation et discours fondateur

Les questions abordées dans les séquences analysées ont toutes un fort contenu polémique dans le contexte brésilien : contrôle des prix, réforme agraire, augmentation du salaire minimum. Comme nous l'avons vu, la défense de ces points dans le discours du candidat du PT se fait indirectement, à travers des constructions associant des refus absolus, « personne ne peut », « il n'est pas possible », « c'est absurde », « on ne peut pas », à des faits moralement inacceptables : « augmenter les prix abusivement et causer un préjudice à des millions de personnes », « faire un agiotage de la vente des aliments », « posséder des latifundia comme celui de Pedro Dotto alors que nombreux sont ceux qui n'ont pas de lieux où être enterrés », « jouer avec le cœur de la population brésilienne ». Ces éléments programmatiques n'apparaissent pas dans la matérialité de la langue comme propositions explicites, soumises à l'évaluation des électeurs. On comparera à cet égard les énoncés négatifs, plus explicites, tels qu'ils apparaissent chez les autres candidats, notamment Cardoso¹ :

« On ne peut pas penser la politique agricole sans subsides dans le secteur ».

« On ne peut faire du clientélisme et des effets politiques, nous avons besoin de sérieux pour arrêter la pauvreté ».

« Cela ne peut être résolu que par l'effort commun du gouvernement et de la société ».

« On ne peut pas penser que, sans une assistance effective du gouvernement et de la société, les problèmes pourront être résolus »².

Dans ces énoncés, la possibilité est soumise à condition par l'intermédiaire de doubles négations, ou de négation exceptive ; elle exprime un contenu positif renforcé :

1. Nous n'avons pas trouvé de constructions attestant le refus absolu de faits moralement inacceptables dans le discours du candidat du PSDB, F. H. Cardoso. Les extraits retenus pour l'analyse se caractérisent ainsi comme des « propositions » à teneur négative explicite.

2. « Não dá para pensar em política agrícola sem subsídio ao setor » (Lula, *FSP*, 8 juin 1994). « Não pode haver clientelismo, nomeação política, precisamos de seriedade para acabar com a pobreza » (F. H. Cardoso, *OESP*, 10 juin 1994). « Isso não pode ser resolvido senão pelo esforço conjunto do governo e da sociedade » (F. H. Cardoso, *FSP*, 10 juin 1994). « Não dá para pensar que, sem uma assistência efetiva do governo e da sociedade, os problemas poderão ser resolvidos. » (F. H. Cardoso, *FSP*, 10 juin 1994).

« Il n'est possible de penser la politique agricole qu'avec des subsides dans le secteur ».

« Il n'est possible d'arrêter la pauvreté qu'avec un comportement sérieux, sans clientélisme, ni effets politiques ».

« Il n'est possible de résoudre cela qu'avec un effort commun du gouvernement et de la société ».

« Il n'est possible de résoudre les problèmes qu'avec une assistance effective du gouvernement et de la société ».

Subsides au secteur agricole/ sérieux du gouvernement/ effort en commun du gouvernement et de la société/ assistance effective du gouvernement et de la société sont autant de points défendus par les candidats, qui s'explicitent dans la matérialité de la langue, comme conditions sine qua non des changements. Ce ne sont donc pas des points polémiques. Ils apparaissent comme des propositions fondamentales recueillant l'approbation de la population dans son ensemble. Au contraire, le contrôle des prix, la réforme agraire, l'augmentation du salaire minimum sont des mesures soulevant des conflits d'intérêts et une grande résistance de la part des élites. En invoquant, pour les désigner, des faits comme la faim ou l'énorme inégalité sociale, faits moralement indéfendables impliquant des obligations morales, le candidat justifie et légitime les points polémiques de son programme, sans les mettre à découvert. Ces points recouvrent des mesures pratiques indispensables à la recherche d'une société meilleure. Désapprouver de telles mesures reviendrait à opter pour des injustices sociales.

Le scénario électoral caractérise ainsi un moment de réaffirmation de l'imaginaire de la citoyenneté, dans lequel le refus absolu de faits moralement inacceptables caractérise des positions de résistance et de lutte sociale. Dans les séquences analysées, nous avons vu que les points polémiques renvoient souvent à des valeurs chrétiennes. Dans une perspective discursive, nous dirons que le discours de la morale chrétienne est fondateur du discours social¹. Dans une campagne électorale, le discours politique mobilise ainsi très fortement le discours social fondé dans l'éthique chrétienne, ce qui apparaît dans la matérialité de la langue par le refus des faits moralement indéfendables.

1. Sur la notion de « discours fondateur », cf. E. Orlandi (dir.), *Discurso Fundador*, Pontes, 1993.

Séquence discursive 1

Para Luiz Inácio Lula da Silva, a democracia passa pelo controle de preços em qualquer país do mundo. « O preço tem que ser controlado mesmo », afirmou ontem o candidato petista à Presidência em São Paulo. Lula disse que é preciso « tirar a carga ideológica » da discussão e que em um eventual governo seu o controle de preços, « não o congelamento », será aplicado.

Ninguém pode aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízo a milhões de pessoas. Essa é uma lógica de qualquer país democrático do mundo, acha o candidato do PT. O centro do discurso de Lula, para combater o Plano Real, reside na crítica ao desemprego e na falta de perspectiva que vê nas medidas do governo para acabar com a fome.

« Não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem », declarou Lula. O candidato do PT defendeu uma fiscalização reforçada nas grandes redes de supermercado para evitar que haja explosão dos preços nos dias que antecedem ao lançamento do real (*FSP*, 3 juin 1994, p. 1-8).

Séquence discursive 2

Lula enfatizou sempre que fará reforma agrária : « É um absurdo que uma pessoa como o Pedro Dotto tenha um latifúndio como ele tem no Acre, enquanto a maioria da população não tem sete palmos de terra para ser enterrada ».

Segundo levantamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Dotto é dono de 2,1 milhões de hectares no Acre, área correspondente a um país como El Salvador (*FSP*, 8 juin 1994, p. 1-8).

Séquence discursive 3

Colocados lado-a-lado pelos repórteres, FHCardoso e Lula debateram durante mais de 15 minutos após a sabatina da CNBB. Veja os principais trechos :

FHC — « Demos um passo para melhorar e vamos dar novos passos. Teríamos dado mais, se este plano não tivesse sido atrapalhado. Ele foi atrapalhado, e muito.

Não adianta ficar comparando com o passado, porque o passado era péssimo. Por isto nós fizemos o real. E o povo sentiu que é bom. Porque sem combater a inflação não há condição nenhuma de fazer o que é necessário no Brasil ».

Lula — « Eu acho que ter uma moeda forte é importante. O que é grave é que você acaba frustrando este povo. Não se pode brincar com o sentimento da população brasileira » (*FSP*, 30 juillet 1994, p. 1-8).

Résumé / Abstract / Compendio

LES REFUS DANS LE DISCOURS ELECTORAL BRESILIEN

Les discours des candidats en campagne électorale à la présidence du Brésil en 1994 montrent des fonctionnements discursifs de constructions négatives renvoyant à des refus absolus, fondés sur le discours de la morale chrétienne et caractérisant des prises de position polémiques contre des pratiques légitimées.

Mots clés : analyse du discours, discours politique, Brésil, citoyenneté.

REFUSALS IN BRAZILIAN ELECTORAL DISCOURSE

By analyzing the speeches of candidates in the 1994 electoral campaign for the Brazilian presidency, we show the discursive functions of negative constructions that refer to absolute refusals. These refusals are based on the discourse of Christian morality, and are part of polemical attempts to take a stand against established practices.

Key words : discourse analysis, political discourse, Brazil, citizenship

EL RECHAZO EN EL DISCURSO ELECTORAL BRASILEÑO

Los discursos de los candidatos durante la campaña electoral para la presidencia de la República de Brasil en 1994 revelan funcionamientos discursivos de construcciones negativas que reflejan rechazos absolutos fundados en el discurso de la moral cristiana y que caracterizan posiciones polémicas contra prácticas legitimadas.

Palabras claves : análisis del discurso, discurso político, Brasil, ciudadanía

O NÃO NO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO*

Suzy Lagazzi-Rodrigues**

INTRODUÇÃO

Esta reflexão sobre o 'não' em política tem como espaço de análise o discurso dos candidatos da campanha eleitoral de 1994 à presidência da república.

Em um trabalho anterior (Lagazzi-Rodrigues *et alli*, 1994), mostramos que em um regime democrático representativo a posição de cidadão compreende, além da determinação jurídica que se mostra no imaginário em termos de direitos e deveres, uma determinação política que se mostra como a possibilidade de se ver representado, de reconhecer o seu representante, o que denominamos 'representabilidade'. O cidadão tem o direito ao voto e o dever de votar, e o processo de escolha que caracteriza o voto se marca pela decisão do cidadão em quem votar, decisão para a qual há necessidade de um mínimo de credibilidade do representado no representante. Acreditar que "nosso" candidato personifica a melhor opção para nos representar é um fator determinante para que a escolha se realize e a representação seja legitimada, para que se concretize a posição de cidadão e se garanta a sustentação do regime democrático representativo.

Em um contexto político eleitoral, a credibilidade de um candidato é construída por vários fatores, que funcionam como coerções baseadas em valores éticos, morais, políticos, religiosos. A relação candidato/eleitor engendra-se em um jogo simbólico-imaginário constituído por essas coerções que configuram e organizam o discurso eleitoral.

Utilizando os jornais *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Estado de São Paulo* (OESP) para a construção do corpus, tomamos para a análise quatro enunciados, todos caracterizando recusas absolutas:

- "*Ninguém pode aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízo a milhões de pessoas.*"
- "*Não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem.*"
- "*É um absurdo que uma pessoa como o Pedro Dotto tenha um latifúndio como ele tem no Acre, enquanto a maioria da população não tem sete palmos de terra para ser enterrada.*"
- "*Não se pode brincar com o sentimento da população brasileira.*"

* Uma primeira versão deste trabalho foi publicada na revista *MOTS* 45, décembre 95. A atual versão será publicada na Coleção Ensaios do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Pesquisadora do LABEURB/NUDECRI/UNICAMP. Docente da Universidade Metodista de Piracicaba.

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS

A campanha eleitoral de 94 concentrou-se em torno dos nomes de LULA (PT) e de Fernando Henrique Cardoso (PSDB coligado ao PFL). É importante lembrarmos que antes de sua candidatura, FHC ocupava a função de Ministro da Economia, posição que lhe permitiu ter grande destaque no então governo de Itamar Franco. O lançamento do Plano Real, em junho de 94, recebeu aprovação de grande parcela da população e conferiu a Fernando Henrique uma forte imagem de competência. Uma jogada política estratégica, esse plano de estabilização econômica foi o grande trunfo eleitoral de Fernando Henrique. Quando declarou oficialmente sua candidatura, no início de junho, contava com aproximadamente 20% das intenções de voto, contra 40% de LULA. No final de junho as pesquisas apontavam porcentagens iguais entre os dois candidatos. FHC venceu as eleições com aproximadamente 50% do total de votos.

Sequência discursiva 1

Para Luiz Inácio Lula da Silva, a democracia passa pelo controle de preços em qualquer país do mundo. "O preço tem que ser controlado mesmo", afirmou ontem o candidato petista à Presidência em São Paulo.

Lula disse que é preciso "tirar a carga ideológica" da discussão e que em um eventual governo seu o controle de preços, "não o congelamento", será aplicado.

"Ninguém pode aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízo a milhões de pessoas. Essa é uma lógica de qualquer país democrático do mundo", acha o candidato do PT.

O centro do discurso de Lula, para combater o Plano Real, reside na crítica ao desemprego e na falta de perspectiva que vê nas medidas do governo para acabar com a fome.

"Não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem", declarou Lula. O candidato do PT defendeu uma fiscalização reforçada nas grandes redes de supermercado para evitar que haja explosão dos preços nos dias que antecedem ao lançamento do real. (FSP - 03/06/94 - 1-8)

O discurso político brasileiro é ainda fortemente marcado pela preocupação de garantia da democracia. Na sequência acima, dizer que o controle de preços faz parte da lógica de qualquer país democrático do mundo é uma maneira de afirmar esse controle, em primeiro lugar, como uma medida que se enquadra dentro dos padrões de absoluta normalidade (muito diferente do congelamento no governo de Collor de Mello) e, além disso, uma medida essencial para um governo que pretenda preservar a democracia e, com isso, assegurar o espaço dos cidadãos. Portanto, o controle de preços não deve ser entendido como ingerência do Estado. A relação estabelecida pelo candidato marca sua posição: a democracia é o direito que milhões de pessoas - o povo - têm de não ser

economicamente coagidas pelo aumento abusivo de preços, e o Estado Democrático é aquele que controla os preços - o que é diferente de congelar - para garantir o direito dos cidadãos, nesse caso o direito de não sofrer prejuízo. Aumentar os preços de forma abusiva é, portanto, ferir os preceitos democráticos.

"Ninguém pode aumentar preços de forma abusiva e causar prejuízo a milhões de pessoas." Se a negação incidisse somente sobre o aumento dos preços - "ninguém pode aumentar os preços" - ela teria o sentido de uma proibição absoluta, mas a modalização do verbo - "aumentar de forma abusiva" - condiciona e limita a proibição: é permitido aumentar os preços, mas não de forma abusiva. Fica garantido o não-congelamento afirmado pelo candidato. No entanto, a expressão "de forma abusiva" implica um julgamento de valor: o caráter abusivo é sempre discutível. Ao mesmo tempo em que garante o não congelamento, o candidato mantém a possibilidade de decidir sobre o aumento controlar os preços. "Ninguém pode aumentar os preços de forma abusiva". Fica assegurado ao Estado o poder de decisão quanto à fixação dos preços.

A ligação estabelecida pelo elemento coordenador 'e' entre o aumento abusivo de preços e o fato de causar prejuízo a milhões de pessoas estende a incidência de "ninguém pode" também a esse fato. Mas na afirmação "ninguém pode causar prejuízo a milhões de pessoas", não se mantém o sentido da proibição e a possibilidade do fato se mantém atestada. Há muitas maneiras de se causar prejuízo a milhões de pessoas em nossa sociedade, o que é constantemente feito, mas também negado. A questão não é não poder, mas não dever causar prejuízo a milhões de pessoas. A réplica fraseológica "poder pode, mas não deve" explicita bem que à possibilidade se opõe uma restrição, nesse caso uma restrição de ordem moral, de uma moral ética cristã que prega o amor e a ajuda ao próximo. Mais que uma restrição moral é uma coerção moral. É a afirmação de uma recusa fundada sobre valores historicamente ancorados que assume a força de uma denúncia social, denúncia que traz marcado o tom da indignação.

A ligação entre "aumentar os preços de maneira abusiva" e "causar prejuízo a milhões de pessoas" faz com que a justificativa, como um todo, produza o efeito de indignação, assuma a força de denúncia social. Mantém-se no fundo da cena o controle de preços. Não é interessante insistir sobre esse ponto bastante polêmico do panorama econômico brasileiro, no momento em que o mais importante é obter votos.

Nessa sequência discursiva, fica marcada a diferença entre as posições do candidato do PT e as posições daquele que idealizou o Plano Real, plano que, segundo o PT, trará o aumento abusivo de preços, causará prejuízo a milhões de pessoas, quando "ninguém pode" fazer isso.

O aumento abusivo de preços dos alimentos é, especificamente, um ato que agrava a fome no país, principalmente da população carente. "Não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem." Tal como na ocorrência anterior, não é a possibilidade do fato que é negada. A especulação sobre o preço dos alimentos sempre foi prática corrente, porém não caracterizada como agiotagem, esta sim socialmente condenada. A expressão "não é possível" remete a algo absolutamente fora dos padrões aceitáveis, inconcebível para os valores postos. "Fazer da venda de alimentos uma agiotagem" é inaceitável, sobretudo em um país em que o número de pessoas que passam fome é tão grande. Essa é também uma questão da moral cristã, que invoca "Dai pão a quem tem fome!". A indignação se faz evidente e o efeito que se tem é o de denúncia social, tal como na ocorrência anterior, com a reafirmação não explícita da posição a favor do controle de preços, a favor da intervenção do Estado.

Sequência discursiva 2

Lula enfatizou sempre que fará reforma agrária: **"É um absurdo que uma pessoa como o Pedro Dotto tenha um latifúndio como ele tem no Acre, enquanto a maioria da população não tem sete palmos de terra para ser enterrada".**

Segundo levantamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Dotto é dono de 2,1 milhões de hectares no Acre, área correspondente a um país como El Salvador. (FSP - 08/06/94 - 1-8)

A reforma agrária, um dos pavilhões de luta do PT desde há muito tempo, marca abertamente uma posição em favor dos "sem terra". Comparando dois polos extremos da população, latifundiários como Pedro Dotto, e pessoas tão pobres que não têm sequer lugar para serem enterradas, o candidato do PT coloca em evidência a grande desigualdade social brasileira. Entre esses dois segmentos da população há um fosso econômico, inconcebível em uma sociedade que se orienta por preocupações sociais, tal como é afirmado pelos governantes brasileiros. A desigualdade social gera cobranças ao governo por parte da sociedade, cobranças que se justificam pelos mesmos valores éticos cristãos que pregam o amor e a ajuda ao próximo e condenam a fome. Mesmo que nenhuma providência efetiva seja tomada para diminuir a desigualdade social gritante em nosso país, a preocupação com essa desigualdade é sempre reafirmada pelos governantes, faz parte de um discurso de busca por uma sociedade mais justa. Nenhum governante poderá assumir que não esteja preocupado com os problemas sociais, não podendo, portanto, negar o 'absurdo' da desigualdade entre homens como Pedro Dotto e pessoas que não têm onde ser enterradas. A expressão "é um absurdo" afirma a inaceitabilidade da carência extrema de grande parte da população brasileira. Não ter onde ser enterrado é a constatação da mais absoluta miséria, e

expõe a legitimidade da proposta da reforma agrária, um dos pontos do programa de governo do PT.

Sequência discursiva 3

Colocados lado-a-lado pelos repórteres, FHC e Lula debateram durante mais de 15 minutos após a sabatina da CNBB. Veja os principais trechos:

(...)

FHC - "Demos um passo para melhorar e vamos dar novos passos. Teríamos dado mais, se este plano não tivesse sido atrapalhado. Ele foi atrapalhado, e muito.

Não adianta ficar comparando com o passado, porque o passado era péssimo. Por isto nós fizemos o real. E o povo sentiu que é bom. Porque sem combater a inflação não há condição nenhuma de fazer o que é necessário no Brasil".

Lula - "Eu acho que ter uma moeda forte é importante. O que é grave é que você acaba frustrando este povo. **Não se pode brincar com o sentimento da população brasileira**". (FSP - 30/07/94 - 1-8)

A tônica deste debate entre os dois candidatos é o Plano Real. A questão fundamental para o candidato do PT é a defasagem salarial que o plano cada vez mais fará aumentar, com a consequente diminuição do poder de compra do trabalhador, enquanto que para o candidato do PSDB, idealizador do Plano Real, o mais importante é o país ter uma moeda forte (para ele consequência da queda da inflação), o que elevará o poder de compra da população.

O PT sempre criticou o Plano Real, alegando que a médio e longo prazo ele seria prejudicial ao país. No entanto, esse debate acontece um mês depois do lançamento do plano, momento ainda de euforia com as novas medidas econômicas e com a estabilização dos preços. As perspectivas pareciam favoráveis ao objetivo de termos uma moeda forte, para o qual toda a população torcia e, portanto, o candidato do PT não podia deixar de afirmar a sua concordância com o fato de ser importante uma moeda forte.

Ao iniciar sua fala, o candidato do PT endossa o argumento do candidato do PSDB - "eu penso que ter uma moeda forte é importante" - colocando -se ao lado do povo brasileiro (não seria justamente ele a não torcer por uma moeda forte). No entanto, na sequência de sua fala, ele contrapõe à importância da moeda forte a gravidade de frustrar este¹ povo.

A frustração decorre, por definição, de uma expectativa não correspondida. Em um momento anterior do debate, o candidato do PT diz que ter uma moeda forte é sinônimo de ter um bom poder de compra, o que acontece somente com um bom salário, ou seja, com o aumento do salário mínimo. Assim, "acabar frustrando este povo" significa manter a moeda

¹. Vale ressaltar que 'este' é um demonstrativo usado para fazer referência a algo imediatamente próximo do sujeito que assume o discurso. Ao se referir ao povo como "este povo", o candidato do PT reafirma, uma vez mais, sua posição de proximidade em relação ao povo: é do meu povo que se trata.

forte através da estabilização desta, o que na concepção do candidato do PT, significa recessão, diminuição do poder de compra da população: preços altos e salários baixos.

Também em um momento anterior do debate, o candidato do PT se refere à "cesta básica", como sabemos um dos índices para medir o poder de compra da população. A questão da fome é novamente posta em pauta. "Frustrar o povo brasileiro" significa, além de não lhe pagar salários que permitam um bom poder de compra, levá-lo a passar fome, algo não aceitável, uma atitude não cristã.

"Não se pode brincar com o sentimento da população brasileira". Não se pode dar esperanças ao povo e não sustentá-las. O candidato do PSDB não tem o direito de frustrar o povo, de lhe dar esperanças de uma vida melhor e, em seguida, com baixos salários e altos preços, levá-lo a passar fome. A coerção moral é, mais uma vez, atestada.

CONCLUSÃO

Nas sequências discursivas analisadas, as questões envolvidas, que constituem pontos do programa de governo do candidato do PT, são polêmicas dentro do contexto brasileiro: **controle de preços, reforma agrária, aumento do salário mínimo**. O trabalho com a materialidade da língua nos mostrou que a defesa desses pontos é feita por um processo de reformulação², que marca um movimento de implicitação no intradiscurso: em lugar de defender o *controle dos preços* o candidato do PT enuncia que *ninguém pode provocar o aumento abusivo de preços e causar prejuízo a milhões de pessoas, que não é possível fazer da venda de alimentos uma agiotagem*, em lugar de defender a *reforma agrária* enuncia o *absurdo tamanho do latifúndio de Pedro Dotto*, em lugar de defender o *aumento do salário mínimo* enuncia que *não se pode brincar com o sentimento da população brasileira*. Esses pontos do programa do candidato do PT não se colocam como propostas a serem avaliadas pelos eleitores, diferentemente de outras questões de caráter não polêmico, como as que vemos a seguir:

"Não dá para pensar em política agrícola sem subsídio ao setor." (Lula - 08/06/94

- FSP)

². Estamos aqui considerando a diferenciação proposta por Silvana Serrani (1993) entre 'reformulação', que para a autora corresponde ao nível do intradiscurso, 'glosa', que se situa na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso, e 'paráfrase', do nível do interdiscurso. Serrani introduz a noção de 'ressonância de significação', entendida como efeito de vibração semântica mútua, para caracterizar o processo parafrástico entre duas ou mais unidades lingüísticas. Em nosso caso, as afirmações enunciadas no discurso do candidato do PT para defender os pontos polêmicos de seu programa de governo caracterizam um processo intradiscursivo.

"Não pode haver clientelismo, nomeação política, precisamos de seriedade para acabar com a pobreza." (Fernando Henrique Cardoso - 10/06/94 - OESP)

"Isso não pode ser resolvido senão pelo esforço conjunto do governo e da sociedade." (Fernando Henrique - 10/06/94 - OESP)

"Não dá para pensar que, sem uma assistência efetiva do governo e da sociedade, os problemas poderão ser resolvidos." (Fernando Henrique - 10/06/94 - FSP)

Diferentemente das seqüências 1, 2 e 3, anteriormente analisadas, nessas ocorrências a possibilidade dos fatos fica condicionada:

'Só é possível pensar em política agrícola com subsídio ao setor.'

'Só é possível acabar com a pobreza com seriedade: sem clientelismo, sem nomeação política.'

'Só é possível resolver os problemas com o esforço conjunto e uma assistência efetiva do governo e da sociedade.'

Subsídio ao setor agrícola/ fim do clientelismo e da nomeação política/ esforço conjunto e assistência efetiva do governo e da sociedade, apresentam-se também como pontos defendidos pelos candidatos, mas explicitamente, como condições *sine qua non* para as mudanças almejadas: ter uma política agrícola, acabar com a pobreza, resolver os problemas. Não são pontos polêmicos. Podem mostrar-se no discurso como propostas fundamentais que reclamam o endosso da população. Já o controle de preços, a reforma agrária, o aumento do salário mínimo são medidas que explicitam conflitos de interesses, geram grande resistência por parte das elites, trazem à tona fatos inegáveis tais como a fome, a carência extrema e a enorme desigualdade social, fatos moralmente inaceitáveis e, portanto, coerções morais. Esses diferentes movimentos no intradiscorso correspondem a lugares distintos para a negação no interdiscurso: a afirmação da recusa moral e o condicionamento da possibilidade do fato. A negação não é uma construção lingüística a priori. A língua não é um dado a priori.

A língua, e nesse caso específico a negação, na relação com a história produz diferentes lugares discursivos, diferentes posições de sujeito, diferentes fatos. Nas seqüências 1, 2 e 3 temos as construções lingüísticas negativas 'ninguém pode', 'não é possível', 'não se pode' apresentando um funcionamento discursivo afirmativo³: **atestam recusas absolutas de fatos moralmente inaceitáveis** - a fome, a carência extrema, a absurda desigualdade social - que no funcionamento do discurso do candidato do PT

³. A construção lingüística '*é um absurdo*' constitui uma mesma família parafrástica com as construções '*ninguém pode*', '*não é possível*', '*não se pode*' e é um sintoma do funcionamento afirmativo dessas construções.

mostram-se como decorrência da não implementação do controle de preços, da reforma agrária, do aumento do salário mínimo. Nas outras ocorrências apresentadas, as construções lingüísticas negativas 'não dá para', 'não pode', 'isso não pode' **atestam uma condição para a possibilidade dos fatos**. Sem y não é possível x.

Na memória do dizer se dão os deslocamentos no funcionamento da negação. Há a atestação da *impossibilidade* de um fato, o que permite condicioná-lo a algo. Há a atestação da *inaceitabilidade* de um fato, que produz em sua formulação o efeito de evidência que cala o interlocutor, não lhe permitindo contestar essa inaceitabilidade. A memória discursiva determina o dizível.

O cenário eleitoral caracteriza um momento de reafirmação do imaginário da cidadania. O direito/dever do voto mostra-se como poder de escolha, de decisão, o que é fundamental para a estabilidade política de um regime democrático representativo.

O jogo simbólico-imaginário entre eleitor e candidato(s) se sustenta por tomadas de posição que constroem a credibilidade do candidato, credibilidade sem a qual não é possível a legitimação nas urnas. Observamos que no cenário político eleitoral brasileiro de 94 a atestação de recusas absolutizadas de fatos moralmente inaceitáveis configurou, para o candidato do PT, uma tomada de posição de defesa de práticas polêmicas não vigentes, ideologicamente distinta da posição de se defender uma mudança consensualmente almejada. Defender a reforma agrária e defender uma política agrícola. A ideologia está materialmente presente nas formas distintas da língua.⁴

Nas sequências analisadas, vimos que os pontos polêmicos do programa do candidato são sustentados por valores da Moral Cristã, cujo discurso é fundador do discurso social.⁵ Num momento de campanha eleitoral há uma mobilização muito forte desse discurso social fundado no discurso da moral cristã, pelo discurso político, o que permite que se ateste a recusa absoluta de fatos moralmente inaceitáveis, discursivamente indefensáveis.

⁴. Remeto aqui à definição de ideologia dada por Orlandi ("Exterioridade e Ideologia", 1996): "prática significativa, discursiva, que aparece como efeito da relação necessária do sujeito, com a língua e com a história, para que signifique".

⁵. Para uma discussão sobre "discurso fundador" ver Orlandi (1993).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- LAGAZZI-RODRIGUES,S. et alli "A Cidadania no Jornalismo do Brasil Novo",
apresentado no IX Encontro Nacional da ANPOLL, Caxambu-MG, 12-16 de
junho de 1994.
- ORLANDI, E.P. (org.) *Discurso Fundador*. Pontes, 1993.
- ORLANDI,E.P. "Exterioridade e Ideologia", Cad.Est.Ling. nº 30. Campinas,
Jan./Jun.1996.
- SERRANI,S.M. *A Linguagem na Pesquisa Sociocultural*. Unicamp, 1993.

PROJETO TEMÁTICO *O SENTIDO PÚBLICO NO ESPAÇO URBANO*

I. TÍTULO DA PESQUISA INDIVIDUAL: **A Cidade no Movimento para a Terra**

II. PESQUISADORA RESPONSÁVEL: *Suzy Lagazzi-Rodrigues*
LABEORB/NUDECRI/UNICAMP

III. OBJETO: O discurso sobre a terra na referência do assentamento.

IV. JUSTIFICATIVA:

Para a compreensão da cidade e suas práticas é importante não perdermos de vista movimentos que se mostram como pontos de dispersão do urbano e dão visibilidade a relações que se afirmam no contraponto da cidade. As tentativas dos sujeitos de redefinição de seus espaços de referência mexem com a cidade e expõem o funcionamento urbano: identificam conflitos, silenciam confrontos, dando visibilidade aos modos de exclusão da cidade. Esses processos nos levam a pensar como se estabelecem o fora e o dentro da cidade, quais os limites do urbano. Conhecer os limites da cidade, saber como ela se significa e como é significada, é também saber como ela exclui e é excluída.

O *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* - MST - define-se como um movimento de massas de caráter sindical, popular e político, que luta por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade (Caderno de Formação nº23, julho de 1995). É um movimento social que vem ocupando a terra e produzindo assentamentos, num (des)locar em que o paradoxo da palavra constrói a lógica do movimento.

Embora o confronto pela terra tenha uma especificidade que o localiza fora dos limites da cidade, já que é uma luta que se concretiza no campo com as invasões/ocupações, isso não significa que seja uma luta que diga respeito apenas ao homem do campo. O MST não separa a luta pela terra da luta por mudanças na sociedade. Ele se afirma um movimento político. A luta pela terra chega até a cidade e a afeta em seus contornos sócio-políticos, produzindo ressonâncias nos conflitos internos à cidade. É o caso, por exemplo, do movimento dos Sem Teto, que se mostra numa relação parafrástica com o movimento dos Sem Terra.

Os sentidos da terra tomam sua estabilidade também da relação com o urbano. É preciso lembrar que muitos dos sujeitos que se engajam na luta pela terra vêm da cidade, e

quando a deixam há uma resignificação do que esta representa e do que seus limites impõem. No entanto, não há coincidência entre os gestos de interpretação determinados pelo 'ir para a terra' e o 'deixar a cidade'. Considerar essa não-coincidência parece-me fundamental para a compreensão desses dois movimentos.

Como a cidade significa no gesto de 'ir para a terra' e como significa depois, quando o sujeito já está na terra? A análise desses diferentes momentos é importante para estabelecermos o lugar que tem a cidade no imaginário da terra, assim como para a compreensão da própria dimensão da urbanidade.

No conjunto do Movimento dos Sem Terra, o assentamento se constitui em um espaço de confluência e imbricação dos discursos presididos pelos enunciados 'ir para a terra' e 'deixar a cidade'. Há muito para se perguntar sobre a terra e muito para se compreender sobre seus sentidos para os assentados. Há muito para se compreender sobre a cidade e o imaginário urbano que determina o estar na terra. A terra é o espaço imediato dos assentados, em que se (re)simbolizam relações das mais diferentes ordens, incluída aí a relação com a urbanidade.

V. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Tomando como ponto de partida os movimentos de 'ir para a terra' e 'deixar a cidade', quero compreender os processos de identificação lingüístico-históricos que determinam a "simbolização do espaço" e a "espacialização do simbólico" na luta pela terra. Nos sentidos "da" terra está a "simbolização do espaço" e na maneira como os sentidos se organizam "na" terra está a "espacialização do simbólico".

Pergunto-me sobre o lugar que tem a cidade no imaginário da terra e como esse lugar funda os sentidos para a terra. É meu objetivo mostrar como o entrelaçamento do imaginário urbano com o imaginário da terra determina os modos do assentado estar na terra e seu olhar sobre a cidade.¹ Quero compreender de que maneira o assentamento, que configura um espaço muito particular no movimento para a terra, resignifica o sujeito. Enfim, qual a posição de sujeito que o assentamento constrói?

¹ Quero me referir aqui à reflexão que vem desenvolvendo Onice Payer sobre as relações entre o rural e o urbano, especificamente nos trabalhos **EDUCAÇÃO POPULAR E LINGUAGEM - Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos** (Unicamp, Campinas, 1995), "Retrospecção e Estereotípias: imagens urbanas sobre o campo" (RUA n###2, 1996).

IV. METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DO CORPUS:

Tendo como perspectiva teórica o método lingüístico-histórico da Análise do Discurso e tomando como base de nossos procedimentos analíticos o fato de que os sentidos são sempre "relação a", tomarei como ponto de partida deste trabalho a relação entre os enunciados "ir para a terra" e "deixar a cidade", que a princípio identifico como organizadores do discurso sobre a terra no assentamento.

Retomo as palavras de Orlandi (1995)², quando afirma que "analisar é compreender a ordem do discurso em questão". Para compreender a ordem do discurso da terra na perspectiva do assentamento é preciso estabelecer o lugar da escuta no assentamento. Para isso, tomarei como material de análise entrevistas com os assentados da Fazenda Ipanema, em Iperó, SP, um assentamento ainda em fase de implantação, o que significa um espaço discursivo em que as confluências terra/cidade mostram-se de maneira mais forte. Além das entrevistas, estarei analisando também alguns Cadernos de Formação do MST. Esse contraponto parece-me importante para observar o lugar da voz do MST no espaço do assentamento e na sociedade brasileira.

Através do dispositivo teórico que permite que a análise do discurso incida no "entremeio entre a descrição e a interpretação" (vide Orlandi, 1996)³, mostrando os deslizos constitutivos dos processos de determinação dos sentidos, estarei procurando explicitar os gestos de interpretação que constróem o discurso sobre a terra e conformam o olhar do assentado sobre a cidade, no confronto entre simbolizar o espaço e espacializar o simbólico.

VII. RELEVÂNCIA:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constitui, hoje, um espaço de análise de fundamental importância para a sociedade brasileira. Se pretendemos compreender a dimensão do social na organização urbana, é importante estarmos nos perguntando sobre a exterioridade constitutiva da cidade. Tomar como objeto de interpretação o discurso sobre a terra na referência do assentamento nos dá a possibilidade de apreender a complexidade das relações que a imbricação entre o imaginário da terra e o imaginário da cidade estabelece.

² ORLANDI, E. "Exterioridade e Ideologia". Cad. Est. Ling. n° 30. Campinas, Jan/Jun. 1996.

³ ORLANDI, E. "Dispositivos da Interpretação". In INTERPRETAÇÃO. Vozes, Petrópolis, 1996.

Com este trabalho estarei contribuindo para que o discurso sobre a terra não se limite às questões de invadir, ocupar, assentar mais ou menos famílias. Pretendo mostrar que a relação com a terra diz respeito à cidade e às práticas sociais e políticas aí instaladas.

VIII. CRONOGRAMA:

Seguindo o cronograma geral do projeto temático, estabeleço o seguinte plano de trabalho:

PRIMEIRO ANO: - definição e leitura da bibliografia fundamental,

- delimitação inicial do corpus,

SEGUNDO ANO: - construção do objeto discursivo a partir do corpus,

- análise,

TERCEIRO ANO: - discussão da análise,

- redação final.

IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL

ANPOLL 10 anos (1984-1994)

Caxambu-MG 12 a 16 junho de 1994

Dia	Hora	Programação Geral
12	19	Atividades Sessão de abertura Conferência inaugurais: Prof. Ataliba de Castilho: Tema: Para uma gramática da repetição na língua falada Profª Dra Cleonice Barardinelli Tema: Redescobrimdo o Xiado
13	08-12	Trabalhos acadêmicos nos GT's
	13-15	Painéis
	15-18	Trabalhos acadêmicos nos GT's
	20-22	Discussão sobre política de pesquisa: definição de prioridade no interior de cada GT
	20-22	Reunião da diretoria e Conselho
14	08-12	Trabalhos acadêmicos no GT's
	13-15	Painéis
	15-18	Trabalhos acadêmicos no Gt's Reunião da Comissão encarregada da consolidação do documento das prioridades
	20-22	Reunião dos Coordenadores de PG Temário: Caracterização do Mestrado na Área de Ciências Humanas e suas relações com a Graduação e o Doutorado-Conferencista: Profª Abigail de Oliveira Carvalho-CAPEs
	20-22	Reunião do Comitê do Prêmio ANPOLL
15	08-12	Trabalhos acadêmicos nos GT's
	13-15	Painéis
	15-18	Trabalhos acadêmicos nos GT's
	20-22	Reunião dos Coordenadores de Gt's Temário: Política de pesquisa e definição de prioridades
16	09-12	Assembléia Geral Extraordinária
	14-17	Assembleia Geral Ordinária

SUMÁRIO

Programação Letras	xxxi
GT TEORIASCRÍTICAS	xxxiii
GT TEORIA DO TEXTO POÉTICO	xxxiii
GT ESTUDOS SHAKESPEARIANOS	xxxv
GT HISTÓRIA DA LITERATURA.....	xxxvi
GT LITERATURA INFANTIL E LEITURA	xxxvi
GT LITERATURAS ESTRANGEIRAS	xxxix
GT "A MULHER NA LITERATURA"	xl
GT DE LITERATURA COMPARADA	xlii
GT DE CRÍTICA GENÉTICA	xliv
Programação Lingüística	li
GT LATIM E GREGO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	liii
GT ANÁLISE DO DISCURSO.....	liii
GT DE DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS	lvi
GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA	lx
GT DE LINGÜÍSTICA APLICADA.....	lxv
GT DE LINGÜÍSTICA DO TEXTO E ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO	lxxiv
GT DE PSICOLINGÜÍSTICA	lxxvii
GT DE TRADUÇÃO.....	lxxx
GT DE SOCIOLINGÜÍSTICA.....	lxxxiii
GT LINGUAGEM E SURDEZ	lxxxvi
GT TEORIA DA GRAMÁTICA.....	lxxxviii
GT LÍNGUAS INDÍGENAS.....	xc
Resumos Letras	1
GT TEORIAS CRÍTICAS	3
O RETORNO DA HISTÓRIA NOS ESTUDOS LITERÁRIOS: TRAJETÓRIAS DE CENTRO E DE PERIFERIA BELLEI.....	3
VANGUARDAS E VIDA NAS CIDADES BUENO.....	3

EM TORNO DO TEXTO: APARATOS DOS LIVROS POPULARES - DILA EDITOR POPULAR.....	107
POLISOTÓPIA E ARQUÉTIPOS NARRATIVOS NA LITERATURA DE CORDEL.....	108
APROPRIAÇÃO DE MAGIA E DE SABERES.....	108
RITOS ENCANTATÓRIOS E CRIPTO-LINGUAGEM.....	109
MEMÓRIA NO COTIDIANO: NARRATIVAS DO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	109
O INCESTO NO CONTO "PELE D'ASNO".....	110
A MULHER E O COCO NO LITORAL SUL DA PARAÍBA.....	110
CONTOS DE ANIMAIS DE ORIGEM AMERICANA.....	110
O INCESTO NA LITERATURA ORAL E POPULAR: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA.....	111
AS FLORESTAS NO IMAGINÁRIO POPULAR.....	111
O OLHAR DESCONFIADO: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO PESQUISADOR-PESQUISADO.....	112
A CULTURA POPULAR NA HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA.....	112
A PARÓDIA NAS CONTRACAPAS DOS FOLHETOS POPULARES.....	113
GLAUBER ROCHA E A LITERATURA DO POVO.....	113
OS CICLOS DEMONÍACOS E A LITERATURA DE FOLHETOS.....	113
PERFIL DOS COQUISTAS NA PARAÍBA.....	114
LITERATURA ORAL E POPULAR.....	114
FAUSTO E A TRADIÇÃO POPULAR - ORALIDADE E EDIÇÃO.....	115
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA POÉTICA DOS COCOS.....	116
O COCO COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL POPULAR EM COMUNIDADES DE PESCADORES (UM ESTUDO COMPARATIVO).....	116
O PROJETO "QUEM CONTA UM CONTO...".....	116
LITERATURA ORAL E COMUNIDADE NARRATIVA.....	117
O INCESTO E O FEMININO.....	117
CRENÇA E TRADIÇÃO.....	118
GT TEORIA DA NARRATIVA.....	119
A CONVIVÊNCIA DE TRADIÇÃO E RUPTURA NO CONTO SUL-RIO-GRANDENSE ATUAL.....	120
ASPECTOS DA TEORIA DA NARRATIVA: SEXUALIDADE, PORNOGRAFIA E LITERATURA (POÉTICA DA OBSESSÃO).....	120

MODERNIDADE E FAUSTO: METAMORFOSE DA NARRATIVA.....	122
RETÓRICA DA NARRATIVA: O NARRADOR MACHADIANO.....	122
A NARRATIVA DOS IMIGRANTES ALEMÃES.....	123
O TEATRO DE JOSÉ DE ANCHIETA E A QUESTÃO DA ALTERIDADE.....	124
SARGENTO GETÚLIO, À LUZ DA SEMIÓTICA DA CULTURA, DE Y. LOTMAN.....	124
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE METANARRATIVA.....	125
ASPECTOS DA NARRATIVA MACHADIANA.....	126
A NARRATIVA KAFKIANA: A VOZ DO OPRIMIDO E DO OPRESSOR.....	126
Resumos Lingüística.....	127
GT LATIM E GREGO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.....	128
O MITO DE ANFITRIÃO NA DRAMATURGIA GRECO-LATINA.....	128
O HOMOEROTISMO E A LITERATURA GRECO-ROMANA...	128
AS RESSURGÊNCIAS DE ANFITRIÃO NO TEATRO DO OCIDENTE.....	129
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTÍCULA QUOD NA LÍNGUA LATINA.....	130
O ESTUDO DA RETÓRICA NA FACULDADE DE LETRAS DA UFRJ.....	130
O MITO DE ANFITRIÃO NO ESCUDO DE HÉRACLES.....	131
GT ANÁLISE DO DISCURSO.....	132
DOS MECANISMOS DISCURSIVOS NA "CARTAS DE LEITOR".....	132
BASE DE DADOS DAS PUBLICAÇÕES DE ANÁLISE DO DISCURSO E SOCIOCÍTICA DOS TEXTOS NO BRASIL (1970-1993) BDAEST.....	132
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO HERÓI PAULISTA: O BANDEIRANTE.....	133
O PROJETO APERJ E A TRANSPOSIÇÃO DE DIALETOS POPULARES PARA A MODALIDADE ESCRITA.....	134
O SUJEITO NO DISCURSO PEDAGÓGICO.....	135
RASURA E INTERDIÇÃO.....	136
A RELAÇÃO SEMIOLINGÜÍSTICA DA IRONIA.....	137
AS IDÉIAS GRAMATICAIS NO BRASIL COLÔNIA.....	137

TEMPORALIDADE E ENUNCIÇÃO: O LIVRO DAS	
CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO.....	138
O AUTOR NA ESCOLA	139
ENUNCIÇÃO, INTERDISCURSO, ARGUMENTAÇÃO.....	140
ÉTICA E REAL DA LÍNGUA: UMA ANÁLISE DAS	
TEORIAS EM AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM	140
UM ESTUDO NEUROPSICOLINGÜÍSTICO DO TRATAMENTO	
RECEPTIVO (COMPREENSÃO E MEMORIZAÇÃO) DO	
DISCURSO PELO SUJEITO NORMAL.....	142
QUE POVO É ESSE?	143
DA DETERMINAÇÃO À INDETERMINAÇÃO	
DISCURSIVA: O FUNCIONAMENTO DE UM	
DISCURSO AUTORITÁRIO	144
O FUNCIONAMENTO POLIFÔNICO DA	
ARGUMENTAÇÃO	145
DICIONÁRIO: DO LÉXICO AO DISCURSO	145
A CIDADANIA NO JORNALISMO DO "BRASIL NOVO"	146
DISCURSO, MEMÓRIA E JORNALISMO	148
INTERAÇÃO VERBAL EM SALA DE AULA: A LEITURA	148
DO TEXTO AO DISCURSO NO ENSINO CRÍTICO DE	
LÍNGUA PORTUGUESA NO II GRAU E O	
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DO ADOLESCENTE....	149
AUTORIA NO DISCURSO LEXICOGRÁFICO.....	150
DISCURSO E SUJEITO	151
UM ESTUDO SOBRE O HUMOR NA PERSPECTIVA DA	
ANÁLISE DO DISCURSO.....	152
A INTERTEXTUALIDADE NO TEXTO JURÍDICO.....	153
MERCOSUL: CONJUNTURA QUE PÕE EM XEQUE O QUE É	
COMPREENDER PORTUGUÊS E ESPANHOL	154
CONFISSÕES E CONFIDÊNCIAS	155
SUJEITO DA ESCRITA E SUJEITO DO LETRAMENTO:	
COINCIDÊNCIA?.....	156
CLASSE OPERÁRIA, SINDICATO E MOVIMENTOS	
ANARQUISTAS: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE	
ALIANÇA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	156
A ILUSÃO DE EXTERIORIDADE NO DISCURSO	157
GT DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS.....	159
A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO: UM FENÔMENO	
ESCOLAR.....	159
OS VEÍCULOS PRONOMINALIZADOS	159
O PAPEL DA PREPOSIÇÃO EM COMPLEMENTOS	
VERBAIS E NOMINAIS.....	160

FORMAÇÃO DE VERBOS DENOMINAIS NO PORTUGUÊS	
FALADO.....	160
NOVAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA POSIÇÃO DO	
ADJETIVO EM PORTUGUÊS.....	160
CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE SUBSTANTIVOS E	
ADJETIVOS COMPOSTOS NA LÍNGUA PORTUGUESA	
ESCRITA ATUAL	161
CONJUNÇÕES E CONECTORES NO PORTUGUÊS	
ARCAICO	162
ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA	
TRADUTORES: CARACTERÍSTICAS EM	
ESPECÍFICA.....	162
A NATUREZA SINTÁTICA E DISCURSIVA DA	
CONTABILIDADE NOMINAL.....	163
SUBCATEGORIZAÇÃO SUFIXAL: O SUFIXO-AL.....	163
ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO	
PREDICATIVO.....	164
O FUTURO DO SUBJUNTIVO E A ENUNCIÇÃO DA	
HIPÓTESE	164
OS CONECTIVOS INTRODUTORES DA NOÇÃO DE	
CAUSA/EXPLICAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO	
DE ORAÇÕES	165
A DERIVAÇÃO ADVERBIAL NA LÍNGUA PORTUGUESA	165
ESTRUTURAÇÃO SEMÂNTICO-SINTÁTICA DOS	
SUBSTANTIVOS BÁSICOS TRANSITIVOS.....	166
O SN EM PORTUGUÊS - A ÁREA DIREITA.....	166
O SN EM PORTUGUÊS - A ÁREA ESQUERDA	167
EFEITOS DA MORFOLOGIA SOBRE A ESTRUTURA	
ARGUMENTAL	167
HOMONÍMIAS SINTÁTICAS	168
A DESCRIÇÃO E O ENSINO DO PORTUGUÊS NO 1º, 2º E 3º	
GRAUS.....	168
A EXPRESSÃO DA MODALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS.....	169
UM ESTUDO SOBRE AS FRASES ESTATIVAS DO	
PORTUGUÊS ESCRITO CONTEMPORÂNEO DO	
BRASIL	169
A FONÉTICA E A FONOLOGIA NA GRAMÁTICA	
DO PORTUGUÊS FALADO	170
A RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS.....	170
PARA O ESTUDO DA FALA CARIOCA NURC.....	171

natureza metalingüística, apresenta, em sua organização macro e micro-estrutural, uma dimensão discursiva, reveladora de uma neutralidade, a despeito da configuração do consagrado código lexicográfico.

Neste trabalho, serão apresentados alguns exemplos de enunciados definidores, analisados como discursos lexicográficos que articulam projeções da enunciação particular com mecanismos de representação do dizer coletivo. Procura-se assim evidenciar o jogo da ilusão da neutralidade, próprio do dicionários.

Palavras-Chave:

- 1) Dicionários
- 2) Discurso Lexicográfico
- 3) Neutralidade

A CIDADANIA NO JORNALISMO DO "BRASIL NOVO"

LAGAZZI-RODRIGUES, S.; CUNHA, G.; QUEIROZ, A

O tema da cidadania marcou fortemente o período do governo Collor de Mello. Pretendemos, com este estudo, mostrar as configurações específicas que os termos "cidadão" e "cidadania" adquiriram no contexto político do "Brasil Novo", especificamente durante o ano de 1992.

Escolhemos como nosso espaço discursivo de análise os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Coletamos as matérias que faziam referência ao "cidadão" e à "cidadania", classificando-as segundo os vários gêneros jornalísticos.

O volume do material coletado foi expressivo (2500 matérias), o que nos levou a redimensionar a análise, enfocando apenas os gêneros jornalísticos mais expressivos para nosso estudo: os artigos e as cartas dos leitores.

Essas matérias foram confrontadas com matérias assinadas pelo então presidente Fernando Collor de Mello e que também se referiam à "cidadania".

Trabalhamos, na verdade, com dois grandes recortes desse material coletado: o primeiro, que denominamos "voz do governo"/"voz contra o

governo", e o segundo, no qual distinguimos as matérias diretamente relacionadas à crise governamental gerada pelo escândalo P. C. Farias de outras matérias publicadas anteriormente e posteriormente ao referido escândalo.

Palavras-Chave:

- 1) Cidadania
- 2) "Brasil-Novo"
- 3) Discurso/Jornalismo

LEITE, Nina

O presente trabalho realiza uma reflexão sobre questão da subjetividade na linguagem, a partir da consideração da hipótese do inconsciente. São exploradas as noções de sujeito e de ideologia em suas articulações com sujeito de desejo inconsciente, através da leitura crítica de alguns textos de Michel Pêcheux, tendo como referência a construção de uma noção de estrutura mobilizada pela leitura de Jacques Lacan.

Demonstra-se que a referência à Psicanálise se faz de forma diferenciada na obra de M. Pêcheux, argumentando-se que o ponto terminal da reflexão do autor indica a necessidade, nos estudos sobre o discurso, de construir uma noção de estrutura compatível com a consideração de real como contigência, a fim de aí incluir o acontecimento.

Sugere-se uma distinção de planos no estudo da subjetividade, contemplando as articulações em estudo na tese. A principal contribuição da presente reflexão reside no apontamento da necessária distinção da categoria do Outro na teoria, referindo quer a ordem do significante, fundamento do Simbólico, quer a dimensão do objeto, real inassimilável à ordem da língua, constituindo seu impossível.

Palavras-Chave:

- 1) Acontecimento
- 2) Discurso
- 3) Estrutura

O ESPAÇO DO ASSENTAMENTO NA DESESTABILIZAÇÃO DO SUJEITO.
UM VIÉS PELA ESCRITA NA ORDEM POLÍTICO-SOCIAL DO DISCURSO.*

Suzy Lagazzi-Rodrigues
LABEURB/UNICAMP - UNIMEP

Estabelecer os limites da urbanidade é uma questão que se impõe para a compreensão do que vem a ser o urbano. Há movimentos que se mostram como pontos de dispersão do urbano e dão visibilidade a relações que se afirmam no contraponto da cidade. Esses processos nos levam a pensar como se estabelecem o fora e o dentro da cidade.

O MST é um movimento social que vem ocupando a terra e produzindo assentamentos, num (des)locar em que o paradoxo da palavra constrói a lógica do movimento. A sempre busca pela terra é o movimento que funda o sentido. para os Sem Terra, que não são aqueles que não têm a terra, mas aqueles que se dispõem a ir para a terra. Sem Terra é uma posição em movimento, discursivamente organizada pelo enunciado “ir para a terra”.

Os sentidos da terra tomam sua estabilidade também da relação com o urbano. É preciso lembrar que muitos dos sujeitos que se engajam na luta pela terra vêm da cidade, e quando a deixam há uma resignificação do que esta representa e do que seus limites impõem. “Deixar a cidade” é um enunciado que também determina um gesto de interpretação em relação à terra, mas não é um enunciado que organize o discurso do Movimento dos Sem Terra. Não há coincidência entre os gestos de interpretação determinados pelo ‘ir para a terra’ e o ‘deixar a cidade’. Considerar essa não-coincidência parece-me fundamental para a compreensão desses dois movimentos e de suas relações com a urbanidade e com os processos de estabilização do sujeito.

* Trabalho apresentado no XLV Seminário do GEL, maio de 1997, na Comunicação Coordenada “Discurso e Urbanidade II - instrumentos lingüísticos de estabilização de sentidos”.

No conjunto do Movimento dos Sem Terra, o assentamento se constitui em um espaço de confluência e imbricação de discursos, em que se (re)simbolizam relações das mais diferentes ordens. O assentamento é, por isso um espaço fecundo para a compreensão dos processos de estabilização do sujeito. Quando remetemos os enunciados 'ir para a terra' e 'deixar a cidade' para o espaço do assentamento, observamos que ocorre aí um descompasso em relação ao discurso do MST. O enunciado 'ir para a terra' significa diferentemente no espaço do assentamento, porque o assentado já está na terra. Há uma desestabilização desse enunciado em relação ao sentido que tem no discurso do MST. Parece-me que, do lugar da terra, há uma memória discursiva que traz o enunciado 'voltar para a terra', estabelecendo uma relação parafrástica entre 'ir' e 'voltar' para a terra. O discurso do MST é, sem dúvida, uma referência forte para o assentamento, mas não ocorre uma identificação do assentado com esse discurso.

Para compreender melhor o processo de estabilização do sujeito no assentamento, tomo a questão da escola e sua relação com os assentados.

É importante ressaltar que o MST tem uma proposta de educação muito bem definida, divulgada e defendida através de seus cadernos de educação. Essa proposta inclui alfabetização de crianças e adultos, e defesa de uma escola diferenciada dentro dos assentamentos, com uma ênfase muito grande na formação e no trabalho cooperativo. Observamos, no entanto, que para grande parte dos assentados a educação proposta pelo MST configura-se numa referência externa, também o caso da instituição escolar tradicional, que é a que a maioria dos assentados conhece e que as suas crianças freqüentam, mas que nem por isso está mais próxima deles.

Quando pensamos a escola na relação do assentamento, fica mais vizível a confluência de diferentes discursos. A escola tradicional e a escola proposta pelo MST são duas referências fortes para o assentamento, mas não se configuram ali como espaços de estabilização. Pelo contrário, são espaços de desestabilização.

Os assentamentos, nesse momento, são afirmados como espaços de desorganização e há um reconhecimento, por parte dos líderes do MST, de que nos assentamentos em que os assentados vêm da cidade, a desorganização é maior que em outros assentamentos em que há grande número de assentados vindos do meio rural, sendo um dos grandes objetivos do MST conseguir organizar o assentamento.. Mas o que significa estar desorganizado? Parece-me que, justamente por serem espaços de desorganização, os assentamentos são espaços de possível mudança. Entendo o assentamento como um espaço de desestabilização discursiva. Parece-me que o que garante essa desestabilização é o confronto político entre o discurso do MST e os outros discursos que sustentam a ordem social, principalmente a ordem social urbana. O discurso do MST consegue, no espaço do assentamento, desestabilizar a ordem social, embora não tenha ainda conseguido instaurar uma nova ordem. Ser assentado não se configura como uma posição política do sujeito, e isso porque não há ainda um discurso do assentamento e do assentado. Daí, parece-me, a necessidade de trabalharmos o espaço do assentamento para compreendermos de que maneira o assentamento, que configura um espaço muito particular no movimento para a terra, está resignificando as posições do sujeito urbano capitalista. Qual a posição de sujeito que o assentamento pode vir a construir?

Tomar o espaço do assentamento para compreender como a escrita pode vir a fazer sentido para os assentados, não como um fim em si mesma, mas como possibilidade de interpretação e de constituição de um discurso do assentado, possibilidade de uma prática social que possa permitir a relação de sentidos, ao invés de negá-la, é uma tarefa à qual estou me propondo num projeto de extensão que começará a ser desenvolvido na Unimep, com a participação dos alunos do Curso de Letras, e também a participação do Labeurb, nesse primeiro momento com a pesquisadora Cláudia Pfeiffer, que tem uma reflexão bastante forte sobre autoria.

No assentamento, a escrita tem seu lugar de referência, então, por um lado na escola tradicional, como vimos, e por outro lado nas propostas de educação do MST. Ou

seja, um trabalho com a escrita que se feche em si mesmo - saber escrever porque é importante saber escrever - será sempre uma referência externa para o assentado, localizada na ordem escolar, seja a tradicional ou a do MST. Minha questão, portanto, era conseguir propor, no assentamento, um trabalho que deslocasse a escrita da relação com a escola. Finalmente consegui.

Pretendo um trabalho de oficina de linguagem que tenha como objetivo a construção de um “álbum do assentamento”. Pelo momento esse é o nome que me parece mais adequado. Uma das noções que pretendemos trabalhar é a de textualização, conceito proposto por Solange Gallo¹ e que deve ser compreendido como prática de fixação, de “escrituração” da matéria textual (p.86). Parafraseando Pfeiffer², quando afirma que “a escola não deve ser aquela que produz a autoria, mas aquela que produz as condições para a autoria”, espero que essa oficina de linguagem que estou propondo no espaço do assentamento seja o espaço que produza as condições para a textualização.

Acredito que este trabalho com a linguagem, na medida em que se propõe não escolar, ou seja, os assentados não estarão nas oficinas para aprender a escrever, mas sim para escrever o seu texto, permitirá que se instale a autoria enquanto uma prática social que possa permitir a relação de sentidos.

¹ TEXTO: COMO APRE(E)NDER ESSA MATÉRIA? Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, 1994

² QUE AUTOR É ESTE? Dissertação de Mestrado, IEL, UNICAMP, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

INSTITUTO DE
ESTUDOS DA
LINGUAGEM

22

TRABALHOS EM
LINGÜÍSTICA
APLICADA

Número especial organizado por:
Lúcia Kopschitz X. Bastos
Maria Augusta Bastos de Mattos

Trab.Ling.Apl.	Campinas	nº 22	p.1-65	Jul./Dez.1993
----------------	----------	-------	--------	---------------

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor: Carlos Vogt

Coordenador Geral da Universidade: José Martins Filho

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Diretor: Rodolfo Ilari

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Coordenador: Paulo Franchetti

EQUIPE EDITORIAL (SP-IEL)

Capa: Geraldo Porto/J.A. Duek

Composição: Esmeraldo Santos/Luís Santos

Arte Final: J.A. Duek

TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA é uma publicação semestral do Departamento de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. A revista aceita colaboração de pesquisadores de outras Instituições, publicando estudos em português, espanhol, inglês ou francês. Os trabalhos, acompanhados de resumos, serão submetidos ao Conselho Editorial.
Para remessa de originais, aquisição de números avulsos e assinaturas, dirigir-se a

UNICAMP/IEL

Setor de Publicações

Caixa Postal 6045

13081-970 - Campinas - SP - BRASIL

PEDE-SE PERMUTA

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
LÚCIA KOPSCHITZ X. BASTOS e MARIA AUGUSTA BASTOS DE MATTOS A Lingüística Aplicada e a Lingüística	7
VANDERSÍ SANT'ANA CASTRO De que vêm se Ocupando os Lingüistas Ultimamente	25
JÂNIA RAMOS A Lingüística Aplicada e sua Busca de Autonomia	33
MANOEL LUIZ GONÇALVES CORRÊA A Metalinguagem e o Ensino de Língua Portuguesa	41
LOURENÇO CHACON Reflexões Sobre o Ensino/Aprendizagem do Português do Brasil para Estudantes Universitários Estrangeiros	55
SUZY LAGAZZI-RODRIGUES O Papel da Institucionalização na Construção do "Saber"	63

O PAPEL DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO "SABER"

SUZY LAGAZZI-RODRIGUES
UNIMEP

Estabelecer uma discussão que envolva diferentes áreas de estudo é sempre uma tarefa polêmica, já que dependendo de nossa formação e de nossas concepções essa discussão tomará um ou outro rumo. Por isso, acreditamos que discutir as relações entre diferentes áreas do conhecimento é, na verdade, pensar **possibilidades de relações**.

Assim, ao nos propormos a discutir as relações entre a Lingüística Aplicada e a Lingüística, julgamos importante explicitar o lugar de onde falamos, uma vez que esse lugar determina nossa reflexão. Para tanto, tomamos como ponto de partida nossa própria relação com essas duas áreas da linguagem.

A Análise do Discurso, área de conhecimento em que atuamos, mantém com os estudos lingüísticos formais uma relação tensa. Apesar disso, é reconhecida institucionalmente como uma área específica no interior da Lingüística. Portanto falamos, antes de mais nada, como lingüistas, e justamente por isso, não cremos que nossa contribuição à discussão referida deva ser julgar o objeto de estudo da Lingüística Aplicada. Nosso enfoque será outro.

Para desenvolver nossa reflexão, retomaremos o seguinte trecho de BASTOS e MATTOS:

"... o objeto da Lingüística Aplicada só se define como tal porque a Lingüística Aplicada, como qualquer disciplina científica, define-se por meio de mecanismos institucionais."

Nesse trecho interessa-nos, particularmente, a afirmação de que "uma disciplina científica define-se por mecanismos institucionais". Acreditamos que refletir sobre esse aspecto da institucionalização do conhecimento pode nos mostrar pontos importantes. Assim, ao invés de já assumir a cisão entre a Lingüística e a Lingüística Aplicada, discutindo os espaços de investigação pertinentes a uma e a outra, ou o objeto de estudo de cada uma, queremos pensar a própria cisão aí ocorrida.

Vimos, pelo texto de BASTOS e MATTOS, que a polêmica em torno do objeto de estudo da Lingüística Aplicada é ainda grande, o desacordo entre muitos pesquisadores da área perdurando até hoje; que é inegável a preocupação de muitos autores em constantemente reafirmar as especificidades da Lingüística Aplicada para diferenciá-la da Lingüística; que a própria expressão 'Lingüística Aplicada' chega a ser

objeto de questionamento, na medida em que retoma, incessantemente, a ligação com a Lingüística. Esses fatos mostram que, apesar da cisão institucional entre a Lingüística e a Lingüística Aplicada, a cisão epistemológica entre as duas áreas de estudo é, no mínimo, problemática.

BASTOS e MATTOS afirmam que "não se pode deixar de reconhecer que a institucionalização do saber, neste caso a do saber sobre a linguagem, é necessária para a definição da ciência; mas não se pode igualmente deixar de reconhecer que isso tem um preço: uma conformação específica do saber que pode levar à perda de sua complexidade e multiplicidade."

É inegável a perda apontada pelas autoras, mas apesar disso, vemos que a institucionalização do saber é constantemente ratificada na "busca pelo conhecimento", mesmo que isso signifique uma cisão que não se fundamente em razões epistemológicas. Assim, se não são necessariamente as especificidades do saber que determinam o processo de institucionalização, perguntamo-nos o que move esse processo.

LEGENDRE (em HAROCHE, 1992) afirma que as instituições sustentam-se pela crença e que esta, levando o sujeito a legitimar um poder exterior a ele, legitima, conseqüentemente, a instituição que representa esse poder. Também GERTH e MILLS (1964) vinculam a instituição à noção de poder, afirmando que é a autoridade, entendida como um poder legitimado, que garante a instituição.

Parece-nos essencial o vínculo que os autores estabelecem entre a noção de instituição e a de legitimação. Vemos que, se por um lado o processo de institucionalização leva à legitimação, por outro lado a legitimação garante a instituição.

É necessário entendermos 'legitimação' não como uma aquiescência pacífica, mas como um processo complexo em que relações de força estão presentes, além de não ser um processo isolado de cada indivíduo.

CASTORIADIS (1982) mostra que as instituições não se reduzem ao simbólico, mas só podem existir no simbólico, constituindo-se em "sistemas simbólicos sancionados". Podemos dizer, então, que legitimar é trazer para a ordem do simbólico, viabilizando uma relação com o poder.

O fundamental, a nosso ver, é que a institucionalização **cria um lugar de onde se pode falar, dando voz a um determinado saber**. Essa voz, tornando-se legitimada, adquire um caráter de evidência e passa a ser reconhecida não só por aqueles que a legitimam, mas também por aqueles que não a legitimam. No entanto, há uma dissimetria entre os que legitimam um saber e o consideram evidente, e entre os que não o legitimam e reclamam a explicitação dessa evidência. Essa dissimetria cria a necessidade de se construir a diferença, ou seja, **a cisão institucional leva à busca da diferença entre as áreas do saber**, esse movimento culminando com o que denominaremos "efeito de diferença": o importante não é mais a diferença em si mesma, mas o efeito de que passamos a acreditar numa diferença, legitimando o que quer se mostre como tal. Nesse funcionamento a diferença, mesmo quando questionada e repensada, não é negada, já que se está sob o efeito de uma evidência. Em última

instância, diremos que a cisão institucional mostra como evidente a compartimentação do saber.

A Lingüística Aplicada, a partir do momento em que foi nomeada como uma área de conhecimento diferenciada da Lingüística, a partir do momento em que foi institucionalmente reconhecida, começou a buscar sua diferença em relação à Lingüística e a todas as outras áreas de conhecimento já legitimadas. Nós, sob o "efeito da diferença", passamos a trabalhar com a evidência de que a Lingüística Aplicada e a Lingüística são duas áreas de conhecimento distintas, cada qual com seu objeto de estudo e seu saber específico. Mesmo questionando essa evidência, sem dúvida partimos dela. O problema, nos parece, é ficarmos sob o efeito da evidência.

BIBLIOGRAFIA

CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

GERTH, H. & MILLS, C.W. *Character and Social Structure*, Harbinger Books, New York - Chicago - Burlingame, 1964.

HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*, Hucitcc, São Paulo, 1992.

Coleção: Linguagem/Crítica

Direção: Charlotte Galves
Eni Pulcinelli Orlandi

EDUARDO GUIMARÃES
(ORG.)

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História e sentido na linguagem / Eduardo Guimarães, org.
— Campinas, SP : Pontes, 1989. — (Linguagem-crítica)

Bibliografia.

1. Análise do discurso I. Guimarães, Eduardo, 1948-
II. Série.

89-1069

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Comunicação : Linguagem 401.41
2. Discurso : Análise : Comunicação : Linguagem 401.41

HISTÓRIA E SENTIDO NA LINGUAGEM

1989

Copyright © 1989 Eduardo Guimarães

Direitos do artigo "Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise de Discurso" cedidos à PONTES EDITORES para publicação em língua portuguesa.

Capa: Dé

Coordenação Editorial: Ernesto Guimarães

Revisão: José Reinaldo
Vânia Aparecida da Silva

PONTES EDITORES
R. Dr. Quirino, 1230
Telefone: (0912) 2-0943
13.015 — Campinas — SP

1989
Impresso no Brasil

ÍNDICE

Apresentação	7
PARTE I	
Argumentação e "Topoi" Argumentativos <i>Oswald Ducrot</i>	13
Silêncio e Implícito (Produzindo a Monofonia) <i>Eni Pulcinelli Orlandi</i>	39
O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe <i>Francine Mazière</i>	47
Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise de Discurso <i>Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier</i>	61
Enunciação e História <i>Eduardo Guimarães</i>	71
PARTE II	
A Preleção Jesuíta ou a Conversão do Discurso <i>André Collinot</i>	83
Relatório Pinotti: O Jogo Polifônico das Representações no Ato de Argumentar <i>Freda Indursky</i>	93
MAS Era Primavera <i>Ingedore G. Villaça Koch</i>	129
De Repente, Bem Mais que 'De Repente' <i>Suzy Maria Lagazzi</i>	149

amor) é causa possível do outro estado de coisas na escala da Q-idade (ódio) na hipótese de que todos os demais elementos da situação permaneçam idênticos (cf. item 2), convoca outro fator — a primavera — de modo que de *p* não se conclua *r*, ou seja, apresenta outro argumento capaz de modificar a conclusão. E este argumento, introduzido pelo operador mas, ao invés de ser apresentado a posteriori, em contraposição à argumentação de *E*₂, é apresentado já no início, por antecipação. O leitor deverá, assim, refazer o percurso textual para fechar o ciclo da narrativa.

Todavia, como na última sequência amor e ódio, brancura e negritude se fundem, se neutralizam, contrariamente à postura maniqueísta que vinha sendo mantida inicialmente por *E*₂, a conclusão desta sequência acaba não sendo apresentada de maneira explícita, de modo que o leitor poderá vir a ter dúvidas quanto ao recorte a que o final da sequência pertence (*R*₁ ou *R*₂). Se ele não refizer o trajeto textual, recuperando todos os argumentos de *E*₄ ao longo da narrativa, desde o argumento inicial, poderá chegar a uma conclusão diferente daquela sugerida pelo narrador e atribuir ao texto outra(s) leitura(s): é isto, em parte, que instaura, no conto, a polissemia — característica (não só!...) da obra literária.

DE REPENTE, BEM MAIS QUE 'DE REPENTE' ...*

Suzy Maria Lagazzi

INTRODUÇÃO

A linguagem, constitutiva da relação sujeito/mundo, traz marca da em si mesma essa relação.

Benveniste (1958) enfatizou a questão da subjetividade nos estudos lingüísticos, abrindo uma nova perspectiva para as pesquisas sobre a linguagem: esta deixou de ser considerada como mero veículo de transmissão de mensagens entre falantes, para tornar-se o "espaço onde o homem se constitui como sujeito".

Essa nova maneira de conceber a linguagem, se por um lado representou um grande avanço teórico, trouxe, no entanto, uma onipotência para o sujeito da enunciação, ao colocá-lo como *origem* de seu discurso.

Apesar de afirmar que a subjetividade só pode ser entendida a partir de uma "realidade dialética" que engloba o indivíduo e a sociedade e os define por uma "relação mútua", Benveniste (1958) privilegiou o sujeito em detrimento do social e, conseqüentemente, do histórico, do ideológico, fechando-se no interior da 'ilusão subjetiva'.

Essa ilusão, que faz com que o sujeito se enxergue enquanto *fonte* de seu discurso, resultado da 'interpelação ideológica': "(...)

* Agradeço a Eni Orlandi e Eduardo Guimarães as sugestões feitas a este trabalho e a João Wanderley Geraldi a orientação dada na realização de uma primeira versão sobre o estudo da expressão 'de repente', em 1983.

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (desse sujeito) à formação discursiva que o domina (quer dizer), no interior da qual ele se constitui como sujeito, identificação essa fundadora da unidade (imaginária) do sujeito (...)" (Pêcheux, 1975), ou seja, o indivíduo, "interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia", 'esquece' aquilo que o determina. Portanto, o sujeito não fala a partir de si mesmo, mas sim de um lugar marcado social e ideologicamente, determinado pela e determinador da história desse sujeito.

A relação dialógica 'eu-tu' é fundamental para a questão da subjetividade. Extrapolando a colocação de Benveniste (1958), entendemos essa relação não como sendo apenas de um locutor para um interlocutor, mas como a própria relação locutor/mundo, como o posicionamento do sujeito frente a tudo que o cerca. Indo mais além, gostaríamos de remeter a Orlandi (1983), quando critica a posição de privilégio do falante em relação ao ouvinte, colocada por Benveniste. Orlandi recusa a transcendência do 'eu' em relação ao 'tu', não aceitando o fato de que seria o 'eu' a instituir e dar vida ao 'tu'. A autora coloca a intersubjetividade como um "processo simultâneo do falante e do ouvinte na interlocução", sendo o discurso o lugar da "interação do 'eu' e do 'tu' (...) mediados pelo social que os envolve". Dessa forma, as marcas da linguagem refletem não apenas uma colocação do falante, mas essa colocação no interior da relação 'eu-tu', socialmente determinada, constituindo ao mesmo tempo 'eu' e 'tu'.

Benveniste (1958) afirma que "os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem", na medida em que são marcas que só se completam no ato do discurso. O autor estende ainda a manifestação de subjetividade na língua aos pronomes demonstrativos, aos advérbios, aos adjetivos, à temporalidade verbal e aos performativos. Segundo Benveniste, essas manifestações de subjetividade "têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância do discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do 'eu' que aí se enuncia".

Dentro de uma perspectiva discursiva se faz necessário questionar essa noção de 'marcas de subjetividade', colocada por Benveniste, já que o discurso, como um todo, é espaço de subjetividade.

Delimitar as manifestações de subjetividade na língua a "marcas que estejam sob a dependência do 'eu'", significa restringir a noção de 'subjetividade'. Ainda que Benveniste (1958) afirme designar, na instância do discurso, apenas as "coordenadas mais aparentes" que definem o sujeito, ou seja, reconhece que outras manifestações de subjetividade, que não as por ele mencionadas, ocorrem, o autor acredita que existem "formas lingüísticas apropriadas" à expressão da subjetividade, "formas vazias das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais se refere à sua *pessoa* (...)".

A linguagem, enquanto *processo*, pode mostrar as manifestações do sujeito em qualquer expressão ou construção da língua. Tentar fixar os lugares em que o sujeito se marca na linguagem é reduzir a subjetividade a uma *constatação estanque*, desconsiderando que o processo discursivo se constitui pela relação que cada sujeito estabelece com a formação discursiva que o domina e com as outras formações discursivas que aí se entrecruzam. Essa relação é própria da história de cada sujeito e cada história se marca em lugares diferentes. Essas marcas que o sujeito deixa em seu discurso carregam o social, o histórico e o ideológico da posição que esse sujeito ocupa no mundo. É nesse sentido que se coloca a crítica de Orlandi & Guimarães (1988) à Teoria da Enunciação: "(...) as marcas que atestam a relação entre o sujeito e a linguagem, no texto, não são detectáveis mecânica e empiricamente. Os mecanismos enunciativos não são unívocos nem auto-evidentes. São construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico".

Na perspectiva discursiva, o individual e o social não se separam. A relação única que cada sujeito estabelece com a linguagem se coloca no interior do processo social que a constitui. Cada história se 'marca' em lugares diferentes, mas uma mesma 'marca' pode se colocar como um espaço de subjetividade onde todo sujeito se mostra quando a enuncia em determinadas 'condições de produção'. Uma marca lingüística não é exclusiva de nenhum discurso, repetindo-se nas mais diversas situações de linguagem. No entanto, um *mesmo funcionamento* dessa marca é exclusivo de *certas condições de produção*. O que podemos analisar, pois, não são 'marcas de subjetividade', mas 'funcionamentos da subjetividade'.

Este trabalho tem como objetivo analisar um novo funcionamento que vem se colocando da expressão 'de repente'. Através de algumas análises de ocorrências dessa expressão, tentaremos caracterizar qual a relação locutor/sujeito/mundo que se mostra nesse novo uso.

Análise

Se compararmos:

(1) Pedro chegou.

(2) Pedro chegou *de repente*.

notamos que em (2) a *chegada* de Pedro não era prevista pelo locutor no 'tempo/espço'¹ da enunciação. 'De repente' incide portanto, sobre o processo verbal, colocando a idéia de uma ação súbita, inesperada.

Partindo desse funcionamento tradicionalmente cristalizado de 'de repente', tentaremos mostrar que novo uso é esse que se vem fazendo dessa expressão, qual o funcionamento que se vem instituindo.

As ocorrências que selecionamos fazem parte de uma entrevista gravada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas, em 1982. Essa entrevista aconteceu em função de pichações ocorridas no Instituto, feitas por um grupo de alunos. Dessa entrevista fizeram parte o então diretor do Instituto (D), o grupo responsável pelas pichações (P) e os entrevistadores (E), também alunos.

Ocorrência 1

P: "Um instante, é o seguinte, você falou que acha que aqui não existe outro lugar mais democrático que o IEL. Concorde. Agora, você não acha que é muito fácil também, você diz que é muito fácil chegar aqui e pichar as paredes, você não acha que é fácil concordar que é tudo uma democracia?

1. Parece-nos que a expressão adequa-se bem à noção de enunciação, considerando-se esta como o "evento histórico do aparecimento do enunciado" (Guimarães, 1987).

Existem assim as mínimas repressões em atitudes, sabe, *de repente* a gente chega numa sala de aula e não pode falar coisas do curso porque a gente pichou bobagens por aí, tá?, ou qualquer outro tipo dessas repressões sutis ..."

"(...) de repente a gente chega numa sala de aula e não pode falar coisas do curso *porque a gente pichou bobagens por aí* (...)". Nessa sequência discursiva, o locutor coloca explicitamente que o que impede alguém de falar coisas sobre o curso é o fato dessa pessoa ter pichado bobagens por aí. Não podemos dizer que é o chegar súbito, inesperado, que impede alguém de falar. A maneira de chegar na sala de aula não importa nesse caso. Portanto, a expressão 'de repente' não incide sobre o processo verbal, como acontece em 'Pedro chegou de repente', não instala a idéia da ação súbita, inesperada.

Se retirarmos 'de repente' da sequência discursiva, observamos que a afirmação do locutor adquire uma força bem maior: 'Existem assim as mínimas repressões em atitudes, sabe, a gente chega numa sala de aula e *não pode* falar coisas do curso porque a gente pichou bobagens por aí'. O locutor não pode afirmar *com certeza* que essa pessoa será 'impedida de falar', que ela será desconsiderada enquanto locutor numa sala de aula. O fato de ter pichado bobagens por aí *pode* levar a desconsiderar alguém enquanto um aluno 'sério', 'capaz' de falar coisas sobre o curso, mas não se constitui numa consequência inevitável. O locutor necessita, assim, relativizar sua afirmação.

Mostramos que a expressão 'de repente' não incide sobre 'a *chegada* à sala de aula', como seria seu funcionamento tradicional. 'De repente' incide sobre a afirmação de 'não poder falar coisas do curso', relativizando-a e dando-lhe o caráter apenas de possibilidade: '*de repente* a gente (...) não pode falar coisas do curso (...), *é possível* que não nos consideram aptos a dizer coisas do curso. 'De repente' introduz uma idéia de *remoto*: é somente num 'repente de enunciação' que o locutor afirma que 'a gente não pode falar coisas do curso'. Retomando a expressão 'tempo/espço', diremos que com 'de repente' o locutor coloca sua afirmação num tempo/espço que não se define na enunciação, um *tempo/espço enunciativo não definido*.

Ocorrência 2

P: "As pessoas, sabe, estão totalmente desorientadas, então elas precisam de alguém pra dizer que caminho que elas vão seguir, então a gente ia fazer, escrever nas paredes o que elas tinham que fazer, e daí, *de repente* a gente escreveu exatamente o que era pra elas fazerem, o que tivessem na cabeça delas (...)."

Não cabe dizermos, nessa seqüência discursiva, que 'subitamente, inesperadamente o grupo resolveu escrever'. A intenção de escrever já se coloca anteriormente ao recorte sobre o qual a expressão 'de repente' incide: "(...) *então a gente ia fazer, escrever nas paredes o que elas tinham que fazer*, e daí, de repente a gente escreveu exatamente o que era pra elas fazerem (...)". 'De repente' não coloca, portanto, a idéia da ação súbita, inesperada, do 'escrever' imprevisto.

O locutor assume, para seu grupo, uma posição de liderança, de quem possui condições de dizer às outras pessoas o que elas devem fazer. Retirando 'de repente' da seqüência discursiva, a colocação do locutor torna-se muito forte, absolutizando-se: "(...) e daí a gente escreveu *exatamente* o que era pra elas fazerem (...)". 'Exatamente' acarreta uma certeza muito forte, difícil de se sustentar. 'De repente' funciona de forma a amenizar o posicionamento categórico que o locutor teria que assumir: '*é possível* que a gente tenha escrito exatamente o que era para as pessoas fazerem, o que tivessem na cabeça delas'. Também aqui podemos dizer que é num 'repente de enunciação', num *tempo/espaco enunciativo não definido* que o locutor faz sua afirmação, colocando-a no âmbito da possibilidade.

Ocorrência 3

E: "Não gosta de ser identificado como líder?"

P: Ah, eu gosto.

E: Gosta?

P: Claro que gosto. Mas não, hum, *de repente* enche o saco (...)"

Nesta situação de linguagem observamos, num primeiro momento, 'P' afirmar que gosta de ser identificado como líder: "Ah, eu gosto". Quando 'E' repete a pergunta, 'P' torna-se categórico: "*Claro* que gosto. (...)". É claro, é evidente. No entanto, a seqüência do discurso de 'P' não segue essa mesma direção: "(...) mas não, hum, de repente enche o saco (...)". Se retirarmos a expressão 'de repente', coloca-se uma contradição forte entre as duas afirmações: '*Claro* que gosto. Mas *não, enche o saco*'. Não importa, pois, nesse funcionamento, se o fato de 'encher o saco' é ou não uma ação repentina, inesperada, mas sim que as duas afirmações se contradizem. Em meio a essas afirmações tão contrárias, a expressão 'de repente' ameniza a separação entre o 'gostar' e o 'não gostar, o encher o saco'. Neste caso a contradição que se teria na última fala de 'P' sem o *de repente* leva na mesma direção já posta anteriormente de que 'de repente' funciona para introduzir a idéia de que é somente num 'repente de enunciação', num *tempo/espaco enunciativo não definido*, que o locutor não gosta, que 'enche o saco'. Prevalece, portanto, a afirmação do 'gostar', apenas com a *possibilidade* do 'não gostar'.

Ocorrência 4

P₁: "Qual é a característica da contribuição pra você?"

D: Pra mim é um salto qualitativo.

P₂: Mas é o pensar, pelo menos.

D: Pensar?

P₂: Pra você discutir alguma coisa você tem que pensar, ou gosta ou não gosta. Simplesmente você vai, pensa: porque eu não gostei *de repente* das pichações, ou porque eu gostei das pichações, aí você tá pensando. Acho que (...)"

"(...) porque eu não gostei de repente das pichações, ou porque eu gostei das pichações (...)". Se retirarmos a expressão 'de repente' dessa seqüência discursiva, observamos não uma contradição, como na Ocorrência 3, já que o operador 'ou' possibilita as duas afirmações simultâneas, mas sim que as duas alternativas colocam-se com igual força: 'porque eu não gostei das pichações ou porque eu gostei

das pichações'. 'De repente' incide sobre a primeira alternativa, sobre a possibilidade de não ter gostado das pichações. Considerando que o locutor dessa seqüência pertence ao grupo de pichadores, causaria estranheza que ele não aprovasse as pichações, que ele não tivesse gostado das mesmas. Ao fazer a expressão 'de repente' incidir sobre 'porque eu não gostei das pichações', o locutor torna essa possibilidade mais remota. Coloca-a num *tempo/espaco enunciativo não definido*, o locutor afirma não ter gostado das pichações. Ele privilegia, dessa forma, a segunda alternativa: '(...) porque eu gostei das pichações (...)'), ratificando sua posição favorável às mesmas. Novamente constatamos que 'de repente' não instaura a idéia da ação súbita. Não é o 'não gostar inesperado' que aqui se coloca, mas *talvez* a afirmação de não gostar.

Ocorrência 5

P: "De repente eu achei ótimo vocês transarem fazer isso aqui embaixo (...)"

Nessa ocorrência, 'de repente' incide sobre a afirmação de 'ter achado ótimo (...)'. 'Achar' constitui-se num "verbo de opinião" (Figueira, 1974) e quando o locutor diz 'eu acho', o interlocutor normalmente assume que o primeiro está expressando um ponto de vista pessoal, colocando sua opinião com relação ao assunto referido.

Se retirarmos 'de repente' da seqüência discursiva, a afirmação do locutor torna-se enfática, endossando completamente a atitude mencionada: 'eu achei ótimo (...)'. 'De repente' relativiza a afirmação, introduzindo a idéia apenas da possibilidade do sujeito ter aquela opinião. A expressão não acarreta, aqui, o sentido da ação súbita, inesperada, 'de que de um momento para outro o locutor tenha achado ótimo (...)', e sim, mais uma vez, de que somente num *tempo/espaco enunciativo não definido*, num 'repente de enunciação', o locutor afirma 'ter achado ótimo vocês transarem fazer isso aqui embaixo'.

Ocorrência 6

D: "Não, não, observe, eu não tenho preocupação nenhuma em relação à mangureira, não é isso, acontece que eu por um

acaso sou também o diretor do Instituto e me preocupo com uma série de coisas que vocês consideram medíocres, com toda razão, certo? Eu acho que é perfeito, mas *de repente*, quer dizer, eu acho que, eu estava falando com 'A', vou dar um exemplo concreto agora, eu cheguei, aí vocês (...)"

O docutor mostra uma atitude conciliadora em relação a seus 'opositores'. 'Eu acho que é perfeito' representa o ápice de um movimento que cresce no sentido de apoiar os interlocutores, na direção da razão destes. No entanto, o 'mas' introduz a direção contrária: "eu acho que é perfeito, *mas* de repente, quer dizer, eu acho que (...)". O que 'era perfeito' não continua assim tão perfeito. O locutor mostra claramente sua necessidade de reformular sua afirmação, de colocar a não-razão dos interlocutores, ou melhor, sua própria razão.

Se retirarmos a expressão 'de repente' da seqüência discursiva — 'eu acho que é perfeito, mas, quer dizer, eu acho que (...) ' —, observamos que a afirmação que será introduzida pelo locutor adquire maior peso argumentativo que a primeira, na medida em que se constitui numa reformulação dessa: 'eu acho que é perfeito, mas na verdade, quer dizer, o que eu acho mesmo é que (...)'. 'De repente' *suspende* a afirmação de uma opinião contrária à razão dos interlocutores para o que chamamos um *tempo/espaco enunciativo não definido*, onde o locutor pode contrapor-se e colocar suas razões, mantendo a atitude conciliadora. Não está em jogo, portanto, se o 'achar' é súbito, inesperado, mas sim que o locutor vincula sua afirmação a um 'repente' enunciativo, a um tempo/espaco que não se define na enunciação.

Outras Ocorrências

"(...) então *de repente* não existe essa coisa de grupo (...)"

"(...) daí, *de repente* entrega os trabalhos porque se você não entregar você não passa (...)"

"(...) porque *de repente* tem esses lugares próprios pra você se manifestar (...)"

"(...) sabe, tem gente que gosta, *de repente*, de passar sua vida estudando (...)"

"(...) outros não fazem, outros não querem fazer, outros acham que o professor tá certo. *De repente* pode até estar, *de repente* a gente tá errado (...)"

"(...) *de repente* todo mundo é muito paizinho da gente, então não tem por onde brigar (...)"

"(...) e *de repente* a impressão era muito isso (...)"

"(...) então eles iam ter que *de repente* defender propostas que normalmente não defenderiam (...)"

"(...) mas *de repente* é uma brincadeira num espaço que não é brincadeira (...)"

Afirmamos, no início de nossas análises, que no funcionamento que consideramos como tradicional, a expressão 'de repente' incide sobre o processo verbal, colocando a idéia de uma ação súbita, inesperada.

Através das análises, vimos que não conseguiríamos dar conta do efeito de sentido provocado em cada ocorrência sem 'estender' esse efeito para além do verbo. Pudemos constatar que em seu novo funcionamento, a expressão provoca um efeito de sentido que não se restringe mais ao processo verbal, constituindo um recorte enunciativo mais extenso, que amplia o escopo de ação da expressão:

Oc.1 (de repente (a gente não pode falar coisas do curso))

Oc.2 (de repente (a gente escreveu exatamente o que era pra elas fazerem))

Oc.3 (de repente (enche o saco))

Oc.4 (eu não gostei (de repente) das pichações)

Oc.5 (de repente (eu achei ótimo vocês transarem fazer isso aqui embaixo))

Oc.6 (de repente (eu acho que (...)))

Nessas ocorrências, vemos que não é mais sobre o verbo que a expressão 'de repente' incide, mas sobre toda a afirmação do locutor, que mostra a necessidade de relativizar o seu dizer, relativizar suas afirmações: na Oc.1 vemos que o locutor *não podia afirmar com certeza* que um aluno seria impedido de falar coisas do curso; na Oc. 2 o locutor *colocou a possibilidade* de ter escrito exatamente o que as pessoas deveriam fazer, sem no entanto poder ser categórico a esse respeito; na Oc.3 o locutor *precisou amenizar* a contradição entre as afirmações de 'gostar' e 'não gostar' de ser identificado como líder; na Oc.4 o locutor sentiu necessidade de mostrar que apesar de ter colocado a possibilidade de não gostar das pichações, *essa possibilidade era remota*; na Oc.5 o locutor coloca a afirmação de 'achar ótimo vocês transarem fazer isso aqui embaixo' *apenas como possível*; e na Oc.6 o locutor apresenta sua ordem de razões, contrária à dos interlocutores, mantendo uma *atitude conciliadora*.

Ao enunciar 'de repente' o locutor *faz um recorte no plano enunciativo*, instalando uma outra instância espácio-temporal, distinta daquela em que vinha ocorrendo a interlocução. Nessa outra instância, em que o locutor mantém remoto, indefinido o tempo/espaço no qual se colocaria o segmento enunciativo abrangido pela expressão 'de repente', o interlocutor é *argumentativamente* afastado da cena da interlocução: não definindo o tempo/espaço enunciativo, o locutor não permite que sua afirmação seja absolutizada, mantendo, inclusive, a possibilidade dessa afirmação não se colocar, o que, por sua vez, busca inviabilizar qualquer contra-argumentação do interlocutor, já que este não pode contrapor-se a uma afirmação que 'talvez' tenha sido colocada.

Como vemos, o uso de 'de repente' tem sua razão de ser no interior da relação dialógica 'eu-tu'. Falando em termos de 'formações imaginárias' (Pêcheux, 1969), diremos que a expressão 'de repente' mostra uma posição de cautela por parte do locutor, posição esta que se insere no jogo de imagens que constitui a interlocução: o locutor não permite que seu interlocutor construa uma imagem fechada a seu respeito, não permite que o interlocutor absolutize essa imagem numa única e imutável posição.

No funcionamento tradicional, em que 'de repente' limita-se a instaurar a idéia do súbito, do inesperado, do imprevisto apenas no processo verbal, a expressão tem um funcionamento que se manifesta no interior da predicação, no interior da frase, evidenciando-se no nível sintático de análise.

Em seu novo funcionamento, a expressão 'de repente' provoca um efeito de sentido que ultrapassa o nível da frase, só podendo ser apreendido no âmbito de uma semântica discursiva, que tenha o texto como unidade de análise². Uma semântica restrita à frase não daria conta desse novo funcionamento que abrange a enunciação como um todo.

A concomitância dos dois funcionamentos distintos que a expressão 'de repente' apresenta toca diretamente na questão da polissemia, já que, como vimos, cada funcionamento instaura um efeito de sentido diferente. Segundo Orlandi (1984), "a polissemia é o processo que, na linguagem, permite a criatividade. (...) a tensão entre a polissemia e a paráfrase instala o conflito entre o legítimo (o produto institucionalizado) e o que tem de se legitimar. A criatividade instaura o diferente, na medida em que o uso, para romper o processo de produção dominante de sentidos e na tensão com o contexto histórico-social, pode criar novas formas, produzir novos sentidos. Pode então realizar uma ruptura, um deslocamento em relação ao dizível.". É justamente o que vemos acontecer com a expressão 'de repente': ao lado do funcionamento predicativo (legítimo, institucionalizado) coloca-se o funcionamento que chamaremos 'discursivo', que vem romper o processo de produção dominante de sentidos, produzindo um novo efeito de sentido.

Não podemos dizer se esse processo vai configurar uma mudança lingüística. Estamos no interior de um processo que começa a se delinear e isso nos permite enxergar apenas um breve momento de um 'continuum' discursivo. Por agora, o que podemos afirmar é que a expressão 'de repente' caracteriza-se por 'pelo menos' dois funcionamentos diferentes.

2. Consideramos o texto em seu aspecto "qualitativo, como unidade significativa da linguagem em uso (...)" (Orlandi, 1986).

CONCLUSÃO

Na introdução deste trabalho, afirmamos que do ponto de vista da Análise do Discurso, o que podemos analisar são 'funcionamentos da subjetividade', e que um funcionamento é exclusivo de certas 'condições de produção'.

A 'necessidade do locutor de relativizar suas afirmações' coloca-se como o componente de alcance mais geral das condições de produção que levam 'de repente' a esse novo funcionamento. Esse componente torna-se o responsável pelo processo semântico que vem se constituindo, processo este que mostra uma relação *locutor/mundo* marcada histórica e ideologicamente pela determinação do sujeito.

Em um trabalho anterior (Lagazzi, 1988), em que retomando o texto de Haroche (1984) exploramos essa questão do sujeito, afirmamos que a determinação imposta ao sujeito tenta levar ao ideal de visibilidade trazendo, para a linguagem, a injunção ao dizer, a afirmar, a se colocar categoricamente. Contra essa coerção, mostramos que o sujeito procura sempre os espaços que lhe permitam 'resistir'.

A expressão 'de repente' constitui um desses espaços de indefinição, de indeterminação, trazendo a possibilidade da dúvida, da contradição inerente ao sujeito.

Diremos que ao enunciar 'de repente' o locutor fala de uma perspectiva³ que se coloca contrária à determinação do sujeito, instituindo, assim, um *tempo/espaco enunciativo não definido*, que provoca um movimento de 'suspensão' do seu dizer, transportando sua colocação para o nível do incerto-provável.

Esse recorte que 'de repente' faz no plano da enunciação mostra que não podemos falar em 'linearidade enunciativa'. Como vimos, 'de repente' estabelece duas instâncias espacio-temporais distintas que correspondem a duas perspectivas diferentes, de onde fala o locutor:

3. Esse termo é utilizado por Guimarães (1987) para introduzir a noção de *enunciador* que, segundo o autor, é "a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação".

uma perspectiva no interior da qual o locutor afirma e se coloca categoricamente, e outra perspectiva que permite a esse mesmo locutor 'resistir' e circunstanciar sua afirmação.

A 'não-linearidade enunciativa' coloca-se contrária à posição de Benveniste (1976), para quem o sujeito, enquanto fonte do sentido, fonte do dizer, mostra uma unidade isenta de contradições. Só ao deslocar o sujeito para o interior do social, do histórico, do ideológico é que se torna possível quebrar a unicidade e a homogeneidade que mantêm a ilusão subjetiva, trazendo à tona contradições que constituem o sujeito.

A 'não-linearidade enunciativa' mostra a coexistência das várias perspectivas do locutor, mostra a "polifonia" no interior da enunciação, tal como proposta por Ducrot (1987) e Guimarães (1987). "É pela incorporação do conceito de Polifonia (...) que a semântica da enunciação considera as diversas representações do sujeito da enunciação no enunciado" (Guimarães, idem). E para que essas diversas representações do sujeito não sejam tomadas como meras sobreposições de diferentes facetas possíveis de um mesmo sujeito, e sim como a própria contradição constitutiva do sujeito, é imprescindível que se considere a Ideologia, que se fale, portanto, em "sujeito ideológico", como o define Pêcheux (1975).

Essa oscilação no tempo/espço enunciativo, que coloca em suspenso o dizer do locutor traz, para a relação *sujeito/mundo*, a tentativa do sujeito de descomprometer-se com a sua enunciação, colocando em suspenso a *responsabilidade* que lhe é atribuída e que o obriga a responder por suas palavras. Qualquer atribuição que possa ser feita ao sujeito, decorrente do seu dizer, fica em suspenso pelo uso de 'de repente'.

O estudo da expressão 'de repente' coloca como fundamental a noção da responsabilidade, constitutiva do sujeito. Decorrente da ilusão subjetiva, que coloca o sujeito como "origem, causa produtora de todos os atos que dele emanam" (Vernant & Vidal-Naquet, sd), a responsabilidade é o ônus que esse sujeito paga por acreditar ser o centro de decisão e poder. Não há como desvincular o locutor que enuncia do sujeito que se responsabiliza por essa enunciação.

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, E. — (1958) *Problemas de Lingüística Geral I*, Pontes Editores, Campinas, 1988.
- FIGUEIRA, R. A. — "Verbos Introdutores de Pressupostos", Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1974.
- GUIMARÃES, E. — *Texto e Argumentação*, Pontes Editores, Campinas, 1987.
- HAROCHE, C. — *Faire Dire, Vouloir Dire*, PUL, Paris, 1984.
- LAGAZZI, S. — *O Desafio de Dizer Não*, Pontes Editores, Campinas, 1988.
- ORLANDI, ENI P. — (1983) *A Linguagem e seu Funcionamento*, Pontes Editores, Campinas, 1987.
- . "Segmentar ou Recortar", *Lingüística: Questões e Controvérsias*, Fiube, p. 9-26, Uberaba, 1984.
- . "Análise de Discurso: Algumas Observações", *DELTA*: v. 2, 1, p. 105-126, 1986.
- . & GUIMARÃES, E. — "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito", em *Discurso e Leitura*, Cortez/Ed. Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. — *Analyse Automatique du Discours*, Dunod, Paris, 1969.
- . *Le Verités de la Palice*, Maspero, Paris, 1975. (Ed. Bras.: *Semântica e Discurso*, Ed. da Unicamp, 1988).
- VERNANT, J. P. & VIDAL-NAQUET, P. — *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, Duas Cidades, São Paulo.

EDUARDO GUIMARÃES
ENI PUCCINELLI ORLANDI
(Orgs.)

LÍNGUA E CIDADANIA
O Português no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guimarães, Eduardo
Orlandi, Eni Puccinelli
Língua e cidadania : o português no Brasil / Eduardo
Guimarães, Eni Puccinelli Orlandi (orgs.). – Campinas, SP :
Pontes, 1996. – (história das idéias lingüísticas)

Bibliografia.
ISBN 85-7113-109-2

1. Análise do discurso 2. Lingüística 3. Português - Brasil
4. Português - História 5. Português - Semântica I. Título.
II. Série.

CDD-469.798

Índices para catálogo sistemático:

1. Nacionalismo lingüístico : Português : Brasil 469.798
2. Português no Brasil : lingüística 469.798

1996

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Identidade Lingüística.....	9
<i>Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi</i>	

PRIMEIRA PARTE - Cidadania

1 Constituição do Cidadão Brasileiro: Discursividade da Moral em Relatos dos Viajantes e Missionários.....	19
<i>José Horta Nunes</i>	
2 Guerra dos Mascates: A Constituição do Cidadão Brasileiro no Século XVIII.....	31
<i>Suzy Lagazzi</i>	
3 Os Sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil.....	39
<i>Eduardo Guimarães</i>	
4 O Cidadão na IIIa. República Brasileira.....	47
<i>Freda Indursky</i>	

SEGUNDA PARTE - A Língua no Brasil

5 Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d'aquém e d'além Mar ao Final do Século XIX.....	59
<i>Fernando Tarallo</i>	
6 Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos?.....	85
<i>Bethania Mariani e Tânia C.C. de Souza</i>	

7	As Academias do século XVIII — Um Certo Discurso sobre a História e sobre a linguagem do Brasil.....	95
	<i>Bethania Mariani</i>	
8	O Ensino da Língua “Materna” no Brasil do Século XIX: A Mãe Outra	101
	<i>Solange Gallo</i>	
9	Oralidade, um Passaporte para a Cidadania Literária Brasileira.....	107
	<i>Marisa Lajolo</i>	

TERCEIRA PARTE - Instrumentos Lingüísticos

10	Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira.....	127
	<i>Eduardo Guimarães</i>	
11	A Gramática de Anchieta e as Partes do Discurso.....	139
	<i>José Horta Nunes</i>	
12	O Dicionário e o Processo de Identificação do Sujeito.....	151
	<i>Mariza Vieira da Silva</i>	

APRESENTAÇÃO

IDENTIDADE LINGÜÍSTICA

0 Esta obra é mais uma publicação com resultados dos estudos que se vêm desenvolvendo há alguns anos no projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”. Entre as várias tarefas que um projeto como este se formula, tratar as idéias lingüísticas é tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e da sua relação com a história de um povo que a fala.

Com esta posição reunimos aqui textos organizados em três partes: Cidadania; A Língua no Brasil; Instrumentos Lingüísticos.

1 Não há como tratar a história das idéias fora das condições históricas. Em outras palavras, não há idéias ou filosóficas ou científicas senão aquelas que se constituem pela prática humana. Deste modo falar da história das idéias lingüísticas no Brasil é tratar da constituição de um saber lingüístico (metalingüístico) nas condições próprias da história brasileira: a história de uma colônia portuguesa que se torna um Estado independente no início do século XIX.

Nesta história é crucial a questão da língua nacional, ou seja, a língua que funciona no Brasil e que, por suas especificidades, faz parte do processo de constituição da nacionalidade.

Deste modo, tem um interesse específico o estudo dos instrumentos tecnológicos de gramatização, no sentido em que este termo é definido por Auroux. Com suas próprias palavras: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, 65). Observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade.

em funcionamento as formas de punição. Para se defender, o indivíduo precisa então se apropriar desse discurso...

Em resumo, a caracterização do indivíduo em sua conduta nos permitiu examinar as filiações nas redes de memória, em vista da constituição do cidadão brasileiro. Historicamente, os processos discursivos que comportam esses elementos funcionam de modo a negar a oposição entre ações jurídicas e ações reivindicativas, e isso com o apoio do discurso moral. Assim, os gestos heróicos, objetivos, inconstantes, protetores dos europeus se associam aos gestos liberais, obedientes, necessitados dos índios, numa relação produtiva que determina de um lado possibilidades interpretativas em proveito dos interesses políticos colonizadores, de outro uma condição para a cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- EVREUX, Ivo d'. *Viagem ao Norte do Brasil*, Livraria Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1929.
- FOUCAULT, Michel. "Usage des plaisirs et techniques de soi", *Le Debat*, 1983.
- LERY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*, Itatiaia-Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1980.
- NANTES, Bernard de. "Katecismo indico da lingua kariris, acrescentado de várias práticas doutrinaes, & moraes, adaptadas ao genio & capacidade dos Índios do Brasil", Officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1709.
- NANTES, Martin de. *Relation Succinte et Sincère*, edição fac-similar publicada por Frederico G. Edelweiss, Salvador, 1952.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista, Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*, Cortez-Unicamp, Campinas, 1990.
- PECHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pontes, Campinas, 1990.
- THEVET, André. *Les Singularités de la France Antarctique*, La Découverte-Maspero, Paris, 1983.

GUERRA DOS MASCATES: A CONSTITUIÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII

Suzy Lagazzi

INTRODUÇÃO

Com a emergência da burguesia, o conceito de cidadão passou a ter, como referência primeira, a exigência da igualdade de direitos.

A noção de cidadania se construiu com a definição político-jurídica do sujeito, até então um "sujeito-religioso" subordinado ao dogma cristão.

Como mostra Haroche (1984), essa redefinição do sujeito foi decorrência de modificações econômicas que, a partir do século X, ocasionaram a transição gradual do feudalismo para o que se concretizaria, mais tarde, como capitalismo.

Essa transição do feudalismo para o capitalismo trouxe mudanças fundamentais nas relações entre as pessoas, sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do sujeito com a exigência da igualdade de direitos.

Esse novo sujeito, o "sujeito -de-direito", não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista, sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse sujeito-de-direito é um sujeito que nega o "sujeito-religioso", nega seus laços de dependência pessoal.

DA HISTÓRIA PARA O DISCURSO

A colonização do Brasil foi marcada pela divisão do nosso território em grandes propriedades de terra, os latifúndios, cujos proprietários, os senhores de engenho, mantinham uma relação de dominação sobre os escravos e os outros trabalhadores da propriedade, estes denominados "agregados",

Paralelamente a essa sociedade dos latifúndios desenvolveu-se, com a pecuária, um tipo de relação social sem laços de dependência entre as pessoas.

Servindo de apoio à mineração, que criou grandes correntes de comércio no país, a pecuária ajudou a fixar o povoamento no interior do território, dando

origem a vilas e cidades e criando um contraponto com os latifúndios, o que acabou por abalar a aristocracia agrária.

De um lado, então, tínhamos o senhor de engenho, o nobre, mantendo sob seu domínio os escravos e “agregados” e voltado para uma economia fechada na monocultura da cana, centrada em suas mãos e nas mãos da Coroa Portuguesa.

Do outro lado tínhamos os habitantes dos povoados, cidades e vilas, voltados principalmente para o comércio, organizados independentemente de laços pessoais.

Nas cidades e vilas, a administração era exercida através da Câmara ou Senado, que era o conjunto de indivíduos eleitos pelo povo. Essa prática democrática, no entanto, era alvo de restrições definidas por alvarás e cartas régias, que determinavam, por exemplo, não poderem ser eleitos mercadores, filhos do reino, soldados, degredados. Só se elegiam nobres, naturais da terra e descendentes dos conquistadores e povoadores. Apesar, então, de nas cidades e vilas não dominarem as relações de dependência pessoal, as Câmaras ou Senados tornaram-se o lugar da nobreza, o lugar institucionalizado do poder, a que não podiam ter acesso os não-nobres.

A partir dessa perspectiva histórica, podemos afirmar que se instalou no Brasil, uma oposição entre nobres e não-nobres, oposição que trouxe à tona a questão dos direitos da cada um.

Da história para o discurso, essa oposição interessa-nos enquanto oposição entre sujeitos, que se redefinem político-juridicamente.

Através do método discursivo, analisaremos o processo de constituição do cidadão brasileiro, tendo então, como recorte teórico, a oposição nobre/não-nobre. Tentaremos explicitar o funcionamento discursivo constitutivo da redefinição político-jurídica do sujeito no Brasil, mostrando as configurações que esse sujeito adquire.

Considerando o novo recorte teórico, procuramos, para a constituição do corpus do nosso trabalho, um fato político da história do Brasil que trouxesse a oposição nobre/não-nobre em nosso país, mostrando o confronto entre as duas posições e permitindo a visualização do sujeito-de-direito que ia se configurando.

A Guerra dos Mascates, em Pernambuco, nos anos de 1710 e 1711, é um fato político/histórico importante para a análise do processo de constituição do cidadão brasileiro, fato que, para a Análise do Discurso, significa enquanto fato de linguagem, enquanto discurso.

Esse movimento de Pernambuco mostra bem o confronto entre a nobreza de Olinda e os mascates de Recife.

No que se refere às condições de produção mais específicas, Olinda era, na época, sede da Capitania de Pernambuco e os integrantes de sua Câmara eram aristocratas, ou seja, pessoas que “de direito” podiam integrar as Câmaras, lidando diretamente com o poder, e para quem era inconcebível que um plebeu quisesse ocupar a mesma posição de um nobre. Recife, que acabara de reivindicar ao Rei de Portugal sua elevação à categoria de vila, era habitada quase que totalmente por comerciantes, os mascates, aqueles que “não de

direito” queriam integrar as Câmaras e ter acesso ao poder, aqueles que não reconheciam os privilégios dos nobres, não aceitavam a diferença de direitos. Atendida pela Coroa Portuguesa a reivindicação de Recife, esta passou à categoria de vila, gerando inconformismo na Câmara de Olinda e acarretando a guerra entre as duas vilas.

Enquanto material discursivo para nossa análise, encontramos o relato do Reverendo Antonio Gonçalves Leitão sobre a Guerra dos Mascates, feito “à proporção que os fatos se iam sucedendo”, conforme afirma José Bernardo Fernandes Gama, pernambucano que publicou, em 1846, o relato em sua obra *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*.

Algumas observações são necessárias a respeito do relato feito pelo Reverendo Leitão.

Não podemos ignorar o fato desse relato ter sido publicado por José Bernardo Fernandes Gama, que afirma, no “Proêmio” do texto, que essa publicação é quase um completo “plagiato”, pois que ele apenas reduziu as duas partes do relato a um só livro, evitou erros gramaticais mais notáveis e algumas circunlocuções ociosas, “sendo fidelíssimo na exposição dos factos, não alterando em nada a ordem, em que os collocou o historiador seu coevo”.¹

Quando se trabalha sob a perspectiva discursiva, sabe-se que não basta ser fiel à exposição e à ordem dos fatos para manter o discurso do outro. “Um quase completo plagiato” é outro discurso. Portanto, temos que levar em consideração que esse não é mais apenas o relato do Rev. Leitão: é o relato do Rev. Leitão publicado e “revisado” por Fernandes Gama.

Outra consideração ainda é o fato do Reverendo, através de um manifesto não publicado por Fernandes Gama, mas por este referido, posicionar-se explicitamente a favor dos integrantes da Câmara de Olinda, contra os mascates, falando de um lugar muito bem definido. Também Fernandes Gama observa, em seu “proêmio”: “Eis o unico documento que tive, e que ha, d’essa guerra desoladora, que infelicitou tantos Pernambucanos illustres, e patriotas”. Veremos, com a análise, que a referência a “Pernambucanos illustres e patriotas” é muito significativa no que diz respeito à posição de Fernandes Gama: os “Pernambucanos illustres e patriotas” não são os mascates.

Esse fato, de tanto o Rev. Leitão quanto Fernandes Gama colocarem-se a favor da nobreza, faz parte das condições de produção do relato sobre a Guerra dos Mascates.

A CONSTITUIÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO

A partir do nosso objetivo e do recorte teórico que estabelecemos, efetuamos o recorte dos dados, que é a explicitação, no material lingüístico, do recorte teórico. Chegamos, assim, às marcas lingüísticas significativas para nossa análise.

¹ Sobre a questão de Prefácios, vide Orlandi, 1990.

Na leitura do material, chamou-nos especial atenção o que denominamos “predicações de referência”, ou seja, as palavras e expressões utilizadas pelo Rev. Leitão para se referir aos envolvidos na guerra.

(1) “(...) Pernambuco devia somente a si mesmo sua existência política, e sua liberdade. Este povo, pois, com melhor rasão do que outro qualquer tinha direito a ser mantido em seus foros; mas os *Portuguezes*, esses mesmos que haviam desamparado os *Pernambucanos*, abandonando-os à sua triste sorte, e à tyrania Batava; (...)”

Este segmento discursivo faz parte do primeiro parágrafo do relato da Guerra dos Mascates, praticamente iniciando as considerações do Rev. Leitão. Nessa sequência discursiva, a referência a “Pernambucanos” e “Portuguezes” estabelece uma oposição que vai organizar todo o discurso do Reverendo.

Essa oposição entre ser Pernambucano e ser Português produz um estranhamento, na medida em que os Pernambucanos eram de origem portuguesa. Assim, se todos eram Portuguezes, como entender essa oposição que os Pernambucanos estabelecem com os Portuguezes?

A sequência do discurso do Rev. Leitão mostra-nos que se faz uma particularização em relação aos Portuguezes:

(2) “E posto que alguns Portuguezes para Pernambuco viessem que, já pela sua educação, já pelo seu nascimento, e já pela índole de que eram dotados, faziam justiça aos naturaes do Paiz, e fraternalmente os tratavam, eram em numero tão limitado, que se perdia no meio do turbilhão de aventureiros auricedentos, que, todos os annos, nus e miseraveis aportavam no hospitaleiro Pernambuco. D’esta gente, pois, a mais abjecta de Portugal, ignorante e sobremaneira mal educada, abundava esta Província”.

Os Portuguezes não eram considerados indistintamente: “alguns Portuguezes faziam justiça aos naturaes do Paiz”, por sua educação, seu nascimento e sua índole.

Comparar os dois grupos pelo “nascimento” é bastante significativo. Se já vimos que todos eram Portuguezes, referir-se ao “nascimento” para falar do lugar de origem não distinguiria “alguns Portuguezes” dos outros, já que todos tinham Portugal como pátria de origem. Mas a referência ao “nascimento” significava também, na época, o fato de “ser bem nascido”, de pertencer à nobreza. Assim, só podia “fazer justiça aos naturaes do Paiz pelo nascimento”, o nobre Português que para Pernambuco vinha.

Os Portuguezes estavam divididos, pois, em dois grupos: de um lado os nobres, uma minoria extremamente limitada, que podia comparar-se aos “naturaes do Paiz”, de outro lado o “turbilhão de aventureiros auricedentos”, os “miseráveis”, “abjetos”, “ignorantes” e “mal educados”.

Outras predicações são atribuídas aos Portuguezes e aos Pernambucanos ao longo do discurso do Rev. Leitão:

(3) “(...) e assim, arvorados em *Mascates* em breve aquelles estupidos, que em Portugal nem para criados serviam, tornavam-se *capitalistas*, e, esquecendo-se de seus principios, julgavam-se superiores à *Nobreza do Paiz*, que tão benignamente os acolhêra e que, entregue ao honorifico trabalho agrícola, os honrava e favorecia liberalmente em todas as occasiões. D’aqui se vê a rasão por que os Portuguezes nos primeiros tempos foram denominados *Mascates*”.

(4) “Chegando a Pernambuco, esses *forasteiros* conseguiam, a troco de algum trabalho pessoal, adquirir 4.000 ou 6.000 rs(...)”.

(5) “Não satisfeitos os *Mascates* de serem agasalhados pelos Pernambucanos, (...) tentaram também abater e aniquilar a *Nobreza do Paiz* (...). E como ha muito nutriam em seus fermentidos peitos o desejo de abater os nossos *naturaes* (...)”.

(6) “Em poder d’esses *forasteiros* ou *Mascates* residia todo o commercio (...)”.

(7) “(...) descobriram os *Mascates* meios de malquistarem, e arruinarem os *Pernambucanos* mais notáveis”.

(8) “(...) outro remedio não tinham os tristes *Pernambucanos* que sujeitaram-se à vontade do *oppressor Europeo*!”.

(9) “(...) os *Mascates* julgaram que tinha chegado o tempo de darem um golpe decisivo na *Nobreza de Pernambuco*”.

(10) “Os *mercadores* que tinham-se retirado para a Bahia, (...) enquanto os Pernambucanos descansados em suas consciências entregavam-se às suas privadas occupaões”.

Através desses segmentos discursivos, podemos relacionar as predicações atribuídas aos Pernambucanos e aos Portuguezes:

No segmento (2), “alguns Portuguezes” estelecem uma relação fraterna com os “naturaes do Paiz”, que se opõem aos “aventureiros auricedentos”.

No segmento (3), a “Nobreza do Paiz”, que se dedica ao trabalho agrícola, opõe-se aos “Portuguezes”, “mascates”, “capitalistas”.

No segmento (4), os que chegam a Pernambuco referidos como “forasteiros”.

No segmento (5), a “Nobreza do Paiz”, os “nossos naturaes” opõem-se aos “mascates”.

No segmento (6), temos os Portuguezes referidos como “forasteiros” ou “mascates”.

No segmento (7), os “mascates” opõem-se aos “Pernambucanos mais notáveis”.

No segmento (8), temos os “Pernambucanos” que se opõem ao “oppressor Europeo”.

No segmento (9), os “mascates” opõem-se à “Nobreza de Pernambuco”.

No segmento (10), os “mercadores” opõem-se aos “Pernambucanos”.

Assim, de um lado temos os Pernambucanos, referidos como:

— os “naturaes do Paiz”,

— a “Nobreza do Paiz”,

- os “Pernambucanos mais notáveis”,
- a “nobreza de Pernambuco”
- agricultores

e do outro lado temos os Portugueses, que eram:

- “aventureiros auricedentos”,
- “mascates”,
- “capitalistas”,
- “forasteiros”,
- “oppressores Europeos”,
- “mercadores”.

Vemos, pois, que a oposição que os “Pernambucanos” estabeleciam não era em relação a todos os “Portuguezes”, mas aos Portuguezes “aventureiros auricedentos”, os “mascates” ou “mercadores”, os “capitalistas”, os “forasteiros” e “oppressores Europeos”, enfim, os Portuguezes que, com seus objetivos econômicos, “tentam abater e aniquilar a Nobreza do Paiz”, “abater os nossos naturais”, “arruinar os Pernambucanos mais notáveis”, “dar um golpe decisivo na Nobreza de Pernambuco”, ou seja, era uma oposição aos portugueses que ameaçavam o poder dos nobres.

Assim, a oposição que se mostrava como sendo entre Pernambucanos e Portuguezes, era a oposição entre os nobres e os mercadores capitalistas.

Afirmamos, anteriormente, que tanto o Rev. Leitão quanto Fernandes Gama falam do lugar do nobre. Portanto, nossa análise incide sobre o discurso do nobre, e o funcionamento que explicitaremos na oposição Pernambucano/Português configura-se sob a perspectiva da nobreza.

A partir do momento em que o Rev. Leitão afirma, em seu relato, que “os Portuguezes nos primeiros tempos foram denominados *Mascates*”, não encontramos mais, na sequência do texto, a predicação de referência “Portuguezes”. Estes passam a ser nomeados sempre como “mascates”, “mercadores”, “aventureiros auricedentos”, “capitalistas”, “forasteiros”, “oppressores Europeos”, ou ainda, “moradores do Recife” e “mercadores do Recife”.

O apagamento apenas da predicação de referência “Portuguezes”, sem que ocorra o apagamento da predicação de referência “Pernambucanos”, redefine a oposição: marca o lugar de uma nomeação outra, distinta da nomeação “português”.

Como mostramos, os Pernambucanos eram os “naturais do Paiz”, “a Nobreza do Paiz”, “a Nobreza de Pernambuco”, os “Pernambucanos mais notáveis”. Se a essas predicações opomos as predicações “moradores do Recife”, “mercadores do Recife” e “forasteiros”, a oposição fica caracterizada entre os “Pernambucanos” e os “do Recife”, entre quem é “natural do Paiz” e quem é “forasteiro”, apenas “morador”. Essa redefinição na oposição estabelecida pelos Pernambucanos permite-nos explicitar o funcionamento discursivo que preside a oposição e que começa a configurar-se lugar outro.

A guerra aconteceu entre Olinda e Recife, duas vilas, que podiam equiparar-se em termos de importância política. No entanto, entre Pernambuco, a capitania, e Recife, a vila, a dissimetria era grande. Ao nomear-se “Pernambucano”, e não “Olindense”, e ao nomear o outro como “do ^{lugar} por-
tuguês”.

Recife”, o nobre marca a dissimetria entre ele e o não-nobre, o mascate do Recife, que nem mesmo “Recifense” era chamado. A dissimetria também se mostra entre o “natural do paiz” e o “forasteiro”, o “morador”. O forasteiro e o morador não necessariamente têm vínculo com o lugar, podendo aí manter-se apenas por interesses. Nem sempre criam raízes e sua lealdade para com o lugar pode ser questionada:

(11) “Diz Vmc. primeiramente que os *moradores do Recife*, com a Infantaria pretenderam segurar as Fortalezas, e lhes acha rasão; ao que respondemos que até agora se seguraram muito bem as Fortalezas na forma em que estavam presididas, por ordem dos Senhores Governadores, pela mesma Infantaria da terra, e menos seguras estão pelos *mercadores do Recife*, do que em poder dos *filhos de Pernambuco*, de quem se deve fiar a maior segurança, como descendentes dos que à custa de suas vidas e fazendas a restauraram do poder do inimigo, porque mais fundamento de lealdade se deve achar nelles, que nos *moradores do Recife*, cujos principios e ser nesta terra conhecemos todos mui bem, e os *naturaes de Pernambuco* trazem sua origem de Nobreza mui qualificada, que vieram povoar esta terra, dos quaes se devem esperar sempre as melhores resoluções de valor e brio, como tem mostrado a experiencia”. (Resposta da Camara ou Senado d’Olinda ao Capitão-Mór da Parahyba, em Gama (1977).

Vimos que o processo de constituição do cidadão é marcado pela passagem da ordem do discurso Religioso para a ordem do discurso de Direito. Em termos da configuração do sujeito no percurso de sua redefinição politico-jurídica na história do Brasil, da constituição do cidadão brasileiro, encontramos, sob a ordem do discurso religioso, o aristocrata rural, o nobre, que, cheio de privilégios, legitimava seu poder através dos laços de dependência pessoal. Na medida em que a ordem do discurso passou a ser a do Direito, não havia mais como manter o poder em termos pessoais. Encontramos, então, um nobre que tenta continuar a legitimar seu poder através de uma relação de direito para com o país, afirmando-se enquanto “natural do País”, enquanto Pernambucano, atribuindo ao não-nobre, o mascate, o predicado de “forasteiro”, “morador do Recife”, desqualificando a relação deste para com a nova Terra, desqualificando seus direitos de cidadão. O não-nobre não teria o direito à cidadania, o direito de integrar a Câmara ou o Senado e exercer o poder, porque era um forasteiro, alguém que “estava de passagem”, sem ter, portanto, “lealdade para com o país”. sem direito para com o país, que não era o país dos “Portuguezes”. Se marca aí o lugar do brasileiro, naquele momento ainda “Pernambucano”.

* O lugar do nobre não se justifica mais pela nobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHILLES, A. *Raízes do Pensamento Político Brasileiro na Independência*. Brasília, 1973.
- GAMA, J.B.F. *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, vol. II, Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual. Recife, 1977.
- HAROCHE, C. *Faire Dire, Vouloir Dire*. PUL, Paris, 1984.
- ORLANDI, E.P. *Terra à Vista*. Cortez/Unicamp. Campinas, 1990.

3

OS SENTIDOS DE CIDADÃO NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA NO BRASIL *

Eduardo Guimarães

0. O objetivo desta reflexão é indicar os sentidos de “cidadão” por uma análise enunciativa que estabeleça um confronto do texto da Constituição do Império com os decretos do início da República no Brasil bem como com a primeira Constituição Republicana.

I - CIDADANIA NO IMPÉRIO

1 Dos cidadãos Brasileiros em 1824

a) O Título II da Constituição de 1824 é “Dos Cidadãos Brasileiros”. Observe-se, e isto se projeta por todo o texto, que aqui não aparece “cidadão”, simplesmente, sem a determinação. E não se tem, por outro lado, somente “brasileiros”. O mesmo acontece com o caput do artigo que abre o título segundo:

“Art. 6º - São cidadãos brasileiros”:

b) O item 1º do Art. 6º segue ao caput referido acima dizendo:

“1º - *Os que no Brasil tiverem nascido*, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação”

Deste modo, o nascimento em território brasileiro é apresentado como a condição básica da cidadania no Brasil.

c) E aqui se põe uma pergunta: o *os* deste item 1º é anáfora de quê? Não pode ser de *cidadãos brasileiros*, pois assim se teria como paráfrase do caput do artigo e de seu item 1º: “São cidadãos brasileiros: os cidadãos brasileiros que no Brasil tiverem nascido”. O *os* é anáfora de *cidadãos*. Isto leva à seguinte paráfrase¹ para o caput do artigo 6º e seu item 1º: “São cidadãos

* Este texto foi publicado em *Signo e Seña*, 1. Universidade de Buenos Aires, 1992.

¹ A paráfrase é aqui considerada na sua relação com a polissemia tal como o vem fazendo E. Orlandi (1983, 1990).

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTOS DE LÍNGUAS E COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROJETO DE PESQUISA
A CIDADANIA NO JORNALISMO DO 'BRASIL NOVO'

COORDENADORES: SUZY LAGAZZI-RODRIGUES
ADOLPHO QUEIROZ
GLÓRIA CUNHA

BOLSISTAS: CÉSAR DASSIE
JULIANA TARANTO
RENATA COAN

RELATÓRIO FINAL AO
FUNDO DE APOIO À PESQUISA/UNIMEP

PIRACICABA
JUNHO/1994

ÍNDICE

	PÁGINA
I. INTRODUÇÃO	01
II. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	04
III. ANÁLISES DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS	06
IV. ANÁLISE FINAL	31
V. CONCLUSÃO	46
VI. BIBLIOGRAFIA	48
VIII. ANEXOS	50

I. INTRODUÇÃO

O discurso do 'Brasil Novo' foi extremamente marcado pelo uso dos termos 'cidadão' e 'cidadania'. Essa excessiva nomeação construiu um fato de linguagem que precisava ser analisado para que fosse possível, apreendendo o funcionamento do discurso da cidadania no 'Brasil Novo', determinar as configurações de sentido que os termos 'cidadão' e 'cidadania' adquiriram nesse momento político. Estabelecemos, então, como nosso espaço discursivo de análise os dois grandes jornais do país: a FOLHA DE SÃO PAULO e O ESTADO DE SÃO PAULO.

Assim, a partir desses objetivos, estabelecemos uma interlocução entre os Cursos de Jornalismo e Letras do Centro de Ciências Humanas da UNIMEP, desenvolvendo um projeto de pesquisa conjunto que contou com o financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq (setembro a agosto de 1992/93) e do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba, FAP (junho a maio de 1993/94).

Na primeira etapa do projeto (PIBIC/CNPq) identificamos, a partir de um conjunto de 2.500 matérias publicadas nos jornais FOLHA e ESTADO, os principais gêneros jornalísticos, direcionando nossa análise para os artigos e as cartas dos leitores, gêneros fundamentalmente opinativos, cuja materialidade lingüística indicava pistas muito interessantes para a apreensão do funcionamento de cidadania no discurso do 'Brasil Novo'.

Na medida em que os artigos são normalmente assinados por representantes da sociedade civil (políticos, empresários, profissionais liberais, presidentes de sindicatos ou associações de classes) ou articulistas que desempenham um papel crítico fundamental, e as cartas dos leitores, via de regra, são subscritas por leitores "comuns", assinantes e, eventualmente por representantes de classe, tomamos em contraposição aos artigos e cartas dos leitores, discursos do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, o que configurou um recorte muito

interessante no material de análise: "voz do governo/voz contra o governo".

Na segunda fase do projeto (junho a maio de 1993/94), com o apoio do FAP da UNIMEP, a pesquisa teve o seu prosseguimento assegurado, o que possibilitou um avanço muito importante na análise.

Iniciamos essa segunda etapa tentando estabelecer ainda outros recortes para o material, o que foi muito positivo principalmente para os bolsistas, que conseguiram desenvolver consideravelmente suas observações sobre o funcionamento da cidadania no momento do 'Brasil Novo'. Observando uma referência extremamente marcante ao homem público nos artigos analisados e também nas cartas dos leitores, orientamos a continuidade da análise pela diferenciação 'homem público/cidadão'.

Conseguimos chegar a considerações importantes, que segundo avaliação da consultora do projeto Profa. Dra. Eni Orlandi, no seminário realizado em 23 de junho (vide página 03), constituem um avanço teórico no estudo da cidadania.

Tivemos oportunidade de apresentar nossa pesquisa nos seguintes eventos:

1. XLII Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), realizado na USP/SP, de 19 a 21 de maio de 1994, com os bolsistas apresentando o trabalho e Sessão de Comunicação.
2. IV SIPEC - Simpósio Regional de Pesquisa em Comunicação, realizado na Universidade de Taubaté, de 26 a 28 de maio de 1994 promovido pela INTERCOM (Sociedade Brasileira de estudos Interdisciplinares da Comunicação), também com os bolsistas apresentando o trabalho em Sessão de Comunicação.
3. IX Encontro Nacional da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística), realizado em

Caxambu, de 12 a 16 de junho, com a apresentação da Profa. Suzy Lagazzi Rodrigues no GT de Análise do Discurso, em Sessão de Comunicação.

O trabalho já teve o seu aceite para ser apresentado no GT de Jornalismo, no próximo XVII Congresso dos Pesquisadores Brasileiros de Comunicação a ser promovido pela INTERCOM, no mês de setembro de 1994, na UNIMEP.

Outra atividade prevista em nosso cronograma original foi a realização do Seminário de Avaliação do projeto. Ele ocorreu no dia 23 de junho, no período da tarde, na UNIMEP, e contou com as presenças da Profa. Dra. ENI ORLANDI, da UNICAMP, dos coordenadores, bolsistas e convidados da própria Universidade. Na ocasião foram apresentados os relatos sobre o desenvolvimento do projeto, apresentada a análise pelos bolsistas e coordenadores e, por fim, abriu-se um interessante diálogo, com a Profa. Dra. Eni Orlandi fazendo uma leitura crítica muito positiva da análise apresentada. Este seminário foi gravado, transcrito, e está incorporado como anexo, ao final deste trabalho.

Cumpre-nos agradecer, em nome do grupo de pesquisa, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela concessão de duas bolsas de iniciação científica no período 92/93; ao Fundo de Apoio à Pesquisa/UNIMEP, pelas três bolsas do período 93/94 e a todos os que, diretamente ou não, possibilitaram este importante espaço de reflexão e diálogo.

II - FUNDAMENTOS METOLÓGICOS

Consideramos a linguagem como efeito de sentido e, portanto, recusamos a "evidência do sentido", negamos que exista um sentido literal e outros sentidos secundários. Acreditamos que os sentidos se constituem na relação do sujeito com a linguagem, e que as condições de produção são fundamentais nesse processo. Assim, é imprescindível, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (cujo fundador é Michel Pêcheux), considerarmos o papel dos interlocutores e as relações de lugar aí definidas, a situação concreta, o contexto sócio-histórico-ideológico. O sentido não é, pois, qualquer um, mas aquele que se determina a partir de certas condições de produção. Da mesma forma, o sujeito não diz o que quer, mas o que pode dizer, a partir do lugar que ocupa, de sua inserção sócio-histórico-ideológica.

Esse é o outro fundamento do qual parte a Análise do Discurso de linha francesa (A.D.): a recusa da "evidência subjetiva", recusa de que o sujeito seja a origem do sentido. Para a A.D., o indivíduo é "interpelado-constituído em sujeito pela ideologia", ou seja, é o sujeito que se vê enquanto fonte do sentido (ilusão subjetiva), mas que só pode significar numa relação de constituição mútua com a linguagem. Segundo PÊCHEUX (1975b), na interpelação ideológica há a identificação do sujeito à formação discursiva (F.D.) que o domina, entendendo-se F.D. (PÊCHEUX, 1975a) como um espaço de aceitabilidade discursiva, em que dizemos o que pode e deve ser dito, excluindo o não-formulável.

É importante ressaltar que o sujeito não deve ser pensado como um espaço de reprodução homogênea e pré-determinada de sentidos. Afirmamos, em um trabalho anterior (LAGAZZI, 1988), que a relação entre o sujeito e a(s) F.(s)D.(s) é permeada pela história desse sujeito, ou seja, a F.D. é lugar de reprodução e de transformação. COURTINE (1982) fala em "diferentes posições do sujeito", e não em um "sujeito do discurso". Para ele, o sujeito é uma ilusão que no interior do discurso, pode ocupar diferentes posições.

Como sintetiza ORLANDI (1990), o lugar particular do discurso é a articulação da linguagem com a ideologia: o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico. No quadro teórico da A.D., diz a autora, a linguagem é a materialidade específica do discurso, e este é a materialidade específica da ideologia.

Outra questão importante abordada por ORLANDI (idem) refere-se à noção de ideologia. Ela afirma que, na A.D., essa noção não pode ser tomada tal como nas ciências sociais, "como dissimulação, ou não, do real", devendo ser entendida como "a direção nos processos de significação".

Para que possamos atingir o processo de constituição do sentido, mostrar funcionamentos discursivos, tomamos a língua como o "lugar material da análise". Assim, o analista vai trabalhar a língua sob a perspectiva discursiva, ou seja, como afirma GUIMARÃES (1989), enquanto um "conjunto de relações" (sem, no entanto, incluir a noção de sistema). Não é possível apreender um funcionamento discursivo se considerarmos os sentidos isoladamente.

Nessa perspectiva, portanto, as marcas lingüísticas que configuram pistas e começam a orientar a análise têm que ser consideradas numa relação de sentidos, nunca isoladamente. Uma determinada marca lingüística pode se repetir nas mais diferentes situações de linguagem, mas "um determinado funcionamento dessa marca será exclusivo de certas condições de produção" (LAGAZZI, 1989). A A.D. permite, portanto, generalizar a partir das condições de produção, e não a partir das marcas, já que a generalização a partir das marcas leva ao apagamento da polissemia, com o reconhecimento de apenas um sentido possível para determinada marca lingüística.

III. ANÁLISES DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS

BOLSISTA: CÉSAR DASSIE

Na elaboração desta análise trabalhamos com 10 artigos dos jornais "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo" selecionados para a discussão do nosso recorte. "Homem público/cidadão". Observamos tratamentos interessantes dos articulistas para com a questão da cidadania.

Uma das primeiras observações feitas sobre o funcionamento do termo cidadão foi o caráter classificatório e de adjetivação que a palavra adquiriu.

No artigo "Os 1478 e o desrespeito", do deputado federal, vice-líder do PSDB e professor licenciado da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP), Antonio Carlos de Mendes Thame, publicado no dia 05 de março de 1992, no jornal "O Estado de São Paulo", o autor faz, primeiramente, algumas considerações sobre o papel do Estado na sociedade e entre outras palavras diz que: "O Estado não é, portanto, apenas o mediador das negociações entre grupos sociais. É o fiador. E ao Judiciário cabe zelar pelo cumprimento das leis". Seguindo o texto, Antonio Carlos de Mendes Thame faz uma crítica à decisão do Poder Executivo em não cumprir a determinação do judiciário "é desastrosa a reiterada recusa do Poder Executivo em cumprir as decisões judiciais que determinam o reajuste de 1478 no valor das aposentadorias e pensões.

Em se tratando da nossa análise, o autor coloca que "diante de uma decisão judicial, qualquer cidadão, desde o mais modesto até o Presidente da República, só tem duas alternativas: cumprir a ordem judicial e dela recorrer ao Tribunal Superior, ou cumprir a ordem judicial e dela não recorrer, conformando-se com a decisão".

Ao explicar que "qualquer cidadão" significa "desde o mais modesto até o presidente da República", o deputado (re) afirma a distinção e categorização entre os cidadãos, explicitando o fato de que as posições ocupadas na sociedade determinam maior ou menor respeito, mais ou menos direitos às pessoas que as exercem.

Aqui, fica clara a idéia da polarização que o autor traz para caracterizar a existência institucionalizada da hierarquização como consequência do exercício das categorias que os cidadãos assumem nos diversos setores da sociedade. Vale ressaltar ainda, as condições de delimitações das ações que regulam o limite dessas categorias, colocando o Judiciário como o cargo - público - que pode decidir sobre qualquer ato.

Continuando o trecho citado, há a seguinte afirmação: "Não há terceira hipótese. Em ambos os casos, exige-se a obediência à ordem" (grifo nosso), convergindo, assim, todas as ações públicas e não públicas a um ponto comum: o julgamento do judiciário.

O artigo "Coragem muita", publicado no dia 13 de setembro de 1992, pelo jornal "O Estado de São Paulo", de autoria do jornalista e escritor Fernando Pedreira, retrata a expectativa de semanas antes do impeachment do presidente Fernando Collor e a ansiedade de se ter, novamente, um vice no poder. Pedreira faz um levantamento de governos que foram conduzidos por vices e diz que "eis aí como os fatos (os fatos históricos) desmentem a lenda, refutam a crença ingênua de que o governo do vice é habitualmente um governo fraco. Ressaltamos casos incuráveis de mediocridade, como o de Gerald Ford, que tropeçava em escadas de aviões e não conseguia mascar chicletes e andar ao mesmo tempo, ou mesmo o do nosso bravo e bem-intencionado José Sarney, na verdade os vices tendem, ao contrário, a produzir presidentes afirmativos, audaciosos, frequentemente capazes até de perder o senso de medida (e a conveniente prudência) no esforço de calçar as botas dos seus antecessores, ou tentar superá-los e firmar a própria liderança".

No decorrer do texto, o autor ressalta que "não teremos bom governo, não teremos revolução, nem grande, nem pequena, se não fizermos por merecê-los. Vale dizer: sem que a opinião pública, o cidadãos, a imprensa e a sociedade, cumpram, continuem a cumprir o seu papel".

Nesse trecho, o caráter classificatório em que os cidadãos são envolvidos torna-se bastante significativo, tanto para nosso

estudo quanto para o nosso processo de compreensão da metodologia. Enquanto, mesmo sem revelarmos anteriormente, imaginávamos uma divisão bastante rígida, partindo ora das palavras adjetivadas que determinavam e colocavam as posições dos cidadãos (cidadão de segunda classe, cidadão contribuinte, cidadão comum etc.), ora da polarização entre cidadão e autoridade pública, aparece no texto de Fernando Pedreira, uma classificação até então tomávamos como sendo, até certo ponto, idêntica: opinião pública, cidadãos e sociedade. Aqui começamos a descobrir o perigo do conceito pré formado e a entender um pouco o que nossos orientadores chamam de "deixar que a linguagem do texto diga suas considerações". O texto coloca a opinião pública, os cidadãos e a sociedade como categorias diferenciadas, com pontos semelhantes, e não mais como uma fusão, como pensávamos.

A partir desse aspecto, os cidadãos devem desempenhar um papel paralelo ao da imprensa, da sociedade e da opinião pública. "Há questões graves, fundamentais, como as da inflação e da economia, para as quais não há soluções milagrosas. Será preciso firmeza, paciência, espírito público, coragem muita, e não só da parte do presidente". (grifo nosso).

Parece-nos aqui, que o autor esclarece, bastante sutilmente, qual será a função dos cidadãos no processo posterior ao do impeachment, exaltando o 'espírito público' como um dos fatores essenciais para tratar a crise do país.

Voltando ao início do texto de Fernando Pedreira, encontramos a seguinte afirmação "A voz do povo, diz o ditado, é a voz de Deus - o que certamente não a tem impedido, muitas vezes, ao longo da história humana, de proclamar e defender erros palmares e injustiças cabeludas".

Se considerarmos alguns pontos semelhantes entre povo e cidadão, citados pelo autor, conseguimos estabelecer uma relação entre esses dois termos, tornando possível dizer que o discurso acima aborda a existência de fatores que expõem a categoria cidadão, eliminando a pureza e a veneração das atitudes dos cidadãos. Dessa forma, o texto coloca essa categoria social com

o a que deve - ao lado da opinião pública, da imprensa e da sociedade - cumprir seu papel, mas não escondendo a fragilidade de que o clássico conceito da cidadania pode estar, em alguns momentos equivocado. - "o que certamente não a tem impedido, muitas vezes, ao longo da história humana, de proclamar e defender erros palmares e injustiça cabeluda".

Publicado em 11 de agosto de 1992, o artigo "O Congresso e o processo", escrito pelo sociólogo e secretário executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE), Herbert de Souza, traça um perfil da história da ética relatando que antes "era uma espécie de golpe do moralismo. A direita apelava para a moral. A esquerda, em reação ao cinismo das elites, ignorava a questão da ética na política e acreditava que a justiça social tinha de ser estrutural, portando desvinculada das práticas, das condutas individuais dos políticos".

Para dar apoio ao movimento "Ética na Política", criado para derrubar o então presidente Fernando Collor de Melo, o autor diz que "essa realidade mudou muito. Uma nova consciência política foi descobrindo que o autoritarismo era a falta de ética instalada no poder e que a democracia só existe a partir da prática da ética na política".

Tentando enquadrar as situações que estavam ocorrendo no Brasil em 1992, como sendo atitudes democráticas, Herbert de Souza afirma que "na democracia não há exceções. O presidente da República é eleito para governar segundo as leis e perde a legitimidade de seu mandato se desobedece a lei, por mais votos que tenha tido. Por isso, é também golpista o argumento de que o presidente é uma espécie de intocável porque foi eleito, como se o voto o transformasse num cidadão acima da lei".

Nesse trecho, torna-se assustadora a força com que determinadas posições sociais acabam incorporando, historicamente, certos direitos e regalias que se fazem institucionalizadas. O fato de o autor colocar que "é também golpista o argumento de que o presidente é uma espécie de intocável porque foi eleito, como se o voto o transformasse num cidadão acima da lei", mostra que este

era o sentimento que pairava sobre as pessoas e que era respeitado em função da credibilidade dos cargos existentes na sociedade - hierarquização institucionalizada como consequência do exercício das posições que os cidadãos assumem.

Em outro ponto do texto, o autor coloca "que democracia se constrói com institucionalidade democrática". Aqui é possível questionarmos o que vem a ser "institucionalidade democrática". Sim, porque se partirmos da reflexão clássica de que a cidadania assume características de igualdade para todos sem distinção de raça, cor, sexo e crença, podemos reafirmar que ser cidadão permite, automaticamente, às pessoas, assumir posições de oposição e reivindicatórias.

Dessa forma, a institucionalização das características da cidadania se dá em dois campos: com a força paralela do cidadão com o outro cargo que ocupa; e com a permissão de defender e atuar, como cidadão, a partir do momento que se assuma essa função.

O artigo "Ao trabalho" escrito em 30 de setembro de 1992 pelo jornalista Luciano Martins Costa, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", faz referências ao presidente Fernando Collor, resgatando o dossiê elaborado, no início de 1988, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para servir como documento da acusação do então presidente José Sarney contra o então governador de Alagoas. O texto faz referência ainda, à reunião do Centro Empresarial de São Paulo, que aconteceu também no começo de 1988, quando os empresários ouviram os planos do futuro candidato à Presidência da República, que começou a ganhar forças a partir desse encontro.

Luciano Martins Costa justifica toda essa retrospectiva afirmando que "ali se localiza o eixo da prodigiosa carreira política do presidente cujo mandato acaba de ser amputado".

Com a votação da Câmara dos Deputados favorável ao impeachment do Presidente Fernando Collor, o autor diz que "a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário ainda não completaram suas tarefas nesse episódio. Dos congressistas se

espera que descansem da batalha pela ética alistando-se na luta pela modernidade. Dos empresários, que busquem o sucesso pela qualidade e rejeitem a bengala do protecionismo estatal. Dos cidadãos, que não abandonem sua fé".

Este trecho do texto de Luciano Martins Consta ilustra e começa a esclarecer nosso incômodo inicial de que o termo cidadão passa a representar uma categoria específica, diferente, não inerente às pessoas que ocupam cargos "emergentes da sociedade". Estes, por sua vez, parece-nos que começam a adquirir uma característica mais ativa e participante nos rumos da coletividade. Enquanto congressistas devem buscar modernidade e empresários devem buscar qualidade, dos cidadãos não se espera uma ação, mas sim o ato de confiar e acreditar em ações de outros. Ou seja, aos cidadãos restaria apenas o "amém" perante as condutas que outras pessoas tomam para uma sociedade da qual esses cidadãos também fazem parte.

"O roto e o esfarrapado", publicado no dia 19 de maio de 1992 pelo jornal "O Estado de São Paulo" e escrito pelo publicitário mestre em Filosofia pela UFRJ e coordenador PNBE-RJ, Jorge Maranhão, faz referências às medidas governamentais de combate à inflação. Dentre outros tópicos apontados pelo autor, o texto afirma que "mais uma vez a cadeia econômica se rompe no elo mais fraco: a grande massa de contribuintes compulsórios, descontados na fonte de um salário de fome ou no imposto de consumo das cestas básicas, sustenta o acordo promovido pelo erário perdulário". E diz: "O Estado Brasileiro", que a mídia sempre mostra pela face do Executivo e do Legislativo, deixando oculta a face do Judiciário, se aproveita do cochilo eterno da grande maioria dos cidadãos de segunda classe e se esquece de que, antes de produtor de bens econômicos, ou mesmo provedor de serviços sociais, deveria ser o grande promotor da justiça".

Neste trecho, o autor nos mostra que os cidadãos, aqui categorizados de segunda classe, ainda estão vivendo num "cochilo eterno". A primeira vista, parece-nos que há uma certa cautela do

autor em afirmar o verdadeiro comportamento dos cidadãos nesse período. Tentando explicar o pensamento acima, digo que "cochilo" é um sono fácil de ser interrompido, sendo possível, a qualquer momento, ocorrer um despertar, "eterno" é uma palavra que significa para sempre. Dessa forma, a construção elaborada pelo publicitário gera uma tensão no texto, pois se os cidadãos estão cochilando há uma contradição com o eterno; se o eterno prevalece fica a confirmação de que esse dormir dos cidadão não é cochilo, mas sim letargia.

Por outro lado, Jorge Maranhão aponta que a força e as decisões que esses "cidadão de segunda classe" têm junto à sociedade e ao Estado. Quando o autor diz "O Estado brasileiro, que a mídia sempre mostra pela face do Executivo e do Legislativo, deixando oculta a face do Judiciário, se aproveita do cochilo eterno da grande maioria de cidadãos de segunda classe... implica que esses cidadãos acordassem, o Estado mudaria seus atos e suas decisões, pois naquele 19 de maio de 1992 ele estava se "aproveitando" de um momento histórico da vida do Brasil: a passividade da população.

Outro ponto que enfatiza o poder dos "cidadãos de segunda classe" está no trecho que diz que se o "cochilo eterno" é da "maioria de cidadãos de segunda classe" e é por esse motivo que o Estado se aproveita e se esquece de que deveria ser o "grande promotor da justiça".

Publicado no dia 01 de julho de 1992, o artigo "Democracia e juízo", do empresário e 12 vice-presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/CIESP) e, na época, candidato à presidência das entidades, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, traz como tema as crises nacionais. Do seu ponto de vista, "conviver com as crises, sabendo administrá-las e extrair de seu desdobramento posições que possam vir a fortalecer as instituições, é um dos maiores desafios das democracias modernas".

(...) "A grandeza de um país não se mede apenas por suas potencialidades materiais ou por seu Produto Nacional Bruto.

Compõe-se também de um resíduo moral e ético, que flui dos valores e comportamentos dos grupos dirigentes e dos homens que têm responsabilidade pública". (grifo nosso).

O texto "Democracia e juízo" trata a questão da ética e da moral sempre a nível de dirigentes e homens públicos, apontando a quem cabe estabelecer a ordem democrática no país.

"Nosso dever de cidadãos é o de procurar, a qualquer custo, manter o equilíbrio das instituições a fim de preservarmos a normalidade democrática e as conquistas que obtivemos, a duras penas, nos últimos anos".

Aqui, o discurso usado pelo autor revela o poder dos cidadãos empresários e é dirigido aos que fazem parte da FIESP/CIESP. Quando Carlos Eduardo se coloca como parte da camada de cidadãos a que se refere, utilizando o programa 'nosso' - "nosso dever de cidadãos" - põe em cena a força que as indústrias representam dentro de um país e a pressão que exercem sobre as atividades de outros cidadãos, como empregos, salários, etc.

Dessa forma, podemos dizer que, para esses cidadãos o poder existe e que eles conseguem difundir e concretizar suas idéias.

A referência que o autor faz a si próprio como cidadão parece-nos que permite que suas ações como empresários possam ser semelhantes às preocupações e lutas das demais posições da sociedade na "luta pela cidadania".

O artigo "Cultura da corrupção", do economista, engenheiro vereador em São Paulo e membro da direção nacional do PPS, Luiz Carlos Moura, publicado no dia 23 de junho de 1992 no jornal em várias esferas da vida nacional, engendrou valores e categorias culturais como cumplicidade, omissão, conveniência, conivência e outras, que convivem harmoniosamente em graus cada vez mais escandalosos com a impunidade" e declara que "os vícios, as facilidades, as vantagens e os ilícitos são uma moléstia institucionalizada no poder público, que extravasa para a iniciativa privada e toma conta do cidadão, que se espelha no mau empresário,

no sonegador contumaz e no político devasso. Porque a corrupção é sempre uma via de duas mãos".

Nesse trecho, o autor aponta a origem das falcatruas existentes na sociedade: o poder público. Aqui, torna-se oportuno estabelecermos um ponto crucial na justificativa do nosso recorte: Público x Não Público.

Ao abordar o cidadão como sendo aquele que "se espelha no mau empresário, no sonegador contumaz e no político devasso", Luiz Carlos Moura mostra ainda, a possibilidade da categoria cidadão de se projetar e tomar como modelo a figura de pessoas, que aqui, podemos dizer têm destaque - empresários e políticos. Daí vemos novamente a questão da atuação do cidadão, que nesse caso, é influenciado pelo que extravasa do público.

Citando Platão em sua obra "A República", o autor nos diz, em outro trecho do seu texto, que "só o tirano pode executar publicamente inclusive aqueles atos imundos que o cidadão privado ou executa escondido ou, reprimindo-os, os executa apenas em sonho, como se violasse a própria mãe".

Dessa forma, coloca-se a atuação do homem público como a que aparece, a que faz, a que realiza - mesmo que seja "atos imundos".

No artigo "Por que ética na política" publicado no jornal "O Estado de São Paulo", em 14/08/92, o empresário e coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Oded Grajew, procura justificar a participação dos empresários no movimento Ética na Política: "(...) Alguns ainda indagam por que empresários participam de atos públicos e sobem em palanques ao lado de outros segmentos da sociedade civil".

O autor, a princípio, trata da importância da ética relacionada aos homens públicos - "Porque só a ética é que dá credibilidade aos políticos. E, sem credibilidade, não há governabilidade nem democracia".

Aqui, Oded Grajew toca no ponto fraco do poder público: a falta de credibilidade dos governados nos políticos, o que permite a formação de um estado de alerta (desconfiança) da sociedade,

possibilitando, posteriormente, a existência de uma pressão, mesmo que tenha que ser massiva, que possa influenciar nas decisões do Congresso.

"Ética na política também diz respeito a cada um de nós, cidadãos. Por isso é que empresários também começaram a participar ativamente desse movimento. Se não sairmos da passividade e exercermos nosso poder de pressão enquanto sociedade civil, não conseguiremos exigir do Congresso que tome decisões apropriadas para a gravidade do momento em que vivemos".

Relacionando este texto com o artigo "Democracia e juízo", de Carlos Eduardo Ferreira, constatamos que há uma postura, já institucionalizada na sociedade, que permite aos que incorporam a função de cidadão desempenhar posturas de cobranças de direitos.

No artigo intitulado "Por favor, Renuncie", escrito pelo juiz Régis Fernandes de Oliveira e publicado no dia 17 de agosto de 1992 pelo jornal "O Estado de São Paulo", o autor procura, através da posição de cidadão e não de juiz, expressar sua opinião no que diz respeito ao processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo.

"Embora juiz, tenho minha dimensão de cidadão e, como tal, não podia ficar calado, lendo, todos os dias, os absurdos dos fatos que estão sendo apurados".

Expressando-se dessa forma, o juiz Régis Fernandes de Oliveira transmite-nos uma dupla posição, a de cidadão e a de juiz, em que, de acordo com a situação, ele se apossa daquela que lhe permite falar. Com isso, parece-nos que o termo cidadão, torna-se quase que um alibi que poderá fazer frente a possíveis acusações de ordem ética (e não jurídica), que poderiam surgir como consequência do cargo de juiz que ele também ocupa.

Vale ressaltar aqui, que a Análise do Discurso defende que o lugar ocupado por um sujeito constrói seu discurso.

"Não creio que o magistrado, pelo só fato de ser obrigatoriamente apolítico, deva ficar afastado dos acontecimentos reais. O juiz sabe que há vida além do processo".

Como juiz, o autor não se permite atuar como um reivindicador do processo de impeachment, cabendo a essa função apenas o conhecimento dos fatos - "o juiz sabe que há vida além do processo" (grifo nosso), mas não pode se deixar levar. Como cidadão, a atuação pode, e deve, ser outra. A participação ativa e de direito torna-se fato essencial "tenho minha dimensão de cidadão e, como tal, não podia ficar calado, lendo, todos os dias, os absurdos dos fatos que estão sendo apurados".

Relacionando este texto com os artigos "Democracia e juízo" e "Por que ética na política" conseguimos perceber que nesses discursos o termo cidadão compreende as diversas categorias da sociedade, tornando-se um ponto de convergência que possibilita denunciar, reclamar, reivindicar e cobrar decisões - atitudes que possibilita denunciar, reclamar, reivindicar e cobrar decisões - atitudes que, muitas vezes, são reprimidas pelas expectativas e conceitos pré formados que se tem dos outros cargos - funcionando como um escudo protetor de possíveis pressões que possam existir. "Embora juiz, tenho minha dimensão de cidadão e, como tal, (...)".

José Ernesto Marino Neto, bacharel em direito e conselheiro da Associação Comercial de São Paulo, em seu artigo "Os passos das Minas", publicado no dia 21 de abril de 1992 pelo jornal "Folha de São Paulo", faz referências aos 200 anos da morte de Tiradentes e relata a posição de ser povo: Naquele tempo nada era respeitado e, em nome da coroa, faziam atrocidades (...) Em nosso tempo corrompe-se o povo com a tinta e o papel, criando-se normas jurídicas que, de tantas, sempre editadas, constantemente novas e revolventes, cada vez mais tornam-se obstáculos intransponíveis ao cidadão que moradia não possui, que das letras é distante e que chagas carrega em seu corpo".

Aqui, o autor permite-nos estabelecer uma relação entre povo e cidadão, possibilitando a existência de pontos semelhantes dos cidadão no trecho em que usa o termo povo, onde acreditamos que pode ser trocada uma palavra pela outra: "Não se pode exigir do povo forças que não existem!. Esta relação pareceu-nos possível

pelo fato de José Marina Neto colocar que o cidadão está sem direitos básicos - moradia e educação - e logo depois afirmar que "não se pode exigir do povo forças que não existem!". Será que as forças do povo que o autor afirma não existir não estariam diretamente relacionadas às questões dos direitos básicos do cidadão que, por sua vez, também não os existem?

Acreditando que a resposta para essa pergunta seja afirmativa, podemos perceber que este texto é bastante significativo dentro do contexto do "Brasil Novo", quando muito artigos buscavam sempre o resgate da cidadania sem expor a fragilidade da categoria cidadão. Enquanto outros discursos pareciam nos conduzir a apenas uma preocupação de sempre engajar o cidadão na luta por seus direitos, o artigo "Os passos das Minas" coloca a situação da maioria dos cidadãos - "que moradia não possui, que da letras é distante e que chagas carrega em seu corpo" - para depois chamá-los a dar "continuidade à obra dos inconfidentes das Minas" e a iniciar uma caminhada para a criação do imposto único.

Com isso, é necessário abordarmos a questão de que apesar de não se poder "exigir do povo forças que não existem", o autor defende que se deve romper com esta situação de corrupção pelas leis - "Montesquieu já disse que há dois gêneros de corrupção: um quando o povo não observa as leis e outro quando é corrompido por elas". No entanto, o discurso produzido por José Ernesto Marino Neto coloca o poder do cidadão em lutar por seus direitos de forma gradativa. Ir à luta sim, mas não pensar que a ruptura do atual sistema acontece com um simples brado de guerra que poderá resgatar a cidadania da noite para o dia - "Que tal darmos continuidade à obra dos inconfidentes das Minas lutando por um sistema tributário simples e justo (...) Que tal iniciarmos essa caminhada abraçando a bandeira do imposto único (...)" (grifos nossos).

Partindo dessas reflexões, fazemos algumas perguntas que vêm nos incomodar há algum tempo: Por que, apesar de o povo poder ser mostrado sem forças, é frequente a exigência de que ele sempre esteja à frente dos movimentos de resgate da cidadania? Por que

essa exigência é enfatizada e abordada de tal forma que faz desse apenas o carro chefe dos discursos das época do "Brasil Novo", 1992?

BOLSISTA: JULIANA TARANTO

Para que conseguíssemos compreender melhor o processo da Análise do Discurso, nós bolsistas fomos incumbidos de estabelecer um recorte no material de análise. Sendo assim, voltamos à leitura das matérias, particularmente dos artigos, um dos gêneros jornalísticos que se mostraram mais expressivos dentro de nossos objetivos.

Uma das primeiras observações que fizemos e que nos incomodou, foi a forma como os termos "cidadão" e "cidadania" apareciam, ou não, relacionados com grupos institucionais, como empresários, juizes, a elite, homens públicos, de forma que pareciam adquirir tons classificatórios, estabelecendo diferenças entre o "grupo cidadão" e os demais grupos institucionais.

Essas relações pareciam se marcadas pela oposição, criando a nosso ver, uma sociedade dividida por categorias, na qual o cidadão era cidadão, o empresário, empresário, e assim por diante. Entretanto, analisando os textos mais detalhadamente, vimos que essa idéia não era suficientemente abrangente, pois em vários momentos as "categorias" afirmavam sua condição de cidadão.

Então, retornamos aos textos e percebemos que havia uma relação ainda mais marcante, que é a relação existente entre o cidadão e o homem público, mediada por outros segmentos sociais, como empresários e juizes.

Várias análises foram necessárias para compreendermos melhor essa relação cidadão/homem público, como esta que se segue, na qual analisamos seis textos que criticavam a corrupção e a imoralidade existentes no país.

No primeiro texto, Sociedade Órfã, escrito por um advogado e professor de direito, e publicada do em 3 de julho de 1992, encontramos a seguinte ocorrência:

"No cotidiano dos cidadãos o Estado continua avassalador, apesar da pompa dos direitos individuais (...). A razoabilidade da ação do administrador é presumida. O cidadão que logra reunir dados não encontra muita receptividade na luta contra o "improbis administrativo". Os órgãos da justiça se exaurem em questões mais prosaicas e não apresentam disposição para se debruçar na solução de complexas questões administrativas tratadas em alentados volumes. Há estudos no sentido de que na relação Estado-sociedade, o poder judicial sempre indentificou-se com o primeiro vendo o segundo com desconfiança".

Neste trecho o cidadão é referido como impotente, quer lutar contra a imoralidade mas não tem forças suficientes, porque é visto com desconfiança pelo poder judiciário, enquanto que o administrador, mesmo desonesto, é considerado razoável (ou presume-se que suas ações sejam razoáveis) ainda que o cidadão consiga reunir dados que comprovem a desonestidade do homem público.

Notamos que, neste caso, a relação cidadão/homem público é marcada por uma oposição de forças em que o cidadão, querendo lutar contra a imoralidade presente na vida do homem público não encontra apoio na justiça.

JÁ num segundo texto, Democracia e Juízo, publicado por um empresário no dia 01 de julho de 1992, encontramos a ocorrência:

"A grandeza de um país não se mede apenas por suas potencialidades materiais ou por seu Produto Nacional Bruto. Compõe-se também de um resíduo moral e ético, que flui dos valores e comportamentos dos grupos dirigentes e dos homens que têm responsabilidade pública. A força cívica é a substância que dá guarida ao equilíbrio institucional e repõe a confiança nos destinos de uma nação. Precisamos reforçá-la para garantir o nosso amanhã. Nosso dever de cidadãos é o de procurar, a qualquer custo, manter o equilíbrio das instituições a fim de preservarmos a normalidade democrática e as conquistas que obtivemos, a duras penas, nos últimos anos".

De acordo com o texto, os valores éticos e morais estão colocados a nível dos grupos dirigentes e dos homens públicos. É deles que flui comportamentos éticos e morais. Por outro lado, cabe aos cidadãos proteger e garantir a normalidade democrática no país, mantendo o equilíbrio das instituições. Neste texto o cidadão não parece ser um "ser impotente", sem força para lutar pela moralidade. Mas quem são os cidadãos responsáveis pela ordem democrática? Quando o autor se refere ao "nosso dever de cidadãos" utilizando-se do pronome NOSSO, ele se coloca como parte integrante desse segmento. E se considerarmos o fato de ser ele um empresário e, na época, 1º vice-presidente da FIESP e do CIESP, podemos dizer que o autor refere-se à classe empresarial. Parece, então, ser este o grupo de cidadãos responsáveis pela ordem democrática, cidadãos que possuem forças suficientes para mantê-la e para exigir comportamentos éticos e morais.

No terceiro texto, Inteligência Collorida, publicado no dia 08 de setembro de 1992, há uma crítica às pessoas coniventes com o governo Collor. Para o autor, articulista da Folha de São Paulo, é inconcebível a idéia de que, mesmo depois das revelações da CPI, alguém ainda demonstre publicamente algum tipo de simpatia para com o escalão corrupto do governo:

"Quem ainda não conseguiu entender o que move alguns homens públicos para as fileiras colloristas, desista. Eles pensam de modo diverso dos outros cidadãos".

Por este trecho, podemos notar claramente a relação existente entre cidadão e homem público: de um lado, estão os cidadãos contrários a Collor e de outro, os homens favoráveis a Collor.

Mas o fato de o autor fazer uso do pronome indefinido ALGUNS para referir-se aos homens públicos, nos faz perceber que há apenas uma parcela destes ao lado de Collor: não são todos os homens públicos que integram as "fileiras colloristas", mas apenas alguns. Em contrapartida, existem os "outros cidadãos", que parecem englobar as pessoas contrárias a Collor.

Desse modo, então o termo "cidadão" também faz referência aos homens públicos, entretanto, àqueles que estão contrários a Collor. Isto porque a expressão "outros cidadãos" engloba todas as pessoas contrárias a Collor, inclusive os homens públicos. Mas, quando o autor quis referir-se aos aliados de Collor, usou a expressão "homens públicos". Será que o fato destes estarem a favor de Collor os faz desmerecer a condição de cidadão?

O quarto texto, "Se Collor ficar", escrito em setembro por um professor de Ciências Políticas, analisa as chances de Collor escapar do impeachment e quais seriam as possíveis consequências:

"A permanência de Collor seria consolidação da República das Alagoas. No plano parlamentar, é difícil imaginar como um presidente - desmoralizado e mantido no governo principalmente pela compra de votos - poderia levar a bom termo seu mandato.

No plano político mais amplo, que envolve a relação das autoridades com os cidadãos, pode-se imaginar duas consequências da rejeição do impeachment. A primeira, mais imediata, seria a explosão de manifestações que podem fazer, na pior das hipóteses, o quebra-quebra de Los Angeles parecer brincadeira de criança e, na melhor, obrigar o presidente a evitar qualquer aparição pública.

Mas uma segunda consequência pode também ser considerada. Ela nos leva a antever uma sociedade dominada pelo cinismo, pela

desmoralização das autoridades e da classe política, convencida de que os ocupantes dos cargos públicos, são visceralmente corruptos..."

Neste trecho também encontramos a relação cidadão/homem público, na qual os cidadãos aparecem como aqueles que defendem a moralidade no governo, enquanto que os homens públicos são vistos como os corruptos.

Analisando este trecho, podemos notar que há uma certa diferenciação entre este e os dois primeiros textos, "Sociedade Órfã" e "Democracia e Juízo", citados anteriormente.

No primeiro (Sociedade Órfã) notamos um cidadão de certa forma impotente, disposto a lutar pela moralidade, mas que é visto com desconfiança. No segundo (Democracia e Juízo), o cidadão, representado pela classe empresarial, tinha força para lutar e exigir ética e moralidade. Já neste último (Se Collor ficar), percebemos que todos os cidadãos adquirem força para lutar pela moralidade. Esta força provém da demoralização dos ocupantes dos cargos públicos diante das denúncias de corrupção.

Essa demoralização da classe dirigente também está presente no artigo de Luiz Alberto Bahia, editorialista da Folha de São Paulo, publicado em 31 de julho de 1992:

"As previsões alinhadas se fazem com o cidadão brasileiro dominado pela descrença em seus representantes civis. Embora os meios de comunicação evitem falar no assunto, a crise de desconfiança compreende a classe dirigente em geral, conivente por omissão também no descalabro moral do país, e com ela os representantes populares, por omissão e ação".

Convém salientar que este artigo foi escrito dois meses antes do artigo anterior, portanto, num momento em que as denúncias de corrupção atingiram seu ponto máximo. É devido a essas denúncias que sentimos a desmoralização dos ocupantes dos cargos públicos. Já no texto referido anteriormente (Se Collor ficar), a desmoralização da classe dirigente não ocorre somente por causa das denúncias de corrupção, mas também por uma possível rejeição do impeachment por parte dos parlamentares, o que significaria a conivência com a imoralidade de todos os ocupantes dos cargos públicos.

No artigo "No caminho da moralidade", escrito pelo governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães e publicado no dia 5 de abril de 1992, há uma postura favorável ao governo. O autor concorda em punir a imoralidade, e, assumindo a mesma postura do governo, convoca todos os cidadãos a se engajarem nessa luta contra a corrupção.

"A corrupção administrativa brasileira é produto da associação de inúmeros fatores, mas acredito que sejam três os principais. Primeiro estão aqueles que transformam seus cargos públicos em trampolins para desonestidade. Depois estão aqueles que, conhecendo e manipulando esses corruptos, saqueiam a Fazenda Nacional em benefício de seus negócios particulares e dos interesses de suas empresas. Finalmente há a rede de procedimentos e de leis que patrocina a impunidade de uns e outros. Bateria que desaparecesse um dos três elementos para que reinasse a moralidade, mas os corruptos não vão desaparecer e os corruptores não vão se apresentar. Aos cidadãos resta a alternativa de lutar contra a impunidade. Uma luta incessante".

Neste trabalho notamos a presença do homem público e do cidadão, colocados em dois planos: corruptos e não corruptos. O

autor inicia o parágrafo dizendo que há homens públicos desonestos, corruptos, depois estão aqueles que se aproveitam da corrupção para garantir os interesses de suas empresas, portanto, os empresários, que de alguma forma, colaboram com a corrupção. Em seguida estão aqueles que conhecem as leis, como os juízes e advogados, a tal ponto que podem garantir a impunidade aos corruptos. Estes estão englobados no grupo dos corruptos e corruptores que agem contra a ética e a moral.

Por fim, estão os cidadãos, cuja única alternativa é lutar contra a impunidade. Entretanto, este grupo, formado pelos cidadãos, não engloba apenas as pessoas ditas "comuns" engloba também políticos, empresários, a imprensa e até o sistema judiciários: todos aqueles que estão interessados na punição dos corruptos e corruptores, como podemos observar nos trechos abaixo, do mesmo texto:

"É preciso que presidente Fernando Collor mantenha a guarda alta. Que faça saber, como fez esta semana, que demitirá os colaboradores incapazes de apresentar explicações convincentes diante de uma denúncia".

"É preciso que o empresariado participe da luta contra a corrupção".

"É preciso que a justiça perceba que seus rituais, destinados ao adequado andamento dos processos, foram transformados em buracos através dos quais os corruptos, sempre com os bolsos cheios de dinheiro para contratar escritórios de advocacia, escapam impunes"

"É preciso que a imprensa continue a denunciar os ladrões de todos os tipos".

Esses empresários, imprensa, parecem ser cidadãos justamente porque lutam contra a imoralidade.

Apesar das diversas condições de produção, os textos podem ser comparados porque todos têm em pauta a corrupção. Este último texto, por exemplo, foi escrito em um momento anterior à crise, entretanto, faz referência à corrupção existente no governo, sem, contudo, afetar a imagem do presidente Collor. Já os demais, foram escritos depois de deflagrada a crise do governo.

De acordo com tudo o que vimos, pareceu-nos que é possível afirmar que a questão da corrupção é muito forte no momento da crise do governo Collor. Assim, tornar-se-ia cidadão todo aquele que lutasse contra a corrupção presente na vida pública do país.

Bolsista: Renata Coan

Já no início de nossa análise observamos que havia um cidadão relacionado com direitos e deveres. Porém, dando continuidade ao trabalho, verificamos a constante referência feita ao homem público, principalmente nos artigos e nas cartas, o que nos mostrou que o funcionamento dos termos ia além da simples concepção acima mencionada. Notamos uma diferenciação entre homem público e cidadão e nos ativemos a isso para darmos continuidade à análise.

Apresentaremos as análises de algumas cartas de leitores, tanto da "Folha de São Paulo", como de "O Estado de São Paulo".

Num primeiro momento das análises, julgávamos ter encontrado o que denominamos "tipos de cidadãos", o geral (enquanto povo), o especificado (humilde, trabalhador, etc) e Collor (enquanto um homem diferente dos demais). Porém, dando prosseguimento às observações, vimos que não se tratava exatamente de "tipos de cidadãos", pois a diferenciação era devida, em muitos casos, as condições de produção distintas, especificamente no que se refere a quem estava falando e para quem. Desse modo, então, pareceu-nos que havia somente dois grandes blocos: o cidadão tratado no geral e outro no específico. No entanto, à medida em que íamos dando continuidade ao trabalho, constatamos que tal diferenciação não nos conduzia a um resultado satisfatório, pois, no material, a questão estava centrada fundamentalmente no cidadão de direitos e deveres, tal como nessas primeiras ocorrências:

"Os dirigentes da Universidade de São Paulo, exercendo seu direito de expressão enquanto cidadão, estarecidos e indignados diante dos graves fatos expostos à opinião pública sobre a corrupção no País, manifestam a expectativa de que, respeitados os princípios legais, e em defesa da ética e da moralidade, os atos ilícitos sejam rigorosamente apurados e os culpados, devidamente punidos". (O Estado de São Paulo, 28-08-92).

"Como brasileiro, detentor de todos os direitos de cidadania, como eleitor, como um dos pagadores do salário dos congressistas, permito-me perguntar: porque o Congresso Nacional não constitui comissão parlamentar de inquérito para mostrar ao Brasil que está por trás dessa nauseabunda campanha de difamação do Presidente da República?" (O Estado de São Paulo, 04-07-92).

Representando a opinião de algumas pessoas da Universidade de São Paulo, a primeira carta vale-se da condição de cidadão que tem direito à expressão, para se manifestar diante da situação do país. A segunda, mesmo posicionando-se a favor do presidente, também trabalha essa questão de o cidadão de direitos.

Nas próximas ocorrências veremos que os leitores utilizam-se de um direito que também está intimamente ligado ao da manifestação, porém, com mais intensidade, vigor: a exigência.

"Nós cidadãos, exigimos do Parlamento a isenção e cumprimento fiel da Constituição. É chegada a hora de dar um basta à mentira, à impunidade e ao cinismo com que os aventureiros vêm destruindo as esperanças das gerações futuras..." (Folha de São Paulo, 19-07-92).

"... cumprimento a UNE quando ela se coloca contra a privatização das estatais, pois esse tema interessa aos estudantes, na medida em que é a partir da política maior que se definem os caminhos a ser trilhados pela educação. Estudante também é cidadão, e os cara-pintadas não são ingênuos como se diz. Nós aprendemos a lutar pelo que acreditamos. Queremos saber a verdade, queremos um futuro melhor e mais sadio, um país digno. Somos contra Collor e também contra a sua política econômica. A UNE somos nós, nossa força, nossa voz". (O Estado de São Paulo, 16-11-92).

o reflexo causado por isso, nos políticos, com a instalação de ética na política.

A análise que segue mostra, que mesmo afirmando-se como virtuais cidadãos, os estudantes garantem o seu espaço na seção de leitores e manifestam a indignação frente à falta de moral que tomou conta dos homens públicos:

"Este centro acadêmico (da PUC de Campinas), composto pelos estudantes dos Departamentos de Ciências Sociais, História e Geografia, vêm por meio desta manifestar seu veemente repúdio aos parlamentares e ministros que ainda insistem em embarcar na mesma nau do presidente. Todos nós, estudantes universitários e trabalhadores, cidadãos em potencial, não podemos ficar calados diante de tamanha agressão que a nação sofre. Pela ética na política e na sociedade, em nome do bom senso e do futuro da nação, precisamos nos unir, gritando a uma só voz: justiça, impeachment já!" (Folha de São Paulo, 06-07-92).

Nesse último trecho é importante observarmos que tanto estudantes universitários quanto trabalhadores unem-se aos demais leitores para se manifestarem.

É relevante estarmos observando que instituições, homens públicos, cidadãos "comuns" e "futuros" cidadãos procuram o seu espaço de expressão através dos dois jornais, em suas respectivas seções.

IV - ANÁLISE FINAL

Como já afirmamos, propusemo-nos, inicialmente, a determinar as configurações específicas que os termos cidadão e cidadania adquiriram no contexto político do 'Brasil Novo'/ano de 1992, sendo que esse nosso objetivo definiu-se a partir do uso marcante desses termos durante o momento político mencionado. Essa referência tão marcante à cidadania parecia-nos sintomática, e queríamos compreender o(s) processo(s) que produzia(m) esse sintoma ou seja, queríamos explicitar o funcionamento discursivo ali instalado, para conseguirmos determinar o significado do movimento da cidadania.

Definindo a linguagem enquanto efeito de sentido e acreditando que esses efeitos mudam de acordo com suas condições de produção, procuramos determinar as condições relevantes para nossa análise, segundo nossos objetivos. Na medida em que nosso estudo configura-se no interior de um momento determinado por posições políticas antagônicas, o 'Brasil Novo', pareceu-nos importante considerar as diferentes vozes que marcam esse momento e, consequentemente, marcam o discurso da cidadania nesse período. Estabelecemos, assim, um primeiro recorte nos dados, em que propusemos-nos a analisar o uso dos termos cidadão e cidadania na perspectiva da "voz do governo". Para tanto, selecionamos pronunciamentos, artigos e entrevistas do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, veiculados durante o ano de 1992. São doze matérias, publicadas entre os meses de fevereiro e agosto. No que se refere às condições de produção internas a esse recorte, o fator

que se mostrou mais determinante foi a relação, ou não, desses discursos, com a crise deflagrada pelas denúncias de envolvimento do presidente com a corrupção em seu governo. São dois pronunciamentos feitos para negar as denúncias: o primeiro no dia 22 de junho e o segundo no dia 01 de julho. As matérias restantes têm sempre como ponto de pauta falar das ações, projetos e medidas adotadas pelo governo, ou mesmo concepções sobre o ato de governar.

Em matéria de 29 de março, um artigo intitulado "A dimensão da liberdade", encontramos as seguintes ocorrências:

"Para todos os povos submetidos a formas autoritárias de poder, a liberdade é o bem maior a ser buscado, pois constitui a única garantia de que as ações do Estado corresponderão às aspirações da maioria; nas sociedades que já vivem em democracia, é o valor supremo a ser preservado, porque nem mesmo os regimes democráticos mais antigos estão imunes a fenômenos que ameaçam os direitos mais elementares dos cidadãos..."

"Olhando para o conjunto da América Latina, podemos afirmar que nossos países procuram concretizar três grandes metas: primeiro, a consolidação da democracia, que significa, de um lado, assegurar a permanência das instituições e das regras do jogo democrático, e, de outro, ampliar a participação da cidadania no controle dos destinos nacionais;..."

"Muito embora o conceito de liberdade não comporte limitações ou qualificações de qualquer tipo, parece legítimo considerá-lo nesses três planos: o político, que tem precedência sobre os demais, ao permitir que o cidadão - por mais carente que seja - tenha a possibilidade de influir no meio em que vive, reclamando direitos, fazendo reivindicações, ou simplesmente votando; o econômico, em que a pessoa encontra oportunidade de escolha, que de trabalho assalariado, quer de empreendimento autônomo ou empresarial; o social, em que cada cidadão desfruta das condições de educação, saúde e moradia que o habilitam a realizar-se plenamente como indivíduo."

"Os Ciacs cumprem, assim, a função de escolas de liberdade, porque preparam a criança para assumir na plenitude a cidadania, o que resultará no usufruto da verdadeira condição de ser livre."

Como vemos, a relação entre cidadania e liberdade marca todo o texto, sendo que o conceito de cidadão é definido vinculado à noção de liberdade.

Na terceira ocorrência, a liberdade, considerada no plano político, é afirmada como possibilidade do cidadão, "mesmo que muito carente, influir no meio em que vive, reclamando direitos, reivindicando ou votando", ou seja, o cidadão é mostrado como aquele que, numa sociedade politicamente livre, exerce sua influência através do voto, de reivindicações e da reclamação de seus direitos, independentemente de seu poder econômico.

Na quarta ocorrência a liberdade é considerada sob o prisma social, em que o desfrute das condições de educação, saúde e moradia levam o cidadão à realização plena.

Assim, com a liberdade, temos um cidadão que pode influir (indiretamente) na sociedade, que pode reclamar direitos e, portanto, tem direitos, e também um cidadão que se realiza.

Na última ocorrência, afirma-se que a verdadeira liberdade é atingida através da assunção plena da cidadania, o que nos permite parafrasear dizendo que "ser verdadeiramente livre é ser cidadão pleno" e, assumindo a circularidade, diremos que, nessa configuração, ser cidadão pleno e ser verdadeiramente livre "para reclamar direitos, reivindicar, votar, realizar-se"

Em matéria de 15 de abril, um discurso dirigido às Forças Armadas, encontramos a seguinte ocorrência:

"O Brasileiro deve orgulhar-se de ser cidadão, de ter a liberdade para expressar pontos de vista e defender interesses, de saber que a sua voz pode ser ouvida e considerada nos procedimentos democráticos de decisão".

Vemos que o conceito de cidadão recebe uma expansão quantitativa: ser cidadão é ser livre para, além de reclamar direitos, reivindicar, votar e realizar-se, também expressar pontos de vista, defender interesses e ser ouvido e considerado.

No pronunciamento de 17 de abril, feito em função da reforma ministerial, temos:

"Em poucas palavras, lutamos pela consolidação da democracia, com o reforço da cidadania e das instituições: pela modernização da economia, com a valorização da liberdade de iniciativa como caminho para aumentar a eficiência, a qualidade, a produtividade e a competitividade; pela maior presença do País nos processos decisórios internacionais e a inserção mais favorável aos novos interesses no contexto mundial; pela justiça social, com a equalização das oportunidades, aprimoramento da formação básica, melhora da assistência prestada pelo Estado, sobretudo aos mais pobres e carentes; condições, enfim, para que todos os brasileiros possam ser cidadãos de direito e, ao mesmo tempo, cidadãos de fato".

"... o plano indica prioridades nítidas para a sua consecução, tais como: melhoria da qualidade da educação, da formação básica, abertura e modernização da economia, capacitação tecnológica, qualidade e produtividade, consolidação e recuperação da infra-estrutura, saneamento financeiro do Estado, estabilização da economia, reforma agrária - o chamado Programa da Terra - zoneamento econômico-ecológico, ações articuladas de combate à pobreza, instrumentação e defesa da cidadania, otimização dos serviços de seguridade social, continuidade da reforma administrativa e patrimonial e, como prioridade absoluta, a ação integrada para a criança e o adolescente, que estamos implementando com a construção dos Ciacs e a adequação da rede escolar existente".

Na primeira sequência, parece-nos importante ressaltar que o uso do verbo 'lutar' na primeira pessoa do plural do presente do

indicativo mostra que é o governo quem assume a luta pela consolidação da democracia, através do reforço da cidadania, ou seja, é o governo quem se propõe a reforçar a cidadania, é o governo quem se propõe a lutar para que todos os brasileiros possam ser cidadãos de direito e de fato. Assim a relação entre o cidadão e o Estado é afirmado de forma a dar ao último o poder de permitir ou não, ao cidadão, realizar-se enquanto tal. Essa postura vai de encontro à definição de cidadão anteriormente dada - ser cidadão é ter liberdade de votar, reivindicar, reclamar direitos, expressar pontos de vista, defender interesses, ser ouvido - já que para que o cidadão 'tenha liberdade de votar, reivindicar...', é necessário que o governo lhe dê essa liberdade. A própria expressão 'ter liberdade' já indica o resultado de um processo acabado, em que não se evidencia nenhum tipo de ação por parte de quem tem a liberdade, ou seja, o Estado é quem dá ou não ao cidadão a liberdade de votar, reivindicar... Ao mesmo tempo é o governo, através de suas ações, que faz com que o Estado tenha condições para dar ao cidadão liberdade de votar, reclamar direitos... É um governo paternalista, autoritário, onipotente, que permite ao cidadão uma participação submissa.

Observemos outras ocorrências:

"Na realidade o Estado brasileiro faliu. Ele perdeu inteiramente a sua capacidade de atender ao cidadão nos mais elementares deveres que o Estado tem para com a sociedade." (Discurso de improviso, proferido em 16 de maio).

"Nós não poderemos trabalhar pelas liberdades individuais se nós não efetivarmos alguns pré-requisitos para que essas liberdades sejam entendidas na sua correta dimensão. E uma delas é a liberdade de acesso. É a oportunidade que deve ser dada a todos e

não estabelecer cidadãos de primeira, de segunda ou de quarta categoria." (idem)

"Será que não somos capazes de criar, às vésperas do terceiro milênio, uma sociedade que assegure a seus cidadãos igualdade de oportunidades para que todos possam desenvolver seu potencial e talento?" (Discurso pronunciado na Reunião de Cúpula dos Governadores pela Criança, em 21 de maio).

"... Sonho com um Brasil politicamente maduro, de cidadãos capazes de guiar os seus próprios destinos, realizando seu potencial pleno." (idem).

"Hoje temos no Brasil uma estrutura tributária muito complicada e injusta, com número excessivo de impostos, o que favorece os que sonegam e especulam, e pune os que produzem e trabalham. Vamos mudar isso e fazer com que a cidadania seja respeitada". (Discurso proferido em rede nacional de televisão, sobre a reforma fiscal, em 17 de julho).

"Ao mesmo tempo, o Programa Nacional de Desestatização e o Programa Federal de Desregulamentação completam a estratégia do meu governo no sentido da modernização do País, mediante menor participação do Estado em atividades produtivas, simplificação da vida do cidadão e redução de custos para as empresas". (Discurso pronunciado em cadeia nacional de televisão, em 16 de agosto).

Tal como nas ocorrências do pronunciamento de 17 de abril, mantém-se, nas ocorrências acima, a postura paternalista, autoritária, onipotente do governo. Retomando cada uma dessas ocorrências, podemos construir os seguintes enunciados:

- o cidadão deve ser atendido pelo Estado Brasileiro;
- todos os cidadãos devem ter como oportunidade a liberdade de acesso;
- os cidadãos devem ter assegurada a igualdade de oportunidades;
- os cidadãos devem ser capazes de guiar seus próprios destinos;
- a cidadania terá que ser respeitada;
- a vida do cidadão deve ser simplificada.

Nessas condições de produção, em que o governo assume o papel de defensor do programa liberal de modernização da nação e

responsável pela condução da vida nacional, a dissimetria na relação entre o cidadão e o Estado é marcante. O cidadão é afirmado como tutelado pelo governo, que é quem vai transformar o Estado, construindo-se a imagem de um indivíduo que, no limite máximo de sua autonomia, pode votar, reivindicar, ser ouvido, expressar opiniões, ser atendido...

Analisemos, agora, as ocorrências dos pronunciamentos de 22 de junho e 01 de julho, ambos proferidos em cadeia nacional:

"Acho que devemos parar um instante para meditar sobre tudo isso: existe uma crise real, ou uma soma de denúncias ainda não comprovadas que alimentam reportagens sensacionalistas?... Quem ganha com as especulações fantasiosas sobre arranjos políticos que apontam para uma clara fraude às instituições? Nessa hora, é preciso pensar no interesse da maioria, do cidadão comum que não pode se deixar dominar pelas falsas emoções do boato, da especulação, da mentira; é preciso pensar no Brasil, que tem muito trabalho a realizar, problemas a vencer, desafios a superar. A conquista da liberdade exige, em contrapartida, a responsabilidade de todos e cada um". (22 de junho)

"Hoje, só temos um objetivo: a rota da democracia na busca da justiça social, que nos levará a uma vida digna para cada brasileiro. E todos sabem - mesmo os que se opuseram a mim - que não existe solução sem uma profunda reforma do Estado, sem uma mobilização nacional para vencermos os problemas sociais, alcançando a estabilidade econômica.

Minha gente,

Enquanto apuramos com rigor os fatos enquanto trabalharmos no grande esforço de modernizar o País, procuremos também respeitar a cidadania e consolidar as instituições: não condenar sem que se julgue, não forjar provas, não mentir" (01 de julho).

Como já afirmamos, as condições de produção em que se inserem essas duas ocorrências são diversas das condições de produção das ocorrências anteriores. Nesses dois discursos, o fator determinante era refutar as acusações de envolvimento nos escândalos de corrupção.

Notamos uma mudança significativa: antes, o que orientava o discurso do governo era a onipotência, com a afirmação incessante de sua luta para viabilizar a cidadania, a despeito de todos os empecilhos - "Vamos mudar isso e fazer com que a cidadania seja respeitada", ... - sendo que em nenhum momento o cidadão tinha participação ativa nesse processo. Ele era expectador de sua própria cidadania. Agora, o governo nos conclama a pensar no interesse da maioria, do cidadão 'comum', do Brasil. O governo afirma não poder mais, sozinho, dirigir a Nação, e o cidadão não é mais o tutelado do governo, a cidadania não é mais a justificativa em nome da qual tudo era feito, não é mais uma meta a ser atingida pelo governo para que o cidadão tenha liberdade de acesso, possa exprimir-se, reivindicar, votar... A cidadania não é mais algo que o governo fará com que se respeite. É algo que "devemos procurar respeitar..." Agora todos, inclusive os que se opuseram a 'ele', devemos nos mobilizar para, juntos, vencermos. Analisando as condições de produção desses dois momentos da "voz do governo", percebemos que o governo não se responsabiliza pela cidadania no contexto da crise, contrariamente ao que afirma quando em condições de "normalidade" política. Assim, marcada por condições de produção "adversas" - a necessidade de refutar as acusações de envolvimento no escândalo da corrupção - a "voz do governo" perde seu caráter paternalista. Há um descentramento da posição do governo em relação aos cidadãos e esse deixa de se apresentar como a possibilidade de garantia da cidadania. O cidadão passivo é chamado a se posicionar, a se manifestar, a se mobilizar. Somos

todos chamados a nos unir pelo Brasil, o que permite à "voz do governo" juntar-se à voz do cidadão, incorporando-se à cidadania.

Em oposição à "voz do governo" encontramos outra voz que denominamos "voz contra o governo", e que se manifesta principalmente nos artigos, editoriais e cartas dos leitores, gêneros jornalísticos fundamentalmente críticos. A princípio detivemo-nos sobre os artigos, estendendo depois nossa análise às cartas dos leitores.

Na análise dos artigos, chamou-nos a atenção a constante referência feita ao "homem público".

".... Nem sequer se salvaria da desmoralização do cidadão comum. Ele é a matriz do homem público e do político, porque gera este último. A ética do homem público traz consigo a dualidade de valores, que já está presente no cidadão com participação na vida pública. Neles - *homem público e cidadão participante* - convive a dualidade de valores éticos: o que lhes seria permitido como pessoa privada, pela ética privada, é-lhes vedado como cidadão e homem público sob o comando da ética pública..."

"... tanto o homem público como o cidadão estão sujeitos à virtude, ou vontade de poder, e à vontade de riqueza..." ("O DEDO DOS XIITAS", Luiz Alberto Bahia, FSP, 21-7-92).

"Quem ainda não conseguiu entender o que move alguns homens públicos para as fileiras collaristas, desista. Eles pensam de modo diverso dos outros cidadãos." ("INTELIGÊNCIA COLLORIDA", Marcelo Leite, FSP, 8-9-92)

"A grandeza de um país não se mede apenas por sua potencialidades materiais ou por seu produto nacional bruto. Compõe-se também de um resíduo moral e ético, que flui dos valores e comportamento dos grupos dirigentes e dos homens que têm responsabilidade pública. A força cívica é a substância que dá guarida ao equilíbrio institucional e repõe a confiança nos destinos de uma nação. Precisamos reforçá-la para garantir o nosso amanhã. Nosso dever de cidadão é o de procurar, a qualquer custo, manter o equilíbrio das instituições a fim de preservarmos a normalidade democrática e as conquistas que obtivemos, a duras penas, nos últimos anos" ("DEMOCRACIA E JUÍZO", Carlos E.M. Ferreira - vice-presidente da FIESP/CIESP, FSP, 1-7-92)

"Alguns ainda indagam por que empresários participam de atos públicos e sobem em palanques ao lado de outros segmentos da sociedade civil (...) Ética na política também diz respeito a cada um de nós cidadãos. Por isso é que empresários também começaram a participar ativamente desse movimento." ("POR QUE ÉTICA NA POLÍTICA", Oded Grajew - empresário - OESP, 14-8-92)

"A solução veio fácil. Embora juiz, tenho minha dimensão de cidadão e, como tal, não podia ficar calado, lendo, todos os dias, os absurdos dos fatos que estão sendo apurados" ("POR FAVOR, RENUNCIE", Régis F. de Oliveira, OESP, 17-8-92).

Vemos, por essas ocorrências, que a delimitação entre homem público e cidadão é complexa e muitas vezes difusa. Não podemos negar, ao homem público, a condição também de cidadão.

Na primeira sequência, temos as ocorrências cidadão "comum" e cidadão "participante", que apontam para uma gradação da cidadania em relação ao espaço público. Já na segunda sequência, temos as restrições "alguns" homens públicos e "outros" cidadãos, que nos mostram que tanto homens públicos quanto cidadãos não constituem grupos homogêneos. As três sequências mostram que a relação homem público/cidadão é mediada por outros segmentos sociais, que caracterizam posições intermediárias do espaço público, tais como os empresários e os juizes, que têm uma forte dimensão pública, mas não são os homens públicos.

Cidadão e homens públicos estabelecem uma relação que, a nosso ver, oscila em termos de distanciamento, criando como dois polos que ora se aproximam, ora se distanciam. Diremos, portanto, que o que existe é uma diferenciação entre o homem público e o cidadão, e tomaremos essa diferença para orientar a continuidade de nossa análise.

Para tentarmos compreender melhor essa diferenciação, é preciso remetê-la ao contexto político do momento analisado, qual seja, pensar o significado de homem público e de cidadão numa 'democracia representativa', o que nos permite afirmar que o cidadão é aquele que é representado e o homem público é aquele que o representa.

Da mesma forma que na "voz do governo", no recorte "voz contra o governo" também se mostrou relevante considerar, nas condições de produção das matérias analisadas, a relação, ou não, das matérias, com o escândalo "PC FARIAS". Em condições de "normalidade" política, ou seja, quando não havia a ligação com a crise política, o cidadão era definido por seus direitos em relação ao Estado.

"Em nosso tempo corrompe-se o povo com a tinta e o papel, criando-se normas jurídicas que, de tantas, sempre editadas, constantemente novas e revolventes, cada vez mais tornam-se obstáculos intransponíveis ao cidadão que moradia não possui, que das letras é distante e que chagas carrega em seu corpo."

"Há homens que hoje lutam e bradam aos quatro ventos que devemos romper com o rumo de nossa história e tornar a vida do cidadão, seja ele qual for, a mais simples e cordial".

É necessário termos leis justas e, acima de tudo, simples para que qualquer cidadão as compreenda" (OS PASSOS DE MINAS, José Ernesto Marino Neto, FSP, 21-4-92).

Na primeira ocorrência temos o cidadão referido em relação a seus direitos básicos: moradia, educação e saúde. É interessante notarmos aqui a mesma relação paternalista evidenciada no discurso da "voz do governo" em momento de "normalidade" política: "Devemos tornar a vida do cidadão a mais simples e cordial", "É necessário termos leis justas para que qualquer cidadão as compreenda!".

As ocorrências que se inserem no contexto do escândalo PC FARIAS mostram um cidadão engajado na luta contra a corrupção, pela moral e pela ética na política. São essas condições que caracterizam o movimento da cidadania.

"Os dirigentes da Universidade de São Paulo exercendo o seu direito de expressão enquanto cidadãos, estarecidos e indignados diante dos graves fatos expostos à opinião pública sobre a corrupção no país, manifestam a expectativa de que, respeitados os princípios legais, e em defesa da ética e da moralidade, os atos ilícitos sejam rigorosamente apurados e os culpados, devidamente punidos." (Carta dos leitores, OESP, 28-8-92)

"O drama que substitui a farsa está em seu ato final. Pegue o boné e diga adeus, Collor (...) Começaria com isso a despoluição dos políticos e o Brasil finalmente encontraria seu destino, e nós brasileiros, a nossa dignidade e cidadania." (Carta dos leitores, FSP, 12-6-92)

Quando estabelecemos a dicotomia momento da crise/momento da "normalidade", afirmamos que a crise é marcada pelo repúdio à corrupção. Com isso, não pretendemos afirmar que o momento da dita normalidade não seja também marcado pela corrupção. Mas há uma diferença fundamental no significado que a corrupção adquire no momento da crise, e isso pode ser compreendido se relacionarmos a crise política com a questão da 'representabilidade' política.

Para que a representação política se viabilize, há a necessidade de um patamar mínimo da credibilidade dos representados nos representantes, porque a representação se sustenta pela legitimação, que por sua vez se sustenta pela crença, como mostra Legendre (em HAROCHE, C., 1992), fazer dizer, querer dizer, Hucitec). Assim, é preciso acreditar minimamente em nossos

representantes para que nosso sistema político não se desestabilize.

A crise deflagrada pelo escândalo PC FARIAS assume tais proporções, evidencia a corrupção de uma forma tão brutal, que atinge o sistema de crença, de forma a que não era mais suportável reconhecer na figura Collor de Mello, nosso representante máximo. Diremos que houve um esvaziamento da posição presidente da República muito antes do "impeachment". Com esse esvaziamento, desestabiliza-se o sistema político como um efeito da desestabilização da possibilidade de reconhecimento da representatividade. Se não é mais possível legitimar a representação, a possibilidade de reconhecimento do cidadão enquanto cidadão fica também desestabilizada, o que ameaça o imaginário que sustenta a posição de cidadão.

Remetendo ao simbólico, diríamos que o não preenchimento da posição presidente, esvaziada pela desestabilização do sistema de crença, a possibilidade do não-impedimento do presidente, torna-se insuportável para o cidadão, porque o sujeito da democracia só pode significar ocupando a posição de cidadão. É fundamental que o cidadão continue a se reconhecer enquanto tal.

Assim, o movimento da cidadania deve ser entendido como a luta para que se mantenha a possibilidade de representação, a representabilidade, para que cada um de nós continue a se reconhecer cidadão e, portanto, para que cada um de nós continue a ser representado.

O impedimento "consolida" a democracia, na medida em que restabelece a possibilidade da representação. A posição cidadão fica assegurada e o cidadão pode voltar a esperar que o governo lhe proporcione a cidadania, não precisa mais lutar pelo futuro da nação - na verdade, pelo seu futuro!.

"É preciso que à festa se suceda a ação, que os sinais das ruas sejam entendidos nos gabinetes de Brasília e nas salas dos empresários, e que o discurso da modernidade seja finalmente posto em prática. A polícia federal, o ministério público e o judiciário ainda não completaram suas tarefas neste episódio. Dos congressistas se espera que descansem da batalha pela ética alistando-se na luta pela modernidade. Dos empresários que busquem o sucesso pela qualidade e rejeitem a bengala do protecionismo estatal. Dos cidadãos, que não abandonem sua fé". ("Ao trabalho", Luciano M. Costa, OESP, 30-9-92)

As análises nos mostram, então, que o momento da crise, caracterizado pelo movimento da cidadania, manifesta-se na língua, pelo fato de nomear-se cidadão, enquanto que nos momentos de estabilidade política, a cidadania se configura pelo fato de ser nomeado cidadão.

Vimos, também, que os discursos da cidadania não se determinam apenas por direitos e deveres, mas também pela representabilidade política. Assim, no que se refere às Formações Discursivas, diremos que o discurso da cidadania é determinado pelas Fs.Ds. política e jurídica.

Essa determinação político-jurídica do sujeito se mostra no imaginário: a determinação jurídica em termos de direitos e deveres, e a determinação política como um processo de escolha, marcado pela decisão do cidadão em quem votar. Apaga-se, nesse

processo de escolha, o fato de que, consumado o voto, o cidadão delega o poder de decisão, o que permite que o cidadão continue a se acreditar como capaz de interferir nos destinos da nação, quando necessário.

A diferença, na materialidade lingüística, entre o fato de nomear-se cidadão e o fato de ser nomeado cidadão, é decorrente de uma mobilização diferenciada das determinações política e jurídica, dependendo das condições de produção.

Num regime democrático, ocorre a mobilização da determinação política. Como o voto reitera sempre a possibilidade da decisão, o cidadão se enxerga revestido do poder de atuação política sempre que necessário, e assim, num momento de desestabilização política, ele se nomeia cidadão para lutar pela sua "crença".

V. CONCLUSÃO

Várias questões determinaram a elaboração deste projeto e, após dois anos de pesquisa, conseguimos responder a algumas delas, com resultados expressivos no que se refere ao funcionamento dos termos 'cidadão' e 'cidadania' no período do "Brasil Novo", e à própria noção de cidadão de modo mais geral. Chegamos ao final desses dois anos, com a certeza de que a finalização deste projeto se dá apenas a nível institucional, porque "concluir é preciso". Reconhecemos que os limites que a instituição nos impõe são necessários e positivos no sentido de nos forçarmos a delimitar nossa reflexão, mas muitas perguntas, para as quais nesse momento não temos respostas, ficam em aberto, como projetos virtuais, reclamando seu momento de resposta.

Como questão mais imediata, queremos compreender o papel que teve a imprensa escrita, especificamente os jornais FOLHA DE SÃO PAULO e O ESTADO DE SÃO PAULO, na relação com o imaginário da cidadania no momento da crise do "Brasil Novo". Só assim poderemos estar dando conta da "cidadania no jornalismo do 'Brasil Novo'".

Nosso projeto representou uma contribuição importante à ação interdisciplinar pretendida pela Política Acadêmica da UNIMEP e almejada pelo Centro de Ciências Humanas, enquanto instância gestora do Projeto Pedagógico do Centro, dos Cursos e seus respectivos Departamentos. A interlocução entre os Cursos de Letras e Jornalismo, entre a Análise do Discurso e a Teoria da Comunicação, possibilitou-nos uma aproximação importante e mostra-se fundamental para que possamos avançar sobre questões que se constituem justamente nesse limiar epistemológico.

Retomando Eni ORLANDI (em "Entremeio e Discurso", inédito), queremos afirmar que não entendemos a interdisciplinaridade como a instrumentação de uma

disciplina por outra. A autora mostra que essa idéia resulta do fato de não se considerar a contradição na relação entre as disciplinas, contradição necessária para qualquer avanço epistemológico. Não se trata, pois, de aproximar disciplinas, trocar conhecimentos, informações, mas de deslocar limites, produzindo um novo lugar de reflexão.

Queremos, ainda, afirmar a importância que teve em nosso projeto a interlocução entre orientadores e orientandos. Conseguimos produzir um lugar real de crescimento tanto para os bolsistas quanto para os coordenadores, e entendemos que essa seja uma contribuição que um projeto de pesquisa deva necessariamente trazer a uma instituição que tem na pesquisa e no ensino duas das metas prioritárias de sua política acadêmica, como é o caso da UNIMEP.

VI. BIBLIOGRAFIA

- CAPARELI, S. e MELO, J.M.. As tendências da pesquisa em comunicação. In: INTERCOM 62/63. p.5-45.
- COURTINE, J.J. Definition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. Philosophiques.
- COVRE, M.L.. (org). A cidadania que não temos. S/l. Brasiliense. 1986. p.161-189.
- FOUCAULT, M.. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed.. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1987. 239p.
- GUIMARÃES, E.. "Enunciação e História". In: História e sentido na linguagem. Campinas. Pontes. 1989. p.71-9
- LAGAZZI, S.. O desafio de dizer não. Campinas. Pontes, 1988. 101p.
- MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967. p.57-114.
- MELO, J.M.. Caracterização dos gêneros opinativos In: A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis. Vozes, 1985. p.77-134.

_____. Eleições e meios de comunicação no Brasil. Análise do fenômeno Collor de Melo. Barcelona. Institut de Ciències Politiques i Socials. 1992. p.3-40.

ORLANDI, E.. "A análise do discurso: algumas considerações" In: Delta. vol. 1, n.1, p.105-6, 1982.

_____. "Segmentar ou recortar? " In: Lingüística: questões e controvérsias. Séries Estudos - 1-, Uberaba, 1984. p.-26.

_____. A linguagem e seu funcionamento. São Paulo. Brasiliense, 1983.

_____. Terra à vista. Campinas. Unicamp. 1990.

PECHEUX, M. Mises au point et perspective à propos de l'analyse automatique du discours. Langages. n.37. Paris. 1975a.

_____. Semântica e discurso. Editora da Unicamp. 1989.

QUEIROZ, A.. TV de papel: a imprensa como instrumento de legitimidade da televisão. Piracicaba. Unimep. 1992. 102p.

REBOUL, O.. O slogan. Editora Cultrix. 1991.

REVISTA CHASQUI, n.44. janeiro de 1993.

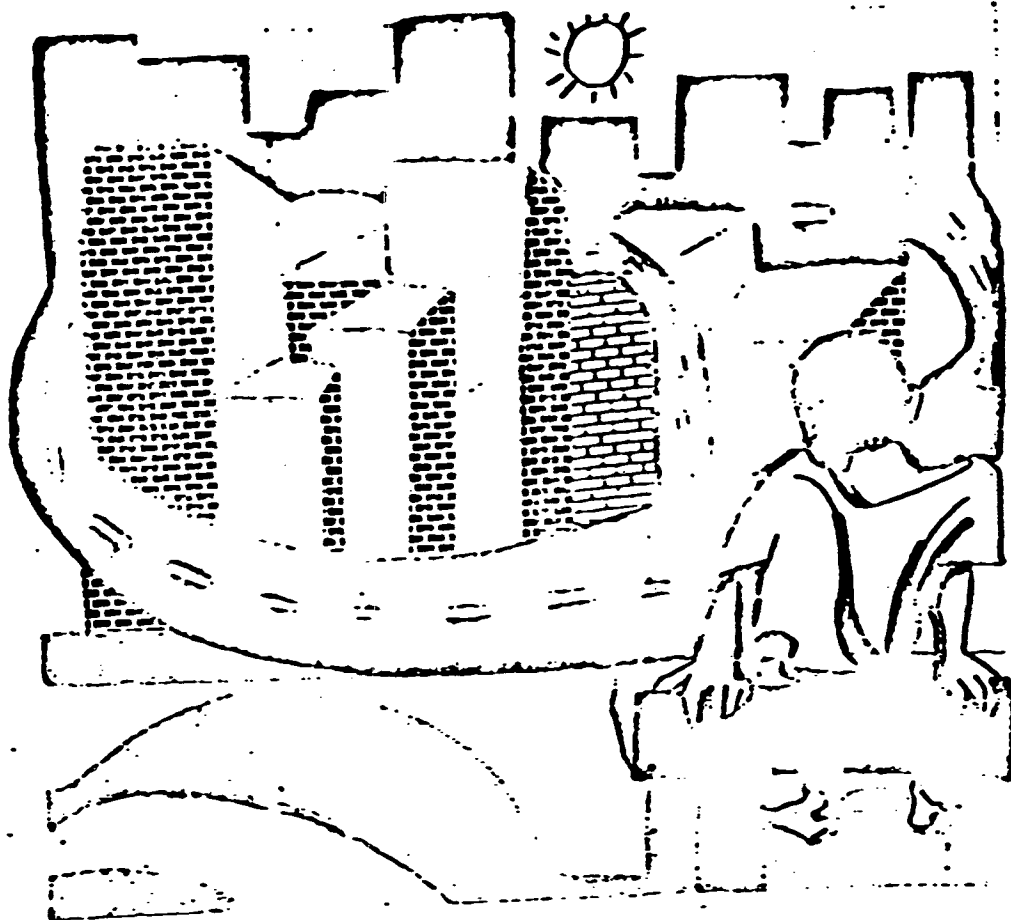
VII. ANEXOS

Os artigos publicados com esta rubrica não refletem necessariamente a opinião da revista. São publicados sob a responsabilidade exclusiva do autor. Os problemas de ordem jurídica e de natureza de direito são tratados sob a orientação do Conselho Editorial.

A dimensão da liberdade

FERNANDO COLLOR

"Liberdade para minha alma é como a pele para o meu corpo. Preciso de ambos para viver"
(Lindolfo Collor)



...dos os povos submetido a autoritárias ou totalitárias de liberdade é o bem maior a ser pois constitui a única garantia das ações do Estado correspondentes às aspirações da maioria; as es que já vivem em democracia valor supremo a ser preservado. Com mesmo os regimes democráticos mais antigos estão imunes a os que ameaçam os direitos fundamentais dos cidadãos; veja-se exemplos do macartismo nos Estados Unidos três décadas atrás, as manifestações de racismo que ressurgem na Europa e a ainda da persistência de ameaças e episódios de terrorismo como os de comportamentos políticos de caráter patológico.

Liberdade não é, portanto, uma conquista definitiva, mas uma conquista que se renova a cada dia. A cada etapa da evolução política, a sociedade pode que reflitam sobre a liberdade que temos e, igualmente, a liberdade que buscamos.

Quando para o conjunto da América Latina podemos afirmar que nossos países procuram concretizar três grandes metas: primeiro, a consolidação da democracia, que significa, de um lado, a permanência das instituições básicas do jogo democrático, e, de outro, ampliar a participação da cidadania no controle dos destinos nacionais; segundo, o desenvolvimento, que

...uziria em ...e eco- ...tas ra- ...de cresci- ...susten- ...moder- ...o, melho- ...ndições de ...o no meio ...cional; ter- ...o bem-es- ...e assegure

...es dignos de educação, saúde, ...nça, acesso à justiça, entre ...de tal maneira que a igualdade de oportunidades se torne real para

...to embora o conceito de liberdade comporte limitações ou qualificações de qualquer tipo, parece legítimo considerá-lo nesses três planos: o econômico, que tem precedência sobre os outros, ao permitir que o cidadão — por

mais carente que seja — tenha a possibilidade de influir no meio em que vive, reclamando direitos, fazendo reivindicações, ou simplesmente votando; o econômico, em que a pessoa encontra oportunidades de escolha, quer de trabalho assalariado, quer de empreendimento autônomo ou empresarial; o social, em que cada cidadão desfruta das condições de educação, saúde e moradia

que o habilitam a realizar-se plenamente como indivíduo. Em resumo, a liberdade é reforçada pela interação desses diferentes planos; não é por acaso que, em todos os países mais avançados de nosso

tempo aparecem juntas a democracia, a economia de mercado e o bem-estar social.

Quando isso não ocorre, a estagnação econômica, os contrastes excessivos, as injustiças flagrantes, a manutenção de modelos de desenvolvimento que segregam ricos e pobres incomodam a vida democrática. Pois para que esta seja sólida, é preciso alcançar além da liberdade política, justiça no acesso à

riqueza, ao conhecimento e às oportunidades. Eis por que, quando defendo os Ciacs, faço questão de enfatizar que eles irão levar aos mais pobres e desassistidos os instrumentos de compreensão e mudança da realidade hoje disponíveis apenas à minoria da população. Os Ciacs cumprem, assim, a função de escolas da liberdade, porque preparam a criança para assumir na plenitude a cidadania, o que resultará no usufruto da verdadeira condição de ser livre.

O pensamento liberal sustenta desde suas origens que a plena realização do homem não se esgota na satisfação de necessidades materiais. É preciso mais: liberdade para pensar, para dizer, para agir e para criar. Mas já os liberais tradicionais viam na pobreza e na ignorância inimigas poderosas da liberdade. Quando falta geração de riqueza, podem faltar os meios para prover o bem-estar social. Quando falta o bem-estar social, podem faltar disposição e capacidade para resistir à tirania. Aí se encontra o cerne do ideário social-liberal: o imperativo de buscarmos simultaneamente os objetivos da consolidação democrática, do progresso econômico, e do bem-estar social, pois eles são os três componentes indissociáveis da liberdade.

FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, 42.º presidente da República, foi prefeito de Maceió, deputado federal e governador de Alagoas.

Scena de S. Paulo

Pág: 1-6

Data: 15/04/192

caderno: Brasil

Leia a íntegra da fala de Collor

Esta cerimônia assinala um momento importante na vida profissional de brasileiros honrados, que se dedicam ao serviço da Nação.

Assinala, igualmente, a continuidade do processo normal de renovação nos postos mais elevados do comando das Forças Armadas.

É, pois, com especial alegria que cumprimento os oficiais-generais promovidos no último dia 31 de março.

Vejam nestas promoções a expressão do reconhecimento das qualidades que demonstraram ao longo de suas carreiras e da minha confiança em que saberão estar à altura de responsabilidades e desafios sempre maiores.

A todos, os meus votos de êxito e felicidade.

Quero aproveitar esta ocasião também para dar o meu testemunho do rigoroso sentido de cumprimento do dever que tenho tido o orgulho de comprovar a cada dia no conjunto das Forças Armadas.

Abnegação, disciplina, competência, lealdade, determinação e patriotismo são qualidades do bom soldado, qualidades tradicionais do militar brasileiro.

Neste momento em que a estabilização da economia requer fortes restrições orçamentárias, a nação e o governo reconhecem a nobreza com que nossas Forças Armadas têm sabido enfrentar tais limitações, minimizando seu impacto nas atividades de interesse mais direto da população, sobretudo nossos compatriotas desassistidos ou vítimas por calamidades.

Meus agradecimentos especiais pela compreensão da família militar, das senhoras esposas, filhos e parentes, para com as restrições que estamos enfrentando nessa quadra particularmente difícil da vida nacional.

A história haverá de enaltecer mais esta demonstração de espírito público da corporação militar.

Senhores, acalurem-se os dias em que alguns, involuntariamente, chegaram até mesmo a deixar de acreditar no Brasil.

Hoje, aqui e em todo o mundo, volta a fortalecer-se a confiança no futuro de nossa grande Pátria.

E não deve-se eventualmente a desilusão.

Em primeiro lugar, a perspectiva de renovação segura do crescimento econômico sustentado.

Em segundo, a verificação de que a nossa democracia se consolida, de que a sociedade brasileira amadurece rapidamente, de que o nosso povo assume cada vez mais o controle sobre seu próprio destino.

É fundamental ter consciência de que a modernização do Brasil, com resgate de nossa imensa dívida social, depende da vontade e da capacidade de transformarmos a nossa realidade.

O Brasileiro deve orgulhar-se de ser cidadão, de ter a liberdade para expressar pontos de vista e defender interesses, de saber que a sua voz pode ser ouvida e considerada nos procedimentos democráticos de decisão.

Mais do que em qualquer época no passado, existe agora no Brasil independência e equilíbrio entre os poderes constituídos e isso é uma garantia adicional para que a coletividade controle efetivamente o exercício das funções públicas, encaminhando reivindicações, cobrando resultados, exigindo providências nos casos de decisões ou atos que violam a lei ou contrariam o interesse comum.

E a democracia não é uma realização apenas dos brasileiros, mas conquista que se pretende irreversível do conjunto da América Latina — é um patrimônio comum e definitivo de nossos povos.

Não se sai vitorioso da luta pelo progresso nem pela imposição de uma ideologia, nem, muito menos, por violação constitucional.

Muito pelo contrário — como diz o pensador e presidente Vaclav Havel — nossa vitória terá de ser a vitória da vida, do espírito humano, da consciência, da individualidade, da história em toda sua diversidade.

O pluralismo é o melhor caminho para nos tornarmos uma sociedade politicamente estável, economicamente desenvolvida, socialmente justa e feliz.

A liberdade é o valor maior, a conquista suprema sobre a qual todos os brasileiros deverão de esperar o governo que todos desejamos.

Senhores oficiais-generais, o seu passado, e a relevante luta de serviço prestado às Forças Armadas e ao país, dão a garantia do acerto de suas mercedas promoções e, também, a certeza de que terão sucessivos dia a dia prazeres e profissões em prol de nosso Brasil.

Que continuem a nos ajudar!

lado: -Brasil

Para esta tarde está todo listo. Dejen
un poco de espacio.

“da vivemos num regime presidencialista”

integra do discurso em pelo presidente

la nada reitro as que chegam, eno- as que perman- aolo integral a- ilpe de governo.

unilateral conve- ente na manhã de os encontrásemos veira vez numa reu- o.

começar ampliando ações sobre o senti- as ocorridas no pri-

rijo-me tanto as pes- ntes como ao con- to pública.

na equipe feitas es- eram em meio a um- runhas de irregula- terminadas áreas da

federal. que tal fato terá in- colha do momento. sol o motivo central

a última segunda-fei- reiro, o ministro- nta nomadon, o sentido

na e o esforço das- projeto de moderniza- aprovou nas urnas e

temente ser viabi- lização do minis- tração. Junto ao Po-

do do que alguns ana- m, no entanto, essa teve de parlamenta-

o lugar, porque ainda regime presidencia- as mudanças de gabi-

m única e exclusiv- ide do presidente, aos ara a implementação

isso por ele assumi- lidade, entre os quais elut, proibição, cor-

puência no exercício bulicas.

o lugar porque, dife- do que ocorre no parla-

as modificações na implicam qualquer

o no programa de go- to, não implicam qual-

mação no programa — vinculado direta e

mente ao presidente da

ndo: no parlamenta- o muda o gabinete, co-

o governo: no presi- nlo, de modo algum,

amente crucial que isso

aro — o meu governo meçando, nem recom-

alm, fazendo os ajustes para levar adiante o

clindo em 15 de março

balho cujas linhas-ma- lamente definidas, e

a chance a legitimado- ajoritário, em dois tur-

ções presidenciais que

o encontro do Brasil

idade democrática.

O momento requer perfeita alin- tonia, máxima coordenação, obe- diência rigorosa às prioridades pro- gramáticas, quer no emprego dos recursos materiais, quer na mobili- zação dos apelos políticos.

O nosso povo exige resultados rá- pidos e, sobretudo, resultados con- cretos.

Tenho plena consciência das drásticas limitações financeiras que a administração pública en- frenta.

Elas derivam, sobretudo, da luta sem tréguas contra a inflação, que estamos começando a vencer; das deficiências da máquina federal de arrecadação, que terão de ser corri- gidas imediatamente; e das discre- pâncias herdadas do passado, entre os encargos e a receita da União, cujo equacionamento depende fun- damentalmente do Congresso Na- cional e da Justiça Federal.

Mas a escassez de meios não jus- tifica nem a inércia, nem a mani- festação pública de queixas e re- vindicações que, dirigidas ao pró- prio governo, devem ser feitas úni- ca e exclusivamente dentro do go- verno.

É preciso que todos colaborem para o êxito da política econômica de estabilização, da política de mo- dernização, a cargo do ministro Marcílio Marques Moreira.

Senhores ministros e secreta- rios.

estrita coerência e constante deter- minação de liderar o amadureci- mento da ordem, dos procedimen- tos e dos costumes democráticos.

Nossa luta já produziu resultados significativos.

Ao completarmos um ano de exercício do mandato, divulgamos o documento Brasil: Um Projeto de Re- construção Nacional, o qual contém a descrição de grandes objetivos e propostas de medidas para alcan- çá-los.

O chamado Projeto continua a ser implementado e acompanhado cuidadosamente.

Muitas de suas prescrições já são realidade: veja-se, por exemplo, as leis de benefícios e de custeio da Previdência, a lei de incentivo à cultura, a lei do inquilinato, a construção dos Círcos, a nova políti- ca agrícola, as medidas de incenti- vo à exportação e à reestruturação competitiva da economia, o avanço dos programas de privatização e desregulamentação.

O Projeto sugeria ainda inicia- tivas que encaminhamos ao Con- gresso Nacional, tanto na forma de projetos de lei como de vitais pro- postas de emenda à Constituição.

São medidas imprescindíveis à realização de nosso projeto moder- nizador, medidas cuja aprovação pelo Poder Legislativo constitui responsabilidade política priorita- ria de todos — repito: todos — todos

atividade, consolidação e recupera- ção da infra-estrutura, saneamen- to financeiro do Estado, estabiliza- ção da economia, reforma agrária — o chamado Programa da Terra —, saneamento econômico-ecologi- co, ações articuladas de combate à pobreza, instrumentação e defesa da cidadania, otimização dos servi- ços de segurança social, continui- dade da reforma administrativa e patrimonial e, como prioridade ab- soluta, a ação intertrada para a criança e o adolescente, que esta- mos implementando com a cen- tralização dos Círcos e a adequação da rede escolar existente.

Assim, o Projeto reúne as medi- das concretas já adotadas, ou em tramitação, e o Plano Plurianual estabelece as prioridades igual- mente concretas a que iremos eta-ecer.

Recomendo enfaticamente a to- dos os meus colaboradores diretos que tenham sobre suas mesas de trabalho ambos os documentos e pois eles indicam com nitidez os ca- minhos a seguir.

Tal recomendação aplica-se tam- bém aqueles interessados em re- conhecer em maior profundidade o nosso projeto, e em acioná-lo, objetivamente, o nosso desempa- nho.

Senhores ministros e secreta- rios.

Senhores líderes no Congresso Nacional.

O governo tem um programa, nascido dos anseios da população, que está sendo executado há dois anos e ao qual continuaremos fiéis até o último dia de meu mandato.

Quem ingressa no governo, assu- me este programa e compromete-se a lutar, a dar o melhor de si, por sua realização.

Acerta, também, que o Social- lismo é a melhor formulação para guiar-nos na busca de nossos objetivos.

No início do ano, publiquei uma série de artigos sobre diversos as- pectos dessa corrente de pensa- mento, com o propósito de incenti- var a discussão das grandes ques- tões nacionais.

Estou convencido de que a via do debate e da aproximação de posi- ções é a única que nos levará a um patamar mínimo de consenso, e a soluções definitivas e justas para nossos problemas.

Ao discorrer sobre os desdobra- mentos da reflexão social-liberal — no que conto mais diretamente com a colaboração de peso dos pro- fessores Marcílio, Lafer, Rouanet e Jaguaribe — quero, ao mesmo tem- po, tornar ainda mais explícito o idealário que inspira e orienta nossa obra de governo.

Assim, esses e outros textos que venho publicando, ao lado dos res- sos principais documentos progra- máticos, compõem um referencial permanente.

Vale, portanto, repetir o que afir- mei no artigo intitulado *Medir e Avançar*, publicado em 28 de janeiro último: As pessoas que se dispõem a colaborar comigo fazem-no para es- mar-se ao esforço de realizar esses ideais e objetivos. Acima de tudo, esta o nosso programa, apoiado na filo- sofia da modernização como cami- nho para a justiça social, na transpa- rência e na lisura de métodos, e obrigatoriamente todos nos temos de obedecer na direção do social- lismo, dos cartórios e do fair-play. Para nós, a união de propósitos forja-se no diálogo, que com o en- tendimento em torno de proble- mas de interesse e das decisões ne- cessárias a sua implementação.

Estou certo de que poderemos, com a compreensão, com a coe- rência e com o espírito públi- co de todos os membros desta equipe.

Ao lhes desejar feliz Páscoa, a todos os brasileiros, convosco e de- para o trabalho, com anim, se dobrado: é disto que a Páscoa pre- sa.

Para esta tarefa, não tenho a ilu- da. Deus continuará a nos ajus-

“Aqui deve haver sempre impecável unidade de pensamento, expressão e ação. É preciso que todos colaborem para o êxito da política econômica de estabilização, da política de modernização, a cargo do ministro Marcílio Marques Moreira”

Senhores líderes no Congresso Nacional.

Embora muitos insistam em não reconhecê-lo, o meu governo tem seguido e executado o seu projeto de maneira coerente e continuada. Somente o preconceito e o elitismo de alguns partidos e enti- dades podem negar esta realidade transparente.

Fico feliz, entretanto, ao ver que um número cada vez maior de bra- sileiros brasileiros, respeitados, vêm afirmando — ao menos quando se pronunciam a título pessoal — que nós estamos tendo a coragem de fazer o que tínhamos de ser feito.

Nesse esforço, reguemos idéias e metas claramente estabelecidas, que têm sido apresentadas e debati- das com a sociedade, desde a cam- panha eleitoral de 1969.

Em poucas palavras, lutamos pe- la consolidação da democracia, com o reforço da cidadania e das instituições; pela modernização da economia, com a valorização da li- berdade de iniciativa como cami- nho para aumentar a eficiência, a qualidade, a produtividade e a com- petitividade; pela maior presença do País nos processos decisórios in- ternacionais e a inserção mais fa- vorável nos grandes interesses no contexto mundial; pela justiça so- cial, com a equalização das oportu- nidades, aprimoramento da forma- ção básica, melhoria da assistência prestada pelo Estado, sobretudo aos níveis primários e elementares, condi- ções, enfim, para que todos os bra- sileiros possam ser cidadãos de di- reito e, ao mesmo tempo, cidadãos de fato.

Temus perseguindo estas metas

os membros de minha equipe, as- sim como de nossos líderes no Con- gresso.

Entre os projetos de lei, ressalto os que dizem respeito à concessão de serviços e obras públicas, à pro- priedade industrial, à desregula- mentação dos portos, à negociação coletiva de trabalho, aos incenti- vos fiscais para capacitação tecno- lógica.

A leitura do Projeto, e de seus mapas atualizados de acompanha- mento, permite ver o que o governo se propôs fazer, o que já fez e o que está lutando para ver concretizado pela aprovação no Legislativo.

Outro documento básico que de- ve orientar cotidianamente a nossa ação é o Plano Plurianual 1973-1975, o qual foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Nele está descrita a visão do go- verno dos desafios e das potenciali- dades do Brasil, da estratégia de desenvolvimento que devemos se- guir, de nossas prioridades, assim como diretrizes, objetivos e metas setoriais.

O Plano Plurianual reafirma conceitos básicos do modelo de pro- gresso que preconizamos: educa- ção, ciência e tecnologia para o de- senvolvimento; modernização da produção; crescimento e distribu- ção de renda; sustentabilidade do desenvolvimento; equalização de oportunidades; e modernização do Estado.

Ao reiterar esses conceitos, o pla- no indica prioridades nítidas para a sua consecução, tais como: melho- ria da qualidade da educação, da formação básica, abertura e mo- dernização da economia, equaliza- ção da produção, qualidade e produ-

G. J. J. de S. Paulo
21 maio 1953
Folha de 1.ª pág. 02
MOMENTS

INTEGRA

"As crianças são a nossa primeira causa"

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Collor.

"A realização desta Reunião de Capela dos Governadores pela Criança revela que muita coisa está mudando no Brasil, e mudando para melhor.

A grande lição deste final de século é que o progresso, o desenvolvimento de uma Nação, não se mede mais pela força de armamento ou por indicadores econômicos que não levam em conta a educação e a felicidade da maioria da população.

Conflitos sociais de violência explosiva estão acontecendo em todas as mais avançadas sociedades do planeta, o que comprova e reforça a nossa percepção de que mecanismos eficazes de promoção de justiça social não podem estar dissociados da economia de mercado.

Hoje, quando um governante assume a missão de conduzir o destino de seu povo, aceita, necessariamente, que sua tarefa deve ir além de estabilizar a economia: tem de lutar com toda energia para fortalecer moral e espiritualmente o país, cuidando de aliar a eficiência na produção com a liberdade política e a justiça nas relações entre os homens.

Por isso, as crianças são a nossa primeira causa.

Senhoras e senhores, será sonhar a impossível querer que todas as crianças e adolescentes recebam atenção, carinho e amor? Será que não somos capazes de criar, a despeito do tempo limitado, uma sociedade que assegure a seus filhos a igualdade de oportunidades para que todos possam desenvolver seu potencial e talento?

Será demasiado exigir o fim da violência perversa de que tem sido vítima a infância no Brasil há décadas e décadas?

Não.

Escolhida a hora de darmos um basta, de uma vez por todas, a esse quadro inaceitável e vergonhoso de carência, abandono e violência.

Como tenho afirmado, essa situação é um forte obstáculo a qualquer tipo de projeto nacional, porque sem recursos humanos não seremos capazes de realizá-lo.

O desafio de superar o drama das crianças no Brasil transcende a esfera de governo e precisa mobilizar toda a sociedade: parlamentares, juízes, trabalhadores, empresários, igrejas, órgãos patronais, sindicatos, organizações não-governamentais.

Senhoras e senhores, estamos reunidos nesta Capela de Governadores pela Criança para consolidar um pacto, um verdadeiro compromisso ético que encorpore todos e cada um de nós na cruzada pela salvação da infância nacional.

Como tenho dito reiteradas vezes, "ou salvamos as crianças, ou perdemos o País".

A proteção da criança e do adolescente, principalmente daqueles que se encontram em situação de risco social ou pessoal, é uma tarefa

de superpartidária e que nos deve unir a todos.

Não se constrói uma democracia digna deste nome quando milhões de cidadãos desprotegidos se encontram submetidos a tão cruéis condições. A essência do regime democrático é a universalização do acesso ao bem-estar físico, moral e social.

O Pacto pela Infância vincula os senhores governadores aos compromissos assumidos pela Nação brasileira, no Encontro Mundial de Capela pela Criança, realizado na sede das Nações Unidas, em setembro de 1950.

Ali, como sabem, 71 chefes de Estado e de governo, além de representantes de outros 85 países, aprovaram um Plano de Ação para a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 50.

Manifestaram a convicção de que os problemas que afligem as crianças e os adolescentes são de tal complexidade e magnitude que, só pelo empenho de todos os níveis de decisão política e administrativa e pela mobilização da sociedade civil será possível superar o lamentável quadro social de miséria e violência a que estão condenadas milhões e milhões de crianças em todo o mundo, especialmente nos chamados países em desenvolvimento.

Esse Pacto, senhoras e senhores, é uma resposta nova, corajosa e, tenho certeza, eficaz, de todos nós, governantes, ao apelo de salvaguarda da infância brasileira, ao presenciar que seu descumprimento só pode levar ao naufrágio social.

Temos de continuar a busca de alternativas viáveis para essa verdadeira legião de crianças e adolescentes que, hoje, perambulam pelas ruas sem qualquer perspectiva de futuro.

Meu governo adotou, desde o primeiro momento, medidas concretas para tornar efetivo o resgate das crianças brasileiras carentes, priorizando absoluta de minha administração no plano social.

Aprovei um veto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que incorporava conceito de proteção integral consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, já ratificada pelo Brasil.

Essa nova concepção de atendimento à criança vem sendo posta em prática com determinação pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, instituição que representa o divisor de águas entre os condenáveis métodos passados e o início da proteção integral.

As campanhas nacionais de vacinação infantil atingem hoje níveis inéditos, antes julgados inalcançáveis. Elas começam a conformar um novo perfil da saúde pública no País. A cobertura vacinal presente supera os 90%, quando no início do governo ela se situava em torno dos 40%.

Esperamos que doenças como a poliomielite possam ser definitivamente erradicadas, como foi o caso recente da varíola. A poucos dias de sua conclusão, a campanha de vacinação contra o sarampo atingiu mais de 90% de suas metas, sendo que em alguns Estados já supera a marca dos 95%.

Determinei aos órgãos federais envolvidos com a questão da criança providências de apoio aos Estados para estimular a criação de programas de SOS Criança.

A partir da mobilização das autoridades e comunidades locais, a sentença possível de evitar meningites e meningos expostos a flutuante situação de risco.

A instituição do Ministério da Criança e prova irrefutável da prioridade governamental em favor dessa considerável parcela da população nacional, com o objetivo de coordenar e articular ações em favor da criança e do adolescente.

A iniciativa de meu governo que sintetiza essa nova filosofia de atenção integral à infância é o programa dos Clacs.

O Clac é um salva-vidas, um oásis que deve ser plantado no seio das comunidades mais carentes: os Centros Integrados serão uma verdadeira escola de vanguarda da cidadania, dando ao filho do pobre o que hoje só é facultado ao filho do rico e de parte da classe média: educação de qualidade, comida, esporte, lazer, cultura, assistência médica e odontológica.

O Clac não é uma obra de arquitetura; é uma causa que vai transformar a existência da realidade nacional. O Clac é a garantia de acesso, de equidade, pressupostos democráticos dos quais não podemos nos afastar.

Os Clacs são um poderosíssimo instrumento de transformação social, mas não bastam: há muito o que fazer na área da saúde, da nutrição, do saneamento básico, da segurança pública para melhorar a condição da infância; e exatamente por isso estamos aqui para consolidar esse Pacto, cujo resultado imediato será o de acelerar a tomada de medidas concretas por parte do governo, em todos os níveis.

De modo muito particular, peço a especial atenção dos senhores governadores para o problema da violência contra o menor.

Essa é uma questão que não será resolvida sem o envolvimento direto dos Estados.

É preciso, e haveremos de fazê-lo, quebrar o ciclo de impunidade dos que atentam contra as crianças e adolescentes: vamos implementar com o vigor necessário o Plano Nacional de Combate à Violência. Seu êxito depende de uma nova parceria entre a União, os Estados, Municípios e a sociedade em geral.

Estou instruindo o Ministério da Justiça a levar às últimas consequências, em coordenação com au-

toridades estaduais, as investigações de abusos cometidos contra menores.

Vamos acelerar a criação dos Conselhos Estaduais, Municipais e Tutelares, dando ainda mais respaldo ao trabalho dos que já existem.

Senhoras e senhores, estamos certos do seguinte: nenhum plano de modernização funcionará sem o resgate definitivo dessa dívida social para com a criança.

Nem todas as medidas que envolvam os adolescentes exigem recursos orçamentários extraordinários: muito pode ser feito, com a ajuda da comunidade, com competência, dedicação a causa do menor e, principalmente, com amor ao próximo.

Recordo-me com frequência das palavras pronunciadas por Martin Luther King em defesa dos direitos civis.

Como ele, tenho um sonho. Sonho com uma humanidade errada, que não esteja mais dividida de forma perversa em alguns milhões de ricos e bilhões que lutam pela sobrevivência.

Sonho com um Brasil moderno e desenvolvido, capaz de realizar a riqueza desta terra fértil e de homens de valor; sonho com um Brasil de mesas fartas, de crianças protegidas, educadas e livres; sonho com um País de boas escolas, de ruas seguras e casas confortáveis; sonho com um Brasil plenamente humano, que esteja capaz de superar as dificuldades, realizando seu potencial pleno.

Pertencemos a uma geração que aprendeu a acreditar nos sonhos e lutar para transformá-los em realidade.

Por esse desejo de mudar o Brasil, de ajudar o nosso povo numa luta cotidiana por uma sobrevivência digna, que nos trouxe a cada um de nós ao exercício dos cargos que ocupamos.

Sabemos o quanto de sacrifício pessoal e de nossas famílias essa imensa responsabilidade implica; sabemos o quanto é duro enfrentar reações que não têm outro objetivo senão o de destruir o que buscamos construir com tanto empenho.

Mas as dificuldades existem e fortalecerem, enquanto as facilidades iludem e enfraquecem.

Por isso, entre o sacrifício e o trabalho em relação a princípios, prefiro o sacrifício.

Nunca perderei a visão do horizonte e dos ideais maiores que me guiam.

Vamos juntar portanto as nossas forças, senhores governadores, senhores parlamentares, senhores integrantes da sociedade civil organizada, senhores juízes, senhores magistrados, vamos juntar as nossas forças, para erradicar a violência, para fazer com que os nossos senhores tenham um futuro muito próximo.

Para essa tarefa, que Deus continue a nos ajudar.

INTEGRA

"Cumpro a palavra empenhada"

Minha gente.

Boa noite.

Volto hoje aos lares brasileiros para anunciar o cumprimento de mais uma promessa de meu governo.

Foi liberada hoje a última parcela dos cruzados novos que ainda estavam sob a guarda do Banco Central.

A despeito da opinião de muitos analistas, que fazem do pessimismo sua profissão de fé, foram devolvidos integralmente, com juros e correção monetária, um a um dos cruzados novos retidos.

Como assegurei em março de 1960, os cruzados seriam restituídos a ninguém, nenhum trabalhador, nenhuma dona de casa, tera a sua poupança desvalorizada pela inflação.

Conforme avaliação do Banco Central, graças às medidas de proteção ao seu dinheiro adotadas pelo meu governo, os cruzados novos renderam mais do que investimentos especulativos de risco.

Devolvidos sob a forma de depósitos especiais remunerados, na maior parte das contas eles chegaram a superar o rendimento da própria caderneta de poupança.

Credibilidade é isso: cumprir fielmente a palavra empenhada.

Além do término da devolução dos cruzados, minha gente, eu quero dar-lhes uma outra boa notícia: vamos iniciar a devolução do empréstimo compulsório cobrado sobre os combustíveis e sobre a venda de veículos de passeio e utilitários.

Comecemos pela devolução aos adquirentes já cadastrados, iniciando o pagamento ainda este ano.

É importante recordar que esse empréstimo compulsório não foi tomado durante o meu governo, mas sim em 1966, na época do Plano Cruzado.

Mesmo assim, vamos devolvê-lo, com juros e correção monetária, como deve ser o hábito de um devedor, porque é obrigação dos governantes responder pelos compromissos assumidos pelo Estado, ainda que contraídos por outras administrações.

Minha gente,

Alguns, ainda hoje, fazem ressaltar aquelas medidas de choque que fui obrigado a adotar nos primeiros dias de meu mandato, como se eles tivessem esquecido o desequilíbrio que tomava conta da economia brasileira, com taxas de inflação de mais de 80% ao mês.

Estávamos, na época de minha posse, completamente afastados da

comunidade financeira internacional: o Brasil não recebia um centavo em investimentos estrangeiros; e o que é pior, começávamos a sofrer com uma hiperinflação que, se não fosse rapidamente controlada, teria consequências catastróficas para nossa população.

Depois de dois anos de esforços e sacrifícios por parte de todos, começamos a reverter esse quadro.

Em contexto de total liberdade democrática, com perfeita independência dos poderes Legislativo e Judiciário, vamos alcançando importantes vitórias.

No setor agrícola, por exemplo, graças a uma política determinada de apoio ao produtor rural, o Brasil alcançou nesta safra 70 milhões de toneladas de grãos, 8 milhões de toneladas de carne e mais de 12 bilhões de litros de leite.

Com a recente liberação de recursos ao valor de 3 bilhões e 200 milhões de dólares para a safra de 1963, estou certo de que vamos conseguir resultados ainda mais expressivos.

Outro avanço excepcional de nossa economia foi a abertura à competição externa, o que está possibilitando ao consumidor nacional acesso a bens mais baratos e de melhor qualidade, ao mesmo tempo em que estimula nossos empresários a modernizarem o parque produtivo brasileiro, colocando-os em condições de competir na acirrada luta pelos mercados internacionais.

A prova de nosso dinamismo é que só nos primeiros seis meses deste ano, minha gente, o Brasil já acumulou um saldo positivo de mais sete bilhões de dólares em seu comércio com o resto do mundo.

A normalização de nossas relações com a comunidade financeira é hoje uma realidade, sem que se tenham exigido sacrifícios adicionais da população.

O recém-concluído acordo de renegociação da dívida com os bancos comerciais privados era o último passo que faltava para que o Brasil voltasse a ser um polo de atração de capitais externos.

No setor interno da economia, também estamos colocando a casa em ordem.

Graças a uma combinação de austeridade monetária e fiscal, estamos combatendo a inflação e saneando as contas públicas.

E por isso que a política econômica de meu governo é inflexível na defesa do controle dos gastos públicos.

Agora, para assegurarmos o equilí-

bro definitivo das contas públicas e permitirmos que a estabilidade alcançada até agora com tanto esforço da sociedade se consolide, o governo enviou, como antes já lhes havia anunciado, ao Congresso Nacional uma proposta abrangente de reforma fiscal.

Eu gostaria de relembrar que essa reforma fiscal significará uma vida mais simples para o cidadão, para o trabalhador e para o empresário: teremos um menor número de impostos e, na medida em que ficar mais fácil o pagamento, todos participarão, e cada um de nós assim, individualmente, acabará pagando menos.

Evidentemente, isto é bom para você; e se é bom para você, é bom para o Brasil!

A aprovação dessa reforma pelo Congresso Nacional será passo decisivo para conquistarmos uma moderna economia social de mercado, dinâmica, competitiva, soberana e capaz de desenvolver-se de forma sustentada sobre a base sólida da estabilidade econômica e financeira.

Ao mesmo tempo, o Programa Nacional de Desestatização e o Programa Federal de Desregulamentação completam a estratégia do meu governo no sentido da modernização do País, mediante menor participação do Estado em atividades produtivas, simplificação da vida do cidadão e redução de custos para as empresas.

Minha gente,

Como já disse em muitas oportunidades, nenhum governo pode mudar um país sem a mobilização da sociedade.

Numa sociedade democrática, o governo é apenas um instrumento da vontade popular.

Nesses dois anos e meio, tenho procurado atender aos anseios do povo brasileiro na construção de um projeto nacional que nos conduza ao nosso grande destino.

Prosperidade e justiça social são as metas principais que orientam cada uma das minhas decisões e iniciativas.

Jamais frustrarei o desejo de grandes mudanças que o nosso povo determinou realizar com as eleições democráticas de 1969.

Nada, nenhum obstáculo haverá de desviar-me desse objetivo maior, pois foi para cumpri-lo que 35 milhões de brasileiros elegeram-me presidente da República.

Para isso, tenho certeza, continuarei a contar com a ajuda de Deus!

“Não me deixem só, eu preciso de vocês”

A seguir, a íntegra do discurso do presidente Fernando Collor, pronunciado ontem à noite, em cadeia de rádio e televisão:

“Chegou a hora de dar um basta!”

O povo não suporta mais as mentiras, as falsidades, que passaram a encontrar abrigo em certos órgãos da imprensa.

Estou tranquilo e quero dar uma palavra de serenidade a todos os brasileiros que sabem que estamos conduzindo uma grande obra de reconstrução nacional.

Chega de calúnias, que continuarei a rebater, cada uma, com ações penais.

Não ficarão impunes os que fizeram da acusação leviana o seu caminho para um instante de notoriedade.

O último número de uma revista semanal traz, com atraso, o ran-cor de um derrotado.

Nada do que diz é verdade, nenhuma palavra.

Nunca me advertiu sobre qual quer irregularidade que estivesse ocorrendo na área do governo, nem tampouco trouxe qualquer nome à minha consideração.

É mentirosa a afirmação sobre interferência em processo eleitoral.

Jamais autorizei a ex-auxiliares que encaminhassem pedidos distantes do interesse público.

Jamais autorizei qualquer pessoa, ninguém, que não integrass o primeiro escalão do governo, a falar em meu nome sobre decisões da administração.

No governo, minha ação pessoal foi sempre regida pela mais absoluta lisura, pela mais estrita adesão a princípios éticos.

Fui absolutamente rigoroso na apuração de todas as denúncias que fizeram contra funcionários da administração federal.

Sempre agi no sentido de facilitar o trabalho da Justiça.

E vou levar até o fim, custe o que custar, doa a quem doer, a bandeira da luta contra a corrupção.

Só me guia o respeito à lei, à Constituição.

Por isto, não me intimidam os que se aproveitaram de minha boa fé e que se transformam agora em caluniadores, não conseguindo esconder o amargor de seus próprios málogros.

É suspeito e estranho que, dizendo saber tanto, só agora se disponham a vir a público. Por que?

Parece que basta ter um interesse contrariado e inventar uma história e qualquer um ganha manchete, grandes espaços nas revistas semanais.

Investigar a verdade dos fatos saiu de moda, como se certos órgãos da imprensa se comportassem como um tribunal de última instância: escolhem a testemunha de acusação, selecionam os fatos e condenam.

Acho que devemos parar um instante para meditar sobre tudo isto: existe uma crise real, ou uma soma de denúncias, ainda não comprovadas que alimentam reportagens sensacionalistas?

Existe uma crise real, ou um esforço de uns poucos para fabricar esse clima? Quem ganha com as especulações fantasiosas sobre arranjos políticos que apontam para uma clara fraude às instituições?

Nessa hora, é preciso pensar no interesse da maioria, do cidadão comum/que não pode se deixar dominar pelas falsas emoções do boato, da especulação, da mentira; é preciso pensar no Brasil, que tem muito trabalho a realizar, problemas a vencer, desafios a superar.

A conquista da liberdade exige, em contrapartida, a responsabilidade de todos e cada um.

Esse é o caminho necessário para a defesa de nossas instituições fundamentais, para fortalecermos o sentimento de que a democracia é o império da lei e do respeito aos direitos da pessoa humana.

Não podemos cair na armadilha daqueles que não querem as situações de normalidade, daqueles que se beneficiam das ameaças imaginadas, das fantasias catastró-

ficas.

O Brasil precisa de normalidade, de paz; isto não quer dizer um paraíso sem dificuldades.

Normalidade significa, isto sim, que a sociedade vê os problemas surgirem sem acreditar que vão abalar os fundamentos da vida em coletividade.

A democracia, por que tanto lutamos, tem justamente a vantagem de permitir a superação dos eventuais obstáculos sem sobresaltos, sem rupturas, dentro da normalidade.

Assim, dentro da normalidade, vamos superar as tentativas mesquinhas, irresponsáveis, mentirosas, de envolver o governo e o presidente em denúncias de derrotados que se sustentam em depoimentos impregnados de inveja, de recalques, de ressentimentos, de derrotados.

O tempo haverá de mostrar a leviandade dessas tentativas e a lei haverá de punir tanto os verdadeiros culpados pelas irregularidades, por desveituras ocorridas, e os autores das falsas denúncias.

Minha gente, ninguém tem o direito de parar o Brasil.

Esses episódios menores, os ódios provincianos, não podem ser obstáculo ao grande projeto de modernização nacional que está sendo conduzido por mim e por uma equipe ministerial de imensas qualidades intelectuais e morais, reconhecidas, aliás, por todo o Brasil.

A imensa maioria do povo brasileiro está lutando com determinação e sacrifício por um país melhor, honesto, digno, socialmente justo.

Um país que não tenha mais lugar para aventureiros da calúnia.

Lembro-lhes hoje o pedido que fazia a todos, ao encerrar meus comícios, durante a campanha presidencial:

Não me deixem só! Eu preciso de vocês!

Mais do que nunca, é atual este apelo. Juntos, unidos, não permitiremos que os inimigos de nossa Pátria alcancem seus torpes objetivos.”

Os 147% e o desrespeito

ANTÔNIO CARLOS
DE MENDONÇA

O Estado não é, na vida contemporânea, um ente soberano dotado de poder monocrático de império, com a prerrogativa de positivizar leis, impondo-as unilateralmente. O Estado é, eminentemente, o mediador de negociações que se desenvolvem entre as organizações representativas da sociedade.



Essas organizações — partidos, sindicatos, associações ou grupos de pressão — estão permanentemente em conflitos de interesses. Conflitos saudáveis porque asseguram o pluralismo, e que são resolvidos por meio de acordos resultantes de pressões e concessões recíprocas.

São acordos obtidos tanto por meio de negociações entre sindicatos de trabalhadores e de empregadores, consubstanciando-se nas convenções ou acordos coletivos, quanto por intermédio de negociações que se processam no âmbito dos Paramentos, conduzidas por partidos políticos, sob a legítima pressão dos grupos sociais e consubstanciando-se na aprovação de leis.

O "reconhecimento da legitimidade dos conflitos de interesses", como ressalta Bernard Manin, é elemento essencial do regime democrático, mas não é suficiente. É também fundamental, nas sociedades pluralistas, que o Estado promova mecanismos que permitam não só a renovação e a atualização permanente dos acordos obtidos pela via do entendimento, mas também, e principalmente, o cumprimento fiel dos mesmos. Em outras palavras, o entendimento cria leis que devem ser respeitadas, que precisam ser cumpridas.

O Estado não é, portanto, apenas o mediador das negociações entre os grupos sociais. É o fiador. E ao Judiciário cabe zelar pelo cumprimento das leis.

Dessa forma, diante de uma decisão judicial, qualquer cidadão, desde o mais modesto até o presidente da República, só tem duas alternativas: cumprir a ordem judicial e dela recorrer ao Tribunal Superior, ou cumprir a ordem judicial e dela não recorrer, conformando-se com a decisão. Não há terceira hipótese! Em ambos os casos, exige-se a obediência à ordem.

Que garantia haveria para os cidadãos se fosse facultativo o cumprimento da decisão de um juiz? Para que serviria o Judiciário? De que valeriam as leis se houvesse quem não precisasse submeter-se a elas? Seria o fim do Estado como ordem civilizada. No regime democrático, a supremacia da lei não pode ser questionada. Não há circunstâncias que justifiquem qualquer contestação.

Por tudo isso, é desastrosa a reiterada recusa do Poder Executivo em cumprir as decisões judiciais que determinam o reajuste de 147% no valor das aposentadorias e pensões. Desastrosa não somente para os aposentados e pensionistas, mas para a sociedade como um todo, devido ao efeito altamente deletério, imensamente prejudicial ao processo de consolidação da democracia no País. Ao afrontar as decisões judiciais, o Executivo subverte a ordem, dá um péssimo exemplo que estimula a desobediência civil, faz apologia da anarquia e nega frontalmente o Estado de Direito.

O resultado é imensamente nefasto. Não há como justificar, alegando insignificantes ganhos percentuais no combate à inflação, essa tentativa de desmoralização do Judiciário promovida pelo Poder Executivo. Se a atual política econômica recessiva, ao queimar empregos, já está estimulando o crescimento da marginalidade, o desrespeito oficial ao Poder Judiciário é o sinal que faltava para ninguém pagar mais a ninguém, não recolher tributos e não respeitar direitos trabalhistas ou previdenciários.

Depois do calote oficial, é só esperar o calote civil, amplo, geral e irrestrito. O que, aliás, já se prenuncia: ministérios não repassam verbas, estatais não pagam a outras estatais, municípios e Estados não recolhem contribuições sociais, Previdência Social não paga às Santas Casas, empresas não recolhem Finsocial...

Por último, é preciso destacar que a governabilidade não se consegue com o simples aliciamento de deputados e senadores para formar um bloco que propicie sustentação parlamentar para o governo. A governabilidade é função da legitimidade, e esta repousa no respeito ao Estado de Direito.

■ Antônio Carlos de Mendonça, deputado federal, é vice-líder do PSDB e professor livre docente da Faculdade Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP).

Coragem muita

*"Depois do breche do 17 de junho
O arcebispo do Unão das Escolas
Mandou distribuir panfletos
na Stadelner*

*Não quis se pôde ler que o povo
Deixara de acreditar a confiança do
governo*

*E só poderia reconquistá-la, agora,
à custa de muito trabalho.*

Mas não seria muito

*Mais simples se o governo
Dissolvesse o povo e*

Elegera outro"

*Poema clandestino de Bertold
Brecht, depois da revolta popular
de 1933, na antiga República
Democrática Alemã*

FERNANDO PEDREIRA

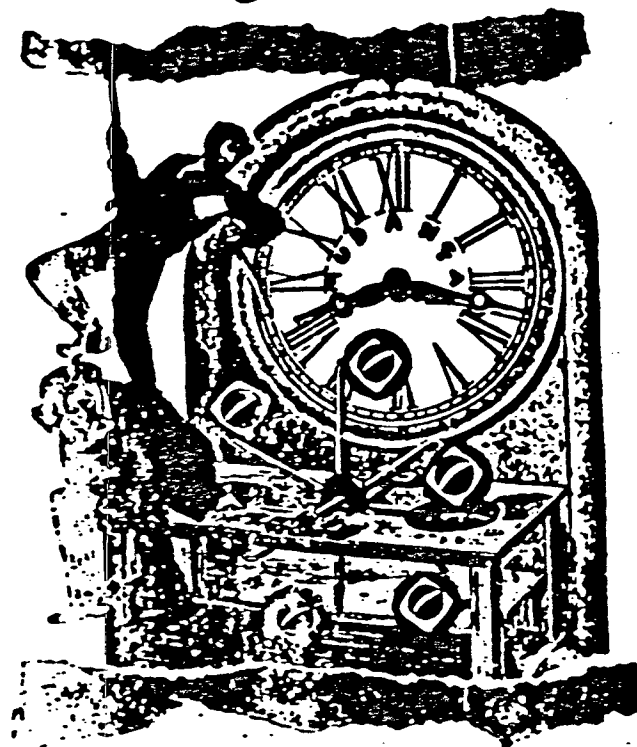
A democracia tem seus méritos, inegáveis méritos, embora não sejam, como na- da neste mundo, absolutos. A voz do povo, diz o ditado, é a voz de Deus — o que certamente não a tem impedido, muitas vezes, ao longo da História humana, de proclamar e defender erros palmares e injustiças cabeludas.



Muitas vezes, mas... nem sempre. Duas ou três semanas mais e estaremos chegando ao fim desta revolucionária novela que começou com a denúncia, em fins de maio, do irmão capela do presidente da República e tomou rumo definitivo a partir do testemunho do motorista Enberto (autor verdadeiro, legítimo, do pedido de impeachment, assinado pelos presidentes da ABI e da OAB, em nome da sociedade civil brasileira).

Vamos ter, pois, em outubro, não só novos prefeitos e vereadores, mas um novo governo decente e limpo (espera-se), sob o comando do vice-presidente Itamar Franco. Será necessariamente um governo de transição, mas será também, inevitavelmente, um governo carregado de dúvidas e de esperanças (enormes), pois, de fato, embora sua missão essencial seja levar o País em paz e em ordem até o pleito presidencial de 1994, na verdade o povo inteiro espera dele mudanças profundas e razoavelmente rápidas, não só na política, mas na administração, nos negócios públicos, em geral, e na economia.

Estamos vivendo, sem nos dar conta disso, um legítimo processo



revolucionário, ou, se preferirem, uma minirrevolução institucional. E é esta minirrevolução, com toda a sua carga de expectativas e anseios populares, mais ainda do que o simples governo da República, que está hoje a ponto de se despedir ao colo do vice Itamar, isto é, nas mãos de um político discreto que não liderou coisa nenhuma, mesmo porque o seu próprio cargo o obriga, ainda agora, a se manter calado e apagado, até por uma questão de decência.

Um vice, o que é? Eis aí o que não se pode saber exatamente, se não depois de tê-lo montado na tela, com as rédeas do poder nas mãos. Pode ser um José Sarney. Mas pode ser também um Truman, que jogou a bomba em Hiroshima e Nagasaki e reconheceu o Estado de Israel. Ou pode ser um Lyndon Johnson, que aproveitou a comoção causada pelo assassinato de Kennedy para fazer passar no Congresso americano um extenso e profundo programa de reformas. Pode ser,

também, um Gerald Ford (que não fez nada, além de perdoar Nixon) ou, até mesmo, um João Goulart.

Há 30 anos, Goulart, agulhado pelo cunhado Brizola e por seus amigos de esquerda que o acusavam de indecência e timidez, lançou suas tropas ao assalto, sob a bandeira das "reformas de base" (lembra-se?), até atirar-las ao despeadeiro de março de 1964. E há ainda, para os que gostam de casos mais antigos, a figura do alagoano Floriano Peixoto, fundador (founding father) da nossa estremitada e centenária República.

E eis aí como os fatos (os fatos históricos) desmentem a lenda, refutam a crença ingênua de que o governo do vice é habitualmente um governo fraco. Ressanhados casos incuráveis de mediocridade, como o de Gerald Ford, que tropicava em escadas de avião e não começava a mascar chicletes e andar ao mesmo tempo, ou como o do nosso bravo e bem-intencionado José Sarney, na verdade os vices

tendem, ao contrário, a produzir presidentes afirmativos, audaciosos, frequentemente capazes até de pedir o senão de modo a se convencer (prudência) no esforço de calar as bocas dos seus antecessores, ou de tentar superá-los e firmar a própria liderança.

Truman ou Sarney? Lyndon Johnson ou João Goulart? De aqui a mais uns meses, talvez daqui a mais umas tantas semanas, vamos ficar sabendo. Muita coisa dependerá, sem dúvida, da personalidade do novo presidente, da sua coragem, da sua habilidade política, do seu equilíbrio, do seu discernimento. Mas não se deve esquecer que ele não estará sozinho e que a atual minirrevolução não foi feita por nenhum governante, nenhum líder político, mas pela opinião pública e pela imprensa (a começar das duas revistas semanais, Veja e Isto É, que, desta vez, passaram à frente dos grandes jornais de São Paulo e Rio).

Não teremos bom governo, não teremos revolução nenhuma, sem grande nem pequena, se não fizermos por merecê-los. Vale dizer: sem que a opinião pública, os cidadãos, a imprensa e a sociedade cumpram, continuem a cumprir o seu papel. Há questões graves, fundamentais como as da inflação e da economia, para as quais não há soluções milagrosas. Será preciso firmeza, paciência, espírito público, coragem muita, e não só da parte do presidente.

Para que serve a liberdade? Para que serve a democracia? Não custa lembrar a lição de Albert Camus: "Quando a imprensa é livre, isto pode ser bom ou mau. Mas, certamente, sem liberdade, a imprensa só pode ser má. Para a imprensa como para os homens, o que a liberdade oferece é a chance de sermos melhores. A servidão, ao contrário, é apenas a certeza de que seremos piores."

Privada de sua substância moral, a democracia é um simples engodo, um casco vazio. Nos últimos dez ou 12 anos, desde o fim do AI-5, desde as eleições diretas para governadores, em 1982, temos tido liberdade. Melhoramos? A julgar pelo que ocorreu, está ocorrendo, a partir de fim de maio — na imprensa, no Congresso e entre o povo —, é possível acreditar que sim. Melhoramos. Desde que não seja apenas mais uma boia.

■ Fernando Pedreira / jornalista e escritor

O Congresso e o processo

HERBERT DE SOUZA

A crise brasileira parece muito velha. Afinal, sempre tivemos corrupção na política, em todos os níveis do poder público. Collor seguramente não é o primeiro presidente a ser acusado de corrupção. Frente à corrupção instalada no poder, sempre aparecia o moralista que clamava pela vingança ética e apelava para algum tipo de ação direta, que quase sempre esbarrava no quartel mais próximo. Moralismo e golpe, aqui, sempre andaram mano juntos. Basta lembrar que o ministro da Justiça do governo Castelo, o primeiro da ditadura militar, foi uma vestal da moralidade pública, o senador Milton Campos, que gostava de andar de branco para mostrar como era puro. A classe média era a defensora da moralidade e do golpe. As classes populares ficavam à margem desse debate e acabavam se colocando do lado dos acusados, como se a ética só existisse a partir de um certo nível de renda.



Getúlio é um exemplo desse processo e Brizola até hoje não consegue ouvir a palavra ética, ou moralidade, sem logo procurar o golpista que quer derrotar o presidente.

A luta pela moralidade na política era uma arma de alguns políticos, que exploravam os sentimentos éticos da classe média. Era uma espécie de golpe do moralismo. A direita apelava para a moral. A esquerda, em reação ao cinismo das elites, ignorava a questão da ética na política e acreditava que a justiça social tinha de ser estrutural, portanto desvinculada das práticas, das condutas individuais dos políticos.

Mas essa realidade mudou muito. Uma nova consciência política foi descobrindo que o autoritarismo era a falta de ética instalada no poder e que a democracia só existe a partir da prática da ética na política. Descobriu que essa prática é vivida pelos indivíduos, mas que deve fazer parte do conteúdo das instituições. Que democracia se constrói com institucionalidade democrática. Que não há atalho golpista para se instalar um poder democrático. A democracia exige a paciência dos processos, dos ritos que devem ser comuns a todos. A democracia exige leis e o respeito às leis elaboradas com a participação da cidadania. Na democracia não há exceções. O presidente da República é eleito para governar segundo as leis e perde a legitimidade de seu mandato se desobedece a lei, por mais votos que tenha tido. Por isso, é também golpista o argumento de que o presidente é uma espécie de intocável porque foi eleito, como se o voto o transformasse num algo acima da lei. O voto é uma escolha e não um mandato de

impunidade. Ignorar a ética na política, hoje, é também um modo de ser golpista.

A ética democrática não é privilégio de uma classe social, mas interessa particularmente aos mais pobres, vítimas de estruturas sociais e econômicas injustas. Esse tipo de ética só existe como resultado de um processo cultural, e esse é a novidade que estamos vivendo. Hoje existe a consciência de que o bem público é o bem de todos, e não pode ser apropriado privadamente por ninguém e em nenhuma circunstância. Por isso o clamor contra PC Farias e o espanto diante da conduta do presidente, que fingem não perceber o que fez, com quem fez e com que objetivos.

A verdade é que hoje a falta de ética virou o modo de ser golpista. E a luta pela ética, o modo de construir a democracia. Essa mudança é fundamental e precisa ser entendida em suas consequências práticas na nossa conjuntura.

Amplios setores da população querem a ética na política e acreditam que isso se deve garantir por meio do exercício da cidadania e do respeito às instituições. Por isso, não clamam que os militares imponham a moralidade disciplinando os civis, mas esperam que a CPI termine suas investigações e proponha as medidas de saneamento de acordo com a Constituição, sem distinção de pessoas ou cargos. Nesse sentido a CPI não se pode desmoralizar sem desmoralizar o processo democrático e instalar o cinismo na política, que é a outra cara da corrupção. Cabe à CPI dar o primeiro passo. Cabe ao Congresso dar o segundo.

A expectativa geral é de que o Congresso não poderá ignorar a imensa pressão pública pela ética na política, mas se isso vier a ocorrer, o processo democrático não estará terminado, simplesmente vai mudar de tom e de lugar. E pode se virar contra partidos e parlamentares usando a arma do voto e a oportunidade da próxima eleição. A sociedade civil, que ocupa normalmente as praças e ruas no seu cotidiano, poderá ocupá-las também para expressar sua revolta com a falta de ética na política e para defender as instituições. Se esse momento ainda não chegou, é porque as decisões estão sendo tomadas em seu lugar certo, mesmo que lentamente. A democracia não se faz com ineficiência e omissão, mas também não se faz nos atalhos da pressa que passa por cima do processo. Ela se faz também como calendário.

Estamos assistindo ao fim da cultura autoritária, que usou o atalho e a violência como estratégia para realizar seus fins, e ao começo de uma cultura democrática, que submete todos a uma mesma lei e a um mesmo processo. São novos tempos, os da ética na política. Vale a pena viver e participar.

Herbert de Souza, sociólogo, é secretário executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibas).

9 de Junho de 1986

da fúndia di noite chegar"
Fernando Brant

DI MARTINS COSTA

Capo-
dermo e
o apli-
Goeb-
essa de-
encer-
dossie
páginas
do nos
os me-
988, pe-



ço Nacional de Informa-
mo munção para o en-
sidente José Sarney con-
arquimigo, o governa-
Alagoas Fernando Af-
Collor de Mello. Sarney
s-presidente, sua cadeira
upada pelo ex-govern-
SNI foi extinto e não se
e fim levou o documen-
a frase revela, três anos e
meses depois, uma clari-
a de que não foram capa-
observadores e agentes da
a nacional. Nem os diri-
das maiores empresas do
curtidos no mesmo início
8 no Centro Empresarial
o Paulo para ouvir os
daquele que se fazia co-
como "caçador de mara-
tiveram aquela época o
nimento necessário ou a
ensível preocupação com
grandera do personagem
representava como o por-
da modernidade. Naquele
tro, alimentada por decla-
s entusiasmadas, a candi-
a de Collor ganhou com-
el para a decolagem.

que ir buscar no passado,
culito de sempre execrável
mento de bibliotecas ofi-
ciantes para reflexão
encruzilhada histórica?
de ali se localiza o eixo da
piora carreira política do
gente cujo mandato acaba

ser suas informações, e ex-
sos de empresários paulistas
marcam o transporte de Collor,
da provinciana Alagoas, para o
cenário nacional. E ilu tram a
irresponsabilidade com que nos-
sas elites têm tratado a questão
da sua representação política.

O processo de impeachment,
admitido pela Câmara dos De-
putados, faz justiça à popula-
ção, que há dois meses vem
levando às ruas sua indigna-
ção, concede ao Parlamento
uma oportunidade de resgatar

sação um raro momento de
exercício da cidadania. Mas
não basta. Como não bastam
as comemorações, cujas in-
cas ainda podem ser vistas nas
nossas cidades.

É preciso que a festa se suce-
a ação, que os sinais das ruas
sejam entendidos nos gabinetes
de Brasília e nas salas dos en-
presários, e que o discurso da
modernidade seja finalmente
posto em prática. A Polícia Fe-
deral, o Ministério Público e o
Judiciário ainda não comple a-



um novo larar neste episódio.
dos compromissos se en-
descensem da batalha pela ética
alistando-se na luta pela moder-
nidade. Dos empresários, que
busquem o sucesso pela qualida-
de e rejeitem a bengala do prote-
cionismo estatal. Dos cidadãos
que não abandonem sua fé.

Que não se perca, em meio às
novas cores da primavera re-
cém-chegada, o sentido da reali-
dade que precisa ser transfor-
mada. O achincalhe a que a
Constituição foi submetida nes-
tes 30 meses deve motivar uma
profunda reflexão sobre suas
qualidades e inconveniências.
Que a faxina iniciada no Execu-
tivo vá buscar também o entu-
lho retrógrado ainda inscrito na
Carta Magna. Que na legislação
ordinária sejam vasculhadas e
tapadas todas as rachaduras por
onde vazam recursos públicos
nas contratações e empréstimos
de bancos oficiais. E que os
partidos, por seus representa-
tes, tenham a honestidade de
rever as regras do financia-
mento de campanhas eleitorais.

Esse é o significado dos can-
tos nas ruas, isso é o que pode
ser lido nos rostos da juventude
"cara-pintada". É hora de mu-
dar. A História não será com-
placente com os omissos, e o
resgate da moralidade não ter-
mina aqui. Todas as suspeitas
devem ser levadas ao extremo
da investigação, todos aqueles
que chafurdaram no mar de la-
nia devem ser levados a julga-
mento, para que ao fim de tudo
não restem dúvidas. As enfáti-
cas declarações de voto pelo
"sim", gritadas ontem no micro-
fone do plenário da Câmara,
não nos remetem automatica-
mente a um destino melhor.
Passada a emoção, ao trabalho.

Só assim poderemos, como,
na canção, ver surgir da noite,
um novo país.

■ Luciano Martins Costa é jornalista

O Estado de S. Paulo

30 de setembro de 1992

Aspues Alberto

pag. 02

O Jornal de 5 Paulo

19 maio 1952

pág 02 - Espaço Aberto

O roto e o esfarrapado

JORGE MARANHÃO

No esforço governamental de combate à inflação, a atual tática da negociação setorial de preços contempla mais uma vez medidas de ações no campo da política econômica. Ou seja, de um lado, o comando-chefe de um Estado proprietário de grandes holdings empresariais monopolistas de insumos e serviços básicos e, de outro, os grandes grupos oligopolistas multinacionais param de se detra-



tar, acenam com uma trégua e sentam-se a uma mesa para chegar a um acordo. No caso do setor automobilístico, o governo dá meia trava na regressão das alíquotas de importação de veículos estrangeiros e o cartel industrial dá um desconto de 27% nos preços depois de os haver majorado quase 100% acima da inflação desde que o mercado foi liberado.

O cartel reduz um pouquinho e, durante três meses, as margens exorbitantes dos lucros, a nata do operariado do ABC segura uma temporária estabilidade de emprego, o mercado consumidor da classe média, condenada à força dos consórcios, afrouxa um pouco a corda do pescoço e o Fisco Federal e estadual, o poder público, que deveria representar os interesses da grande massa de despossuídos, como sempre, entra com a parte do leão, reduzindo a arrecadação. Parece a história do roto e do esfarrapado, não se sabe qual dos dois tem menos moral para falar do outro. E mais uma vez a cadeia econômica se rompe no elo mais fraco: a grande massa de contribuintes compulsórios, descontados na fonte de um salário de fome ou no imposto de consumo das cestas básicas, sustenta o acordo promovido pelo Erário pendulário. Mais uma vez, a política econômica excluições no âmbito da Justiça e do Direito Econômico. Como se não coubesse ao Estado a responsabilidade pela manutenção da ordem econômica, pelo artigo 170 da Constituição Federal, e pela defesa dos mais fracos e menos organiza-

dos agentes econômicos. Quando nada mais do que duas leis (8.158 e 8.137), que regulamentam as relações entre os agentes econômicos, prevêem sanções, inclusive penais, contra o abuso de preços e a conduta delinqüente de oligopolios e cartéis.

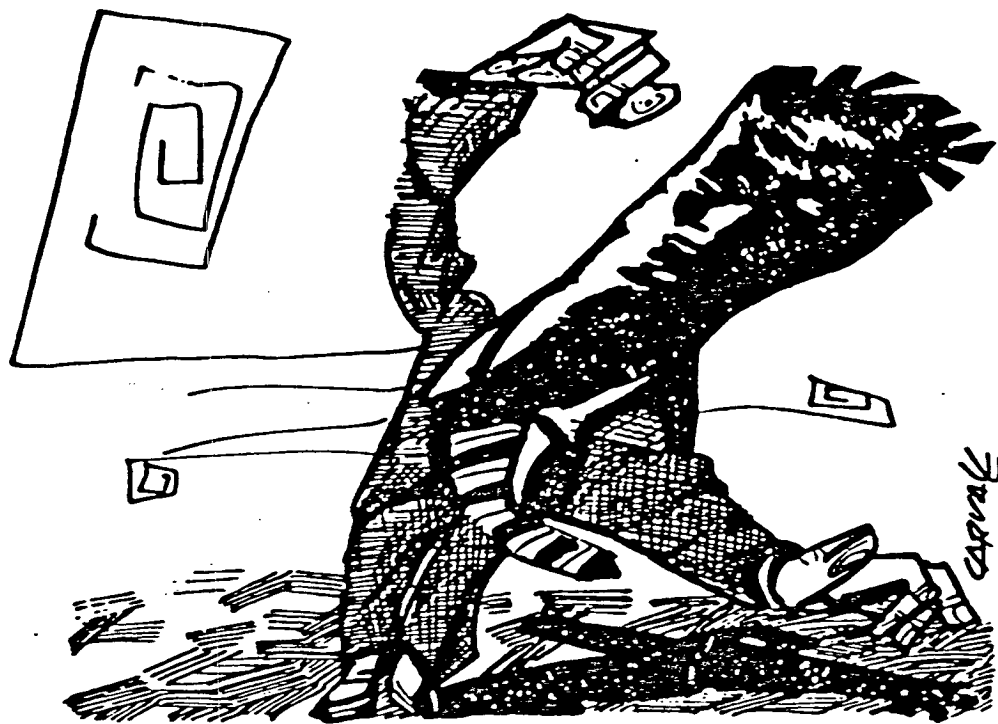
Não se trata de desmontar o Estado a golpes de histeria liberal. Trata-se de promover os direitos econômicos da cidadania, pois, se todos são iguais diante da lei, decerto o são na medida em que se desiguam no seu poder econômico, de corporação, de representação e pressão. O Estado, que deveria ser tão forte quanto o controle social exercido sobre ele pela cidadania consciente, mais uma vez prevarica com os interesses de fortes grupos de pressão econômica. O Estado brasileiro, que a mídia sempre mostra mais pela face do Executivo e do Legislativo, deixando oculta a face do Judiciário, se aproveita do cochilo eterno da grande maioria de cidadãos de bem, e se esquece de que, antes de produtor de bens econômicos, ou mesmo provedor de serviços sociais, deveria ser o grande promotor da justiça. Mormente da justiça econômica. Para que possa, efetivamente, garantir a ordem e a democracia econômica, a modernização, a competitividade e a própria livre iniciativa. Pois, se o capitalismo, numa economia liberal, pode ser realmente democrático, só o será pela via da justiça.

Em vez de fechadas câmaras de negociação, urge que o poder público, e particularmente o Ministério Público, defenda a Carta Magna e exponha na mídia o desrespeito e o desserviço de uma cultura inflacionária concentradora de poder econômico e arraigada na mentalidade dos agentes econômicos. E defenda do abuso de duas dezenas de trustes e megaconspirações, não só a grande massa dos elos mais fracos da cadeia produtiva, como os 50 milhões de consumidores e o universo de 3,5 milhões de micro, pequenas e médias empresas, mas desperte na grande massa marginalizada do mercado a consciência de cidadania e de direito econômico.

■ Jorge Maranhão, publicitário, mestre em Filosofia pela USP, é coordenador do PABJ-RJ

Democracia e juízo

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA



circunstâncias políticas, devem ceder lugar a um entendimento superior que nos leve ao exercício da plena governabilidade, sem tropeços, sem traumas, sem interrupções nas linhas mestras do regime.

A nossa política econômica precisa consolidar seus níveis de estabilidade. Depois de anos e muito sofrimento, conseguimos nos livrar de um cipoal que amarrava o sistema produtivo. Iniciamos a caminhada em direção a uma

verdadeira economia de mercado, livre e competitiva. Programas consistentes estão sendo arrumados e discutidos para nos levar aos níveis das economias avançadas. A abertura gradual e responsável

de mercado; a continuidade do programa de privatização; a necessidade de um grande ajuste fiscal, que consiga trazer maior justiça às empresas; a modernização do sistema portuário; as políticas direcionadas ao fortalecimento das indústrias de menor porte e o aperfeiçoamento de nossa Carta Constitucional fazem parte da ordem do dia da discussão nacional. Temos de lutar para

que essas metas sejam atingidas, no curto prazo.

Há que se combater duramente a corrupção, que ameaça solapar por completo os espaços da administração pública. Os mecanismos normativos e jurídicos precisam ir fundo às apurações e denúncias. Com muita precaução para não se cometer injustiças e com a atenção voltada para o cumprimento rígido do dever. Enfraquecem-se as instituições, quando se trabalha com artificialismo e com a única intenção de abrir espaços de poder. O fortalecimento de nossa democracia e do Estado de Direito é fruto de nossa racionalidade, do nosso bom senso e equilíbrio. O momento carece de muito juízo.

A indústria de São Paulo quer ter tranquilidade para investir e garantias de que a crise política não será um impasse para seu desenvolvimento nem ameaça às conquistas realizadas. Não há nada pior que a gangorra das mudanças ou incertezas provocadas por tensões políticas. Já andamos um bom pedaço do caminho das transformações. Voltar é um perigo. Resta-nos, pois, lutar pela consolidação dos avanços que obtivemos, na perspectiva de darmos ao país as garantias de um desenvolvimento auto-sustentado, imune às periódicas intempéries políticas.

CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA, 50, empresário, é 1º vice-presidente da Federação e do Conselho das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp) e candidato à presidência das entidades.

As pretensões de grupos políticos devem dar lugar ao entendimento superior que leve à governabilidade

Conviver com as crises, sabendo administrá-las e extrair de seu desdobramento posições que possam vir a fortalecer as instituições, é um dos maiores desafios das democracias modernas. Nesse sentido, as crises podem abrir imensas oportunidades para o aperfeiçoamento político e a estabilidade sócio-econômica. Esta é a alternativa pela qual devem trabalhar os setores produtivos e as elites, neste momento de tensão, perplexidade e dúvidas. Qualquer passo em falso poderá nos jogar irremediavelmente nos caminhos do retrocesso, que só interessa aos radicais. A crise não pode ser usada como escada de ambições.

A grandeza de um país não se mede apenas por suas potencialidades materiais ou por seu Produto Nacional Bruto. Compõe-se também de um resíduo moral e ético, que flui dos valores e comportamentos dos grupos dirigentes e dos homens que têm responsabilidade pública. A força cívica é a substância que dá guarida ao equilíbrio institucional e repõe a confiança nos destinos de uma nação. Precisamos reforçá-la para garantir o nosso amanhã. Nosso dever de cidadãos é o de procurar, a qualquer custo, manter o equilíbrio das instituições a fim de preservarmos a normalidade democrática e as conquistas que obtivemos, a duras penas, nos últimos anos.

Essa é a razão pela qual o investimento mais nobre e oportuno que se pode fazer, hoje, é no culto à sensatez.

Não podemos deixar que as vaidades, o desejo de aparecer, o oportunismo político, as exacerbações e exageros, as táticas divisionistas façam do Brasil um território de emboscadas. O sistema político

está diante de um dos maiores desafios da história de nossa República. Suas responsabilidades nunca foram tão cobradas. Por isso, sua conduta há que se pautar pelos ideais da consolidação democrática do regime, pela rigidez ética, pelo compromisso para com a verdade e a decisão orientada pelo bem-estar da nação. As pretensões de grupos, que se desenvolvem ao sabor das

data 31 de maio de 1964
página 13

Renúncia ou reforma?

LUIZ ALBERTO BAHIA

"O presidente da República não pode ter apreciado seus atos anteriores ao mandato, ou aqueles que, praticados no seu curso, são estranhos às suas funções. Não há, foi laputado nenhum ato ou fato praticado no exercício de função presidencial. Não há um ato da Presidência posto em questão."

(Enunciado do parecer do professor Celso Ribeiro Bastos, da FUC e do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, conforme texto do jornalista Luiz Orlando Carneiro, do "Jornal do Brasil")

A lição se infere que o intuito da política de impedimento, cogitada pelos partidos de oposição, é a renúncia. A cruzada pelo impedimento visa à renúncia forçada, cujo nome verdadeiro é a deposição do presidente da República.

As fraudes eleitorais em torno de PC e PT passam para o segundo plano. O caso agora é o presidente Collor, e mais o seu tesoureiro, por crimes e aventuras cometidos antes da investitura. A conspiração tramada pela oposição preconiza crises ministeriais, a renúncia, se necessária, de princípios jurídicos de direito processual, destruição à ordem jurídica e trazendo para a ordem, como consequência, os militares. Estes são suficientemente lúcidos para saber que a desmoralização do poder civil, em alto grau, tem caráter urgente e incluirá autoridades representativas por via de efeitos incontrolláveis, ou seja, alcançará a pureza moral dos candidatos à Presidência da República e também, de roldão, muitos congressistas. O resultado dessa desmoralização será sentida se houver confronto do chefe do governo com os membros do Congresso, na discussão do impeachment.

Dificilmente se evitará uma busca incessante pelas partes em conflito de o dos militares, novamente chamada pelos políticos ao papel histórico de arbitral. O retorno dos militares à cena

visivelmente, já se dá em dois planos. Reivindicações salariais não satisfeitas naturalmente os politizam. O pleito legítimo pela isonomia alia as burocracias civil e militar do Executivo, em face das burocracias do Legislativo e do Judiciário. Politização aumentada pelas tensões entre os servidores civis e militares, na questão das gratificações.

No plano corporativo, também legítimo, os militares insistem, agora com maior vigor, na execução de seus objetivos profissionais e industrial-militares, ênfase possibilitada pela perda de autoridade civil decorrente da luta pelo poder presidencial.

Não se acredita que as oposições não vislumbrem a necessidade da arbitragem por força do agravamento da questão presidencial, até porque elas serão, em grande parte, alcançadas pelo advento dessa arbitragem. Um risco que não se justifica aceitar como consequência da ambição política dos presidentes partidários.

Felizmente, o comportamento dos militares, até o momento, tem sido discreto. Isso, porém, não exclui a ocorrência de imprudências verbais e maior atividade atual por parte de círculos militares. Se o passado ensina alguma coisa, os militares já estariam sendo procurados por políticos e empresários.

Não tranquiliza a proposta de precipitação do parlamentarismo com o alvo de tornar dispensável a arbitragem militar. Os parlamentaristas parecem ignorar que a proposição criaria outra questão militar, a da posição dos ministros militares em gabinetes submetidos a votos de desconfiança. A proposta não

garantirá nada se não for bem-sucedida, a solução do problema através de negociação parlamentar-militar.

Igualmente, a proposta parlamentarista reabre a questão de segurança no novo sistema, que se vincula à possibilidade do retorno a uma situação de arbitragem político-militar.

As previsões alinhadas se fazem com o cidadão brasileiro dominado pela descrença em seus representantes civis. Embora os meios de comunicação evitem falar no assunto, a crise de desconfiança compreende a classe dirigente em geral, conivente por omissão também no descabro moral do país, e com ela os representantes populares, por omissão e ação.

A crise de desconfiança não se resolverá por CPLs e atos de purificação de tantos eleitos pela fraude

Não nos iludamos: a crise de desconfiança, por abranger os candidatos à Presidência da República, não se resolverá por CPLs e atos de purificação de tantos eleitos pela fraude eleitoral. A solução não está

na renúncia, mas nas reformas.

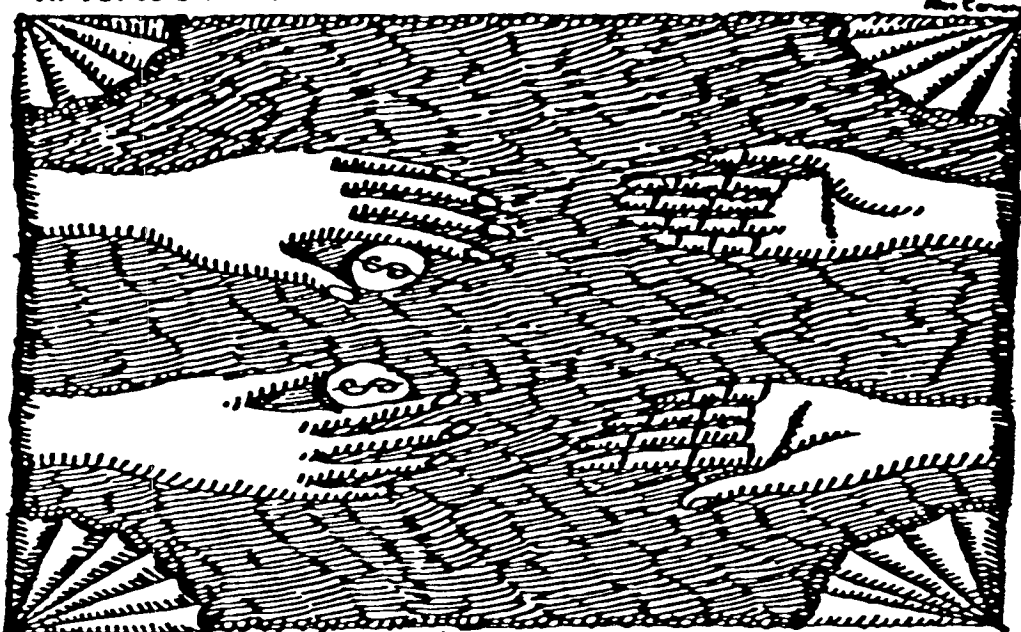
Sem reformas políticas, a eleitoral e a partidária, sem a reforma agrária em votação, e sem as reformas de costumes no ventre da corrupção — que brota de um capitalismo mafioso e oligopolístico —, não se fará a evolução ética em nossos costumes públicos e privados. É essencial preservar o respeito ao mandato por sufrágio universal, pedra do regime democrático, onde o melhor controle chegará a existir nos assuntos públicos.

LUIZ ALBERTO BAHIA, 69, é membro do Conselho Editorial de "Público" e membro do Conselho de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge (Reino Unido). Foi redator-chefe do jornal "Correio da Manhã" e professor convidado do Centro para Estudos Internacionais da Universidade de Harvard (EUA).

Os grupos publicitários (com mensagens não tradicionais nos meios impressos e quando do período das publicações eletrônicas) são propostos e de seu caráter e forma os grupos não tradicionais e mudam e se refletem em diversos sentidos em seu planejamento e comunicação.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

ite. Toda vez que uma empresa
: um burocrata, outra empresa
ficada. Este empresário tem que
a cabeça e participar da luta
s falcas em seu próprio
e o empresariado acha que o
to nacional com a desonesti-
ge ad o governo e os políticos,
ento enganado. Basta que se
nas pesquisas para se ver que
ater de empresários, citando



mas eles podem ser corrigidos pelos próprios órgãos de comunicação e também pelo recurso dos ofendidos à Justiça. Eu mesmo estou processando um jornalista por ter atribuído a um senador uma afirmação ofensiva à minha honra e prontamente negada no próprio jornal pelo parlamentar. O mundo seria muito melhor se todas as denúncias viessem com todas as provas e documentos. Não, escrevi um parágrafo

Enfim, toda vez que renasce a esperança no povo brasileiro, todos devem ter uma expectativa de felicidade. Se os propósitos do governo continuarem na atual linha, vamos aplaudi-lo; caso contrário só nos cabe a posição que a nação espera de todos nós. Mas é melhor torcer e ajudar com o estímulo.

**Se o governo continuar
na atual linha, vamos
apoia-lo; caso contrário
só nos resta a oposição**

② *Artado de S. Paulo*

28. agosto 1992

Fórum dos leitores

pág. 03

República de Alagoas

Os dirigentes da Universidade de São Paulo, exercendo o seu direito de expressão enquanto cidadãos, estarecidos e indignados diante dos graves fatos expostos à opinião pública sobre a corrupção no País, manifestam a expectativa de que, respeitados os princípios legais, e em defesa da ética e da moralidade, os atos ilícitos sejam rigorosamente apurados e os culpados, devidamente punidos. Roberto Leal Leão e Silva Filho, reitor, Ray Laurendi, vice-reitor, mais 37 assinaturas dos pró-reitores e diretores das unidades de ensino e pesquisa da USP, Capital

Correção tributada

Como empresário e cidadão, reconheço que a tributação sobre o lucro real da empresa se destina a cobrir despesas da nossa defesa, saúde, educação, obras, assistência social, funcioná-rios, legisladores, etc. — se bem que esteja convencido de que, com uma alíquota menor (já houve conversa em torno de 5%), os cofres públicos ficariam bem mais cheios. Mas não me posso conformar é com o fato de que a mera correção monetária também seja tributa-da, como se lucro fosse. Isso acho muito errado, e ama-pensei de tão bom senso co-mo o nosso ministro da Eco-nomia precisava corrigir tal injustiça. Aproveito o embalo para opinar: o Brasil precisa parar de ficar parado! Ernest G. Grewald, Capital

"O Estado de São Paulo"

3 - Notas e Informações

4 de julho de 1992

Fórum das diretas

P.

□

Como brasileiro detentor de todos os direitos de cidadania, como eleitor, como um dos pagadores do salário dos congressistas, permito-me perguntar: por que o Congresso Nacional não constitui comissão parlamentar de inquérito para mostrar ao Brasil quem anda por trás dessa nauseabunda campanha de difamação do presidente da República? Quousque tandem, clauda imunda, abutere patientia nostra? Omar Machado, Guarujá

Folha de São Paulo
data: 20 de julho de 1992
página: 4-3

Quando Collor fala em "sindicato do golpe" afirma que tem o respaldo de 35 milhões de votos como se o resul-

tado final da eleição presidencial tivesse sido 35 milhões para Collor e zero para Lula. Vale lembrá-lo que Lula obteve 31 milhões de votos — a maioria de cidadãos politizados — e só perdeu em função do episódio 'Miriam Cordeiro' e a armação da Rede Globo. Portanto, Lula tem o respaldo de 31 milhões de votos, credenciando-o até para pedir a renúncia de Collor."

Eduardo Luís Brizotti (Tietê, SP)

Folha de São Paulo
data: 19 de julho de 1992
pagina: 1-3

"Nós cidadãos, exigimos do Parlamento a isenção e o cumprimento fiel da Constituição. É chegada a hora de dar um basta à mentira, à impunidade e ao cinismo com que os aventureiros vêm destruindo as esperanças das gerações futuras. Muitas eleições virão e um dia aprenderemos a votar com qualidade; afinal, os porcos não são tão burros quanto se imagina."

Edilvo Mota (Uberaba, MG)

O Estudo de Paulo

de novembro de 1993 - B

Fórum dos Docentes

pág. 03

Gostaria de lembrar ao leitor Paulo Siqueira (311) que os estudantes sempre se destacaram na defesa da soberania nacional e da democracia. Cumprimento a UNE quando ela se coloca contra a privatização das estatais, pois esse tema interessa aos estudantes, na medida em que é a partir da política maior que se definem os caminhos a ser trilhados pela educação. Estudante também é cidadão, e os carapintadas não são ingênuos, como se diz. Nós aprendemos a lutar pelo que acreditamos. Queremos saber a verdade, queremos um futuro melhor e mais sadio, um país digno. Somos contra Collor e também contra sua política econômica. A UNE somos nós, nossa força, nossa voz.
Adriana Câmara, Capital